

Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho



LITERATURA E MEMÓRIA
HISTÓRICA NO SUL DO BRASIL

Jocelito Zalla

E-book
2ª edição



OKOS
EDITORA

colecção
anpuhrs

A Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil – foi fundada em 19 de outubro de 1961, na cidade de Marília (SP). Inicialmente criada para congrega professores(as) universitários(as) de História, a ANPUH-Brasil aumentou e diversificou suas atividades e o perfil de seus associados(as). Desde a década de 1980, está aberta à participação de todas as pessoas formadas em História. Seu quadro de associados(as) reflete a gradual complexificação dos papéis assumidos pelos historiadores e historiadoras no Brasil. Atualmente divulga notícias de interesses de seus associados(as) através de seu site: www.anpuh.org. A ANPUH-RS, Seção Regional do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que é filiada à entidade nacional, mantém regimento próprio e uma diretoria renovada bianualmente. A entidade tem representado os historiadores e as historiadoras em discussões como aquelas sobre a avaliação dos cursos superiores, a elaboração de Diretrizes Curriculares para a formação de professores(as) de História, as políticas de preservação do patrimônio, regulamentação da profissão de historiador(a) etc. Congrega seus associados(as) através de eventos como o Encontro Estadual de História, as reuniões dos Grupos de Trabalho (GTs), os Fóruns de Coordenadores(as) de Graduação e Pós-Graduação em História. Divulga suas atividades pelas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, além do seu site: www.anpuh-rs.org.br. Seguindo sua trajetória de incentivar o trabalho historiográfico, a ANPUH-RS promove bianualmente o concurso de melhor tese de doutorado em História publicado sob o selo Coleção ANPUH-RS.



Jocelito Zalla é bacharel, licenciado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio na Université Paris-Sorbonne. É professor do Colégio de Aplicação, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisa História do Brasil República, História Cultural, Historiografia e História da Literatura. Autor de “O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas” (Editora da UFRGS, 2018).

**Simões Lopes Neto
e a fabricação do
Rio Grande gaúcho**

Literatura e memória histórica no sul do Brasil



**Associação Nacional de História
Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS**

**Diretoria da ANPUH-RS
Gestão 2020-2022**

Presidente: Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Vice-Presidente: Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS)

1.ª Secretária: Rosane Marcia Neumann (FURG/PUCRS)

2.º Secretário: Marcelo Vianna (IFRS-Osório)

1.ª Tesoureira: Marluce Dias Fagundes (UNISINOS)

2.º Tesoureiro: Douglas Souza Angeli (UEMG)

Conselho Fiscal:

Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Luís Augusto Ebling Farinatti (UFSM)

Marlise Regina Meyer (PUCRS)

Jocelito Zalla

**Simões Lopes Neto
e a fabricação do
Rio Grande gaúcho**

Literatura e memória histórica no sul do Brasil

**E-book
2ª edição**



São Leopoldo
2022

© Direitos reservados desta edição:
Jocelito Zalla – 2022
Associação Nacional de História – Seção RS

Editoração: Editora Oikos
Capa: Juliana Nascimento
Imagem da capa: “Charruas civilisés”, gravura de Jean Baptiste Debret, publicada no
álbum *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834)

Revisão: Do autor
Arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)
Marluza M. Harres (Unisinós)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Conselho Editorial (ANPUH-RS)

Dr. Felipe Cittolin Abal (PPGH/UPF)
Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (PPGH/UFPEL)
Dra. Beatriz Teixeira Weber (PPGH/UFMS)
Dr. Marcos Antônio Witt (PPGH/UNISINOS)
Dr. Luís Carlos Passos Martins (PPGH/PUCRS)
Dr. Marcus Vinicius de Freitas Rosa (PPGH/UFRGS)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

Associação Nacional de História
Seção Rio Grande do Sul / ANPUH-RS
Rua Caldas Júnior, 20
Sala 24 – Centro Histórico
90010-260 Porto Alegre/RS – Brasil

Z22	Zalla, Jocelito Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho. Literatura e memória histórica no sul do Brasil. 2. ed.; E-book. / Jocelito Zalla. – São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2022. 312 p.; 14 x 21 cm. – (Coleção ANPUH-RS) ISBN 978-65-5974-103-8 ISBN 978-65-86871-05-0 (ANPUH-RS) 1. Literatura – Rio Grande do Sul – História. 2. Simões Lopes Neto. 3. Regionalismo – Rio Grande do Sul. 4. Memória histórica. 5. Historiografia. I. Título. CDU 869.0(816.5)(091)
-----	--

Entre as mais interessantes perguntas não respondidas de nosso tempo está a que indaga quais características estruturais fazem as criações de uma determinada pessoa sobreviverem ao processo de seleção de uma série de gerações, sendo gradualmente absorvidas no padrão das obras de arte socialmente aceitas, enquanto as de outras pessoas caem no mundo sombrio das obras esquecidas.

Norbert Elias, *Mozart: sociologia de um gênio*

Sumário

<i>Prefácio</i>	9
Marieta de Moraes Ferreira	
A história contra Simões Lopes Neto: <i>A gauchidade conservadora e a leitura da obra</i>	13
Capítulo I	31
<i>Os mundos de Simões: itinerários culturais na fronteira Sul</i>	31
1.1. Uma sociologia do fracasso: trajetória social e carreira literária.....	33
1.2. Uma sociologia do sucesso: escala de consagração e base de projeção.....	63
1.3. Uma biblioteca imaginária: padrões de leitura e programática das citações	78
Capítulo II	105
<i>A domesticação do passado: educação, história, folclore e identidade regional</i>	105
2.1. Uma pedagogia da peculiaridade: formar “brasileseles”.....	108
2.2. A história como emblema: formar rio-grandenses	141
2.3. A invenção da tradição: formar gaúchos?	159
Capítulo III	195
<i>Uma estética do desvio: literatura e política na periferia da República</i>	195
3.1. Com o Prata no horizonte: o triunfo da gauchesca	197
3.2. A pampa fica nas margens: culturas, paisagens, memórias ...	240
3.3. Ficção e dissensão: a patrulha do imaginário	272
Simões Lopes Neto contra a história	289
Fontes	298
Referências bibliográficas	307

Prefácio

O livro de Jocelito Zalla sobre *Simões Lopes Neto e a fabricação do Rio Grande gaúcho: Literatura e memória histórica no sul do Brasil*, originalmente a primeira parte de sua tese de doutorado, reveste-se de grande relevância ao focalizar três questões de significativa importância na atualidade, memória, identidades e comemorações.

Nas últimas décadas, na avaliação historiadores de diferentes correntes historiográficas e países, tais como Philippe Joutard (2007), Henry Rousso (2013, 2016) e Paul Ricoeur (2000), o mundo mergulhou no “reino da memória generalizada”, multiplicando-se as comemorações e invocando-se permanentemente o dever de memória. Ao mesmo tempo tem crescido a busca por identidades e a valorização do patrimônio sob todas as suas formas materiais e imateriais. Especialmente a questão das identidades tornou-se recorrente seja na política, na mídia ou nos estudos culturais. Tanto a identidade pessoal quanto a coletiva (de gênero, de região, étnica, empresarial) constituem um elemento essencial para as sociedades pós-modernas.

Articulado a essas demandas, emerge como igualmente relevante o *boom* de comemorações. Na atualidade os projetos de rememoração do passado desempenham um papel fundamental, uma vez que a vivência da memória já não ocorre de modo espontâneo como nas sociedades tradicionais, em que a memória estava relacionada intrinsecamente com a vida de todos os seus membros. Já no mundo moderno, a vivência das tradições foi substituída por lugares de memória. Assim, a memória e seu atributo de fornecedora de identidades teriam deixado de ser função de todos, passando a ficar a cargo de alguns agentes (NORA, 1993).

Nesse quadro a preservação de memórias e as comemorações assumem um papel central. E cabe perguntar: o que significa comemorar? Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de um personagem ou evento, algo que indica a ideia de uma ligação entre homens e mulheres fundada sobre a memória. Essa ligação também pode ser chamada de identidade. E é exatamente porque permitem legitimar e atualizar identidades que as comemorações públicas ocupam um lugar central no universo político contemporâneo. As comemorações em torno de personagens focalizam aniversários de nascimento ou morte.

Já os eventos fundadores privilegiam os momentos de fundação de nações, de estados, instituições, empresas. Nesse contexto, os historiadores procuraram dar respostas que levem em consideração as demandas de memória pela história e, ao mesmo tempo, produzam uma historicização crítica da memória. Assim, mesmo reconhecendo o estímulo que a memória dá à história, eles chamam a atenção para a função crítica desta última diante da ação inquisitorial da primeira.

Jocelito Zalla, através da trajetória e da obra de Simões Lopes Neto (1865-1916), procura exatamente cumprir esse desafio ao analisar os embates em torno da construção e da atualização do regionalismo gaúcho e do significado da identidade do Rio Grande do Sul. Simões Lopes Neto, nascido em Pelotas, em 1865, e falecido em 1916, oriundo de tradicional família de proprietários rurais, por meio de sua obra, especialmente *Contos gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), desempenhou uma função fundamental na recuperação e na seleção de características para a definição do mito do gaúcho.

Recorrendo à análise da obra do escritor de Pelotas e retomando diferentes conjunturas, Zalla apresenta interpretações originais para a compreensão do processo de afirmação de uma memória gaúcha que elegeu o Rio Grande do Sul como o “vigia da fronteira Sul e defensor da integridade territorial brasileira, sustentando assim a superioridade do Rio Grande do Sul frente a outras unidades da federação”.

Em sua análise, Jocelito Zalla oferece uma contribuição importante por elencar elementos que permitem compreender o processo de construção de identidade gaúcha e as disputas para a afirmação de um dado modelo de gauchismo, marcado pela domesticação das características do gaúcho rebelde dos primeiros tempos. Com essa perspectiva, sua pesquisa transcende as questões específicas da análise do regionalismo e oferece contribuições para o entendimento da dimensão política da memória, seus conflitos e, em especial, as comemorações que atualizam memórias e identidades. A comemoração dos 150 anos de Simões Lopes Neto é um caso exemplar dessa estratégia das elites políticas de fazer uso do passado para atender a seus interesses do presente, especialmente em momentos de crise. Os festejos em torno do escritor pelotense, da própria revalorização do papel do gaúcho e das lembranças em torno da revolta Farrroupilha têm a função de estimular a conciliação interna, e atribuir a

origem dos problemas locais à exploração real ou imaginada do poder central.

Possuidor de um rigor teórico e metodológico, Zalla articula conceitos e fontes para a construção de uma narrativa clara e objetiva no enfoque de temas de grande densidade. Dialogando com as teses e interpretações que compõem sua bibliografia, o autor demonstra com o estudo da obra e das comemorações em torno de Simões Lopes Neto como a memória é uma ferramenta de construção de identidades, que seleciona e domestica o passado e elege elementos de exaltação de certos valores.

Em tempo de guerras de memórias que têm marcado as disputas políticas nas sociedades contemporâneas, recomendo a leitura deste livro que não só permite novas análises sobre a história do Rio Grande do Sul, mas também traz contribuições teóricas sobre temas desafiadores para os historiadores no presente.

Marieta de Moraes Ferreira
Professora Emérita do Instituto de História da UFRJ

A história contra Simões Lopes Neto:

A gauchidade conservadora e a leitura da obra

Em julho de 2016, o principal parque de Porto Alegre, no sul do Brasil, foi movimentado por um curioso traslado. Em sua aleia central, entre o majestoso chafariz construído para a exposição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha (1835-1845), em 1935, e o Monumento ao Expedicionário, um arco duplo de granito que homenageia a atuação dos “pracinhas” brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial, inaugurado em 1957, foi colocado um gaúcho em bronze com sete toneladas onde antes havia apenas um largo gramado. A escultura do artista uruguaio Federico Escalada (1888-1960), chamada *El gaucho oriental*, representa o tipo social campesino da tríplice fronteira Argentina/Brasil/Uruguai, em sua versão rio-plantense,¹ objeto de investimentos simbólicos no sul do continente americano desde, pelo menos, o primeiro romantismo oitocentista. A obra já se encontrava no espaço em dezembro de 1935, quando foi ofertada às autoridades públicas pela comunidade local de imigrantes uruguaios, lembrando um passado, real e imaginário, comum aos dois países. Mas, na ocasião, coube ao monumento um canto obscuro da tradicional várzea da Redenção, como ainda hoje a memória urbana insiste em denominar a área, transformada em Parque Farroupilha fazia pouco. Décadas mais tarde, o imponente gaúcho foi ainda mais segregado com a elevação de um viaduto nas proximidades, o que praticamente impediu sua visibilidade, já prejudicada pelo plantel de árvores do entorno. Ao longo de quase todo o século XX, a afinidade sul-rio-grandense com os países da bacia do Prata era uma condição inconveniente. E Porto Alegre, a “leal e valerosa” sentinela do mundo luso-brasileiro no sul da América,² parece ter feito questão de escondê-la.

¹ “Oriental”, nesse sentido, é uma referência à Banda Oriental do Rio da Prata, território espanhol que abrigava originalmente o atual Uruguai e a maior parte do Rio Grande do Sul. Atualmente, o termo está consagrado no nome oficial do país vizinho: República Oriental do Uruguai.

² Em 1841, Dom Pedro II outorgou o título de “Leal e Valorosa Cidade de Porto Alegre”, como reconhecimento à resistência da vila às investidas farroupilhas. Em 1842, o arcaísmo “valerosa” começou a aparecer nas atas do

Findo o Estado Novo e diminuída a vigilância do poder central sobre as oligarquias regionais, uma voga identitária tomou conta do Rio Grande do Sul, como também aconteceu nos estados mais afetados pelo intervencionismo de Getúlio Vargas. Extremamente nacionalista, o (neo)regionalismo gaúcho dominante, a exemplo de sua primeira manifestação articulada, gestada na Primeira República, tratou de aparar as últimas arestas dessa relação cultural incômoda. Nesse contexto, a exposição do quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954, ofereceu uma oportunidade para atualizar em estatuária a figura do gaúcho rio-grandense. Na ocasião, o artista plástico pelotense Antônio Caringi venceu concurso público com a obra *O laçador*, executada em gesso para o evento e inaugurada quatro anos depois na versão de bronze, em Porto Alegre, no simbólico dia 20 de setembro. A data lembrava a eclosão do conflito farrapo, há muito transformado em episódio-chave da memória histórica regional. Desde o surgimento do movimento tradicionalista gaúcho, em 1947, vinha sendo comemorada extraoficialmente como “Dia do Gaúcho”. João Carlos D’Ávila Paixão Côrtes, principal líder desse novo gauchismo cultural performático, posou para Caringi com trajes considerados “tradicionalistas”, mas inventariados recentemente por jovens estudantes do grupo que fundou, em 1948, o “35” Centro de Tradições Gaúchas, primeiro CTG da história brasileira. Paradoxalmente, o clube era parcialmente inspirado no crioulisto folclorista uruguaio e argentino.³ No entanto, como também acontecera com os grêmios gaú-

legislativo municipal, provável preferência pessoal do secretário da Câmara. Na década de 1950, quando foi formalizado o brasão da cidade, a forma “valerosa” foi reintroduzida por influência do historiador lusitanista Walter Spalding, como que reforçando, através da língua, seu pertencimento ao universo português. Spalding foi editor do ensaio histórico que Simões Lopes Neto deixou inédito, *Terra Gaúcha* (1955), quando buscou emendar as teses consideradas “platinistas” do nosso personagem.

³ Em 1949, o governo estadual convidou os jovens do “35” CTG a integrar a delegação oficial do Rio Grande do Sul nas comemorações do *Día de la Tradición*, em Montevidéu. Foi nessa ocasião que tomaram conhecimento do modelo folclorista-cívico dos países vizinhos, aprenderam algumas coreografias de danças “folclóricas” e importaram a perspectiva crioulista, desenvolvida nos anos seguintes com a integração da mulher no movimento e a formação de quadros artísticos nos CTGs. Entre 1950 e 1956, foram criadas as principais “danças tradicionais gaúchas”, espécie de carro-chefe na divulgação desse novo gauchismo cultural.

chos do início do século XX, essa filiação precisava ser dissimulada. Assim, o tipo encenado por Paixão Côrtes era ideologicamente purificado de traços platinos. Ao invés do chiripá, veste histórica do campeiro fronteiriço, sempre vinculado às representações do *gaucho* castelhano, como no monumento de Escalada, aparecia na obra de Caringi a bombacha, de uso mais recente e ainda atual, identificada ao peão disciplinado da grande fazenda de criação no estado, e, como veremos nos capítulos I e II deste livro, já apropriada anteriormente pelas elites sul-rio-grandenses na domesticação simbólica da figura, originalmente considerada rebelde. Dessa forma, o grande sucesso do Laçador sedimentou o ocaso do Oriental no patrimônio material da cidade.

Sem sombra de dúvidas, algo mudou nos últimos anos. Em 2016, o próprio prefeito de Porto Alegre, José Fortunati (PDT), participou, quase ritualmente, da realocação da estátua esquecida. Em entrevista aos jornais locais, justificou a iniciativa da seguinte maneira: “Decidimos pela transferência do Gaúcho Oriental porque a obra estava em um local praticamente escondido e a população nem sabia da sua existência”.⁴ Fortunati se preparava então para deixar a administração da capital e, certamente, tinha interesse em demarcar seu legado na paisagem urbana, divulgando uma imagem de realizador de obras públicas, algo que seu candidato a sucessor não conseguiu capitalizar nas eleições seguintes. Esse esforço pessoal, todavia, revela que os esquemas de pensamento mobilizados no debate público regional ao longo de todo o século passado já não fazem mais sentido. A patrulha da brasilidade do gaúcho caiu em desuso. Em contrapartida, a afirmação da gauchidade sul-rio-grandense nunca esteve tão consolidada. E ela movimenta hoje um mercado de bens simbólicos considerável, que baliza investimentos políticos e econômicos geralmente seguros. Em 2017, por exemplo, uma campanha publicitária ambiciosa “ressuscitou” o jornal farroupilha *O Povo*, durante duas semanas, para vender cerveja.⁵ Poucos meses depois, o maior grupo de co-

⁴ Na mesma notícia, o jornalista informa que “Ao retratar o gaúcho de forma **descontraída**, Escalada usou o chiripá, em vez da bombacha tradicional” (grifo meu) (MONUMENTO, 2016, s.p.).

⁵ A ação fazia parte da publicidade da marca de cerveja Schin, patrocinadora do acampamento da Semana Farroupilha, no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre. Foram 14 edições distribuídas gratuitamente, com quatro páginas cada, em formato tablóide, e curadoria textual do Movimento

municípios do estado, a Rede Brasil Sul (RBS), afiliada local da poderosa Rede Globo de Televisão, divulgava, com ares de pesquisadora científica, uma série de reportagens sobre o perfil do consumidor gaúcho, em que a população era caricaturalmente classificada como mais ou menos tradicionalista, numa escala que ia do “gaúcho fiel” ao “gaúcho desapegado”.⁶

No campo político, apelar à “identidade gaúcha”, além de um caminho fácil, pavimentado por gerações subsequentes de intelectuais mais ou menos ligados à classe dirigente, também é uma aposta barata. Enquanto o prefeito Fortunati encampava uma estátua já existente, o governador do Estado, José Ivo Sartori (PMDB), comemorava a vida e a obra do maior escritor regionalista rio-grandense, João Simões Lopes Neto (1865-1916), aproveitando uma rede pré-existente de instituições e agentes de memória e de cultura, dinamizada pelo projeto de autoapresentação da cidade natal do autor, a decadente, mas ainda rica Pelotas; uma de suas bases de sustentação eleitoral, então administrada pelo aliado Eduardo Leite (PSDB).⁷ No terceiro mês de governo, Sartori assinou o decreto que instituiu o Biênio Simoniano (2015-2016) no calendário oficial do Rio Grande do Sul, em referência à passagem dos 150 anos de nascimento e 100 anos de morte do escritor, no que foi mais tarde seguido pela capital Porto Alegre e outras cidades do interior. Grande parte das atividades desenvolvidas, principalmente em 2016, já vinha há muito sendo planejada por uma equipe pelotense, que negociava inclusive fontes de financiamento e parcerias com empresas públicas e

Tradicionalista Gaúcho (MTG).

⁶ As outras três categorias são “gaúcho raiz”, “gaúcho não praticante” e “gaúcho exportação”. Além da divulgação da iniciativa nos telejornais da emissora e no periódico *Zero Hora*, foi criado um site para detalhar os resultados do projeto “Persona”, que destaca, em sua apresentação, a seguinte pergunta: “Quem são e como pensam os gaúchos?”. Disponível na internet: especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/persona. Acesso em 15/01/2018.

⁷ Localizada na Metade Sul do estado, é considerada uma “capital regional”, liderando uma microrregião de municípios gaúchos importantes, como a cidade portuária vizinha de Rio Grande. Tem população estimada em cerca de 345 mil habitantes (IBGE, 2017), sendo a terceira cidade mais populosa do Rio Grande do Sul (atrás de Porto Alegre e Caxias do Sul). Em 2015, seu PIB representava 1,9% da economia gaúcha, ocupando a nona posição municipal, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Possui PIB per capita (cerca de 21 mil reais) e IDH (0,739) elevados (IBGE, 2017).

privadas. A gauchidade e o seu grande escritor pareceram, então, artefatos interessantes em tempos de crise econômica e políticas de austeridade fiscal.

Não deixa de ser irônico que o governador tenha pautado sua candidatura pela imagem estereotipada de “gringo”, através de sua origem familiar de imigração italiana, o que acenava para sua base política histórica, a cidade de Caxias do Sul e vizinhanças: um mito social hoje em dia positivo, ligado a valores de trabalho, esforço e sucesso, que legitima a posição dominante da burguesia da microrregião da Serra no contexto estadual, mas condenado na literatura gauchesca de Simões Lopes Neto. Assim como acontecia nos países platinos, no início do século XX, o imigrante e suas lavouras de pequena e média propriedades eram percebidos como responsáveis pelo fim de uma idade de ouro gaúcha na região, como veremos no Capítulo III deste livro. Talvez certa memória desse confronto social e cultural longínquo exigisse concessões simbólicas à pampa originária, área natural de savana que se confunde com a Campanha rio-grandense e sua economia ganadeira tradicional. Talvez a exploração de uma identidade parcelar, geograficamente pouco expressiva, durante a propaganda de sua chapa, levasse, no exercício do poder, à necessidade de se apoiar em bases culturais mais amplas, recuperando um modelo de representação da região há muito construído como unitário e internamente coeso (também contra todas as evidências históricas). Certamente, o mito do gaúcho desviava a atenção de um projeto de governo marcado por desinvestimento e desmonte da máquina pública.⁸

Como apontou Céli Pinto (1990), o regionalismo gaúcho é historicamente um “discurso de crise”. Além de suas funções de conciliação interna, ele remete a origem dos problemas locais à exploração real ou imaginada do poder central. É um produto da propaganda da elite farroupilha do século XIX, recorrentemente atualizado nas barganhas das elites regionais com as oligarquias nacionais, que serviu, por exemplo, para fundamentar

⁸ Entre as medidas de Sartori para o “enxugamento” do aparato de Estado, se encontra a privatização de empresas públicas, como a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), responsável pela edição do Diário Oficial do Estado, e a extinção de diversas fundações dedicadas à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico e científico, como a Fundação Zoobotânica, com o Jardim Botânico de Porto Alegre, e a Fundação de Economia e Estatística (FEE).

as pretensões de autonomia do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Primeira República, para alavancar a campanha de Getúlio Vargas à presidência ou justificar a tomada de poder, em 1930, e, até mesmo, para solicitar empréstimos e socorros financeiros à União, como na criação do Banco Meridional, em 1985 (em meio às comemorações do sesquicentenário farrapo), uma instituição federal que incorporou bancos estaduais à beira da falência. Mito que caía como uma luva no cenário nacional de crise política que se iniciou com o esgotamento do modelo petista de governar, a consecutiva crise de financiamento do Estado, a alta ideologização das eleições de 2014 e o clima de negociata política que culminou, pouco tempo depois, no impedimento de Dilma Rousseff (PT). Sartori, que apoiou publicamente o principal candidato da oposição, Aécio Neves (PSDB), se apresentava, então, como espécie de “aliado crítico” da presidenta, demandando do diretório central do Partido dos Trabalhadores ajuda para saldar seus débitos de campanha, ao mesmo tempo em que minava suas bases locais de apoio, responsabilizando as administrações de Tarso Genro (PT), no Governo Estadual, e de Lula e Dilma, no Governo Federal, pelo histórico desequilíbrio das contas públicas do Rio Grande do Sul.

Além da cobrança de retribuição pelo papel de vigia da fronteira Sul e defesa da integridade do território brasileiro, a força de convencimento dessa estratégia, ao menos em nível interno, se encontra na presunção da superioridade gaúcha em relação às outras unidades da Federação. Do século XIX para cá, ela tomou formas também diversas, sempre coladas a ideologias dominantes, como na falsa afirmação da branquitude da população sul-rio-grandense, com a paralela negação da escravidão na história regional, no auge dos debates raciais pós-geração de 1870. Em outros momentos, apelou à maximização seletiva de alguns traços reais, como as taxas mais elevadas de alfabetização e de desenvolvimento social do estado, mas ignorando o processo de distribuição de terras e de riquezas representado pelas colônias de imigração alemãs e italianas, o que gerou uma classe média endinheirada que sustentou esses índices positivos por décadas a fio. A “identidade gaúcha”, conforme sua versão vitoriosa, é, portanto, um discurso conservador, nos mais distintos aspectos; avesso, inclusive, ao mito platino do gaúcho rebelde, cuja maior expressão talvez se manifeste no primeiro *Martín Fierro* (1872), poema gauchesco de José Hernández, em que o protagonista de-

serta da guerra de fronteira argentina, criticando a exploração popular pelas elites urbanas e autoridades públicas. O mito do “gaúcho rio-grandense”, conforme hoje sedimentado no ideário regional tradicional, é uma espécie de “anti-Fierro”, a despeito mesmo da obra de Simões Lopes Neto, mais uma vez mobilizada para fundamentá-lo.

Quem nasce e/ou cresce no Rio Grande do Sul dificilmente escapa de algum contato com a obra simoniana. Seus dois livros consagrados, *Contos Gauchescos* (1912) e *Lendas do Sul* (1913), são ainda hoje lidos e relidos na escola e na universidade, divulgados por folcloristas e tradicionalistas e, como vimos, celebrados pela mídia e pelas instituições de cultura. Nas últimas décadas, ganharam adaptações televisivas e cinematográficas.⁹ Há mais tempo, oferecem motivos para artistas plásticos, como Iberê Camargo¹⁰, e compositores, como Vitor Ramil.¹¹ Desde a década de 1920, com a primeira geração modernista no estado sulino, são apropriados por poetas e prosadores, como Augusto Meyer, Erico Verissimo, Barbosa Lessa e Moacyr Scliar. Seu personagem Blau Nunes, o gaúcho pobre que dá voz às suas narrativas, virou um mito literário e, por certo tempo, foi até nome de uma localidade.¹² O mundo gauchesco que ele representa se confundiu com a cultura fronteiriça, e quando ela, ou sua versão idealizada, passou a designar simbolicamente a totalidade da região, a literatura simoniana virou marca de identidade coletiva, o que explica as tentativas de capitalização do autor pelos governos atuais, algo que já havia acontecido, em menor proporção, nas comemorações do centenário de seu nascimento, em 1965. E por mais que o conteúdo regionalista seja uma das principais

⁹ Em 2012, o diretor Henrique de Freitas Lima lançou o filme *Contos Gauchescos*, misto de documentário sobre a vida do autor (prólogo dirigido por Pedro Zimmermann) e transposição de algumas narrativas para o formato audiovisual (*Os Cabelos da China*, *Jogo do Osso*, *Contrabandista* e *No Manantial*). Mais tarde, foi dividido em episódios exibidos pela RBS TV.

¹⁰ O pintor possui uma série de oito painéis (1960) inspirados na lenda *A Salamanga do Jarau*. Parte dela está exposta na mostra permanente da Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre.

¹¹ A canção *No manantial*, do álbum Ramilonga (1997). Em 2008, Ramil lançou *Satolep*, obra literária em que Simões Lopes Neto se torna personagem ficcional. O livro foi um dos finalistas do Prêmio Jabuti de 2009 na categoria de Melhor Romance.

¹² Ex-distrito Blau Nunes, atual município de Santa Clara do Sul, no RS.

razões de sua persistência na vida cultural do sul do Brasil, e mesmo após o descenso da temática no campo de produção erudita, especialistas em literatura continuam atestando a excelência das composições, além da originalidade das técnicas de narração e do manejo da linguagem cotidiana em forma literária, o que volta a alimentar o círculo de leituras e apropriações artísticas, identitárias e políticas.

Acredito que tudo o que eu disse até aqui também demonstre que Simões Lopes Neto é, em si, um mito literário contemporâneo, ainda que interpele com mais força poucos segmentos da sociedade brasileira e o faça de maneira diferenciada. Existe, portanto, uma história da construção desse mito, que fala muito da vida cultural e política do Rio Grande, do Brasil e, em alguma medida, do Cone Sul. Ela nos permite entender a lenta construção da identidade gaúcha para a região, as disputas que levaram ao modelo hoje hegemônico de gauchismo, mas também exige esforços de compreensão do campo intelectual no país, dos usos políticos do passado e das maneiras de pensar, representar e inventar o Brasil. Assuntos que, há algum tempo, estão na agenda das historiadoras e dos historiadores. Ou seja, este não é apenas um trabalho sobre Simões Lopes Neto. É sobre uma história particular de lutas, dissidências e concessões, no plano simbólico, que podemos apreender através de sua trajetória e de sua obra.

* * * *

Um estudo intitulado *Movimentos Atuais da Literatura Brasileira*, apresentado na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP) de 2013, pouco antes do início desta investigação, indicou Simões Lopes Neto entre os autores brasileiros mais citados na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ocupando a 53^o posição (LAITANO, 2013, p. 3). Esse interesse atual da academia pela obra do escritor corrobora sua seleção para certo cânone de literatura nacional, notavelmente de perspectiva modernista, e demonstra a necessidade ainda sentida de compreender a sua experiência literária. No entanto, esse balanço quantitativo pode mascarar o real alcance de Simões nos círculos científicos e o fôlego das pesquisas empreendidas. Uma leitura cuidadosa da bibliografia sobre o autor aponta

para a preponderância de pesquisas na área de Estudos Literários, uma função evidente da sagração de seus textos de ficção, geralmente realizadas em instituições universitárias da região Sul. Nos últimos anos, a descoberta e a publicação de manuscritos inéditos – o livro de leitura escolar *Terra Gaúcha* (2013) e o método de alfabetização *Artinha de Leitura* (2013) – ou as reedições da literatura “madura” – *Contos e Lendas* – e da obra “menor” – até então os *Casos do Romualdo* (1952), o ensaio histórico *Terra Gaúcha* (1955), o teatro de circunstância e algumas séries de crônicas e poemas de jornal – também ensinaram visadas novas sobre aspectos diversos da produção simoniana, encorpendo essa tendência.

Em meio a muitas dezenas de artigos pontuais e alguns trabalhos de conclusão de curso de Letras, também foram apresentadas dissertações e teses sobre a trajetória do autor (NETTO, 2015), seus textos jornalísticos (LIMA, 2016), sua geografia imaginária (ANTUNES, 2005) seu projeto folclórico (SEVERO, 2013) e até sobre sua fortuna crítica (CASALI, 2004). Todos esses estudos mais detidos trazem contribuições importantes para a compreensão do “fenômeno” Simões Lopes Neto no Brasil meridional. Ao longo deste livro, buscarei travar diálogos com tais pesquisas, em paralelo a minhas próprias análises das fontes, incorporando algumas de suas avaliações e me posicionando frente a questões que considero problemáticas e/ou não respondidas. No momento, quero me ater a um certo desconforto de historiador. É muito comum que os trabalhos em Letras encampem a imagem pública atual do autor, de que falamos acima, e partam de seu reconhecimento limitado em vida (uma ideia que também me parece duvidosa), para reafirmar seu lugar central na história literária regional ou reinseri-lo no cenário cultural nacional. Provavelmente em razão da origem crítica dos estudos literários universitários, em que pesava bastante o julgamento de valor, muitas das visadas recentes na área continuam se apresentando como esforços de resgate e de memória, reafirmando sua qualidade estética. Assim, visões algo romantizadas da biografia do autor convivem com análises textuais internas bastante sofisticadas, sem aparente contradição. E muitas interpretações equivocadas, tributárias da primeira apreciação encomiástica, acabam se perpetuando.

Na verdade, já faz bastante tempo que Simões Lopes Neto conquistou a academia. Trabalhos sólidos e de grande envergadura

dura, como a tese de Flávio Loureiro Chaves (2001)¹³ e a monografia de Lígia Chiappini (1988), já contam com três décadas, quando se iniciavam as pesquisas universitárias sobre aspectos formais e ideológicos dos contos e das lendas. Em termos de fatura literária, eles retomaram as abordagens modernistas do aproveitamento da linguagem rural e do enfoque narrativo original, que acompanha o ponto de vista do personagem popular Blau Nunes. Algo que só teria sido novamente desenvolvido de maneira satisfatória na literatura brasileira a partir de Guimarães Rosa. Nesse sentido, também possuem uma ambição crítica probatória. De outro lado, estudiosos como Regina Zilberman, Ana Mariza Filipouski e Maria Eunice Moreira (1973), pouco antes, exploraram as relações do regionalismo simoniano com as visões de mundo das classes latifundiárias dominantes. Na mesma esteira, Maria Luiza Armando (2014) apresentou Simões Lopes Neto como espécie de retratista do mundo social em transformação na Primeira República, quando se verifica a decadência da economia pecuarista tradicional e a perda de legitimidade das elites da Metade Sul do estado.¹⁴ Os nexos entre literatura e política, ou melhor, entre a produção cultural regional e o campo político do qual fazia parte, também serão perseguidos neste trabalho, mas ainda parece necessário ultrapassar certa simplificação ideológica e alguns traços de “reflexologia” na análise da literatura simoniana. Mesmo Chaves, acadêmico que explorou as opções estéticas dos *Contos Gauchescos* e das *Lendas do Sul* com rigor analítico e riqueza de interpretações, tendeu a resumir a história em Simões Lopes Neto como expressão da “ideologia regionalista”.¹⁵ Como pretendo demonstrar com esta pesquisa, mesmo no nível das representações políticas, não existia unidade de perspectiva entre os escritores sul-rio-grandenses do período.

¹³ Doutorado em Letras defendido na USP em 1980. O título original da tese é “A cinza e a semente (ficção e regionalismo em Simões Lopes Neto).”

¹⁴ A tese de Doutorado em Sociologia da Literatura foi defendida na Université Paris III-Sorbonne Nouvelle, na década de 1980, mas traduzida e publicada no Brasil somente em 2014. Conferir também ARMANDO, 1986.

¹⁵ “Os contos gauchescos e as Lendas do Sul ainda são uma expressão do regional e traduzem uma ideologia regionalista, porque delinham intencionalmente um espaço físico particularizado dentro duma prosa mimética; mas, sobretudo, porque nele representam um mundo e um código social que se encerram em si mesmos” (CHAVES, 2001, p. 15).

Assim como havia interesses de elites conflitantes em jogo, havia regionalismos divergentes na cena intelectual. Na verdade, praticamente tudo se encontrava em (re)definição e disputa nas primeiras décadas da República brasileira.

Outra herança da crítica pré-universitária aos estudos literários é o recorte nacional. A patrulha da brasilidade, de que falamos no início deste trabalho, afetou a historiografia literária no estado, que negligenciou as trocas entre os regionalismos rio-grandenses – e de Simões Lopes Neto – e os gauchismos rio-platenses. Em função disso, há, ainda hoje, uma tendência a explicar a obra do autor unicamente nos termos de “escolas” ou correntes literárias brasileiras; com poucas exceções notáveis, como Aldyr Garcia Schlee (1989) e Luís Augusto Fischer (2004, 2012, 2014). Portanto, existe uma tendência a sobrevalorizar a filiação do projeto de Simões à “comunidade imaginada” brasileira. Nosso autor, como veremos, foi um intelectual polígrafo nacionalista, ardente defensor da brasilidade sulina. No entanto, o plano das intenções e filiações políticas de um escritor não pode apagar o que foge de seu domínio: a cultura em que transita e na qual se inspira. Simões Lopes Neto viveu, atuou e produziu literatura em um mundo de fronteira porosa. Por isso, ele nos oferece um testemunho rico e pessoal da fixação de seus limites físicos e simbólicos. Seu projeto nos dá, assim, acesso a um momento importante da história rio-grandense, brasileira e platina: a configuração de distinções identitárias regionais e nacionais contra o passado comum de indefinição geográfica, trocas linguísticas e culturais intensas e de interdependência econômica, social e política. É sintomático que, na crítica literária, o trabalho que mais enfatiza os influxos platinos na produção regionalista rio-grandense, a tese de Lea Masina (1998) sobre Alcides Maya, não chegue a se ocupar de Simões Lopes Neto.

Por fim, há alguns trabalhos recentes em outras áreas do conhecimento, como a tese de Luís Artur Borges Pereira (2014) em Educação, abordando o projeto cívico-pedagógico do autor, ou a dissertação de Aline Carvalho Porto (2015) em História, explorando as conexões entre regionalismo e nacionalismo (mas que acaba reproduzindo o mesmo recorte nacional rígido da tradição crítica). No geral, contudo, são poucos os olhares “externos” ao campo literário na bibliografia especializada. Menores, ainda, as contribuições da História Social, ou mesmo da História Cultural, compreendida nesta investigação como uma histó-

ria social da produção cultural.¹⁶ Por tudo o que disse, de meu incômodo de historiador frente aos juízos de valor nos Estudos Literários (o que não significa um ponto de vista “melhor” sobre o objeto, mas demonstra a distância das abordagens e a possibilidade de encontrar resultados diferentes) aos enfoques ainda inexplorados, Simões Lopes Neto pode representar um grande laboratório para as preocupações contemporâneas da historiografia acadêmica profissional.

Para dar conta do problema de pesquisa, além do tratamento adequado das fontes privilegiadas – de natureza literária, historiográfica e folclorista –, é necessário mobilizar campos e saberes diferentes, incluindo o diálogo interdisciplinar. Os debates e conceitos da crítica literária e da análise textual precisam ser levados em consideração, como os problemas da *mimesis* (ou da representação ficcional da realidade) e da verossimilhança, as estratégias estilísticas (históricas e pessoais) de fatura do texto e a dimensão intertextual da construção dos cânones. Movendo-se entre o pensamento político e estético de Simões Lopes Neto e o quadro mais amplo do ideário e das representações coletivas, esta pesquisa também recorre ao conhecimento teórico sobre cultura, identidade e produção simbólica desenvolvido nas Ciências Sociais. Para cada pergunta específica da investigação, geralmente respondida em capítulo ou seção próprios, selecionei um conjunto de documentos. De acordo com as características desse *corpus*, emprego diferentes métodos quantitativos e qualitativos, geralmente combinados, de leitura intra, inter e extratextual, tais como a análise sociológica de trajetória, a narratologia, a abordagem editorial ou “material” das obras, a crítica epistemológica e o comparativismo. Ao invés de estender esta introdução com vá-

¹⁶ Nesse sentido, localizei apenas trabalhos em que a obra de Simões Lopes Neto aparece como um objeto incidental, como nos ensaios de Tau Golin sobre a “ideologia do gauchismo”. Já Cesar Guazzelli (2002) dedicou um artigo a figuras do imaginário gauchesco em Simões Lopes Neto, Bartolomé Hidalgo e José Hernandez, mas não chegou a desenvolver suas instigantes observações a respeito do autor em pesquisa histórica detalhada. Ainda assim, considero a sua abordagem comparativa da gauchesca, um gênero literário e um fenômeno cultural fronteiriço, fundamental para a avaliação do projeto de Simões, localizado histórica e espacialmente num ponto de encontro entre as culturas letradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Tal perspectiva será compartilhada neste trabalho.

rias discussões metodológicas, prefiro detalhar as minhas opções ao longo do relato, o que também me permite expor o percurso da pesquisa. Da mesma maneira, conceitos e categorias diversos serão empregados em análises específicas e apresentados no confronto com os documentos, o que acredito trazer ganhos heurísticos e narrativos para o trabalho. De qualquer forma, duas categorias basilares, presentes em todo o texto, que o leitor vai notar já terem sido acionadas diversas vezes até aqui, merecem alguns esclarecimentos prévios. São elas *projeto* e *memória histórica*. A primeira dá conta, principalmente, das ações individuais ou de grupos; do plano das intenções, mas também das articulações de leituras ou apropriações pragmáticas. A segunda aponta para o objeto de intervenção dos próprios agentes; ao plano dos imaginários e dos repertórios coletivos.

Baseado nos trabalhos de Alfred Schutz, o antropólogo brasileiro Gilberto Velho adota a seguinte definição para o conceito de projeto: “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (VELHO, 1994, p. 40). Segundo ele, ainda, não existem “projetos individuais puros”, sem referências a projetos coletivos: “Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretativas” (VELHO, 1997, p. 26). Eles nunca são fenômenos puramente subjetivos, pois se constituem no interior de um campo de possibilidades “circunscrito historicamente e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes” (VELHO, 1997, p. 26). Tendo em mente essas observações, não vejo riscos de cairmos em abordagens voluntaristas. Sei que há nos Estudos Literários certa resistência às análises de intenções de autores, com boas justificativas teóricas para isso, mas grande parte do trabalho dos historiadores e dos cientistas sociais é tentar acessar aquilo que não se manifesta diretamente nas fontes, ou melhor, na superfície dos textos, na sua *performance* ou discurso de autoapresentação: são âncoras de referencialidade, que podem se encontrar na experiência social ou em visões de mundo e arranjos ideológicos mais amplos, dos quais fazem parte os projetos individuais e coletivos. Eu credito a essa resistência disciplinar a seguinte observação de Aldyr Garcia Schlee:

No caso de JSLN, não há mais que especulações feitas pela crítica a respeito do que ele quis e chegou a ser como escritor.

Falar de um projeto literário simoneano¹⁷ é contrariar todos os dados biográficos disponíveis do autor, tudo o que se sabe de sua vida, toda a inconstância e inconsequência de seus propósitos (SCHLEE, 2006, p. 276).

É verdade que há uma profusão de fontes a respeito do autor, levantadas por uma bibliografia quase obcecada pelo detalhe, o que ajuda a perpetrar confusões. O grande desafio, portanto, é selecionar dessa massa discursiva os dados pertinentes e submetê-los a procedimentos adequados para responder as questões que se pretende responder. Isso exige método e rigor conceitual, além de certa propensão à experimentação. Não o simples acúmulo de informações e a recusa à interpretação. Como veremos neste livro, se houve alguma constância na vida de Simões Lopes Neto foi justamente ter sido um homem de projetos. Muitos, frustrados. Outros, nem tanto.

Da mesma forma, a memória histórica, ou a memória pública de fatos, episódios e personagens construídos como históricos, se distingue de noções mais espontâneas de memória social devido à sua condição de objeto coletivo de investimentos políticos. Na medida em que toda recordação se insere em uma malha de relações sociais, qualquer memória é coletiva *per se*, como apontava o sociólogo Maurice Halbwachs.¹⁸ Sempre lembramos a partir de um ponto de vista mais amplo, como nossa profissão, identidade de gênero, pertencimento de classe, etnia ou geração. Mas a reflexão sobre os nacionalismos e a memória nacional revela que há uma dimensão não negligenciável de compartilhamento das lembranças: sua produção para a propaganda. Desde o final do século XVIII, pelo menos, a criação de representações do passado se tornou tarefa de especialistas, principalmente historiadores, mas também literatos, compositores, jornalistas, folcloristas, entre outros. A partir daí, esse tipo de memória coletiva se estabeleceu como um dos parâmetros para

¹⁷ Outra discordância pontual com Schlee diz respeito ao uso da forma “simoneana” ao invés do termo consagrado “simoniano”, para evitar confusões com “simonia” ou “simonismo”, o comércio de objetos sagrados. Além de contrariar um uso público há muito assentado na academia e no senso comum sobre o autor (o que em si já evita a polissemia), em trabalho dedicado a Simões Lopes Neto, como nesta pesquisa, acredito que fazer tal correlação exigiria um esforço imaginativo muito grande do leitor.

¹⁸ Daí a noção de “quadro social de memória” (HALBWACHS, 2006).

a definição do “povo” e como substância fundamental para a celebração da pátria. As comunidades políticas então imaginadas, nos conhecidos termos de Benedict Anderson (2008), construíam para si um passado glorioso quase imemorial, que justificava sua articulação, além de uma dada situação gozada no presente ou projetada no futuro, com pretensões territoriais e de soberania política. A memória nacional surgia, dessa forma, como tipo de memória coletiva privilegiada, ligada ao âmbito do espaço público e da história oficial.¹⁹ A memória histórica é, portanto, um segmento da memória nacional, mesmo que produzida para uma escala menor, como a região.²⁰

* * * *

Este trabalho enfoca, assim, a fabricação de uma memória histórica e de uma identidade política gaúcha para o Rio Grande do Sul, com a primeira fase de invenção de tradições propriamente dita, contexto em que o nosso autor buscou intervir através da escrita da história, do folclorismo e da ficção. Suas escolhas denotam a importância do discurso literário para o inventário e a fixação de um panteão de heróis, de episódios históricos passíveis de celebração e, principalmente, da criação de um mito de origem étnico e social comum, a figura do *gaúcho pampiano* ou *gaúcho sul-rio-grandense*, que possibilitou certa coesão simbólica interna a uma realidade cindida por experiências históricas diversas, muitas vezes percebidas como inconciliáveis – o latifúndio de criação e as empresas escravistas de charque, de um lado, e as pequenas propriedades de agricultura familiar, de colonização europeia recente, de outro; ou, ainda, a oposição entre campo e cidade, durante o surto de industrialização e urbanização do Rio Grande do Sul ocorrido na Primeira República, e os consequentes processos de aprofundamento vertical e de com-

¹⁹ Essas e outras definições e distinções do conceito de memória podem ser encontradas em CATROGA, 2001.

²⁰ Assim como para “nação”, a ideia de “região” não é tomada nesta pesquisa como dado apriorístico. Ela é um objeto de lutas de classificação, das quais participam os saberes acadêmicos e institucionais que pretendem delimitá-la, conformando social e discursivamente uma realidade social e discursiva. A esse respeito, ver o capítulo “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, em BOURDIEU, 2010.

plexificação horizontal da estrutura social, com a multiplicação de identidades profissionais e de classe, que se cruzaram com a histórica pluralidade étnica e a diversidade de gênero. Trata-se, portanto, de uma mitologia política que teve na escrita de ficção um *locus* privilegiado. A gênese histórica ou a sociogênese da obra que eu busco empreender, neste livro, visa não apenas historicizar a *originalidade* simoniana, mas as condições compartilhadas de produzir literatura e escrever história, e suas inflexões na vida política do estado e do país.

No Capítulo I, “Os mundos de Simões”, analiso a trajetória pessoal do escritor, buscando compreender as razões de sua lenta conversão à carreira literária e seu estatuto de reconhecimento relativo no incipiente campo cultural brasileiro da Primeira República. Em seguida, operacionalizo um balanço de suas leituras e apropriações de textos/autores, em áreas e gêneros diversos, a que chamei de “biblioteca imaginária”. Com isso, além de acessar a “programação intelectual” de sua época, em termos bourdianos, e as posições individuais de Simões Lopes Neto no debate público, procuro construir hipóteses e chaves de interpretação novas para a sua consagrada literatura de imaginação. No Capítulo II, “A domesticação do passado”, analiso o desenvolvimento de seu projeto intelectual, das primeiras investidas no setor de Educação às tentativas de se fazer historiador e ao exercício do folclorismo, explorando suas contradições ideológicas iniciais, que só se resolvem na equação de um passado popular fronteiriço, ao mesmo tempo emblemático e problemático, para o Rio Grande do Sul, em plena execução de um projeto oficial de pacificação da cultura popular e de definição e controle da gauchidade brasileira. Essa gênese social e mental da obra me levará, no Capítulo III, intitulado “Uma estética do desvio”, a explorar a posição geográfico-cultural fronteiriça do escritor, que, otimizada pelo contexto de mudanças políticas e sociais, pode ter levado à adoção de procedimentos e técnicas de composição não canônicos em sua literatura de imaginação. Assim, na abordagem da ficção, investigo possíveis diálogos do autor com a produção poética gauchesca da Argentina e do Uruguai, que circulava no sul do Brasil. Além disso, comparo suas soluções literárias ao que vinha sendo experimentando, no mesmo momento, por outros escritores regionalistas sul-rio-grandenses. Acredito que essas duas estratégias articuladas nos levarão ao inventário dos traços “originais” da ficção simoniana.

Portanto, este trabalho preocupa-se com os nexos entre a vida literária – as condições sociais, institucionais, intelectuais e/ou mercadológicas de produção e consumo de literatura – a historiografia tradicional e o lento estabelecimento de uma memória histórica de viés oficial para o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, cabe ainda um esclarecimento. A opção por “fronteira Sul”, ao longo do texto, cumpre uma dupla função de demarcação temporal e espacial. Inicialmente, ela assinala a longa duração do processo estudado, que antecede a conformação da província de São Pedro e atinge a atual confusão no ideário nacional entre o estado sulista do Rio Grande do Sul e a região “gaúcha” do Brasil.²¹ Também revela uma característica espacial perene: a posição limítrofe que, de um lado, permite e facilita trocas transnacionais, mesmo em processos de demarcação cultural – como é o caso da invenção de um sujeito *folk* originalmente comum, mas de usos políticos específicos e diversos na Argentina, no Brasil e no Uruguai – e, de outro, solicita a vigilância sobre as geografias física e imaginária do Estado-nação. Na *periferia* sulina²² – outro

²¹ Quer dizer, a “gauchidade” é uma construção cultural regional que se confunde com uma identidade política estadual. Assim como ela estende um patrimônio histórico limitado, ligado à área de fronteira do Brasil com o Uruguai e com uma parte da Argentina, a todo o território do estado do Rio Grande do Sul, é certo que, em sentido inverso, a ideia de “nordestinidade”, por exemplo, mascara diferenças internas, incluindo recortes geográficos. Sobre essa questão, ver os trabalhos de Durval Muniz de Albuquerque Júnior. A identidade gaúcha é, portanto, um constructo de ambição “regional”, que impede, inclusive, a afirmação de uma identidade “sulista”, equivalente a “nortista” ou “nordestino”, para o conjunto dos três estados do Sul. A coincidência entre os limites físicos e simbólicos da região “gaúcha” do Brasil e do estado do Rio Grande do Sul não pode, portanto, ser tomada como um dado “natural”, como veremos ao longo desta investigação.

²² A relação *centro x periferia*, neste trabalho, não pode ser lida como função direta dos debates das Ciências Sociais na década de 1970, instigados pela CEPAL, que pretendiam abordar, principalmente, as desigualdades combinadas de desenvolvimento da economia capitalista. Antes disso, é tributária de uma apropriação mais estritamente política e cultural da relação, conforme os trabalhos de Joseph Love (1975) e Leticia Nedel (2005), sobre duas faces do regionalismo gaúcho. Grosso modo, entendo como *periferia* uma zona marginal de produção de discursos e de bens simbólicos, que se reporta hierarquicamente a um centro de poder (político, econômico e cultural), mas que também se encontra com outros espaços (centrais ou periféricos em determinada configuração nacional/regional vizinha específica). É, portanto, uma zona de contato, o que permite a importação de representações e

termo que empregarei neste trabalho para iluminar as relações do Rio Grande do Sul com os centros político, econômico e cultural do país –, a patrulha militar do território, uma vez consolidados os seus limites físicos, será imediatamente sucedida pela patrulha simbólica dos intelectuais sul-rio-grandenses, recorrentemente empenhados em afirmar o pertencimento cultural do estado ao restante do Brasil e em vigiar importações indesejadas dos países platinos (ou fiscalizar as situações toleradas de troca cultural). Essa configuração, da qual falamos já na abertura desta introdução, afeta a composição da literatura de imaginação de Simões Lopes Neto e determina as maneiras como ela será lida, o que nos ajuda a compreender o enigma de sua persistência.

de estratégias de representação produzidas em sistemas externos, ao mesmo tempo em que se exige a delimitação de barreiras a essas trocas culturais, a vigilância do sistema de que participa perifericamente e a construção de grupos inimigos/alienígenas, alteridades constitutivas de suas próprias identidades políticas e culturais. É essa correlação de forças que leva a periferia a exigir o reconhecimento de suas particularidades, paralelamente a demandas por autonomia relativa, ao mesmo tempo em que reivindica a inserção na totalidade do sistema (caso histórico do Rio Grande do Sul, ou da fronteira Sul, segundo os trabalhos de Ruben Oliven).

CAPÍTULO I

Os mundos de Simões:

Itinerários culturais na fronteira sul

Atualmente, verifica-se um novo interesse pela vida e pela obra de João Simões Lopes Neto na imprensa ordinária, provavelmente motivado pela agenda de comemorações do recente Biênio Simoniano. Descobertas de textos perdidos e esforços de edição têm virado notícia com certa frequência. Mas o sabor de novidade vem acompanhado de lugares-comuns elaborados há muito tempo. Em 2017, por exemplo, um texto simoniano foi resgatado das páginas do pelotense *Correio Mercantil*, do distante ano de 1900: *A família marimbondo*. Trata-se de uma espécie de crônica em formato de carta, em que o autor relata sua desistência de redigir uma peça homônima, daquelas obras de teatro urbano ligeiro que hoje causam estranhamento nos leitores do “grande regionalista”. Talvez por isso, a cobertura do jornal *O Globo* reproduz, já no título de sua matéria, um dos clichês mais duráveis da biografia do autor: “Um Simões Lopes Neto jovem, frustrado e inédito”. Desde cedo, portanto, ele sofreria com a falta de reconhecimento.²³ Como é sabido, a imagem de escritor fracassado foi construída por seus biógrafos décadas após a morte. Inicialmente, ela respondia à questão incômoda da pequena circulação dos *Contos Gauchescos* e das *Lendas do Sul* em vida, principalmente se colocada em contraste com a grande repercussão nacional da edição crítica desses textos, em 1949.²⁴ À medida que a caçada póstuma de informações sobre o autor revelava seus recorrentes malogros empresariais, reforçou-se a ideia do fracasso como destino simoniano, marca típica de um

²³ “A obra é curiosa por ter uma temática mais urbana (Lopes Neto é conhecido por narrar as tradições gaúchas) e trazer um escritor ainda jovem, insatisfeito com a falta de reconhecimento” (TORRES, 2017).

²⁴ Esse processo de resgate e construção de Simões Lopes Neto ao longo do século XX é o objeto da segunda parte da tese de doutorado que originou este livro. O respectivo texto também foi adaptado e publicado, neste ano, como *Simões Lopes Neto Modernista: o campo literário e a invenção do autor* (ZALLA, 2022).

personagem incompreendido porque “à frente de seu tempo”.²⁵ Praticamente um Mozart das letras brasileiras.

Assim como a imprensa não especializada atual, a crítica e a historiografia literária vêm tomando, há bastante tempo, essa avaliação como um fato consumado.²⁶ Neste capítulo, pretendo fazer o movimento contrário: suspender o pressuposto e transformá-lo em problema de pesquisa. Simões Lopes Neto teria realmente fracassado como intelectual?²⁷ Afinal de contas, quais eram as condições de sucesso na vida literária da periferia sulina no Brasil durante a Primeira República? Para reconstituir as “leis que regem o acesso e o êxito no campo intelectual” (BOURDIEU, 2007, p. 186), optei por iniciar este trabalho com uma análise de trajetória,²⁸ o que nos revelará o mundo social do personagem. Na primeira seção, buscarei analisar seus trunfos – a herança material, a formação, o capital de redes sociais, o prestígio familiar –, e suas experiências profissionais malogradas. Na

²⁵ Muito recentemente, o último biógrafo de Simões Lopes Neto empregou essa expressão como título de seu posfácio à edição póstuma de *Terra Gaúcha – Histórias de Infância* (DINIZ, 2013).

²⁶ A seguinte construção de Lígia Chiapinni é representativa da tendência: “Uma vez entrando no colégio, finda a primeira fase da vida de Simões e começam as complicações: a mistura do fracasso e do sucesso, grandes alegrias e profundo sofrimento; inferno e céu; tentações do diabo dividindo o homem entre as solicitações do campo e da cidade, das letras e da indústria” (CHIAPPINI, 1988, p. 17).

²⁷ Como defende Jean-François Sirinelli, a mobilização do termo “intelectual” exige uma definição de “geometria variável”, historicamente datada, mas baseada em alguns elementos invariantes, que desembocariam em duas acepções: a) uma ampla e sociocultural, que abriga os criadores e os mediadores culturais; b) uma mais estreita, enfocada na noção de engajamento (SIRINELLI, 2009, p. 242). Essa dupla categorização dialoga com as classificações sociológicas de Sergio Miceli para a geração de produtores culturais polígrafos da Primeira República, por sua vez tributária das observações de Pierre Bourdieu para os agentes do campo intelectual francês. Acredito que, ao se definir os atributos socioprofissionais específicos da configuração brasileira do período estudado, é possível tratar a experiência letrada de Simões Lopes, seu papel de criação e de mediação de bens simbólicos e seus engajamentos no espaço público, nos termos de uma história social dos intelectuais.

²⁸ Utilizo o conceito bourdiano de *trajetória*, que exige o reconhecimento do campo de atuação do personagem estudado. Trata-se, segundo o sociólogo, de uma “*série* de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações)” (grifo do autor) (BOURDIEU, 2005, p. 189).

segunda, busco compreender como possíveis estigmas e *handicaps* sociais levaram à conversão para a carreira literária, além de identificar as posições sucessivas por ele ocupadas no campo regional de produção cultural. Acredito que, dessa maneira, será possível identificar os critérios de época para a consagração, avaliando de que maneiras eles afetaram a literatura de imaginação simoniana. A terceira seção é um exercício ainda maior de especulação, um ensaio e uma espécie de transição para as análises discursivas e formais das obras, que se seguirão nos próximos capítulos: a partir das citações diretas e das referências implícitas, pretendo compor uma espécie de biblioteca imaginária de Simões Lopes Neto. Trata-se de uma aproximação a seu mundo mental, de seu repertório e de seu cânone literário pessoais, mas também será uma forma de ingressar nos debates e preocupações de seu tempo. Duas abordagens distintas que, a meu ver, se complementam no desenho de uma gênese histórica de sua literatura de ficção.

1.1. Uma sociologia do fracasso: trajetória social e carreira literária

Herança e formação

É sabido que João Simões Lopes Neto descende de uma rica e influente família do Rio Grande do Sul no século XIX. O avô paterno que dera o nome ao nosso personagem, João Simões Lopes Filho (1817-1893), possuía largos campos na província sulina e no norte do Uruguai.²⁹ A história da Estância da Graça, a mais notória de suas propriedades, se confunde com o povoamento luso-brasileiro na fronteira Sul que originou o município de Pelotas – epicentro da economia charqueadora e principal polo produtivo

²⁹ Quando faleceu, aos 76 anos, deixou terras situadas em três municípios rio-grandenses e no Departamento de Durazno, na República Oriental do Uruguai. Naquela ocasião, a Estância da Graça ocupava uma área de 20.910.148 braças quadradas, com uma lotação de cerca de 1000 reses. Maior era a Estância de São Sebastião, na fronteira com a Argentina, que ocupava 226.285.303 metros quadrados, reunindo 6500 reses de cria e 1500 reses de corte (REVERBEL, 1981, p. 28-29). A menor estância rio-grandense era a de Bom Retiro, situada no município de São Gabriel: 51.118.192 metros quadrados. A estância uruguaia não aparece no inventário (APERS, 1893).

da província durante todo o Império.³⁰ Dela, também, viriam os títulos de nobreza recebidos pelo latifundiário: Barão da Graça, em 1872, e Visconde da Graça, em 1876. Sua influência política e seu prestígio junto à elite local também eram notáveis. Foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo em 1846,³¹ um ano após o fim da Guerra dos Farrapos, na qual se envolveu pelo lado revoltoso. Em 1868, se tornou comandante superior da Guarda Nacional do município de Pelotas. Em 1870, foi eleito membro da Assembleia Legislativa e, em 1871, nomeado primeiro Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul.³² Seu segundo filho do primeiro matrimônio, Catão Bonifácio Simões Lopes (1838-1896), pai de nosso personagem, administrou a fazenda de renome, entre 1855 e 1882, quando se transferiu para a Estância de São Sebastião, em Uruguaiana, na fronteira Oeste da província (Figura 1).³³

Do lado materno de Simões Lopes Neto, no entanto, os recursos materiais parecem mais modestos, apesar da extração social idêntica: proprietários rurais e criadores de gado. O inventário de Thereza Coelho de Freitas (?-1876), mãe de nosso personagem, indica os seguintes bens a serem partilhados entre

³⁰ Segundo os memorialistas, o Comendador João Simões Lopes, bisavô português do nosso personagem, instalou-se no pequeno povoado de São Francisco de Paula, futura Pelotas, ainda no começo do século 19. Foi criador de gado, charqueador e dono de uma olaria. Casou-se com Dorothea Carneiro da Fontoura – neta de João Carneiro da Fontoura, um dos pioneiros da colonização portuguesa na região, estabelecida com as forças do brigadeiro Silva Paes em 1737 -, sobrinha de Izabel Francisca Fontoura, uma das maiores proprietárias de sesmarias da província, de quem herdou a Estância da Graça (DINIZ, 2003, p. 29). O casal teve provavelmente sete filhos, dentre os quais João Simões Lopes Filho, futuro Visconde da Graça.

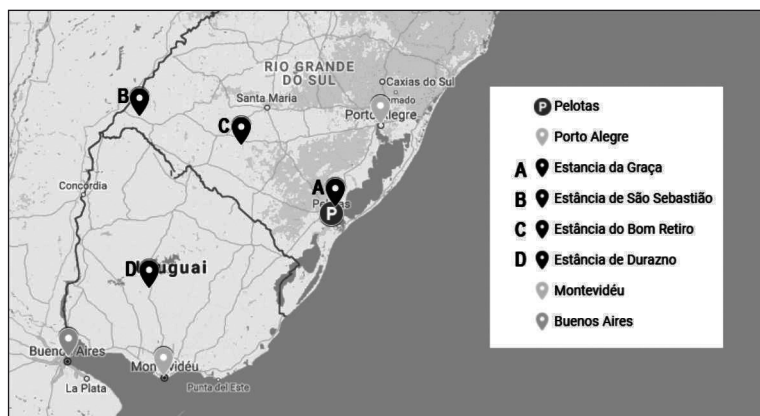
³¹ Um índice de sucesso entre a elite fronteiriça sulina constituída no final do período colonial, conforme apontado por Helen Osório (2007, p. 289).

³² Foi, ainda, convidado pelo Visconde de Rio Branco, em 1874, a assumir o cargo de Presidente da Província, o que não aceitou, provavelmente para não se distanciar de seus negócios em Pelotas. Como mecenas local, foi fundador da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), atuou na abertura da barra e canalização do rio São Gonçalo, na instalação da companhia de bondes da cidade e na estrada de ferro que ligava Rio Grande a Bagé, doando terras para sua implantação (DINIZ, 2003, p. 32). Também costumava socorrer o governo da Província ou empresas de interesse público com empréstimos volumosos, como 300 contos de réis empregados na Companhia Hidráulica Pelotense, em 1876.

³³ O mapa e algumas das imagens deste capítulo possuem uma função eminentemente expositiva, mostrando ao leitor os espaços por onde circulara nosso personagem.

os filhos: uma casa, um terreno e três escravos.³⁴ Vale dizer que mesmo o patrimônio paterno parece acanhado frente à opulência da família Simões Lopes. Quando faleceu, em 1896, Catão Bonifácio deixou sete casas, quatro terrenos, quantidade em dinheiro apurada pela venda de seu campo na Estância da Graça e 20 ações da Companhia Rio-grandense de Gás. Coube a Simões Lopes Neto a quarta parte da herança, avaliada então em cerca de trinta e cinco contos de réis.³⁵

Figura 1 – Localização aproximada das propriedades do Visconde da Graça



Fonte: elaborada pelo autor

Antes de discutirmos os usos do patrimônio material, é importante dizer que Simões Lopes Neto teve uma infância e uma adolescência financeiramente seguras e fartas, dada a sobrevivência do avô até sua mocidade, quando houve a divisão das terras e o parcelamento da fortuna entre seus cerca de 20

³⁴ “... uma casa de porta e janela, com frente para a Rua 24 de Outubro; um terreno de 17 metros de frente, na Rua São Miguel, e três escravos: Faustino, de 22 anos; Rogério, de 20 anos, e Luísa, de 19 anos, todos crioulos e serventes” (APERS, 1877).

³⁵ Um terreno situado em faixa periférica à urbanizada, uma casa com seis aberturas de frente, uma casa com duas aberturas de frente, cinco ações da Companhia Rio-Grandense de Gás e seis contos, quinhentos e noventa mil e cinquenta réis em moeda corrente (APERS, 1896).

herdeiros.³⁶ Nosso personagem cresceu na Estância da Graça, como filho do “patrão” de fato, onde dividia seu tempo entre as brincadeiras com as três irmãs – Eufrazia, Silvana e Maria Izabel –, o acompanhamento quase lúdico dos trabalhos com o gado, o letramento inicial propiciado pela mãe e o convívio com os escravos domésticos.³⁷ Foi somente após o falecimento de Thereza, em 1876, que ele ingressou em colégio pelotense, com cerca de 11 anos de idade.

Segundo os memorialistas e biógrafos, Catão Bonifácio era muito apegado ao filho e teria postergado ao máximo sua saída da fazenda. No entanto, a formação escolar tardia também podia ter um motivo mais profundo. Como mostrou Jonas Vargas, a charqueada pelotense era uma empresa familiar e os “seus proprietários buscavam agir de forma estratégica para manter o patrimônio da família nas gerações seguintes e encaminhar os filhos e filhas na vida adulta” (VARGAS, 2016, p. 26). A socialização no campo, assim, pode indicar o projeto de Catão Bonifácio para João: a reprodução social de sua posição de criador de gado e charqueador.³⁸ Segundo Ivete Massot,³⁹ sobrinha e afilhada de Simões Lopes Neto, o próprio Visconde da Graça acabou

³⁶ Segundo Diniz (2003), o Visconde da Graça teve 12 filhos no primeiro casamento, do qual 8 chegaram à idade adulta, e 10 filhos do segundo, do qual também 8 ultrapassaram a infância. Ele também teria 6 filhos adulterinos com Vicência Ferreira Lira.

³⁷ Desse convívio teria nascido uma amizade para toda a vida: o pequeno Simeão, filho de escravos que já nascera livre, teria sido seu companheiro de infância. Ele teria seguido o personagem em sua residência na cidade e sobrevivido à sua morte. As fontes não indicam a condição do trabalho de Simeão.

³⁸ Conforme Vargas, “(...) os charqueadores pertenceram à elite mais rica, poderosa e prestigiosa do extremo sul da América luso-brasileira e ocuparam o topo da hierarquia social por agregarem recursos materiais e imateriais valorizados na sua realidade histórica” (VARGAS, 2016, p. 20).

³⁹ Em *Simões Lopes Neto na intimidade* (1974), Ivete Massot narra memórias familiares contadas por sua mãe e suas tias, além de algumas lembranças de seu convívio na infância com o personagem. É certo que ela também tenha bebido em outras narrativas e fontes, como os necrológicos e depoimentos publicados na imprensa pelotense e alguns documentos de arquivo. Ao mesclar vários episódios, acaba cometendo equívocos factuais; fáceis, no entanto, de se identificar e corrigir. Como notou Lígia Chiappini, trata-se de um esforço importante de organização das histórias da família. Justamente por isso, acredito que é necessário interpretar essas narrativas em função da autoimagem e da autopropaganda dos Simões Lopes.

intervindo para que o neto finalmente recebesse alguma instrução formal. Uma narrativa certamente romaneada para ressaltar os vínculos afetivos entre pai e filho e celebrar a racionalidade generosa do avô. De qualquer forma, João teria percebido as mesmas vantagens e recursos escolares de seus tios de idade próxima, filhos do segundo matrimônio do Visconde.

Aqui chegamos ao primeiro imbróglio da biografia simoniana. Há muitas informações desencontradas a respeito de sua vida escolar. Uma nebulosa alimentada pelo próprio escritor, ao que tudo indica, e difícil de se dissipar, dadas as lacunas documentais.⁴⁰ Sabe-se que ele teria realizado seus estudos iniciais em Pelotas, durante dois anos. É muito provável que tenha frequentado o Colégio Francês, conforme indicação de sua viúva na década de 1940.⁴¹ O domínio da língua francesa, demonstrado futuramente nos jornais locais com algumas composições poéticas e com a tradução de um artigo, reforça a hipótese, ainda que fosse praticamente moeda corrente entre os filhos da elite ilustrada brasileira no final daquele século e que possa ter se desenvolvido nas etapas seguintes de estudo. De qualquer forma, esses investimentos indicam a sintonia da educação simoniana com as expectativas de alta cultura das classes dominantes no país.

As fases posteriores de sua formação são ainda mais problemáticas. É certo que o jovem Simões foi enviado ao Rio de Janeiro, possivelmente em 1878, para concluir os estudos secundários e ingressar em curso superior, tendo permanecido na capital do Império por cerca de quatro anos, ainda que as informações desencontradas também levem a crer numa estada de seis anos.⁴² Por muito tempo, acreditou-se que ele havia frequentado o famoso Colégio Abílio, junto aos tios Antônio

⁴⁰ Não há acervo preservado das instituições de ensino pelotenses do período.

⁴¹ A viúva teria indicado esse dado ao escritor Manoelito de Ornellas, que participou dos esforços de consagração póstuma de Simões Lopes Neto nas décadas de 1940 e 1950. O Colégio Francês pertencia a Aristides Guidony e, como mostrado por Diniz, foi frequentado na mesma época pelos irmãos Bruno e José Gonçalves Chaves, a quem o personagem revelaria muito apreço nos escritos da vida adulta (DINIZ, 2003, p. 48-49).

⁴² Em função disso, Reverbel apostava no retorno de Simões em 1882. Já Diniz acredita que tal fato se deu em 1884. Os relatos de Ivete Massot não são confiáveis nesse sentido.

Simões Lopes e Ildefonso Simões Lopes. Carlos Reverbel, seu primeiro grande biógrafo, confiava nesse dado, mesmo tendo colocado em xeque a crença no seu ingresso posterior em curso de medicina.⁴³ Mais recentemente, Carlos Francisco Sica Diniz consultou os documentos daquele educandário, hoje depositados no Arquivo Nacional, e não encontrou nenhum registro de sua passagem por ele.⁴⁴ O mesmo se repete em relação à etapa seguinte. Segundo a investigação de Diniz, não há documento no acervo da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que confirme o vínculo alegado.⁴⁵

Há duas versões correntes nas memórias simonianas sobre o retorno a Pelotas. Na primeira, de feição oficial, o jovem estudante teria sido acometido por uma doença e, sendo prejudicado na faculdade, decidira retornar à cidade natal. A segunda, bastante marginal, mas provavelmente de domínio público desde a época, dado seu tom jocoso e sua sobrevivência por décadas na oralidade, informa que o moço teria sido expulso da casa do tio-avô no Rio de Janeiro, Ildefonso Simões Lopes, irmão do Visconde da Graça, após ser pego espiando sua esposa pelo buraco da fechadura.⁴⁶ Evidentemente, não importa aqui determinar qual delas seria a verdadeira, mesmo que isso fosse possível. Mais

⁴³ “Não se sabe sequer o nome do colégio frequentado pelo futuro escrito na cidade natal, mas é certo que, no Rio de Janeiro, ele foi aluno do Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas (Abílio César Borges), o famoso Aristarco, retratado com crueza no ‘Ateneu’, de Raul Pompeia” (REVERBEL, 1981, p. 35).

⁴⁴ Segundo Diniz, não há nenhuma referência ao nome de João Simões Lopes Neto nas relações de alunos que prestaram exames no período de 1876 a 1884, diferentemente de seus tios Antônio e Ildefonso (DINIZ, 2003, p. 56).

⁴⁵ No entanto, há uma lacuna de documentação para os anos de 1882 a 1884, período para o qual que também não se sabe se Simões Lopes Neto já havia retornado a Pelotas ou permanecia no Rio de Janeiro (DINIZ, 2003, p. 58-59). É necessário dizer que Reverbel já havia encomendado consulta semelhante antes da publicação de seu livro, com o mesmo resultado.

⁴⁶ O primeiro registro escrito conhecido dessa variante não oficial data de 1999. A socióloga e escritora Hilda Simões Lopes, sobrinha-neta que não conheceu o tio em vida, relata o seguinte em sua contribuição para o *Caderno Ponto & Vírgula*, da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, dedicado ao autor: “E que fora incompreendido, pois ao enviarem-no a estudar no Rio – era órfão de mãe – ficara em casa dos tios; isso até o dia em que o tio flagrara-o espiando, pelo buraco da fechadura, o banho da tia. Na manhã seguinte fora posto no navio, de volta para Pelotas. Bendito banho, sem ele talvez não tivéssemos *A salamanca do jarau*” (LOPES, 1999, p. 26).

relevante é pensar sobre a função social dessas narrativas em seu contexto original de circulação. Mesmo que a versão principal servisse para encobrir a marginal, acredito que ambas possuíam um valor probatório. É muito difícil que Simões Lopes Neto tenha vivido quatro (ou seis) anos na capital do Império sem passar por estudos secundários formais. No entanto, como dito, é pouco provável que tenha frequentado algum curso superior. De certa maneira, nenhuma das narrativas sobre o abandono precoce da cidade colocava em questionamento o projeto familiar de formação do jovem João. Num contexto em que o acesso à carreira médica dependia principalmente de “relações personificadas com base na reciprocidade” (CORADINI, 1997, p. 430),⁴⁷ o primeiro fracasso do personagem representaria, na estrutura de poder local, uma falha na posição dominante exercida pela família Simões Lopes. Daí, também, a necessidade de controle das narrativas sobre o malogro escolar.⁴⁸

Ao longo dos anos, essas memórias algo fictícias da passagem por instituições de ensino do Rio de Janeiro se transformariam num dos principais trunfos do escritor, fazendo as vezes de atestado de ilustração, na ausência de títulos acadêmicos. As alegadas causas externas do abandono dos estudos afastavam questionamentos quanto à capacidade intelectual do personagem e ao capital cultural por ele adquirido. Quando Simões Lopes Neto faleceu, os necrológicos superestimaram as versões sobre sua educação, indicando que teria frequentado as faculdades de Medicina, Direito e Engenharia.⁴⁹ Com certeza, um índice do sucesso da autopropaganda, pessoal e familiar, e da construção de sua

⁴⁷ Segundo Coradini, nem mesmo a substituição da figura do imperador, como referência para a ascensão das elites, por um conjunto de esferas profissionais e sociais, no período, teria afetado a lógica personificada das concepções relativas à profissão e à concessão de títulos (CORADINI, 1997, p. 430).

⁴⁸ Parece que a dúvida persistia entre os contemporâneos do escritor. Em 1965, Sílvio da Cunha Echenique, filho do editor de Simões e que o conhecia, afirmou em missiva para Carlos Reverbel: “A história de ter sido estudante de medicina é estória. Basta ver a idade do Joca quando foi para o Rio e quando voltou. Em três ou quatro anos não poderia ter feito preparatórios e, ao mesmo tempo, cursado três anos de medicina” (Apud REVERBEL, 1981, p. 37).

⁴⁹ Além da repetição das afirmações correntes quanto à Faculdade de Medicina, o jornal *A Opinião Pública*, justamente aquele em que o personagem trabalhava nos últimos meses de vida, acrescentou os dois outros cursos em seu “currículo” póstumo.

imagem pública como intelectual. Se o próprio Simões evitava especificar a sua formação, também acabava por endossar a confusão, da qual tirava rendimentos simbólicos. São conhecidas, nesse sentido, as páginas da conferência “Educação Cívica”, de 1906, em que afirmava: “Eu tive campos, vendi-os; **frequentei uma academia, não me formei**; mas sem terras e sem diploma, continuo a ser... Capitão da Guarda Nacional” (grifo nosso) (LOPES NETO, 1906, p. 10).

Dessa forma, as narrativas probatórias do projeto frustrado podiam realizar parcialmente um dos efeitos do recrutamento para a elite médica no período: a ocupação de posições em outras esferas sociais. A conversão inicial dos recursos de formação se deu paralelamente em três espaços: a) o campo limitado da produção cultural local; b) o mercado de postos públicos; e c) o ramo empresarial. O primeiro era fonte de prestígio e oferecia acúmulo de capital social,⁵⁰ direcionados aos dois últimos por Simões Lopes Neto em suas investidas profissionais. O segundo, bastante restrito em sua estrutura de oportunidades, seria logo abandonado, como veremos adiante.

Estratégias de (re)inserção na elite

Em seus vinte e poucos anos, é certo que o personagem tenha se fixado na cidade, às expensas da família.⁵¹ Segundo os memorialistas, nesse momento seria bastante agitada a sua vida social, que tinha a companhia dos tios de mesma idade nos salões e eventos públicos. Esse trânsito pela alta sociedade, como sabemos, não se restringia à esfera do lazer. Para a elite, configurava uma oportunidade de gerir e ampliar suas redes de relações, com implicações práticas na vida política e no mundo dos negócios,

⁵⁰ Conforme Bourdieu, “capital de relações mundanas, (fonte de ‘apoios’ úteis) de honradez e respeitabilidade, muitas vezes indispensável para atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade e, por esta via, de sua clientela, podendo inclusive resultar numa carreira política” (BOURDIEU, 2007, p. 324-325).

⁵¹ Também existe certa confusão sobre o destino do personagem na chegada da capital: residência urbana em Pelotas, Estância da Graça ou Estância de São Sebastião, em Uruguaiana. É provável que tenha passado temporadas em todas elas. Foi na última, localizada nos arredores do cerro do Jarau, que teria tomado conhecimento de uma variante oral da lenda da Salamanca, trabalhada literariamente décadas depois.

além de reforçar a coesão interna e as estratégias de distinção frente aos grupos subalternos.⁵² Função logo percebida pelo jovem Simões Lopes, que investiria em sua imagem pública junto a essas camadas:⁵³ mais do que intelectual, naquele momento ele se apresentava como um homem de visão e de conhecimento técnico, preparado para liderar modernos empreendimentos, supostamente de interesse coletivo.

Em 1888, começavam suas colaborações na imprensa local. Primeiro, no jornal *A Pátria*. A partir de 1893, no *Diário Popular*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Um rápido balanço dessa primeira produção textual revela o esforço de autoconstrução do personagem: utilizando gêneros variados – como poemas na forma dos triolés parnasianos, então muito apreciados,⁵⁴ e crônicas satíricas –, praticava o comentário da vida pública local e da sociedade brasileira em geral, com críticas à ineficiência da burocracia e ao mundo político, além da propaganda de seus serviços e produtos. Em 1893, por exemplo, publicou o artigo “As nossas indústrias”, em que descrevia o segundo setor pelotense com pormenores de expertise, e, algum tempo depois, uma série de seis textos que compunha a monografia “Canalização do arroio Santa Bárbara e melhoramentos anexos”. Esses estudos faziam parte de sua primeira grande aposta comercial. Simões Lopes Neto obteve do poder público a concessão das terras adjacentes àquele curso d’água e vários bene-

⁵² Os espaços de sociabilidade das elites da cidade no século XIX foram analisados por Dalila Muller, que destacou as “práticas de distinção e diferenciação no universo social pelotense” (MÜLLER, 2010, p. 22). Trataremos de alguns desses espaços na sequência. Sobre o lugar dos salões de baile no contexto local, o estudo de Müller revela seu elevado número e a significativa cobertura na imprensa (MÜLLER 2010, p. 61).

⁵³ Desses círculos, aliás, viriam algumas parcerias, como José Gomes Mendes, seu sócio em algumas empresas e parceiro na produção teatral. Futuramente, os laços seriam reforçados pelo matrimônio com Silvana, uma das irmãs de Simões Lopes Neto.

⁵⁴ Segundo Lígia Chiappini, os triolés simonianos seriam compostos à maneira dos populares poemas parnasianos de Fontoura Xavier, com três, quatro ou cinco estrofes, “com temática de circunstância, engraçados, mas de um humor leve, cujo sentido muitas vezes nos escapa, justamente por terem envelhecido com os fatos imediatos a que aludem” (CHIAPPINI, 1988, p. 29). Os triolés apresentam estrofes de oito versos, em que o quarto e o sétimo versos repetem o primeiro, enquanto o oitavo verso repete o segundo.

fícios de exploração, em troca de sua canalização. Contudo, não conseguiu angariar capital econômico junto à elite local para a execução da obra, tendo de abandonar o projeto. Foi seu primeiro fracasso na vida profissional.

Apesar do grande crescimento populacional por que passara Pelotas, saltando de 21 mil a 41 mil habitantes, entre 1872 e 1890,⁵⁵ e dos rendimentos da produção pecuária, que então dominava a pauta de exportações do Rio Grande, o mercado de postos públicos local ainda era bastante limitado. Pouco menor do que Porto Alegre, que em 1890 contava com 52 mil habitantes, o principal polo econômico da província carecia de um aparato estatal desenvolvido na mesma proporção de sua capital político-administrativa.⁵⁶ Nesse sentido, a elite latifundiária da zona fronteiriça, que escolhia Pelotas para residir, acabava tomando a iniciativa na promoção de obras urbanas de interesse público, como as melhorias do porto local.⁵⁷ Na falta de instituições oficiais de cultura, como aquelas que vinham sendo erigidas em Porto Alegre, a prática do mecenato também tinha grande importância.⁵⁸ E não era recente. O Teatro Sete de Abril, primeiro da província, foi construído em 1834 por uma sociedade dramática particular, durante a expansão do negócio do charque. Em 1875, foi fundada a Biblioteca Pública Pelotense (BBP), como associação civil sem fins lucrativos, sediada inicialmente em sobrado cedido pelo Visconde da Graça. Nota-se, assim, a estreita relação entre o mundo da cultura e a pequena, mas abonada, elite local. É

⁵⁵ Dados aproximados, retirados dos censos de 1872 e 1890.

⁵⁶ Em seu levantamento de atividades profissionais em Pelotas no final do século 19, Jonas Moreira Vargas chama a atenção para o pequeno peso da burocracia e, conseqüentemente, dos profissionais liberais e empregados públicos: “Este é de longe o menor grupo, visto o alto índice de analfabetismo e a baixa burocratização da sociedade da época. Juntos, eles reuniam 65 indivíduos, ou seja, 9% dos qualificados como votantes” (VARGAS, 2016, p. 143-144).

⁵⁷ Notando a assimetria entre a capital política e a sede da principal elite econômica do Rio Grande no século 19, alguns cronistas de época chegavam a apontar como benéfico para Pelotas o fato de não abrigar o governo provincial, pois ela ganharia em dinamismo e espírito empreendedor.

⁵⁸ A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, data de 1877. Já o museu histórico mais antigo, o Museu Júlio de Castilhos, foi instituído após a morte do tribuno republicano, na capital, em 1905.

evidente que, numa sociedade extremamente desigual,⁵⁹ os bens culturais sofisticados se destinavam a poucos. Menor ainda era o número de produtores habilitados para o trabalho de produção simbólica, comumente recrutados entre forasteiros, não raro estrangeiros, e camadas descendentes da própria elite pecuarista.⁶⁰ Nesse cenário, entendemos algumas das opções e estratégias desenvolvidas pelo jovem Simões Lopes Neto para manter suas condições originais de reprodução social.

O primeiro ponto a se destacar é a sua pequena propensão à vida político-partidária e ao setor público. Republicano de primeira hora, assim como os demais homens adultos do clã, o personagem se manteve fiel ao PRR mesmo durante a Revolução Federalista, de 1893. Foi nessa ocasião que serviu como tenente do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional do município, sem nunca entrar em combate.⁶¹ Em 1896, foi eleito conselheiro municipal, cargo que ocupou apenas naquela legislatura, até 1900. Já em 1904, após malogar em todas as suas atividades empresariais, recebeu por concurso público a concessão de um cartório. Posição que atipicamente abandonaria em pouco mais de um ano.

O segundo ponto diz respeito ao setor de serviços. Em 1890, Simões Lopes Neto montou um escritório de despachante, atividade que desenvolveria durante toda a sua vida, com alguns breves intervalos.⁶² Segundo Jonas Vargas, a sociedade pelotense de fim de século possuía uma complexidade social considerável, com camadas de proprietários urbanos intermediárias entre a elite pecuarista que nela residia e o grosso da população mais pobre. Ainda assim, marchava lentamente no desenvolvimento da burocracia e das profissões liberais.

⁵⁹ A grande concentração da riqueza, que produzia, inclusive, uma elite com alcance nacional dentro da elite econômica local, e o apego às hierarquias sociais são duas características da sociedade pelotense do século XIX reveladas pela pesquisa de Jonas Moreira Vargas.

⁶⁰ Ver Anjos, 1996, e Vargas, 2016.

⁶¹ Foi promovido honorificamente a Capitão em 1901, quando a Guarda Nacional já havia sido dissolvida.

⁶² Em reclame do *Almanach Popular Brasileiro* para o ano de 1894, João Simões Lopes Neto e Ildefonso Correa divulgam seu trabalho como “despachantes gerais e estaduais”, encarregando-se de “todo serviço relativo à importação e à exportação”.

O primeiro despachante da cidade foi registrado somente em 1880. Dez anos depois, portanto, dificilmente a atividade seria suficiente para garantir uma renda à altura das expectativas do jovem Simões Lopes. Como notou seu primeiro biógrafo, era um “legítimo quebra-galho de um moço rico sem dinheiro” (REVERBEL, 1981, p. 130).⁶³

Era no setor manufatureiro que o personagem dispndia suas maiores energias, concomitantemente ao trabalho não remunerado de produção cultural, em teatro e jornalismo. Assim, o terceiro ponto diz respeito à relação entre a vida da elite e a produção cultural socialmente consagrada como dominante. Não é por coincidência que a estreia do dramaturgo tenha se dado no mesmo ano da primeira grande aposta empresarial. Em 1893, foi encenada a peça *O boato*, parceria de Simões Lopes Neto com José Gomes Mendes, que assinava o texto como Mouta Rara. A dupla também encabeçava uma incorporação de capitalistas locais na fundação da Sociedade Anônima Vidraria Pelotense, alardeada na imprensa pelo seu pioneirismo na província e vanguarda na América do Sul, competindo apenas com fábricas similares do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, de onde eram importados maquinário e matéria-prima. Dois anos depois, a sociedade foi dissolvida por apresentar prejuízos e exigir novas injeções de recursos. Destino idêntico ao da Sociedade Anônima Companhia de Destilação Pelotense, também capitaneada por Simões Lopes Neto e que sobreviveu entre 1893 e 1895. Paralelamente aos dois fracassos empresariais, veio o primeiro sucesso na cena teatral: a revista *Os bacharéis*. Escrita com Mouta Rara e acompanhada de partitura musical do maestro Acosta y Olivera, a peça contou com oito apresentações no Teatro Sete de Abril, somente em 1894, com sucessivas reencenações nos anos seguintes.⁶⁴

Casado desde 1892 com Francisca Meirelles, numa relação que não parece ter agregado patrimônio material considerável, o amparo familiar continuava permitindo os investimentos frustrados no mundo dos negócios e a dedicação à cena cultu-

⁶³ Nunca abandonados, os serviços oferecidos pelo escritório se diversificaram, incluindo a representação local de produtos nacionais e importados.

⁶⁴ Segundo os memorialistas, 1895 também foi marcado pela primeira empresa individual do personagem: uma investida malsucedida na apicultura.

ral. Mas o falecimento de Catão Bonifácio, em 1896, mudou essa realidade. Quando percebe sua herança, Simões Lopes Neto sofre de imediato uma queda de posição social. Durante certo tempo, acreditou-se que ele teria recebido do pai uma verdadeira fortuna, vilipendiada no decurso de suas investidas profissionais. Esse “mito”, alimentado pelas memórias familiares, como as de Ivete Massot, já havia sido questionado por Carlos Reverbel. Hoje, sabe-se que a herança recebida pelo pai do personagem não era volumosa: metade dos bens do Visconde da Graça ficaram em mãos da segunda esposa, sendo posteriormente divididos apenas com os filhos dessa união. Apesar da trajetória social em queda, o patrimônio deixado por Catão Bonifácio, como vimos, garantiria uma vida confortável aos filhos.⁶⁵ No entanto, o empobrecimento relativo levaria Simões Lopes Neto a reforçar suas estratégias de inserção na elite local, buscando acumular capital econômico, social e simbólico.

Como os dois primeiros fracassos empresariais dificultavam a captação de recursos junto aos homens de negócio, o personagem empregou parte de sua herança no financiamento dos novos projetos,⁶⁶ incluindo uma duvidosa expedição, em 1897, às lendárias minas de prata do Taió, no Vale do Itajaí, no estado vizinho de Santa Catarina. No mesmo ano, outra parceria com José Gomes Mendes, o Café Cruzeiro, vendido em grãos, iniciava vida curta. Nem mesmo a mobilização dos espaços de que o personagem dispunha na imprensa para a propaganda de seu produto foi capaz de fazê-lo superar a concorrência, tendo falido no ano seguinte.⁶⁷ Em meio a esses empreendimentos, no-

⁶⁵ Avaliada em trinta e cinco contos de réis, a quarta parte da herança que coube a Simões Lopes Neto era composta de um terreno de extensa metragem em área periférica à urbanizada, uma casa com seis aberturas, uma casa com duas aberturas, cinco ações da Companhia Rio-Grandense de Gás e seis contos, quinhentos e noventa mil e cinquenta réis em moeda corrente.

⁶⁶ Em 1897, Simões Lopes Neto adquiriu uma residência central, na rua 7 de Abril, no valor de dezoito contos de réis (DINIZ, 2003, p. 103). Essa casa foi declarada patrimônio cultural do Estado, em novembro de 1999, pelo PL 138/99, e hoje abriga o Instituto João Simões Lopes Neto (IJSLN).

⁶⁷ Além de pequenos poemas como peças de publicidade do produto, Simões Lopes Neto atacou a concorrência em artigo no jornal *A Opinião Pública*, indicando que os baixos preços executados eram decorrentes de fraude, uma vez que se misturariam ao café comercializado grãos de milho, trigo e cevada torrados.

vas peças eram levadas a cena: *Coió Júnior* (1896), escrita com Raul D'Anvers, *Mixórdia* (1896), com Mouta Rara, *Viúva Pitorra* (1896), primeira peça de autoria exclusiva, *O bicho* (1898), *Fifina* (1900), *O palhaço* (1900), *Jojó e Jajá e não Ioiô e Iaiá* (1901), *Amores e facadas ou Querubim Trovão* (1901), *O maior credor ou Por causa das bichas* (1902).

A essa altura, nos cabe perguntar por que o teatro amador se apresentava como atividade alternativa tão recorrente para um filho da elite pecuarista e aspirante a empresário. Como vimos, havia outras possibilidades de ganho de capital simbólico, como o jornalismo de colaboração, de que Simões também lançava mão. A resposta parece se encontrar fora do incipiente campo cultural local. Mais exatamente no mercado de bens de luxo da elite pelotense e em suas estratégias de demarcação social. Desde muito cedo, o teatro foi um elemento diacrítico na província, emulando o *ethos* civilizacional da corte e das capitais europeias.⁶⁸ Como vimos, a cidade erigiu a primeira casa de espetáculos do Rio Grande do Sul, o Teatro Sete de Abril (Figura 2), às vésperas da sedição farroupilha. Segundo Dalila Müller, ele foi o primeiro espaço público de sociabilidade mais fechado utilizado pelas classes proprietárias de Pelotas: “tradicionalmente o teatro era uma opção de entretenimento elegante e refinado, e participar dos espetáculos era um sinal distintivo de pertencimento à elite local” (MÜLLER, 2010, p. 141). A própria família Simões Lopes possuía uma antiga relação de mecenato com a cena teatral, pois o Visconde da Graça foi um dos 210 sócios-proprietários fundadores da Sociedade Cênica do Teatro Sete de Abril, mantenedora composta, em sua maioria, por charqueadores e produtores de gado (MÜLLER, 2010, p. 148-149). Portanto, tudo leva a crer que, em sua fase inicial de atividade intelectual, Simões Lopes Neto buscava se projetar na alta sociedade, mais do que se construir como produtor cultural ou intelectual.

⁶⁸ Além de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre contavam com casas de espetáculo em meados do século XIX, algo recente em relação à tardia ocupação luso-brasileira na região, cujos limites só se definem no final do século XVIII.

Figura 2 – Fachada do Teatro 7 de Abril em 1917

Fonte: *Almanaque Pelotense de 1917*, reproduzido em MICHELON, SCHWONKE, 2005, p. 19.

A configuração específica do teatro pelotense reforça essa interpretação. Como função da impossibilidade de profissionalização, havia uma divisão social e geográfica da oferta de espetáculos. Os gêneros considerados sofisticados, como o drama realista, eram comumente providos por companhias itinerantes que chegavam ao porto da vizinha cidade de Rio Grande, no trânsito entre o Rio de Janeiro e as capitais platinas (assim como as manifestações artísticas que exigiam maior especialização, como a ópera).⁶⁹ Os grupos amadores locais, conforme revela a própria dramaturgia simoniana, dedicavam-se às formas mais populares da comédia no Brasil: as revistas do ano, no teatro musicado, e as comédias de costume, no teatro declamado. Isso explica porque uma atividade de elite apresenta feição semelhante à cena ama-

⁶⁹ Beatriz Loner aponta que a zona sul do estado era percorrida por companhias de teatro profissional e de opereta com mais frequência do que a própria capital Porto Alegre, “pois a riqueza acumulada na cidade [Pelotas], com a atividade saladeril, permitia a existência de uma sociedade aristocrática e sofisticada que podia satisfazer suas necessidades mais refinadas (LONER, 2002, p. 49).

dora da capital federal, cujo perfil tanto dos produtores como do público, entretanto, era socialmente heterogêneo, ou interclassista.⁷⁰ Apesar dessa diferença entre centro e periferia, a circulação dos textos garantia relativa comunhão de gênero, como a reprodução da lógica temática da cena carioca: drama para reflexões individuais, comédia para a crítica social (BRAGA, 2003, p. 55).

Essa divisão era mesmo conveniente, pois permitia à produção local representar os dilemas das classes abastadas com a leveza do humor, da mesma maneira como acontecia no teatro profissional e no teatro amador do centro do país, onde os comediógrafos recorriam à ironia e ao deboche para fazer “rir seus semelhantes com a fina crítica de seus próprios costumes” (BRAGA, 2003, p. 55). Conhecendo os cânones oferecidos pela tradição cômica do teatro brasileiro, Simões Lopes Neto colocou em cena matrimônios de conveniência, traições, futilidades e vícios da elite da qual fazia parte. A viúva Pitorra, da peça homônima, casara-se com um empresário do ramo de tecidos sem ter certeza da morte do marido, envolvido na Revolução Federalista de 1893, mantendo assim o seu padrão de vida em tempos de guerra. Já o grande medo de Querubim Trovão, argumento principal do trecho dessa obra, era ter a filha desencaminhada por algum aproveitador, no que parece implícito o risco de desperdiçar uma união rentável. Em *O bicho*, texto em que o dramaturgo chama atenção para os perigos do popular jogo clandestino, uma família de classe média em trajetória des-

⁷⁰ Como revela o estudo de Luciana Penna-Franca: “Do vice-cônsul ao operário, passando por professores, militares, operários, funcionários públicos e negociantes, a prática do teatro amador estava não apenas disseminada pelos grupos sociais mais diversos, mas também em, praticamente, todos os bairros da capital, onde diferentes segmentos sociais muitas vezes conviviam numa mesma sociedade dramática” (PENNA-FRANCA, 2016, p. 57). A pesquisa de Dalila Müller mostra realidade oposta para Pelotas. Apesar de se concentrar nas décadas anteriores à produção de Simões Lopes Neto, é pouco provável que a configuração do teatro amador pelotense tenha mudado consideravelmente nos primeiros anos da República. Os preços praticados para os bilhetes e as apresentações em dias de semana restringiam o público a quem dispusesse de renda elevada e de tempo livre disponível para atividades de lazer, ou seja, aos grupos socialmente dominantes. Na produção, evidentemente, a composição social era mais diversa, pois era necessário recorrer a atores e, principalmente, atrizes recrutadas fora da elite, que desconfiava das carreiras artísticas, ainda que amadoras.

cedente perde seus últimos recursos (economias e empregos) para o vício. Muitos dos desencontros familiares estereotipados dos textos simonianos têm, portanto, como motivo profundo a preocupação com a manutenção do status social,⁷¹ problema agudo em tempos de crise da economia charqueadora, seguidos de dois anos de uma guerra civil que opôs facções diferentes da elite rio-grandense, com grande dispêndio de recursos materiais e humanos. Problema do qual o próprio Simões Lopes Neto não escaparia. Entre os fatores que podem explicar a falência de suas primeiras empresas se encontram algumas das consequências da conflagração de 1893, como a queda da demanda de bens supérfluos no mercado interno e a dificuldade de escoamento da produção para fora do estado.

Por fim, a dramaturgia simoniana oferece mais uma pista acerca de sua relação com o campo da cultura no período: as figuras do intelectual. Em *Querubim Trovão*, temos uma personagem secundária bastante significativa, Aristeu Aristarco, cujo nome parece uma referência ao deus grego que protegia os pastores, por sua vez uma conhecida metáfora arcadista do trabalho poético. Ele entra em cena pedindo apoio a Trovão, um membro da elite local, para uma campanha pessoal: persuadir o governo a enviá-lo à Europa em missão de estudos. O letrado aparece, assim, como um ente desconectado da realidade, que não produz riqueza e depende do auxílio de terceiros para alavancar seus projetos, bastante questionáveis nesse caso: "... para, como poeta, bem calcular a harmonia ou a sonoridade das rimas velhas de rimas novas que tenho para arrojá-las às multidões" (LOPES NETO, 1990, p. 129). Essa imagem é reforçada pelo uso que Aristarco faz da linguagem poética na fala cotidiana, uma estratégia de deturpação da palavra para restringir o acesso a seu conteúdo. Um recurso de poder que, apesar da distinção estabelecida, coloca o poeta ao lado do lunático – sonhador ou alienado: "Mas eu enquanto não embarco... viajo no mundo superior das etéreas esferas luminescentes" (LOPES

⁷¹ Em 1893, Simões Lopes Neto publicou uma novela em folhetim, em parceria com mais dois autores até hoje não identificados. Em *A Mandinga*, uma moça casa-se por conveniência com um "figurão" da alta sociedade pelotense. Ao se apaixonar pelo enteado, acaba envenenando o marido. Entrecho semelhante ao desenvolvido na dramaturgia.

NETO, 1990, p. 153). Mais do que uma possível crítica aos paradigmas literários do período, de que Simões se valia na produção periodista, as representações do letrado apontam para o senso comum de elite local a respeito da atividade intelectual diversionista. Aristeu Aristarco é uma atualização pragmática da alegoria do Quixote, um homem de letras que vive num universo mental avesso ao de seus interlocutores:⁷² o mundo da cultura erudita, que possui o estatuto de sofisticação, mas também recebe a desconfiança daqueles que não dominam seu *habitus* específico:⁷³ “Era melhor que você se ocupasse de alguma coisa séria em vez de estar aqui a moer a paciência com asneirolas e palavreados peneirados que ninguém entende, nem você mesmo” (LOPES NETO, 1990, p. 161), reclama Dona Josefa, sogra do protagonista, ao visitante indesejado.

A representação ambivalente do intelectual – sábio e louco, complexo e fútil – encontra grande eco num contexto periférico de um país simbolicamente dependente das nações europeias. Quer dizer, com baixo desenvolvimento do campo de produção cultural. A morte trágica de Francisco Lobo da Costa, em 1888, poeta romântico pelotense relegado à miséria, é um testemunho dessa condição e pode, muito provavelmente, ter evocado considerações negativas acerca da atividade literária nos estratos superiores da sociedade local.⁷⁴ Nas décadas seguintes, os avanços iniciais do capitalismo editorial no Brasil afetariam a produção

⁷² Entre as figurações do “quixotismo” ou do “quixotesco” mapeados por Janusz Przychodzen (2007) nas literaturas americanas, estão a distorção do real proporcionada pela leitura de textos ficcionais e a ideia de um trabalho intelectual complexo, mas fútil, ou condenado ao fracasso de antemão.

⁷³ Conforme Bourdieu, “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

⁷⁴ Filho de um casal de classe média, Lobo da Costa foi enviado a São Paulo com o intuito de ingressar na Faculdade de Direito. Entre 1874 e 1875, levava uma vida boêmia entre estudantes e intelectuais paulistas, o que teria deteriorado sua saúde. Voltando ao Rio Grande do Sul, tentou ganhar a vida com o jornalismo, tendo de mudar frequentemente de cidade. Além das poesias, compôs uma peça, *O Filho das Ondas* (1883), encomendada por um grupo teatral amador da cidade de Dom Pedrito. Em 1888, foi encontrado morto em uma vala alagada pela chuva, após fugir da Santa Casa da Misericórdia de Pelotas, onde se encontrava internado (Ver MARTINS, 1978, p. 163).

letrada sul-rio-grandense, principalmente no incentivo ao segmento didático, uma tendência captada pelo nosso personagem, como veremos adiante. Mas o jovem Simões dramaturgo dificilmente se identificaria com sua personagem-tipo Aristeu Aristarco, qualificada recorrentemente no texto como “nefelibata”, ou com o conterrâneo Lobo da Costa. Ser poeta ou escritor profissional consagrado e bem-sucedido financeiramente não podia ser uma ambição simoniana porque ainda não configurava uma possibilidade concreta na fronteira Sul do país. Ser reconhecido como intelectual, num sentido mais amplo, algo já factível nesse quadro, também não se encontrava em seu horizonte de expectativas e de necessidades. Ao menos, naquele momento específico.

Evidentemente, a condição de baixa especialização e profissionalização do campo cultural no Rio Grande do Sul era compartilhada com várias regiões do país. Mesmo na capital federal, não era possível viver exclusivamente de rendimentos financeiros da literatura.⁷⁵ No entanto, a taxa de alfabetização mais elevada do estado na Primeira República,⁷⁶ a projeção de alguns de seus nomes no cenário nacional, em função de sua relevância econômica e política e, principalmente, o trabalho de invenção de genealogias intelectuais a que os escritores modernistas gaúchos se dedicaram, na Era Vargas e na década de 1950, podem levar a uma imagem anacrônica do universo de produção cultural regional finissecular. É verdade, todavia, que a província dispunha de uma “vida intelectual peculiar” desde, pelo menos, a década de 1870, como notou Letícia Nedel. As primeiras gráficas e editoras, nascidas justamente no eixo Pelotas-Rio Grande, e as “proto-academias” efêmeras fundadas na segunda metade do século, como o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGSP)⁷⁷ e a Sociedade Partenon Literário,⁷⁸ teriam

⁷⁵ Disso se queixavam muitos dos autores de renome no Rio de Janeiro, como assinala Eliana Dutra (2005, p. 21-22).

⁷⁶ Fruto do projeto modernizador do governo positivista, e seus investimentos em educação, e da imigração europeia recente, que trazia colonos e operários já alfabetizados em suas línguas maternas.

⁷⁷ Primeira entidade provincial inspirada no Instituto Histórico e Geográfico, o IHGSP foi fundado em 1860 e extinto três anos depois. Sobre a instituição, ver Boeira, 2009.

⁷⁸ Fundada em Porto Alegre, em 1868, a agremiação contava com escritores de várias partes da província. Chegou a editar e publicar uma revista espe-

facilitado “a circulação de obras de escritores locais e, já a partir da década de oitenta, a delimitação de áreas de interesse próprias” (NEDEL, 1999, p. 104). Como veremos a seguir, Simões Lopes Neto aproveitaria essa estrutura. Mas o estado do campo cultural regional, atrelado ao campo político, não nos permite, todavia, projetar sobre ele, ou outro intelectual polígrafo do período, a moderna imagem social do escritor, nem esperar dele comportamentos associados à atividade profissional própria de um campo literário desenvolvido. Mesmo a sua futura propensão a pensar a literatura como negócio, de que trataremos a seguir, passava por critérios de produção e por uma hierarquia de gêneros diversos da configuração encontrada após a ascensão do mercado nacional de livros, na década de 1930, e da profusão de instituições literárias regionais e nacionais.

Cultura como (quase) negócio

A sucessão de títulos de dramaturgia leve só foi interrompida quando Simões Lopes Neto fez sua última grande aposta como empresário. Em 1901, estabeleceu uma sociedade com Ildefonso Corrêa para a fabricação de cigarros. O polêmico nome escolhido para a razão social da empresa parece ter sido uma estratégia publicitária ousada para a época, além de uma provocação anticlerical: *Diavolus*. Popularmente, o produto era mesmo conhecido como “marca Diabo”.⁷⁹ Em 1902, a empresa também passou a comercializar um pesticida à base de tabaco.⁸⁰ Além dos esforços de propa-

cializada em literatura, que circulou mensalmente entre 1869 e 1879, com algumas interrupções. O grupo de escritores a ela vinculado participou das campanhas abolicionistas e republicanas no Rio Grande do Sul. Em 1885, encerrou suas atividades, mas só foi extinta oficialmente em 1925. Para uma análise sócio-histórica da geração partenonista e do funcionamento institucional da academia, ver Silveira, 2016.

⁷⁹ A expressão “marca diabo” é hoje corrente no Rio Grande do Sul para designar produtos baratos ou de marcas inferiores e desconhecidas. Não consegui encontrar referências para seu uso metafórico na época. De qualquer maneira, a atribuição de sua popularização à fábrica de Simões Lopes Neto é bastante comum.

⁸⁰ A Tabacina continuaria sendo distribuída por Simões Lopes Neto anos após o fechamento da fábrica, em 1906, tornando-se uma de suas fontes complementares de renda, juntamente com o escritório de despachante. Segundo os memorialistas, Simões Lopes Neto participou com o produto da Exposição

ganda, o personagem procurou se inserir nas redes de solidariedade das classes proprietárias da cidade. Em 1901, compôs a diretoria da Associação Comercial de Pelotas e, no ano seguinte, do Clube Comercial. O capital cultural acumulado facilitava seu ingresso nesses espaços, pois costumava secretariar as reuniões e prestar serviços burocráticos e intelectuais às instituições a que servia.

Tudo indica que o volume restante do capital econômico de que dispunha foi empregado nesse projeto. A falência da fábrica, provavelmente em 1906, quando desaparecem dos jornais os reclames publicitários, põe fim às pretensões de ascensão social de Simões Lopes Neto. A partir daí, há uma nítida mudança de vetor em sua trajetória: os capitais social e cultural acumulados são convertidos em mais capital cultural, uma vez que sua sobrevivência material passa a depender quase exclusivamente de seu êxito no campo intelectual. As atividades de produção simbólica, até então recursos secundários de inserção na elite, passam a configurar sua principal frente de investimentos. Ao que parece, em paralelo ao fracasso empresarial, o personagem se consagra socialmente como produtor cultural não especializado, com a vantagem, frente a muitos concorrentes nessa esfera, de ter a mesma origem social e étnica de seu público-alvo.

As últimas peças de Simões já haviam recebido elogios na imprensa e algumas reapresentações – o que nem sempre era comum –, graças às reações positivas da plateia. Um depoimento sobre o personagem, por ocasião de seu aniversário, em 1901, revela como traços mais marcantes de sua imagem pública a versatilidade e o prestígio na cena teatral:

Não se pode chamá-lo de bonito, porque ele, que é um rapaz de espírito, não aguenta. Boa prosa, veia inesgotável, com um jeito especial de preparar e desmanchar situações... de apuro. Tem sido tudo, uma espécie de homem de sete instrumentos, conhecida, como é, a sua predileção pela música... proibida. Até 'maluco com juízo'. Agora dedicou-se à indústria, sem deixar, porém, para gáudio do público, que conhece como poucos, de fazer 'boatos', 'bacharéis' e 'viúvas' (salvo seja...). Tem graça para honrar a família" (FABER JUNIOR apud DINIZ, 2003, p. 112).

Universal de 1907, que teve lugar no campo da Urca, na capital federal. Foi sua última viagem ao Rio de Janeiro.

Como dito, sua dramaturgia começa a minguar no início da década de 1900. À dilapidação de seu patrimônio material não se segue um retorno imediato ao teatro.⁸¹ Pelo menos dois fatores explicam a mudança. Primeiramente, a feição amadora da atividade, geralmente vinculada a ações beneficentes, que não permitia o sustento material dos produtores. Como vimos, era uma atividade de entretenimento da elite para a elite. Segundo, a hierarquia dos gêneros e as expectativas em relação ao intelectual no cenário cultural local começavam, alguns anos após o advento da república, a entrar em sintonia com o debate público nacional, privilegiando as reflexões sobre a sociedade, as visadas sobre o Brasil profundo, o civismo e o patriotismo, tudo isso em grandes conferências abertas, geralmente reproduzidas pela imprensa ou divulgadas em livretos patrocinados por associações culturais. Se esse tipo de atividade também não gerava renda direta ao produtor, seu prestígio abria as portas de jornais, editoras, escolas, faculdades, órgãos governamentais e, evidentemente, habilitava o agente intelectual para “voos mais altos” no próprio campo, como o ingresso em academias tradicionais. Distante do grande circuito comercial da capital federal, que incluía a crítica especializada autorizada, o exercício do teatro na periferia sulina não possuía o mesmo efeito.⁸² Assim, a reconhecida versatilidade simoniana seria desviada para a fala pública, abarcando os mais variados assuntos de interesse coletivo: educação, literatura, comércio e até moléstias e parasitas que atacavam os animais de criação. Em poucos anos, Simões Lopes Neto se tornou pratica-

⁸¹ Segundo os levantamentos dos biógrafos, memorialistas e pesquisadores da área, depois de “Por causa das bichas”, o autor só produziria mais dois textos, já na década de 1910: “Valsa branca” (1910), diálogo em cena única, e “Sapato de bebê” (1915), melodrama inspirado em conto de François Coppée.

⁸² Um forte indicador dessa configuração era a atenção dada à comédia de costumes na cena amadora de Pelotas. A quase totalidade da produção teatral de Simões Lopes Neto se enquadra nesse gênero. No centro do país, todavia, o padrão da arte dramática elevada na segunda metade do século 19 era o drama realista burguês europeu. Segundo Claudia Braga, os autores sentiam-se pressionados a se dedicar a ele: “Para que se possa aquilatar a preocupação de teatrólogos e teóricos com o assunto, basta informar que quase todos os autores teatrais brasileiros desde o Império fizeram eventuais ou múltiplas incursões pela dramaturgia ‘séria’, pela única razão de que, se se restringissem ao plano da comédia, jamais seriam considerados dramaturgos, no pleno sentido do termo” (BRAGA, 2003, p. 42).

mente um conferencista “oficial” da cidade de Pelotas. Para além de seus limites, inclusive. Com “Educação Cívica”, percorreu as cidades de Bagé, São Gabriel, Santa Maria, Rio Grande e Porto Alegre, entre o final de 1905 e durante o primeiro semestre de 1906, construindo laços intelectuais mais amplos. De membro socialmente destacado da elite econômica pelotense, ele passa a ser um de seus representantes intelectuais autorizados. Com reconhecimento público, como testemunhou, na década de 1960, Pedro Vergara, repórter do *Correio Mercantil* sob a direção de Simões Lopes Neto:

Realmente, era um inexaurível sabedor de coisas, e tinha explicação e solução para tudo. Por certo que havia lido muito, embora não procurasse, nem de longe, afirmá-lo, - mas a sua sabedoria parecia vir-lhe da prática da vida, do contato da realidade, de um poder de observação que nada perdia do que ouvisse ou visse. Graças a isso, tanto informava sobre as lidas do campo, e os fastos e costumes das estâncias, quanto sobre escrituração mercantil, negócios de compra e venda, doenças, remédios, e sobretudo – política. Todo mundo o consultava, e quando, diariamente, escrevia, de pé, os seus artigos, na sua fria escrivania de tempo correção, a cada instante era interrompido por visitantes e massadores que iam consultá-lo sobre qualquer assunto. Interrompia-se, assim, sem zanga e com bondade, para responder a cada um. Parece que ele mesmo se considerava uma espécie de **consultor público**, com deveres, ao mesmo tempo gratos e gratuitos (VERGARA, 1965, p. 14) (grifo meu).

A principal base dessa nova projeção como figura pública era o associativismo.⁸³ Segundo Beatriz Loner, houve grande incremento do fenômeno em Pelotas nas duas últimas décadas do século XIX, “momento em que surgiram e se diversificaram entidades e associações com as mais variadas finalidades, para atender tanto às necessidades da maioria da população quanto aquelas mais específicas de seus setores mais sofisticados e enriquecidos” (LONER, 2002, p. 40). Ainda de acordo com a autora, as duas lojas maçônicas da cidade davam suporte à prática, pois

⁸³ Dalila Müller identifica na década de 1850, em Pelotas, um “boom” de associações recreativas, assistenciais/mutualistas e filantrópicas (MÜLLER, 2010, p. 61). A periodização é explicada pelo fim da Guerra dos Farrapos, em 1845, com a retomada do crescimento urbano na localidade e a reorganização das elites para atividades de lazer.

o associativismo era correlato às ideias de modernização e progresso então vigentes (LONER, 2002, p. 49). Das agremiações patronais, Simões Lopes Neto passou a incorporar clubes de elite diversos, nas áreas de lazer e cultura, e comissões organizadoras de festejos municipais. Foi, por exemplo, um dos fundadores do Clube do Ciclismo Pelotense e encampou as comemorações do jubileu da imprensa municipal. Em 1901, ingressou no União Gaúcha, uma entidade cívica que buscava preservar as tradições campeiras do Rio Grande do Sul, a exemplo do Grêmio Gaúcho de João Cezimbra Jacques, fundado três anos antes em Porto Alegre. O capital social familiar foi o trunfo inicial do ingresso na associação, uma vez que sua diretoria costumava ser liderada por membros da família Simões Lopes. Em 1905, foi a vez do personagem assumir a presidência. Vem daí a primeira aproximação com a temática regionalista, afeita aos interesses das classes proprietárias de Pelotas e da metade sul do estado. Mas, como veremos nos próximos capítulos, seriam o desenvolvimento do campo cultural e as injunções do campo político mais amplo no Rio Grande as causas da adesão ao universo gauchesco.

Foi nesse momento que se deu a elaboração inicial de seu projeto de memória, através da redação de um ensaio histórico e de um livro de leitura escolar, de palestras em tom nacionalista e da curadoria e confecção de uma coleção de cartões postais, possibilitada pelo pioneiro parque gráfico e editorial pelotense. Essa produção será analisada detalhadamente no próximo capítulo. Por ora, cabe demonstrar as funções práticas desses artefatos no campo cultural local.

O perfil empreendedor do pretendente a industrial foi transferido para o mundo das letras, no que acabou superestimando seus limites e condições. Seus três primeiros livros, que permaneceram inéditos em vida, denotam ambições comerciais: focados na educação, eram pensados para larga circulação. Os dois volumes do ensaio histórico *Terra Gaúcha* eram destinados ao público estudantil. Mesma pretensão de *Artinha de Leitura*, um manual de alfabetização que recebeu parecer negativo do Conselho de Instrução Pública do Rio Grande do Sul por não se adequar às normas da ortografia vigente. Se fossem encampados pelo setor educacional, mesmo que sua distribuição dependesse do mercado escolar privado, esses títulos poderiam ter rendido dividendos financeiros significativos para um empresário em vias de falência. Principalmente se somados à venda de

seu terceiro projeto editorial: o romance de formação também intitulado provisoriamente de *Terra Gaúcha*, espécie de pastiche regionalista de obra de sucesso no período, o *Cuore*, de Edmundo d'Amicis, que foi editada de maneira pirata na própria cidade de Pelotas e de lá distribuída para todo o país.⁸⁴ Inviabilizados comercialmente, os manuscritos permaneceram engavetados por muito tempo, ainda que não necessariamente abandonados pelo autor. Foi assim que um produto mais barato e palpável passou a ocupar a atenção de Simões Lopes Neto nos anos seguintes, em sintonia ideológica com os projetos frustrados: a *Coleção Brasileira* de cartões postais, comercializada em duas séries de 25 peças, de um prospecto original de 12 séries, que celebrava fatos e símbolos da história brasileira e rio-grandense. A boa recepção que o projeto recebeu na imprensa não foi acompanhada de vendagem, o que explica sua interrupção. Os anúncios da Livraria Americana ofertariam os cartões da Brasileira por muitos anos após sua publicação.⁸⁵

No final da década de 1900, Simões Lopes Neto já havia perdido grande parte do patrimônio material herdado. Para manter as condições de vida, foi se desfazendo das propriedades urbanas que possuía, incluindo a casa em que morava com a esposa e uma filha adotiva.⁸⁶ Os trabalhos como despachante seguiam

⁸⁴ A pesquisadora Maria Helena Camara Bastos localizou uma edição de *Coração* pela Livraria Universal, datando de 1907, possivelmente a quarta da casa. É também ela quem identifica o texto como uma cópia da tradução da editora carioca Francisco Alves, de 1891 (BASTOS, 2004, p. 9). A cópia não implicaria, necessariamente, em ilegalidade. Segundo Hallelwell (2012, p. 310), os direitos autorais de traduções eram protegidos por apenas 10 anos, ainda na década de 1920. O autor também revela que esta prática era corrente no estado. Apoiado em depoimento de Rubem Borba de Moraes, credita à Livraria Americana, principal concorrente da Universal, a responsabilidade pelo Rio Grande do Sul ser, no momento, o grande centro de pirataria de edições brasileiras, graças ao desrespeito do governo positivista local aos direitos dos autores dos outros estados (HALLEWELL, 2012, p. 433).

⁸⁵ Ainda em 1911, a livraria publicava anúncio no *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*: “Quem manusear esta coleção verá e aprenderá coisas que desconhecia, e outras de que formava ideia errônea e terá uma verdadeira lição de educação cívica” (ALERS, 1911, p. 23).

⁸⁶ Em 1907, Simões Lopes Neto vendeu a casa da Rua 7 de Abril, onde morou por cerca de dez anos, pela quantia de onze contos de reis (DINIZ, 2003, p. 160-161), menos de um terço do patrimônio herdado. A partir daí, passa a alugar residências cada vez mais modestas.

o mesmo ritmo de atividade esporádica e renda complementar. Segundo Ivete Massot, uma das irmãs do escritor passou a ajudá-lo financeiramente com certa frequência. Cabia, então, procurar uma fonte de renda mais segura e perene, mesmo que modesta para um Simões Lopes. Em função de suas relações com os setores mercantis da cidade e de seu capital cultural e simbólico acumulado, passou a dar aulas de francês e gramática de língua portuguesa na Academia do Comércio, no final da década, aparecendo oficialmente na nominata de professores da primeira turma de formandos, em 1913.

Mas os investimentos recentes na autoconstrução como intelectual levavam mesmo à carreira literária, que, no contexto local, de incipiente mercado de livros e instituições culturais de perfil associativo, praticamente se restringia ao jornalismo profissional. Como vimos, suas atividades esporádicas na imprensa permitiam a publicidade de seus projetos empresariais. Com o declínio e a falência da fábrica de cigarros, esse espaço seria reaproveitado para a divulgação de ideias e de projetos intelectuais. Grande parte da confusão em torno da bibliografia simoniana inédita se deve a esse fato: era prática recorrente do autor anunciar títulos inacabados ou que nem chegara a redigir, incluindo indicações fictícias de publicação futura em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro, como estratégia de convencimento do público-leitor e, possivelmente, de barganha junto às casas editoriais locais. Além desse uso publicitário do periodismo, que abria oportunidades de trabalho remunerado, a circulação dos impressos entre os grupos letrados também facilitava a aceitação do personagem como um de seus representantes autorizados, ingressando num círculo vicioso de prestígio, que ia das conferências aos jornais e dos jornais às conferências. Como apontou Sergio Miceli, a vida intelectual da Primeira República era dominada pela grande imprensa, principal instância de produção cultural e fonte da “maioria das gratificações e posições intelectuais” (MICELI, 1977, p. 15). Quadro que se repetia com o jornalismo partidário ou semiprofissional da fronteira Sul.

Entre 1911 e 1912, nosso personagem publicou doze de seus contos gauchescos no *Diário Popular*, precedendo ao lançamento do livro. A partir de então, assinaria como João Simões Lopes Neto com maior frequência, abrindo mão dos pseudônimos empregados por muito tempo no teatro – Serafim Bemol – e no jornalismo de

colaboração – João do Sul⁸⁷ –, o que atesta a tendência de profissionalização como produtor cultural, com a necessidade de reforçar a imagem de intelectual público e coordenar sua obra em função do nome próprio. Organizador, pela Biblioteca Pública Pelotense, das comemorações do centenário da cidade, Simões também editou, naquele ano, a *Revista Centenária*, em que publicou documentos e narrativas históricas a respeito de Pelotas. Essa experiência, somada à nova frequência nas páginas dos jornais locais,⁸⁸ além da posição de prestígio intelectual já alcançada, lhe abriu as portas da redação d'*A Opinião Pública*, em 1913. Pela primeira vez, teve no periodismo um trabalho remunerado. Em 1914, foi convidado a assumir o cargo de diretor do *Correio Mercantil*, que havia sido reestruturado como órgão político das “classes produtoras” afinadas com a candidatura republicana dissidente de Ramiro Barcellos ao Senado, em oposição ao Marechal Hermes da Fonseca. Apesar da orientação partidária, o jornal passou por uma modernização gráfica e editorial comandada por Simões, inspirada no carioca *Jornal do Comércio*, e que incluía a criação de uma seção cultural semanal, chamada de “Artes e Letras”. Em 1916, o álbum *O Estado do Rio Grande do Sul* publicou uma fotografia da redação desse jornal, com Simões Lopes Neto ladeado por sua equipe (Figura 3). Um registro da imprensa pelotense que autorizava seus quadros “especializados”. Nosso personagem permaneceu no posto até novembro de 1915, quando o órgão foi novamente vendido. Com isso, retornou ao jornal *A Opinião Pública*, onde trabalhou como redator de comércio e cultura até o falecimento, em 1916.

O intelectual público, assim, se tornou um *publicista*, termo corrente no período e que, segundo Otto Groth, revela uma

⁸⁷ Na série “Balas de estalo” e em alguns outros textos, principalmente na década de 1890, Simões também utilizava variações de um mesmo pseudônimo, sempre relacionados ao riso, como: João Rialto, João Riforte, João Ripianíssimo etc. Heloísa Netto acredita se tratar de uma referência aos pseudônimos usados por Guilherme de Azevedo – João Rialto – e Ramalho de Ortigão – João Ribai-xo – na imprensa carioca (NETTO, 2015, p. 32). Dessas leituras também viria o personagem Zé Povinho, que aparece em muitas das crônicas simonianas, em referência à caricatura feita pelo português Raphael Bordalho Pinheiro, difundida no Brasil por José do Patrocínio, em 1883 (NETTO, 2015, p. 65).

⁸⁸ Em 1912, também publicou um elogio fúnebre ao senador pelotense Cassiano Nascimento, recém-falecido, no *Correio Mercantil*, e dois artigos no *A Opinião Pública*, versando sobre o personagem farroupilha Giuseppe Garibaldi e sobre um projeto de lei que restringiria o ingresso de imigrantes no país.

categoria típica de etapas iniciais de profissionalização do trabalho jornalístico.⁸⁹ Eram literatos “que lutavam contra e a favor das novas ideias nos panfletos e nas cartilhas, nas revistas e nos jornais e tiravam seu sustento parcialmente desta sua atividade literária” (GROTH, 2011, p. 330). Mas, contingencialmente, Simões já caminhava em direção à profissão jornalística de fato, pois tinha, entre 1914 e 1916, nesta atuação a sua ocupação principal e participava de um *ethos* específico, transitando entre as diferentes tarefas de produção de periódicos.

Figura 3 – Simões Lopes Neto na redação do *Correio Mercantil*



No centro da fotografia, segundo da esquerda para a direita, Simões Lopes Neto posa como diretor do jornal da dissidência republicana pelotense, provavelmente em 1915.

Fonte: *O Estado do Rio Grande do Sul*, 1916, p. 187.

A imprensa local reproduzia as características textuais da grande imprensa nacional. Daí a dedicação do Simões publicista/jornalista aos gêneros então importados da França no centro do país: reportagem, inquérito, crônica. Destacam-se, nessa última fase, a série “Inquéritos em contraste” (1913) e a coluna “Temas Gastos” (1915). Como aponta Patrícia Lima, aquilo que se cha-

⁸⁹ O autor estabelece uma distinção entre atividades jornalísticas em sentido estrito (que envolviam a produção e a edição de textos em periódicos), nascidas com a imprensa moderna, e o trabalho jornalístico *profissional* (com o desenvolvimento de um aprendizado e de um *ethos* próprio), produto do século XIX.

mava, no momento, de “inquerito” era uma espécie de “gérmen da reportagem”, ou um desenvolvimento da crônica em direção ao relato e ao comentário, com o próprio autor transformado em personagem, “em repórter que busca, vê e narra” (LIMA, 2016, p. 35). Nos dezessete textos da série simoniana, encontramos tipos populares em seus ambientes de trabalho, lazer e moradia sendo interrogados pelo jornalista, que assim desvelava a vida dos cortiços, dos bairros pobres, dos grupos marginais na sociedade pelotense em crescente urbanização, sem deixar de tecer observações pessoais e apelar a padrões literários de narração, como o diálogo e as descrições detalhadas de cenas. Já nos sete “temas”, o autor aborda de maneira leve e bem-humorada assuntos comezinhos, como os modismos na escolha dos nomes próprios, a vida de casamento e o jogo do bicho, alternando o estilo e o gênero, entre crônica e conto/anedota, em textos frequentemente híbridos.

O lugar central do gênero crônica e suas variações no jornalismo finissecular na América Latina, segundo Julio Ramos, não era fortuito. Ele traduzia uma “condição de possibilidade da modernidade poética”, pois a crônica permitia a consolidação do sujeito literário através do confronto com as áreas antiestéticas do jornalismo e da cultura de massas: “se a poesia, para os modernistas (...),⁹⁰ é o ‘interior’ literário por excelência, a crônica representa, tematiza, os ‘exteriores’, ligados à cidade e ao próprio jornal, que o ‘interior’ apaga” (RAMOS, 2008, p. 107). Uma

⁹⁰ Vale a pena lembrar que, nos países americanos de língua espanhola, denominam-se de “modernistas” as tendências artísticas desenvolvidas a partir do romantismo e do simbolismo, nas últimas décadas do século XIX. Em literatura, encontramos naquele contexto padrões de composição aliados ao naturalismo e ao parnasianismo francês, como também ocorria no Brasil. Mas nossa historiografia literária, como sabemos, reservou o termo às vanguardas posteriores à Semana da Arte Moderna de 1922. Na citação de Ramos, portanto, “modernista” é a geração de intelectuais contemporâneos a Simões Lopes Neto, daí a possibilidade de pensar numa experiência literária periférica compartilhada no subcontinente. Por isso, acredito eu, a validade de algumas de suas proposições para a compreensão da carreira literária e do campo literário no Brasil da Primeira República. Segundo Sérgio Miceli, foi naquele período que “se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual relativamente autônomo, em consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação” (MICELI, 1977, p. 13-14).

espécie de divisão discursiva do trabalho do literato, gerada pela mesma autoridade estética, própria da primeira fase de desenvolvimento do campo literário nos países latino-americanos, em que a literatura dependia do jornalismo. Isso explica o hibridismo textual característico do gênero no período, conforme observado na produção simoniana. Mais interessante ainda, para os objetivos desta pesquisa, é perceber a sintonia das disposições do nosso personagem com as expectativas e características da carreira literária, mostrando que seu recrutamento efetivo foi posterior à dilapidação do seu patrimônio material original e à conquista de prestígio intelectual. Não faz sentido, portanto, equiparar o Simões dramaturgo e jornalista de colaboração com o Simões publicista/jornalista profissional e autor dos contos, lendas e casos. Como veremos nos próximos capítulos, apesar de perseguir um projeto de memória histórica, a realização deste pela ficção tem relação direta com essa nova configuração biográfica e social.

A análise da trajetória profissional, assim, nos permite formular uma periodização que ajuda a compreender as diferentes preocupações e posições ocupadas pelo autor durante quase três décadas de atividades. Na primeira etapa, de 1888 a 1904, Simões era um jovem bem-amparado financeiramente, que tinha na cultura uma frente complementar de atuação, não remunerada, sem ambições consagratórias. Na segunda, de 1904 a 1910, era um intelectual público, em descenso social e busca por reconhecimento e legitimidade, que pretendia produzir para o incipiente mercado de bens culturais brasileiro, retirando daí parte de seu sustento, no que acabou frustrado. Na terceira e última fase, entre 1910 e 1916, era um intelectual polígrafo autorizado, cuja identidade profissional oscilava entre as imagens sociais de historiador, folclorista e “prosa-dor”,⁹¹ tinha no jornalismo sua principal fonte de renda e produzia tanto para os pares-concorrentes no universo erudito regional como para um público leitor mais amplo. Essa cronologia é praticamente idêntica à que Luís Augusto Fischer chegou a partir da análise dos textos simonianos.⁹² Retornaremos a ela ao longo deste trabalho.

⁹¹ Esse termo aparece nas apresentações aos textos publicados por Simões na *Revista da Academia*.

⁹² Fischer inicia a primeira etapa com o retorno de Simões a Pelotas, em 1884. Os seguintes marcos temporais são os mesmos adotados neste trabalho. Também percebe características semelhantes em cada fase biográfica: “Para simplificar: o primeiro momento é o do escritor diletante, tendo como centro o

1.2. Uma sociologia do sucesso: escala de consagração e base de projeção

Dilapidação social e reconhecimento intelectual

Assim, quanto mais Simões Lopes Neto empobrecia, mais se consagrava como intelectual. O maior índice desse paradoxo aparente é o ingresso na segunda formação da Academia de Letras do Rio Grande do Sul (ALRS),⁹³ como sócio fundador, em 1910. Fato mais relevante, ainda, em se tratando de um escritor de livro único e não autoral, até aquele momento. O *Cancioneiro Guasca*, publicado em Pelotas no mesmo ano, é o desenvolvimento do colecionismo histórico-folclorista no projeto intelectual do autor, como veremos no próximo capítulo. Possuía uma ambição documental, como suas iniciativas recentes de salvaguarda de acervos da cidade, e que não se perderia com a literatura de imaginação. Por isso mesmo, Simões Lopes Neto foi considerado historiador pelos seus pares. Na ALRS, ocupou a cadeira n. 3, compondo o setor de História e Geografia.⁹⁴ O prestígio acumulado como conferencista e o reconhecimento público como representante da cultura letrada da rica Pelotas eram requisitos mais do que suficientes para a indicação. Simões Lopes Neto ainda seria escolhido orador da sessão comemorativa do primeiro aniversário da

seu teatro; o segundo é o do projeto pedagógico, pensado para o mercado; e o terceiro é o que resultou na sua obra maior” (FISCHER, 2013, p. 222).

⁹³ Em 1901, foi fundada a Academia Rio-Grandense de Letras, em Porto Alegre, de vida efêmera e que não contava com Simões Lopes Neto em seus quadros. A ALRS é tida como sucessora dessa primeira experiência, uma vez que era formada por vários de seus membros originais. A nova entidade duraria 14 anos. Em 1901, como tentei mostrar anteriormente, nosso personagem ainda não dispendia grandes esforços para se construir como intelectual. Sua inclusão no rol de notáveis de 1910 é um importante testemunho tanto de sua conversão tardia para a carreira literária como do prestígio por ele adquirido em curto período de tempo.

⁹⁴ Conforme observou Antônio Hohlfeldt: “... festejado na juventude como autor de uma dezena de peças teatrais que escreveu em parcerias ou isoladamente; dono de uma colaboração assídua e permanente na imprensa local, sob diversos pseudônimos, o escritor sempre sonhou ser reconhecido como historiador, e a isso dedicou-se, como denodo, ao longo de muitas décadas, produzindo mesmo alguma documentação interessante, como a série de cartões ilustrados Brasileira, por volta de 1906” (HOHLFELDT, 1985, p. 16).

instituição, realizada em Porto Alegre.⁹⁵ Com certeza, uma dupla distinção ao personagem e à sua base de atuação.

Outro elemento que atesta a posição de destaque na cena cultural sul-rio-grandense alcançada nos últimos anos de vida é a rede de solidariedade intelectual que ele construiu. Infelizmente, a correspondência simoniana não sobreviveu ao espólio de seu acervo pessoal, com alguma exceção. Mas as dedicatórias de seus últimos dois livros, *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*, indicam a proximidade com nomes importantes de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, como Alcides Maya e Coelho Neto. A própria ALRS pode ter sido utilizada para a ampliação de seus contatos. O certo é que, na década de 1910, o nome de Simões Lopes Neto circulava entre a elite letrada do estado. Em 1912, por exemplo, Irineu Trajano dedicou ao nosso personagem um poema publicado no número VII da *Revista da Academia*. Também é sabido que algumas figuras importantes do campo intelectual acabariam sendo mobilizadas para tentar reativar seus projetos frustrados. Quando faleceu, em 1916, os originais dos *Casos do Romualdo* se encontravam em mãos de Pinto da Rocha,⁹⁶ que redigia um prefácio para sua edição como livro. Já Alcides Maya, “representante” do estado na Academia Brasileira de Letras (ABL), se encontrava com os manuscritos do ensaio histórico *Terra Gaúcha*, com promessa de buscar editores no centro do país. Em 1914, aliás, a revista *Careta*, do Rio de Janeiro, noticiou a realização de um jantar em homenagem à “consagração acadêmica” desse escritor, destacando que “Além de outros, foi lido um telegrama de congratulações enviado de Pelotas, em nome dos admiradores de Alcides Maya, pelo Sr. Simões Lopes Neto” (BANQUETE, 1914, s.p.).

⁹⁵ O jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, noticiou a celebração rio-grandense, informando que o discurso oficial havia sido pronunciado por Simões Lopes Neto, “que veio de Pelotas especialmente para este fim” e que “A sua oração foi muito apreciada, angariando-lhe calorosos aplausos” (RIO GRANDE, 1911, p. 5).

⁹⁶ Nascido em Rio Grande, em 1964, Artur Pinto da Rocha passou a adolescência e a mocidade em Portugal. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, em 1884. Foi redator do órgão do PRR, A Federação, e do Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1906, lançou teve representado na capital federal com boa aceitação de crítica seu poema dramático *Talita*. Publicou ensaios históricos, dramas e poemas.

É possível conjecturar, assim, que a posição geográfica estratégica, a relevância econômica e a influência política de Pelotas na Primeira República tenham projetado o nome de Simões Lopes Neto, se não a sua literatura, em alguns círculos letrados nacionais. Em 1918, por exemplo, Olavo Bilac visitou a cidade no roteiro de sua campanha civilista. No segundo dia de atividades oficiais, rendeu homenagem ao escritor rio-grandense em seu túmulo. Em Porto Alegre, leu e comentou a variante simoniana da lenda do Negrinho do Pastoreio. A relação com Coelho Neto também advém daí. Em 1907, o escritor maranhense fez uma incursão pela região, incluindo os países platinos. Simões Lopes Neto era, então, presidente do União Gaúcha, e organizou pela entidade uma recepção gauchesca, em que não faltou uma fotografia do visitante caracterizado como um peão de estância. Pouco antes da festa, Simões publicou, pela primeira vez, *O Negrinho do Pastoreio*, com dedicatória ao novo amigo. A carta de agradecimento de Coelho Neto foi transcrita como prefácio ao texto na edição de *Lendas do Sul*, em 1913. O exemplar de *Contos Gauchescos* hoje pertencente à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) foi presenteado pelo autor ao colega maranhense.⁹⁷

Outro indício do reconhecimento obtido em vida pelo nosso personagem foi a recepção do *Cancioneiro Guasca*. Vale dizer que o livro ganhou uma segunda edição revista e ampliada, em 1917, na qual o escritor se empenhou durante seus derradeiros anos. O próprio Simões revelou em nota que, dentre seus trabalhos, este obteve “o melhor acolhimento por parte do público” (LOPES NETO, 1917, s. p.). Tal interesse transformou o *Cancioneiro* no seu único título comercialmente viável até a “descoberta” dos contos e das lendas pelos primeiros escritores gaúchos da geração modernista, na década de 1920. Ao que tudo indica, a coletânea encontrou, inclusive, um clima positivo de recepção para além do Rio Grande do Sul. Segundo os editores, Simões Lopes Neto teria conquistado um “renome justificado” através da narração de lendas, não encontrando par no gênero entre os autores rio-grandenses seus contemporâneos: “Não há absolutamente exagero em afirmar essa superioridade literária, que alcançou os

⁹⁷ Nele se lê: “Coelho Netto, Permite que lhe ofereça este meu livrinho – que só não tem por onde lhe pagar – na sinceridade que o inspirou. Muito saudosamente recorda a sua passagem por estes pagos o J. Simões. Pelotas setembro 1912”.

aplausos dos homens de letras do país e da imprensa do Rio” (JOÃO SIMÕES, 1917, p. II). É claro que cabia a eles fazer esse tipo de elogio, apresentando ao leitor um atestado de qualidade da obra. De qualquer maneira, quando a Livraria Universal vendeu parte de seu fundo para a Livraria do Globo, de Porto Alegre, incluindo os *Contos* e as *Lendas*, a empresa optou por preservar os direitos do *Cancioneiro*, que recebeu uma terceira edição em 1928. Um forte indicativo da recepção positiva do trabalho. Um ano antes, aliás, a revista *Ilustração Brasileira*, do Rio de Janeiro, havia publicado uma série de argumentos lendários transcritos do livro.

Os malogros empresariais do personagem, portanto, não podem ser tomados como régua de medida de sua situação no campo cultural. O binômio fracasso material/sucesso intelectual, na verdade, pode indicar uma condição estrutural da vida literária brasileira no período. Como mostrado por Sergio Miceli, a geração de letrados estabelecidos no centro do país durante a Primeira República, a que denominou de “anatoliana”, em função da influência do escritor Anatole France, originava-se de frações decadentes da elite econômica tradicional. Boa parte dos intelectuais estudados pelo sociólogo possuía experiência familiar de empobrecimento, o que lhes dotava de disposições necessárias ao trabalho de dominação simbólica: o conhecimento do *habitus* das camadas superiores e a dependência material em relação a elas. A título de comparação, submeti os dados disponíveis sobre o personagem ao quadro de análise elaborado por Miceli para os polígrafos anatolianos. Como resultado, temos um perfil similar (Quadro 1), mas com algumas divergências significativas, que exigem interpretação.

Quadro 1 – Perfil social de João Simões Lopes Neto

Profissão do pai	Fazendeiro e charqueador
Dilapidação social dos pais	Órfão de mãe aos 11 anos Parcelamento do patrimônio familiar
Estigmas corporais	Caolho
Gestão do capital de relações sociais	Familiar Própria Trabalho de costura da esposa?
Posição da fratria	Único filho homem; segundo de quatro filhos.
Carreira	Despachante, conselheiro municipal, dono de cartório, empresário, professor, jornalista.
Tipo de produção	Dramaturgia, poesia, obras técnicas, conferências sobre temas variados, reportagens, crônicas, prosa narrativa de ficção.

Fonte: elaborado pelo autor a partir de MICELI, 1977.

O modelo de Miceli revela que o ingresso nas carreiras intelectuais dependia de uma série de determinações positiva – a posse de trunfos originados da posição na fratria ou linhagem (ser filho único, ser o único filho homem, por exemplo) – e de uma série negativa – efeitos de *handicaps* sociais (morte do pai, empobrecimento) e biológicos (tuberculose) ou estigmas corporais. Essas formas de “mutilação social” acabavam bloqueando o acesso às carreiras dominantes das frações dirigentes. Aos “filhos pobres” da oligarquia restariam as posições criadas pela expansão do mercado de postos administrativos, políticos e culturais, a partir da prestação de diferentes tipos de serviços (trabalho político do pai nas eleições, trabalhos femininos da mãe, da esposa ou de irmãs, como a costura etc.), que permitiam converter seu capital de relações sociais a favor de seus interesses. Dentre as possibilidades de encaixe dos filhos dos “parentes pobres”, se encontrava a carreira literária, socialmente definida como feminina, ocupando uma posição dominada, entre a carreira militar (mais próxima do polo masculino – associado a poder) e o exemplo-limite da carreira eclesiástica (a mais feminina das carreiras masculinas) (MICELI, 1977, p. 21-26).

Talvez a principal diferença entre Simões Lopes Neto e os anatolianos estudados por Miceli seja a temporalidade da dilapidação social, inscrita na própria biografia, não na trajetória familiar como um todo. Como vimos, nosso personagem expe-

rimentou três *handicaps* sociais, propiciados pelo parcelamento do patrimônio material – falecimento do avô e falecimento do pai – e pela perda do capital econômico herdado, em função dos investimentos empresariais fracassados. Esse fato também explica a relação diversa com as determinações da *hexis* corporal. O estigma físico de Simões Lopes Neto, ser caolho, adquirido na infância,⁹⁸ não parece ter representado uma barreira às posições “masculinas” da elite dirigente. Efetivamente, como mostra o próprio modelo de Miceli, esse tipo de determinação negativa, que facilitava o trânsito para posições como a de escritor, só era sentido “por força do desaparecimento do capital de que a família dispunha, ou então, pela impossibilidade de herdar esse capital em toda a sua extensão” (MICELI, 1977, p. 22). Como procurei mostrar até aqui, o empobrecimento paulatino de Simões Lopes Neto “freava” uma conversão imediata para a carreira literária, o que também minimizava possíveis efeitos do estigma corporal. A mudança de vetor na trajetória social e no acúmulo de capital – de capital econômico – capital cultural/social para capital cultural/social – capital cultural/econômico – também foi gradativa. É por isso que a posição de destaque e prestígio no campo intelectual antecedem em alguns anos sua profissionalização forçada. Além do mais, a gestão do capital de redes sociais familiar era realizada pelo próprio Simões Lopes Neto.⁹⁹

⁹⁸ Simões Lopes Neto possuía um leve estrabismo na infância. As narrativas memorialistas afirmam que um médico charlatão percorreu a região prometendo cirurgias de reparo ocular, quando o personagem tinha cerca de seis anos de idade. Catão Bonifácio teria contratado seu serviço, que acabou desfigurando o filho para o resto da vida. Muito recentemente, o pesquisador pelotense Adão Monquelat descobriu, nas páginas dos jornais locais, que a operação aconteceu em 1875, quando Simões tinha dez anos e já frequentava o Colégio Francês. Tendo sido considerada bem-sucedida, seus resultados foram exibidos na vitrine de uma farmácia da cidade, com fotos de menino antes e depois da cirurgia. Monquelat ainda aponta que o médico responsável, Nunes da Costa, que tencionava morar na Europa, ainda atenderia em Pelotas por mais dois anos. Como afirma o pesquisador: “Era difícil imaginar que o Visconde da Graça iria deixar seu primeiro neto varão sob o cuidado de um charlatão” (SANTOS, 2013, p. 7). Entretanto, como sabemos, o estrabismo original retornaria com o passar do tempo.

⁹⁹ Mesmo para o momento de maior empobrecimento, não encontrei notícias de que a esposa, Francisca Meirelles, conhecida como “Dona Velha”, tenha retirado sustento do trabalho de costura para a elite da cidade, e dele ampliado a rede de relações do casal; como acontecia com os intelectuais anato-

Levado pelas interpretações correntes da biografia simoniana, eu mesmo cheguei a pensar, no início desta investigação, em classificar nosso personagem como um “outsider”, nos conhecidos termos sociológicos de Norbert Elias. A análise dos dados pertinentes de sua trajetória social, no entanto, apontou para uma configuração oposta: um sujeito estabelecido, mas num quadro de atuação limitado. Nosso personagem foi alguém que explorou as principais possibilidades do campo intelectual numa periferia brasileira da Primeira República. Mesmo na pobreza material, conheceu o sucesso junto ao *establishment* a que pertencia. Como já ressaltou o próprio Elias:

Acontece, com muito mais frequência do que se pode imaginar, de alguém se empenhar com fervor em ser aplaudido por seu círculo imediato de amigos e conhecidos; no reconhecimento e aclamação pela cidade aonde vive; e que o sucesso em qualquer outro lugar do mundo não rompesse a falta de sucesso, ou mesmo rejeição que experimenta no círculo mais restrito a que esteja ligado (ELIAS, 1995, p. 36-37).

Não se trata aqui, todavia, de asseverar a antiga imagem de “escritor municipal” conferida a Simões Lopes Neto por Carlos Reverbel. Ela se tornou praticamente um lugar comum, bastante difícil de se contornar, talvez à revelia das próprias intenções do biógrafo. Intérpretes posteriores, como Ligia Chiappini, foram ainda mais cautelosos, duvidando que o escritor e sua obra tivessem experimentado algum reconhecimento público mais consistente para além de Pelotas. A tese do “isolamento simoniano” foi, assim, reproduzida durante décadas. A leitura restritiva da relação entre o autor e sua cidade natal acabou ofuscando os sinais de prestígio gozado, evidenciados em diversas fontes, incluindo algumas muito conhecidas há bastante tempo. O fato de não ter alcançado grande destaque nacional em vida não significava, todavia, estar ilhado em sua localidade de origem. O sucesso de Simões Lopes Neto, portanto, deve ser medido em escala regional.

lianos seus contemporâneos, em processo familiar de decadência. Mas essa é uma possibilidade que não pode ser descartada. De qualquer forma, este seria apenas um apoio para a gestão pessoal da rede de relações simonianas.

Base geopolítica e condições do prestígio

O leitor poderia objetar que alguns escritores gaúchos contemporâneos de Simões conquistaram maior notoriedade. Mas a verdade é que somente Alcides Maya e, talvez, Roque Callage conseguiram superar a recepção positiva do nosso personagem nas primeiras décadas do século.¹⁰⁰ Em algumas instâncias, aliás, os três nomes figuravam como uma espécie de tríade do regionalismo literário gaúcho, antes mesmo da famosa crítica de João Pinto da Silva, de 1924, responsável por um renovado interesse pelos *Contos Gauchescos* e pelas *Lendas do Sul*. A passagem de Callage pela cidade de Caxias, em 1920, por exemplo, foi noticiada pelo jornal *O Brasil*, órgão local do PRR, com a seguinte comparação: “Irmão, pelo requinte estético, de Alcides Maya, e pelo amor à simpleza clara dos motivos, de Simões Lopes Neto” (Conferência, 1920, p. 1).¹⁰¹

Escritores propriamente “municipais”, aliás, realmente existiam no estado durante os anos de afirmação da República. Suas incursões pela ficção eram incentivadas pela expansão da oferta escolar e da imprensa periódica, principalmente partidária, que permitiam a existência de pequenos nichos locais de leitores e meios para a publicação dos textos. Poucos deles, no entanto, resistiram às seleções dos críticos e historiadores da literatura e às frequentes revisões do cânone regional. Um exemplo significativo é o de Luiz Araújo Filho (1845-1918), que teve sua novela *Recordações Gaúchas*, citada várias vezes por Simões Lopes Neto, resgatada do limbo após o desenvolvimento dos estudos

¹⁰⁰ Nem João Fontoura, que teve seu livro de contos *Nas Coxilhas* (1912), publicado no Rio de Janeiro, era equiparado a Lopes Neto nos balanços literários da época.

¹⁰¹ Outro exemplo é o balanço da literatura sul-rio-grandense apresentado pelo próprio João Pinto da Silva, em 1922, nas páginas d’*A Federação*: “Em 1910, dá-nos o sr. Alcides Maya o único romance mais ou menos autêntico que possuímos, *Ruínas Vivas*, e em 1911 um livro de contos, *Tapera*, iniciando sob bases novas, na prosa, o movimento regionalista de que Apolinário Porto Alegre, anos antes, se fizera arauto, e que, aliás, bem pouco tem dado de si, além de alguns contos realmente admiráveis de J. Simões Lopes Neto (*Contos Gauchescos*, *Lendas do Sul*, etc.), e algumas excelentes paisagens e impressões do sr. Roque Callage (*Escombros*, *Terra Gaúcha*, *Rincão*, etc.)” (SILVA, 1922, p. 6).

simonianos.¹⁰² A publicação original provavelmente se deu no município fronteiro de Alegrete, em 1898. Esse impresso chegou às mãos do editor Carlos Echenique, que relançou o título pela Livraria Universal, em 1905. Araújo Filho foi tipógrafo em Pelotas antes de assumir a redação do *Jornal do Comércio*, em 1876, no Alegrete, onde ainda fundaria outros periódicos e trabalharia como professor e advogado. Filiado ao PRR, também foi secretário do município, entre 1900 e 1907. Seus demais títulos conhecidos são monografias a respeito dessa cidade. E, aparentemente, jamais alcançaram alguma reputação para além de seus limites. Nem a novela ganhou atenção da elite letrada regional, apesar de ser vendida e anunciada nos reclames da Universal em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. O autor não frequentou círculos intelectuais relevantes, nem ingressou nas academias e agremiações de escritores. Não construiu uma rede de solidariedade que pudesse divulgar, ainda que minimamente, sua obra no centro do país ou sequer na capital do estado. Não proferia palestras concorridas. Não virava notícia.¹⁰³ O desnível entre as posições objetivas de Araújo Filho e de Simões Lopes Neto no campo de produção erudita é bastante nítido, apesar das trajetórias sociais igualmente ligadas à imprensa local. E o pelotense tinha consciência disso. Mesmo que a leitura de *Recordações Gaúchas* tenha lhe impactado, oferecendo modelos de narração para seu próprio projeto literário, quando teve a oportunidade de dissertar sobre os autores sul-rio-grandenses importantes, na conferência comemorativa da ALRS, Simões não incluiu o escritor alegrense em sua lista canônica.

Por que, então, a bibliografia especializada insistiu em mostrar Simões Lopes Neto como um escritor estritamente local? O maior problema, acredito, foi o parâmetro de comparação.

¹⁰² Em 1987, ela ganhou nova edição, patrocinada pelo Instituto Estadual do Livro, a partir do trabalho do Centro de Pesquisas Literárias da PUC/RS.

¹⁰³ Não há sequer uma nota sobre *Recordações Gaúchas* nos 1244 periódicos brasileiros disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional para o período de 1890 a 1899, nem dos 657 referentes a 1900 a 1909, períodos de pesquisa que abarcaria as duas primeiras edições da novela. Sobre o autor, apenas menções em listas de profissionais liberais do município, quando exercia a atividade de advocacia, ou nomeações a cargos, como o de promotor público interino de Alegrete, no jornal *A Federação*, que fazia às vezes de diário oficial do estado.

Desde cedo, o contraponto simoniano foi Alcides Maya, membro da ABL, como vimos, e que centralizou a prosa de ficção gaúcha na Primeira República. Pelo menos três fatores explicam a diferença de situação. O primeiro, bastante explorado pela crítica, diz respeito às convenções literárias empregadas. Estilista elogiado, Maya se aproximava muito mais dos cânones naturalistas então dominantes no centro do país, atingindo o gosto dos círculos eruditos mais exigentes. O segundo fator diz respeito às posições político-ideológicas assumidas em sua obra, também já lembradas pela história literária (mas sem atentar para suas implicações na hierarquia dos autores da Primeira República): sua ficção fazia uma espécie de luto de um Rio Grande gaúcho em vias de desaparecimento, colocando uma pá de cal sobre um passado indesejado de “barbárie” e insubordinação da província. Como pretendo mostrar no Capítulo III, a literatura de imaginação simoniana, mesmo recorrendo à tópica do fim da idade de ouro gaúcha, apresentava um sujeito *folk* mais vivo (facilmente identificado aos trabalhadores do latifúndio fronteiriço), provavelmente em função das disposições específicas da elite econômica que pretendia representar. O terceiro fator, que acredito ser uma contribuição inédita desta investigação, abarca justamente as diferenças de trajetória e base social, que exploraremos com um pouco mais de atenção.

Nascido em São Gabriel, cidade também localizada na área fronteiriça, em 1878, Alcides Maya era filho de funcionário público federal, tendo crescido na zona urbana do município. Em 1896, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas teria abandonado o curso no mesmo ano, iniciando carreira de jornalista em Porto Alegre. Chegou a dirigir o órgão oficial do PRR, *A Federação*, o que lhe permitia bom trânsito entre a classe dirigente rio-grandense. A partir de 1903, passou a fazer recorrentes viagens ao Rio de Janeiro, onde travou contato com intelectuais destacados, como Machado de Assis, a quem dedicou um ensaio crítico em 1912. Antes de sua estreia na ficção, com o romance *Ruínas Vivas* (1910), já havia publicado dois ensaios políticos sobre o Rio Grande do Sul e uma coletânea com seus artigos de jornal.

Talvez as únicas semelhanças com Simões Lopes Neto em termos de trajetória sejam o nascimento numa cidade pampiana, em contato com o latifúndio pecuarista, e o abandono dos estudos antes da obtenção de título superior. Quanto às diferenças, para começar, não encontrei dados que indiquem uma experiência familiar

ou individual de empobrecimento. Mas sua manutenção em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, durante a mocidade, dificilmente dependeria exclusivamente de seus rendimentos no jornalismo, o que indica uma próspera condição financeira. É provável, ainda, que sua origem em setores médios urbanos facilitasse os investimentos familiares na carreira literária. Diferentemente de Simões, portanto, sua profissionalização no campo intelectual era uma opção. Seu vínculo com a vida partidária, da qual nosso personagem sempre manteve certo distanciamento cauteloso, era seu maior trunfo, pois o capital social construído no campo político era diretamente convertido em oportunidades no campo cultural do centro do país, como a edição de seus livros e o ingresso na ABL, em 1914. Nesse sentido, soma-se o fato de ter se mantido fiel a Borges de Medeiros durante a dissidência republicana que afastou Simões Lopes Neto e seu *Correio Mercantil* do governo estadual. Em 1918, foi eleito deputado federal pelo PRR. Em 1925, assumiu a direção do Museu Júlio de Castilhos (MJC), ao retornar a Porto Alegre.

A diferença mais significativa de Maya em relação a Simões, e que sobredeterminou as demais, parece ter sido mesmo a base local de sustentação diversa, que permitiu sua autoconstrução como intelectual autorizado em escala ampla, com grande projeção nacional. Nas primeiras duas décadas da República, Porto Alegre cresceu em ritmo acelerado, puxada pela ascensão de setores comerciais e fabris das colônias de imigração alemã e italiana recentes. Como sede administrativa, ela também se beneficiou diretamente da expansão do mercado de postos públicos então verificada no país. A capital provinciana acanhada se transformava, dessa maneira, num polo de atração para migrantes rurais internos, oriundos da zona colonial e da campanha, incluindo os recém libertos na fase de transição da escravidão para o assalariamento.¹⁰⁴ Entre 1890 e 1916, quando Simões Lopes Neto faleceu, Pelotas passou de 41 mil a 70 mil habitantes. Porto Alegre, de 52 mil a cerca de 145 mil habitantes.¹⁰⁵ Mais do que a decadência pelotense, o que a demografia indica para o período é uma escalada da burguesia porto-alegrense, com a ultrapassagem definitiva do aristocrático centro fronteiriço pela capital em modernização.

¹⁰⁴ Ver Pesavento, 2002, p. 263-264.

¹⁰⁵ Dados retirados do álbum *O Estado do Rio Grande do Sul* (1916). Em 1920, Porto Alegre já atingiria 179 mil habitantes, conforme Pesavento (2002, p. 263).

Todavia, a “Princesa do Sul”, como já era chamada a terra natal de Simões, ainda gozava de uma confortável posição secundária no cenário regional. A memória da glória imperial, que se fazia presente nos palacetes da cidade e na opulência persistente de sua elite, ainda lhe trazia certo prestígio em esfera nacional.

A pequena recepção simoniana original é um testemunho dessa condição. Na década de 1910, as seções dedicadas ao noticiário estadual dos periódicos do centro do país dedicavam parcela do espaço reservado ao Rio Grande do Sul para os acontecimentos pelotenses. Entre fatos diversos, apareceram informes sobre o autor e a obra. No Rio de Janeiro, o lançamento dos *Contos Gauchescos* foi noticiado pelos jornais *O Paiz*, *A Imprensa* e *Jornal do Comércio* (nas edições de 13 de setembro de 1912). As *Lendas do Sul* receberam nota de lançamento na revista *Careta*, com pequena crítica da obra, que incluía os contos, responsáveis por revelar “no escritor gaúcho, notáveis, mais do que isso, raras qualidades de estilo, de fantasia e de observação”. E acrescentava que “O livro *Contos Gauchescos* é um dos melhores volumes de contos ultimamente publicados no Brasil, em cuja literatura esse gênero, aliás difícilimo, tão poucos cultores de mérito possui” (LENDAS, 1913, s.p.). Está aí a provável matriz do prefácio, citado acima, dos editores da Universal ao *Cancioneiro Guasca*. Em São Paulo, também a publicação de *Lendas do Sul* mereceu pequena notícia crítica, no jornal *Correio Paulistano*, que atestava a simplicidade melancólica do “livrinho interessante”, cuja poesia viria da “alma sertaneja e fantasia popular”, mesmo que reconhecesse o trabalho estético de Simões: “O seu autor deu-lhes vestiduras literárias, procurando, todavia, conservar-lhes o fundo e a forma das narrativas, com a sua emoção, as suas admirações, os seus vocábulos a caráter, do povo miúdo” (LENDAS, 1914, p. 1).¹⁰⁶

O retrato de Coelho Neto trajando à gaúcha (Figura 4), feito em sua visita a Pelotas, apresenta condições de possibilidade semelhantes às da literatura simoniana. Sua análise ajuda a compreender essa base municipal de projeção. Ao lado de um cavalo, símbolo corrente nos imaginários nacional e regional acerca do gaúcho

¹⁰⁶ Curiosamente, não encontrei notícias no centro do país a respeito do lançamento do *Cancioneiro Guasca*. Algo compreensível, na verdade, para uma obra de estreia. Também é possível que sua circulação seja responsável pelo interesse que os títulos seguintes despertaram.

fronteiriço, o escritor ostenta, com aparente altivez, botas de cano longo, bombachas, camisa, colete, um chapéu de aba curta, um pala amarrado ao tronco, um facão carregado à cintura e o emblemático lenço branco republicano – diacrítico das tropas legalistas na então recente Revolução Federalista. Elementos que compunham certo vestuário popular, mas já passavam por uma estetização elitizada (mediação necessária para sua apropriação pelos membros do União Gaúcha), percebida pelo alinhamento das roupas, além de emblemas duplamente campeiro/bélicos, sintetizados pelo cavalo, que reforçavam uma imagem marcial, de extração social superior, para o habitante do Sul. Aliás, um trabalhador rural talvez não tivesse condições financeiras e possibilidades práticas para trajar todos os componentes acessórios exibidos por Coelho Neto. Se fosse o caso, jamais o faria num dia de labor do escaldante mês de fevereiro sul-rio-grandense. Assim, o “excesso simbólico”, estratégia identificada por Maria Eunice Maciel no gauchismo cívico, operaria como espécie de demarcador externo e interno da identidade assumida pelo grupo pelotense: “onde todos são gaúchos, usa-se algo que afirme ainda mais sua gauchidade, ou seja, distinga os ‘mais gaúchos’ dos outros” (MACIEL, 2000, p. 141).

Figura 4 – Coelho Neto em Pelotas (1907)



Fonte: COELHO NETO, 1958, s. p. (Reportagem Iconográfica).

Mesmo com todas as ressignificações operadas pelo União Gaúcha, presenciar uma cena como essa em Porto Alegre, naqueles anos, seria algo bastante improvável. É sabido que não havia unidade formal nas primeiras sociedades cívicas gauchescas do Rio Grande do Sul, apesar dos contatos travados por alguns de seus membros. O Grêmio Gaúcho, da capital, aparentemente se comportava mais como um clube de letrados colecionistas e sociedade de baile aberta a um público mais amplo.¹⁰⁷ Era composto por militares e profissionais liberais, com algum tipo de adesão afetiva ao mundo rural, geralmente ocupados com o registro e a salvaguarda de tradições consideradas periclitantes.¹⁰⁸ Já a entidade pelotense, constituída pelos filhos

¹⁰⁷ Se o programa previsto para a entidade, conforme enunciado pelo fundador João Cezimbra Jacques no livro *Assuntos do Rio Grande* (1912), fosse efetivado, haveria o desenvolvimento de festas gauchescas e teatralizações da vida do campo na cidade. Mas as notícias das atividades do Grêmio Gaúcho não apontam para isso. A entidade chegou a realizar atividades de inspiração popular, como as Cavalhadas, nos primeiros dois anos de existência, e campestre, como na única ocasião, em 1901, em que houve algo parecido com o rodeio na estância, com o ato de laçar gado para abate e preparo de churrasco. Mas, no geral, as atividades parecem restritas a “divertimentos da estação” que atendiam ao gosto urbano, como bailes, exercícios de tiro ao alvo ou cursos de esgrima. Nas “diversões domingueiras”, frequentemente anunciadas no jornal *A Federação*, que tinham lugar na sede construída, em 1902, no bairro Glória, eram servidos churrasco e chimarrão. Nessas festividades, os membros não costumavam se vestir à gaúcha, como ocorria em Pelotas. Consultei todas as notícias publicadas no periódico do PRR de 1898 a 1907, quando Coelho Neto visitou o estado. Nelas, apenas duas vezes é feita menção ao uso de elementos do traje campeiro. Em agosto de 1899, o diretor Hypólito Boletto propôs que os membros do clube portassem como distintivo o lenço branco republicano com o nó dos farrapos. Nessa iniciativa, percebe-se mesmo que não era praxe usar bombachas, botas e outros itens então listados como “tradicionalistas” pelos folcloristas do grupo. Já em 1905, o Grêmio Gaúcho organizou uma festa de recepção a marinheiros portugueses da canhoneira *A Pátria*, nos mesmos moldes das demais. No entanto, houve um cortejo pela cidade, em que alguns dos membros da sociedade apresentaram-se “uniformizados à gaúcha”. Esta parece uma notável exceção. Nas comemorações corriqueiras de datas históricas, eram realizadas sessões solenes com falas de membros do Grêmio ou intelectuais convidados. Nas festas de domingo, grupos de teatro amador de Porto Alegre também eram convidados a representar suas comédias. Nada indica que elas possuíssem temática gauchesca.

¹⁰⁸ Já a segunda grande meta do programa anunciado, a organização de acervos bibliográficos, documentais e museais a respeito do Rio Grande, parece ter

da elite latifundiária, costumava realizar festividades cívicas práticas ou rituais, de inspiração campeira, em comemorações públicas ou recepções a visitantes ilustres, como aconteceu com Coelho Neto.¹⁰⁹ Por iniciativa do presidente Simões Lopes Neto, algumas dessas teatralizações teriam sido, inclusive, filmadas e exibidas nas primeiras salas de cinema da cidade. No Capítulo III, exploraremos a relação de Pelotas com o imaginário gauchesco. Por ora, nos importa saber que as condições de possibilidade da fotografia analisada não se restringiam ao histórico de práticas cívicas locais. Elas se reportam a uma clivagem política e econômica mais profunda, que frequentemente opunha as facções da elite rio-grandense sediadas em Pelotas e em Porto Alegre. Naqueles anos, construir uma imagem “gaúcha” para o Rio Grande do Sul começava a ser estranho ao projeto modernizador do governo positivista da capital, que possuía bases sociais diversas do latifúndio fronteiriço.¹¹⁰ Mas o lenço republicano de Coelho Neto, sem dúvida uma escolha dos membros do União Gaúcha, revela a inserção diferenciada dessa elite no campo político local: representa uma aliança tática de interesses entre a classe dirigente e uma parcela dos grandes proprietários rurais que possuía uma identidade própria, vinculada à história da conquista da fronteira Sul. A adesão de

rendido frutos, como o próprio Jacques noticia em seu livro: “Armando Barbedo, atual vice-presidente, que, entusiasta ardoroso da nossa terra, acha-se no louvável empenho de angariar obras sobre o Rio Grande do Sul, escritas, não só por autores nacionais, como por estrangeiros, para a biblioteca da sociedade, satisfazendo assim um dos artigos da nossa lei orgânica.” (JACQUES, 1912, p. 39).

¹⁰⁹ Na sua passagem por Porto Alegre, em dezembro de 1906, Coelho Neto também foi recebido pelo Grêmio Gaúcho. Mas a agenda da entidade previu apenas uma assembleia geral com o oferecimento de uma medalha ao escritor ilustre. Nada próximo da festividade gauchesca organizada em Pelotas (COELHO NETO, 1906, p. 2).

¹¹⁰ O trabalho clássico de Loiva Otero Félix (1996) revelou como bases sociais da classe dirigente republicana rio-grandense, setores novos da economia pecuária, advindos do norte do estado. Sandra Pesavento destacou o lugar da cidade no projeto republicano positivista no governo: “A proposta dos republicanos – de realizar um programa de desenvolvimento global para a economia gaúcha – contemplava as formas de realização do capital não-agrário, que tinham a sua sede na cidade. A cidade é, pois, cenário e lugar de realização da diversificação econômica almejada” (PESAVENTO, 2002, p. 263). Sobre a versão castilhistas do positivismo no RS, ver ainda Pinto, 1986.

Coelho Neto a determinada indumentária – bombacha ao invés de chiripá, por exemplo¹¹¹ – e à narrativa cívica específica do União Gaúcha, além de reforçar a proposição nacionalista-regionalista do próprio escritor, indica a relevância da elite criadora de gado e charqueadora de Pelotas, mais propensa do que outros setores dominantes do estado a assumir a figura *folk* do gaúcho pampiano como um distintivo na cena nacional. Aqui se encontram os limites extraliterários da projeção de Simões Lopes Neto como intelectual, reforçados pela sua conversão à temática local na produção literária “profissional”: uma base política e econômica importante em escala regional, com alguns tentáculos nacionais, e boa margem de autonomia em relação à capital administrativa do estado.

Ponto obrigatório nas rotas sulistas de campanhas políticas e excursões culturais, portanto, Pelotas conheceu figuras de expressão da Primeira República e conseguiu produzir seus próprios pequenos notáveis. No campo da cultura, ao que tudo indica, por volta de 1910 o maior deles já era João Simões Lopes Neto.

1.3. Uma biblioteca imaginária: padrões de leitura e pragmática das citações¹¹²

Cânones

Simões Lopes Neto foi um autor produtivo, apesar dos poucos títulos publicados em vida. A tentativa de edição de sua “obra completa”, em 2003, pela Editora Sulina, apresenta 958 páginas, descontada a perigrafia alógrafa;¹¹³ e ela deixa de fora

¹¹¹ Bastante recente no contexto fronteiriço, cujo uso provavelmente remonta à Guerra do Paraguai, a bombacha já estava plenamente identificada ao gaúcho domesticado pelas novas relações de trabalho assalariado no campo e pelo reforço da autoridade estatal na Primeira República. Era um gaúcho disciplinado, diferentemente do gaúcho histórico, que usava o chiripá – peça de lã ou seda amarrada entre as pernas, por cima de uma calça de algodão mais fina –, sobre o qual pesava a suspeita de incivilizado, como veremos no próximo capítulo.

¹¹² Uma versão sintetizada desta seção foi publicada como artigo (Zalla, 2020).

¹¹³ A perigrafia é um conjunto de elementos paratextuais que prolongam o texto e condicionam, ao menos em parte, sua leitura, como prefácios, frontispícios, notas de pé de página, bibliografias, imagens, posfácios etc. Para classificá-la, recorro às categorias de Gérard Genette (2009). Na rápida

material até então desconhecido ou pouco valorizado.¹¹⁴ Nos últimos anos, novos textos literários simonianos foram descobertos em estado de manuscrito ou em folhetim de jornal, mas também se deu atenção à produção não ficcional, ou híbrida, já conhecida desde os primeiros levantamentos de Carlos Reverbel, nos periódicos de Pelotas. Como vimos na seção anterior, mesmo antes de sua autoconstrução como intelectual autorizado da cidade e de sua conversão à carreira literária, dedicava-se com frequência à escrita, atividade social da qual colhia dividendos variados. Não causará, portanto, nenhuma surpresa se mais textos forem encontrados nos próximos anos, principalmente no atual contexto de duplo e complementar interesse acadêmico e editorial pelo autor, que instiga novas buscas.¹¹⁵ A bibliografia simoniana segue provisória, portanto, como muito de sua interpretação. Mas é possível apresentar um inventário extenso de sua produção hoje acessível por diversas vias. Em livros (ou projetados como): uma conferência, uma cartilha de alfabetização, um romance de for-

contabilidade que apresento acima, desconsidere os peritextos (paratextos localizados no entorno do texto, no mesmo volume material da edição) não redigidos pelo próprio autor – alógrafos – e não originais, quer dizer, não previstos na primeira edição dos textos publicados. Portanto, incluí a perigrafia autógrafa.

¹¹⁴ O projeto contou com financiamento da Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL) e parceria da JÁ Editores, um coletivo de jornalistas independentes de Porto Alegre. Traz os três livros publicados por Simões em vida, mais o texto da edição Sulina de *Terra Gaúcha* (1955), os *Casos do Romualdo*, o teatro, anteriormente publicado por Cláudio Heemann, e uma seção de “Extraviados”, com “O menino do presépio”, mais dois contos de atribuição duvidosa, apresentados na edição crítica de Ligia Chiappini para o Instituto Nacional do Livro, os poemas das Balas de Estalo e algumas crônicas organizadas em livro por Ângelo Moreira Pires. Trata-se, portanto, de uma coletânea de material já editado, sem novos esforços de busca de inéditos ou de fixação/atualização dos textos conhecidos.

¹¹⁵ Em recente entrevista, Fischer aponta para essa dupla frente de investimentos atuais na obra de Simões Lopes Neto: “Estamos numa ótima leva em duas direções, creio: uma vertente tem se preocupado em editar ou reeditar sua obra de modo mais próprio, com maior cuidado filológico e historiográfico, longe das simplificações e das inacreditáveis parcialidades que se verificaram uma e duas gerações atrás; outra vertente se estende em comparações, muito promissoras, que colocam sua obra em cotejo com obras similares, no tempo ou no espaço, em busca de medir as soluções estéticas que Simões Lopes Neto encontrou, e que sempre foram muito interessantes e inovadoras” (FISCHER, PRIKLADNICKI, 2016).

mação escolar, um ensaio histórico, uma coletânea folclorista, três livros de narrativa curta (contos, lendas e “casos”). Em periódicos (somente): uma novela (em coautoria), duas séries de poesia, três séries de crônicas/inquéritos, uma revista especial, com sete números,¹¹⁶ e muitos textos esparsos, incluindo necrológicos, editoriais políticos, estudos técnicos e um conto (“O menino do presépio”). Em teatro: ao menos quatorze peças, ainda que não se tenha certeza de que todas tenham alcançado os palcos.

Como lidar com um *corpus* tão grande? Nunca pretendi, com esta investigação, construir uma biografia intelectual num sentido tradicional, ou mais estrito, em que talvez se espere o comentário *texto a texto* ao longo de um percurso cronológico linear. É claro que a gama de objetivos de pesquisa elaborada previamente me ajuda a recortar o material disponível. Numa gênese da literatura de imaginação consagrada, importa sobretudo essa produção, incluindo seus estágios iniciais de formalização. Importam também os nexos entre história e literatura, que apontam para títulos pouco conhecidos e edições póstumas que foram renegadas pela crítica encomiástica. Os próximos capítulos serão dedicados à análise dessas obras. Mas sempre me pareceu interessante confrontar o “cânone” simoniano – seus textos “obrigatórios”, os contos e as lendas – com os trabalhos menores. Chegamos, assim, à questão da seleção. Ela exige, evidentemente, o conhecimento do conjunto. À medida que fui empreendendo uma leitura extensiva desses escritos, percebi elementos periféricos significativos, com grande potencial de exploração, notadamente as citações ocasionais feitas por Simões. Elas acabaram se tornando um guia nessa etapa de reconhecimento da documentação, quando procedi a uma coleta de referências do autor. Ao buscar escolher adequadamente os textos não consagrados que deveriam ser abordadas no corpo da tese, acabei encontrando uma oportunidade para dar algum tipo de tratamento analítico a uma massa de fontes tão volumosa, evitando minimamente cair em preciosismos.

Há testemunhos apontando para a existência de uma biblioteca pessoal considerável no gabinete em que Simões Lopes Neto estudava e dava vasão a seus projetos. Também é certo que ele utilizava os serviços da Biblioteca Pública Pelotense, da qual

¹¹⁶ Os números 7 e 8 foram publicados como edição única.

compôs o quadro diretor por muitos anos. Como secretário da instituição, não é absurdo especular que tenha orientado a aquisição de livros, numa curadoria que certamente atendia a seus interesses e gostos pessoais. Em sentido inverso, chegou, inclusive, a ofertar exemplares de seu acervo para a instituição. O segundo volume dos anais da BPP, de 1905, menciona a doação de 23 títulos pelo futuro escritor.¹¹⁷ Essas situações nos lembram um dado axiomático, mas nem por isso irrelevante: toda escrita é anteriormente uma leitura ou, dizendo de outro modo, “não há texto que não seja o cruzamento de muitas leituras” (PINTO, 2004, p. 11). Um interessante depoimento da viúva Francisca Meireles Simões Lopes, a chamada Dona Velha, destaca essa relação no processo de criação do autor, em estado de meditação:

No mais, fora do trabalho e dos negócios, estava sempre metido no seu gabinete, com livros na mão, ou então escrevendo. Às vezes ficava tempos sem fazer uma coisa nem outra. Ficava silencioso e pensativo no seu gabinete ou num canto qualquer da casa. Quando acontecia de fazer-se algum barulho mais forte ali por perto, então ele pedia, naquela sua voz macia: “Não espantem os passarinhos...” (REVERBEL, 1945b, p. 68).

A biblioteca imaginária de Simões Lopes Neto que eu pude construir, quer dizer, o conjunto de suas referências de leitura por mim coletadas, é, obviamente, uma amostra muito parcial das bibliotecas reais a que ele teve acesso. Não bastasse o fato de que essa é nossa única via de reconstituição dos livros e escritores (provavelmente) lidos, o que já justificaria a empresa, também tem a vantagem de revelar uma espécie de pragmática das citações, ou seja, as condições de uso de obras, autores, gêneros e disciplinas, que regiam suas próprias necessidades de escrita. Nisso, aliás, minha proposta difere de antecedentes semelhantes, que acabaram centrados na confecção de listas de autores e obras. No principal deles, Cláudia Antunes (2005) fez um levantamento minucioso de citações diretas e indiretas nos textos simonianos conhecidos até então, contabilizando 59 autores mobilizados. Sua apresentação dos intertextos relaciona

¹¹⁷ A menção à doação de Simões foi relatada por Fausto Domingues (2016, p. 15). Infelizmente, o exemplar da publicação não estava disponível para consulta nas ocasiões em que pesquisei na instituição.

algumas fontes importantes para a produção dos contos e das lendas, que são cruzadas com obras não citadas por Simões, mas que circulavam na Pelotas do período, recorrendo, para tanto, a indicações anteriores de Aldyr Garcia Schlee (1989) e aos catálogos das livrarias Americana e Universal. Contudo, a autora não desenvolve nem análises quantitativas, nem qualitativas a partir desse cotejo. Seu maior objetivo é apresentar um quadro geral do material que poderia compor a biblioteca pessoal de Simões Lopes Neto (incluindo periódicos, obras técnicas e de referência), no que alcançou 349 títulos.

No meu próprio percurso de pesquisa, cheguei a resultados diferentes aos de Antunes, com um número maior de autores citados – 118 – e uma lista muito mais reduzida de títulos – 66. Desde a defesa de sua tese de doutorado, houve novas descobertas e edições de manuscritos, como os casos de *Artinha de Leitura* e do primeiro *Terra Gaúcha*, o que também explica a ampliação das referências. Mas as diferenças podem ser creditadas principalmente às nossas opções metodológicas. Entre os autores citados diretamente, eu preferi selecionar apenas aqueles em que a performance do texto simoniano insinuasse conhecimento de sua obra.¹¹⁸ Daí a ausência no meu inventário de alguns escritores arrolados por Antunes. Além disso, evitei a inclusão de livros que não possuem uma forte indicação de uso, mesmo que indireto e reconhecível apenas por atribuição, minha ou da fortuna crítica de Simões Lopes Neto. Como veremos abaixo, o autor mencionava, com grande frequência, outros escritores sem indicar as suas obras específicas. Assim, optei por apresentar apenas os títulos citados e aqueles cuja reconstituição não fosse muito problemática.¹¹⁹

Evidentemente, ainda que bastante representativo das referências simonianas, o painel que eu compus não é completo, quer pela provável ampliação futura da obra, como vimos, quer pelas possíveis omissões e obstáculos inscritos na temporalidade

¹¹⁸ Em alguns momentos, Simões menciona de passagem alguns escritores, muito mais como exemplos de domínio comum em determinada seara do conhecimento, ou lembra algum fato biográfico sem qualquer relação com a produção escrita.

¹¹⁹ Por exemplo, quando o autor mencionado possuía apenas um título publicado até a data da citação simoniana. Ou, ainda, quando o contexto discursivo de uso explicita um tema ou questão que podem ser recuperados em alguma obra específica do autor citado.

desta investigação.¹²⁰ É necessário, portanto, assumir a transitividade do meu trabalho de coleta. Nem por isso, ele perde seu potencial heurístico. Nesse sentido, o material analisado deve ser compreendido com uma *amostragem*, suficientemente extensa e precisa para se verificar algumas tendências de leitura e de uso na produção escrita.

Sem dúvidas, existia uma dimensão performativa na própria organização de uma biblioteca pessoal, da qual a publicização das doações de exemplares à BPP, no caso de Simões Lopes Neto, podia fazer parte. Como notou Giselle Venancio, na esteira de Regina Abreu, colecionar livros, na virada do século, era uma etapa de formação e uma espécie de emblema: “Possuir um gabinete de leitura, estantes cobertas de livros, uma quantidade de raridades ou de livros pertencentes aos cânones literários ou estrangeiros simbolizavam para os seus pares sua importância intelectual” (VENANCIO, 2006, p. 90). Da mesma forma, a ostentação de epígrafes, citações e menções a autores consagrados pode ser compreendida como uma estratégia semelhante de afirmação no universo erudito, além de permitir a autoconstrução como intelectual público num circuito mais amplo de leitores. A ideia de *cânone*, retirada da linguagem religiosa, como sabemos, tem origem na elaboração de listas de leitura obrigatórias para uma educação literária sofisticada.¹²¹ O quadro de referências intelectual de Simões Lopes Neto nos dá acesso a uma versão depurada desse duplo trabalho de formação pela leitura de clássicos e de autoafirmação como letrado, ao mesmo tempo autoridade em e “tradutor” de certa tradição erudita. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos títulos citados de acordo com área de conhecimento/disciplina de origem.

¹²⁰ Diversos tomos dos jornais pelotenses abrigados na BPP foram interditados à consulta nos últimos anos, em função da necessidade de restauro e preservação. Alguns textos simonianos não reproduzidos em livros, nem disponíveis em outros acervos, como a hemeroteca da Biblioteca Nacional ou o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, em Porto Alegre, não puderam ser acessados por essa razão. É o caso, por exemplo, dos tomos referentes ao segundo semestre de 1902 e ao segundo semestre de 1912 do jornal *A Opinião Pública*.

¹²¹ A esse respeito, conferir Barbosa, 1996. Para aspectos propriamente político-ideológicos da educação literária e da formação de cânones nacionais, ver Said, 2011.

Tabela 1 – Classificação dos livros citados por SLN

Disciplina/área de conhecimento	Títulos
<i>Ciências Naturais</i>	4
<i>Educação</i>	6
<i>História do Brasil</i>	10
<i>História do Rio Grande do Sul</i>	9
<i>História Geral</i>	2
<i>Biografias, memórias e autobiografias</i>	2
<i>Literatura Brasileira</i>	5
<i>Literatura Rio-Grandense</i>	8
<i>Literatura Estrangeira</i>	7
<i>Folclore</i>	5
<i>Almanaques e obras de referência</i>	5
<i>Outros</i>	3
Total	66

Fonte: elaborado pelo autor.

Esse *cânone*, aqui entendido como “a relação de um leitor e escritor individuais com o que se preservou do que se escreveu” (BLOOM, 2001, p. 25), apresenta uma variedade relativa considerável, concordante com as necessidades de um produtor não especializado ou intelectual polígrafo da Primeira República. Há, nele, trabalhos de Ciências Naturais de grande impacto e circulação internacional, como *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, ou *Princípios de Geologia* (1839), de Charles Lyell, mas também há espaço para uma obra de interesse nacional na área, as *Memórias sobre a paleontologia brasileira*, publicadas na *Revista do IGHB*, de autoria de Peter Wilhelm Lund, naturalista dinamarquês considerado o fundador da Paleontologia e da Arqueologia no Brasil. Também há textos de apoio para essas incursões científicas, como a autobiografia de Darwin e o ensaio *L’Irréligion de la Science* (1876), do escritor socialista Ernest Lesigne, de onde Simões retirou os principais argumentos de sua série de artigos de divulgação do evolucionismo biológico, intitulada “Uma trindade científica” (1913) – Darwin, Haeckel e Lamarck –, publicada como defesa do ensino leigo.

Haja vista a lista construída, grande parte dos estudos simonianos se concentrava mesmo nas Humanidades, como Educação, Folclore, História e Literatura. Demonstrando domínio sobre sua primeira área de intervenção, o autor cita ensaios

como *A educação Nacional* (1890), de José Verissimo, direcionado a intelectuais/autores e autoridades públicas, e obras didáticas como *Coração* (1886), do italiano Edmundo De Amicis, livro de leitura amplamente utilizado pelos estudantes brasileiros no momento, ou *Porque me ufano de meu país* (1900), tentativa de nacionalização da leitura escolar realizada por Afonso Celso Júnior. Os títulos folclóricos também oscilam entre a formação cívica de estudantes, como *Festas Nacionais* (1896), de Rodrigo Otávio, a coleta erudita de narrativas orais, como os *Contos Populares do Brasil* (1885), de Silvio Romero,¹²² e empreendimentos de salvaguarda de “tradições” quase historiográficos, como o *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul* (1883), de João Cezimbra Jacques. Aliás, as articulações entre o educativo, o literário, o histórico e o folclórico, nas diferentes possibilidades combinatórias encontradas no campo cultural brasileiro do período, além do necessário trânsito entre os registros cultos e populares de linguagem por elas exigidos, ofereceram caminhos para a efetivação do projeto intelectual simoniano. Quer dizer, essa lista de leitura evidencia que alguns dos parâmetros de composição dos contos e das lendas simonianos eram encontrados em narrativas não ficcionais e em ficção com ambição documental, uma indicação que perseguirei nos próximos capítulos deste livro.

As duas principais áreas de interesse de leitura de Simões Lopes Neto eram, sem sombra de dúvidas, a História e a literatura de imaginação. Contabilizando relatos de viajantes na primeira rubrica, temos 21 títulos históricos e 20 títulos ficcionais, cerca de dois terços dos livros citados direta ou indiretamente pelo autor. Nos dois segmentos, repete-se o mesmo padrão: predominância de temática brasileira, 19 e 13 obras, respectivamente, e divisão quase equitativa entre assuntos “nacionais” e “regionais”. Como veremos a seguir, isso não é apenas um efeito da pragmática das citações, quer dizer, de seus usos direcionados para o campo intelectual regional, mas de uma condição estrutural desse campo, que começa, já na virada do século, a definir problemas e perspectivas próprios, com produção e consumo interno de títulos nas duas áreas.

São citados quase todos os trabalhos de historiadores dilettantes sobre o Rio Grande do Sul até então publicados; mais de

¹²² Casos de citação direta de autores, com referência indireta a obras de fácil atribuição.

uma vez, inclusive. É o caso dos primeiros exercícios de escrita de história na província - *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil* (1822), de Antonio José Gonçalves Chaves; *Anais da Província de São Pedro* (1819-1822), de José Feliciano Fernandes Pinheiro – e da relativamente recente historiografia republicana, como a exemplar *História Popular do Rio Grande do Sul* (1882), de Alcides Mendonça Lima, além do relato de Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1821-1822), que, a julgar pelo comentário de Simões sobre o raro exemplar da BPP, ainda parecia circular pouco no estado. Entre os livros de História do Brasil, destaca-se uma longa lista de autores estrangeiros, citados como lamento pela escassa produção nacional na área.¹²³

Em Literatura Brasileira prevalecem obras suas contemporâneas, como *O missionário* (1899), de Inglês de Souza. Mesma tendência quanto à produção rio-grandense, como não poderia deixar de ser nesse caso, diante da organização tardia da província. Afinado às configurações da cena letrada regional, Simões cita títulos relevantes das duas gerações que lhe precederam, em prosa, poesia e teatro, como a reunião póstuma de versos *Auras do Sul* (1888), de Francisco Lobo da Costa, o livro de poemas *As provincianas* (1886), de Bernardo Taveira Júnior, e a comédia *Gaúchos* (1890), de Damasceno Vieira. Nesse sentido, é importante destacar a ausência de grandes nomes do romantismo regionalista sul-rio-grandense, com base de atuação em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, como Caldre e Fião, precursor do romance de temática local na província. Mesmo Apolinário Porto Alegre, autor de *O vaqueano* (1872), a mais categórica resposta ficcional da elite letrada rio-grandense ao romance *O gaúcho* (1870), de José de Alencar, só é mencionado, na amostragem, uma única vez; ainda assim, com o pseudônimo Iriema, em transcrição de poema, sem nenhum comentário sobre o autor.¹²⁴ Esse quase si-

¹²³ São eles: Alphonse de Beauchamp (1767-1832), *Histoire du Brésil* (1815), Andrew Grant (?), *History of Brazil* (1809), John Armitage (1807-1856), *The history of Brazil* (1836), Robert Southey (1774-1843), *History of Brazil* (1810), James Henderson (1783-1848), *A history of Brazil* (1821), Jean Ferdinand-Denis (1798-1890) (vários títulos).

¹²⁴ Apolinário Porto Alegre e outros membros da Sociedade Partenon Literário, na verdade, eram entusiastas do romance regionalista de Alencar. Como procurei mostrar em trabalho anterior, as críticas provincianas ao livro de

lêncio é ainda mais contundente, uma vez que Porto Alegre experimentou gêneros e disciplinas semelhantes aos de Simões e era notoriamente reconhecido como o maior expoente da Sociedade Partenon Literário, primeira associação de escritores com ares de academia no Rio Grande do Sul, da qual também faziam parte Damasceno Vieira e Taveira Júnior.

Durante sua conferência em comemoração ao primeiro aniversário da ARGL, em 1911, nosso personagem traçou um panorama da formação social e política da região, aproveitando a periodização construída no ensaio histórico ainda inédito *Terra Gaúcha* (e algumas de suas páginas), para explicar o “atraso” intelectual da província em relação ao centro do país e a outros entes da federação. Elaborou, assim, originalmente, uma tese ainda hoje defendida na história cultural do Rio Grande do Sul, a de que a mobilização da sociedade para as guerras de fronteira retardou o desenvolvimento de instituições e mecanismos de produção e de circulação de bens culturais, chegando a marco cronológico idêntico ao da historiografia profissional contemporânea para a mudança do cenário: 1870, com o fim da Guerra do Paraguai. A partir daí, defende o autor, o Rio Grande poderia ostentar nomes relevantes nos mais variados gêneros discursivos, no que ele revela uma avançada compreensão de seu campo de atuação. Vale a pena transcrever um trecho mais longo, em que Simões Lopes Neto resume seu argumento e apresenta um pequeno e recente cânone rio-grandense:

(...) e logo que se foi fazendo a quietação dos espíritos, tomando feição menos rude o trato social, como linfa represada que flui e roreja à luz, assim remontou a seiva fecunda, que devia, a breve trecho, desabotoar em fragrante nastro de intelectualidades magníficas: ei-la que despontou, inspirada sóbria e amável com Amaral Sarmiento Mena, Antonio Vicente da Fontoura e outros; acentuou o seu vigor em Oliveira Belo, Coruja, Hilário, Clarinda e a cega maviosa, Arthur Rocha, Lobo da Costa e tantos, tantos outros da bela falange de ansiosos, cedo tombados; sem falar nas primazias das correntes políticas, de que a figura

1870 não diziam respeito aos erros de caracterização do meio, nunca visitado pelo autor, o que Porto Alegre considerava desculpável. O problema era o descompasso sentido entre o mito partenonista do *centauro da pampa* e o protagonista alencariano Manuel Canho, excessivamente misantropo, alheio à vida política e aproximado às hostes castelhanas. É nesse sentido que *O vaqueano* corrigiria *O gaúcho* (ZALLA, 2010b, p. 5-6).

empolgante pela exterioridade foi Gaspar Martins, pelo erudito aticismo (sic) Ferreira Vianna, pelo floreamento (sic) da palavra gentil Felix da Cunha, até os sólidos doutrinadores de outro credo, e teólogos e cientistas e financeiros (LOPES NETO, 1911, p. 226-227).

Assim, a análise da biblioteca imaginária de Simões me permite formular uma hipótese que será perseguida nos próximos capítulos, a de que o autor tenha preferido deliberadamente estabelecer diálogos com escritores que assumiram a palavra “gaúcho”, em suas versões do regionalismo literário, e a figuração da tradição fronteiriça, como Damasceno Vieira, Bernardo Taveira Júnior, Lobo da Costa e seu antecessor direto na prosa nativista Luís Araújo Filho, cujo livro *Recordações Gaúchas* (1898) é recorrentemente usado como intertexto. Talvez, até mesmo, buscasse construir, ainda que de maneira vaga, sua própria genealogia literária, um pouco mais ampla do que a lista arrolada em sua conferência na ARGL, escolhendo esses escritores como seus precursores, ao invés do romantismo porto-alegrense mais corriqueiro e sua fuga do “problema gaúcho”, quer dizer, do estigma social que a palavra carregava no século XIX, de que tratarei mais adiante. Sintomaticamente, a maioria deles possuía base municipal alternativa à capital da província, como Rio Grande, Alegrete, Pelotas, e/ou apresentavam em suas biografias passagem profissional por cidades fronteiriças ou da campanha gaúcha.¹²⁵

Outro aspecto interessante é a incidência maior nas referências simonianas de obras de literatura estrangeira (7 ocorrências) do que de História Geral (2). Essa abertura ao “cânone ocidental” pode indicar um recurso de autoridade de fácil inteligibilidade, ao apelar a títulos consagrados, mas de maior circulação entre as camadas médias letradas, como, por exemplo, o Fausto (1808),

¹²⁵ Lobo da Costa, como vimos, trabalhou e veio a falecer na cidade de Pelotas. Bernardo Taveira Júnior (1836-1892) também era pelotense. Chegou a trabalhar no comércio do Rio de Janeiro e da cidade gaúcha de Rio Grande, na metade Sul da província. Foi professor na cidade São Gabriel, na campanha central, e em Pelotas, nos últimos anos de vida, onde produziu poesia, crônica e teatro. João Damasceno Vieira Fernandes (1850-1910) nasceu em Porto Alegre, onde foi funcionário público na mocidade, mas atuou posteriormente junto à alfândega de Rio Grande e na Mesa de Rendas de Pelotas. Foi membro do Partenon Literário. A trajetória de Luiz Araújo Filho, cuja base era o município de Alegrete, foi estudada na seção anterior.

do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe, ou *As viagens de Gulliver* (1726), do irlandês Jonathan Swift. Ainda assim, é de se pensar que a educação literária pelas obras internacionais ofereceu uma perspectiva mais ampla para sua própria literatura, numa comparação com sua historiografia, que era voltada a debates internos bastante restritos, com fontes brasileiras e platinas muito tradicionais. Talvez venha daí, também, a feição mais “moderna” de sua prosa frente a de contemporâneos como Alcides Maya, que seguiam os parâmetros acadêmicos nacionais de alta ficção e seu gosto parnasiano peculiar.

Para testar essas análises e a validade das hipóteses por elas sustentadas, submeti, na Tabela 2, os 118 autores citados por Simões Lopes Neto a uma distribuição semelhante à dos 66 títulos identificados, de acordo com sua principal área/disciplina de exercício.

Tabela 2 – Classificação dos autores citados por SLN

Disciplina/área de conhecimento	Títulos
<i>Ciências Naturais</i>	10
<i>Ciências Sociais e Pensamento Político</i>	4
<i>Filosofia</i>	6
<i>Educação</i>	11
<i>História do Brasil</i>	14
<i>História do Rio Grande do Sul</i>	10
<i>História Geral</i>	2
<i>Biografias, memórias e autobiografias</i>	2
<i>Literatura Brasileira</i>	12
<i>Literatura Rio-Grandense</i>	14
<i>Literatura Estrangeira</i>	14
<i>Folclore</i>	5
<i>Estudos de língua</i>	2
<i>Almanaques e obras de referência</i>	5
<i>Outros</i>	3
<i>Não identificados</i>	5
Total	119¹²⁶

Fonte: elaborado pelo autor.

¹²⁶ Um autor se repete para dois títulos diferentes, daí a soma fechar em 119 ocorrência. É ele Charles Darwin, com *A origem das espécies* e sua autobiografia publicada postumamente.

A ampliação numérica do *corpus* não modifica substancialmente o padrão de interesses de leitura. Nessa contabilidade, temos 26 referências em História e 40 em literatura, os dois segmentos privilegiados. Somados, eles representam pouco mais da metade dos autores/obras citados. Na sequência, Educação (11 ocorrências), Ciências Naturais (10), Filosofia (6) e Folclore (5), são as maiores rubricas. Todavia, a segunda, uma área do conhecimento não individualizada, abriga disciplinas bastante distintas, tais como Zoologia, Paleontologia e Geologia. Minha opção por reuni-las em apenas um item se justifica pela pequena incidência de autores em cada uma delas, mas também pela unidade de seu contexto discursivo de referência, basicamente a série de artigos sobre Darwin, Haeckel e Lamarck, de 1913. Em contrapartida, aglutinei como “Ciências Sociais e Pensamento Político” as menções ao sociólogo e psicólogo social francês Gustave Le Bon e aos políticos e ensaístas brasileiros Joaquim Nabuco e Manuel Bomfim, por exemplo. Quer dizer, aqui se encontram as “obras de ideias”. Sem indicação de títulos específicos, também foram referenciados 6 filósofos de tradições e temporalidades muito distintas, como os antigos Aristóteles e Xenófonos de Cólofon (de relevância bastante díspar para a área, como se percebe), e um dos principais filósofos da era moderna, o prussiano Immanuel Kant. Vale a pena mencionar ainda Herbert Spencer, considerado representante do liberalismo clássico que também forneceu as bases para o evolucionismo social e as teorias raciais do fim de século, provável antídoto ao positivismo ortodoxo dominante nas elites políticas rio-grandenses do período. Já a lista de obras de referência/consulta não se modifica. Nela se encontram os almanaques produzidos no estado e o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense* (1898), de José Romaguera Corrêa, frequentemente acionado por nosso autor, como veremos no próximo capítulo, além da *Enciclopédia Ilustrada Portuguesa* (1910).

Se o quadro de referências historiográficas aumenta pouco, o cânone literário tem um significativo incremento. Aparecem, nessa contabilidade, nomes como os dos romancistas Victor Hugo, Walter Scott e José de Alencar, grandes expoentes dos romantismos francês, escocês e brasileiro. No teatro, são acrescentados à dramaturgia sul-rio-grandense o clássico grego Ésquilo, o norueguês Henrik Ibsen (em intertexto), considerado um dos criadores do teatro realista moderno, e, com uma menção aos esforços nacionais então recentes na área, a obra de Arthur de

Azevedo. A maior expansão no *corpus* se dá mesmo em relação à poesia. Para melhor dimensionar essa configuração e apresentar um balanço dos gêneros de interesse para Simões Lopes Neto, classifiquei as 40 referências literárias na tabela abaixo.

Tabela 3 – Autores de literatura – gêneros do discurso

Gênero	Subgênero	Ocorrências	
<i>Poesia</i>	Épica	3	19
	Lírica	16	
<i>Prosa narrativa</i>	Romance	7	12
	Novela	1	
	Conto	4	
<i>Teatro</i>			8
<i>Crônica</i>			1
TOTAL			40

Fonte: elaborado pelo autor.

Quase a metade da biblioteca imaginária de literatura de Simões Lopes Neto é dedicada à poesia, majoritariamente na modalidade lírica, à exceção de três poemas épicos: *Os lusíadas* (1572), de Camões, o já lembrado *Fausto*, de Goethe, e, com uma menção ao rio-grandense Mário de Artagão, *As infernais* (1890). Nesse gênero, são dominantes os autores locais, como Joaquim de Assis Brasil, também historiador republicano, Lobo da Costa e os precursores da poesia gauchesca autoral no estado, Taveira Júnior e Múcio Teixeira. Sem a indicação de títulos, não é possível classificar o teatro, mas a maioria dos citados praticava tanto o drama como a comédia. O peso da dramaturgia no padrão de leitura de Simões, aliás, é significativo, como não poderia deixar de ser para um autor amador de peças locais. Contudo, essas apropriações não eram função direta de trocas formais internas ao gênero. A comédia *Gaúchos* (1891), de Damasceno Vieira, por exemplo, é lembrada muito mais pela sua temática, em contexto de citação folclorista (*Cancioneiro Guasca*), na última etapa da trajetória intelectual do nosso personagem. A dramaturgia do jovem Simões, como sabemos, trazia muito pouco do universo campeiro. Já na prosa narrativa, o privilégio cabe ao romance. Em 12 referências, também comparecem sub-

-repticamente a *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert, e explicitamente *Os farrapos* (1877), de Oliveira Belo. Dos três contistas, dois também poderiam ser enquadrados como romanistas: Alcides Maya e Coelho Neto. Tendo aparecido, ambos, em dedicatórias de narrativas simonianas curtas, me pareceu razoável compreendê-los como referências do autor nesse gênero. Um terceiro poderia mesmo escapar dessa classificação. É ele Rudolf Erich Raspe, com *As aventuras do Barão de Münchhausen* (1785), historietas que serviram de modelo direto para os *Casos do Romualdo*. A única novela lembrada, e com muita frequência, também forneceu parâmetros de composição literária a Simões: *Recordações Gaúchas* (1898), de Luiz Araújo Filho. Na crônica, foi citada a coletânea *Humorismo* (1895), de Urbano Duarte, uma menção que vale aqui mais para ressaltar a intimidade do personagem com a produção nacional contemporânea a suas primeiras imersões no gênero.

Se a poesia lírica obtinha a preferência do Simões leitor, nela predominavam autores românticos e simbolistas. Entre os primeiros, figuravam principalmente os rio-grandenses, regionalistas ou não. Entre os segundos, João da Cruz e Sousa, o “Dante Negro”, que introduziu a corrente no Brasil com *Broquéis* (1893), além de nomes como Francisco Mangabeira, fundador do grupo simbolista baiano Nova Cruzada, e Silveira Neto, amigo de Cruz e Sousa que alcançou prestígio nacional com *Luar de inverno* (1900). Historiando as letras nacionais, na conferência da ARGL, Simões também citou clássicos da Arcádia, como Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa, e encontrou espaço para a obscura rio-grandense Clarinda da Costa Siqueira. Dos poucos parnasianos lembrados, destaque para Alberto de Oliveira, fundador da ABL, que compunha a grande tríade de autores consagrados da escola, com Olavo Bilac e Raimundo Correa.

É interessante notar que o jovem Simões inicia suas incursões nos jornais pelotenses com triolés parnasianos, mas na medida em que migra para a prosa, amplia as referências de leitura para outras correntes poéticas. Essa configuração me faz tecer duas hipóteses complementares. Primeiro, a lírica exerce importante influência sobre o trabalho do escritor, fornecendo, inclusive, um critério de seleção para a sua coleção folclórica, materializada no *Cancioneiro Guasca*. Na prosa de ficção autoral, ela também fornecerá técnicas de composição e modelos de linguagem, principalmente de inspiração simbolista, quer dizer,

dando primazia à construção de imagens, ou melhor, colocando o trabalho de linguagem a seu serviço. O contista Simões Lopes Neto está para o verso simbolista como o contista Alcides Maya está para o verso parnasiano. Essa relação pode ser sustentada por um dado da história literária brasileira: em oposição à rigidez das construções estéticas dominantes do parnaso, como é sabido, os poetas modernistas buscariam antecedentes na vertente simbolista concorrente do mesmo período. No Rio Grande do Sul, onde ela foi hegemônica na Primeira República, a geração modernista, já no final da década de 1920, entraria em conciliação com os intelectuais estabelecidos, diferentemente dos modernismos no centro do país e suas necessidades de ruptura, ao menos no plano da estética, com os literatos acadêmicos. Daí, também, a sensibilidade literária dos modernistas gaúchos preferir, na prosa, o regionalismo de Simões Lopes ao de Alcides Maya. A hipótese complementar, já esboçada anteriormente, indica que o autor pode ter buscado fora do gênero *conto* as soluções originais para a sua própria contística. Assim, o teatro também oferecerá técnicas de fatura de diálogos, por exemplo. No geral, a fortuna crítica simoniana procurou compará-lo com antecedentes e contemporâneos em seu gênero de exercício, o que potencializou as sensações de estranhamento e de encanto com a modernidade do autor. A análise da biblioteca imaginária de Simões Lopes Neto nos permite, assim, percorrer outros caminhos, historicizando seu processo criativo.

Repertório

Os 118 autores identificados foram citados 178 vezes por Simões Lopes Neto, pelo que pude apurar (conferir Anexo I). Portanto, a repetição não era muito comum na sua pragmática das referências. Alguns deles, na verdade, são nomes assíduos, aparecendo várias vezes num único texto ou em trabalhos diversos, inclusive em áreas distintas, como o Folclore e a ficção. Casos de Romaguera Corrêa e Luiz Araújo Filho. O mais comum, no entanto, era lançar mão economicamente de títulos e autores tão diferentes quanto a gama de assuntos abordados, o que sempre demonstrava uma erudição prodigiosa a seus interlocutores, principalmente nos gêneros públicos, como as conferências e o jornalismo. Cada nova seara explorada abria, assim, um leque de leituras específicas, o que explica o vasto repertório mobilizado ao longo dos anos. As

fontes simonianas hoje disponíveis também nos oferecem uma boa representação de suas variações temporais de usos de leitura. Como já exploramos suficientemente as disciplinas/gêneros/obras apropriados, passarei agora a tratar das condições e situações de apropriação. Para verificar mudanças de padrões, distribuí, nas tabelas 4 e 5, todas as referências coletadas de acordo com a periodização biográfica elaborada em seção anterior.

Tabela 4 – Classificação das referências pelas frentes de atuação do autor

	Jornalismo	Teatro	Educação	História	Folclore	Literatura	Total
1888-1904	10	8	--	--	--	1	19
1904-1910	--	--	51	10	--	--	61
1910-1916	61	2	3	--	11	21	98
Total	71	10	54	10	11	22	178

Fonte: elaborado pelo autor.

Obviamente, a concentração de referências no *corpus* analisado se daria no período de maior atividade escrita, quando Simões se tornava um publicista e lançava sua literatura de imaginação. No entanto, a classificação das ocorrências por áreas de atuação revela nuances significativas. Uma das frentes simonianas que mais exigia o concurso a autores externos era a Educação, foco da segunda fase de sua trajetória, quando ele ainda se construía como intelectual público (Tabela 4). Esse dado poderia ser creditado ao seu principal gênero de exercício no momento, a conferência. No entanto, a ficção didática também possuía elevado número de citações (Tabela 5). Ou seja, elas não configuravam apenas recursos de autoridade e fontes necessárias para a produção de discurso, mas também objetos de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, a menção a um autor e/ou obra era uma indicação de leitura aos possíveis neófitos. Algo parecido aconteceria com o jornalismo literário da terceira fase, quando Simões seleciona e transcreve poemas, crônicas, pequenos contos e trechos de romances na seção “Artes e Letras”, do *Correio Mercantil*. Mesmo seus artigos sobre ciência, como vimos, se justificavam como um esforço educativo de divulgação. Isso mostra que, de certa forma, não houve uma mudança radical de interesses intelectuais do autor entre a segunda e a terceira fase de sua vida pública, quando ocorreu sua profissionalização no campo. Simões levou para o

periodismo suas preocupações anteriores, o que incluía a História. Basta lembrar que sua historiografia mais localista, a respeito do município de Pelotas, já sugerida em texto dos *Anais da BPP*, de 1905, se efetivou na edição da *Revista do Centenário*, em 1911-1912. Portanto, é possível especular que, assim como o jornalismo, as novas frentes de ação no período – Folclore e Literatura – são tributárias de seu projeto educativo precedente, algo já sustentado por autores como Ligia Chiappini (1988) e Luís Borges (2014). Educação e História, ou melhor, a *educação histórica* é, internamente, a matriz de sua literatura de imaginação consagrada, mesmo produzindo ficção a partir de critérios folclórico/folcloristas e, principalmente, estéticos. Essa hipótese será explorada no próximo capítulo.

Tabela 5 – Classificação das referências pelos gêneros de uso

	Poesia	Teatro	Ficção/ prosa	Crônica	Conferência	Didáticos	Historio- grafia	Folclore	Jornal/ edição	Total
1ª fase	3	8	1	7	--	--	--	--	--	19
2ª fase	--		--	--	29	22	10	--	--	61
3ª fase	--	2	11	24	20	--	20	11	10	98
Total	3	10	12	31	49	22	30	11	10	178

Fonte: elaborado pelo autor.

A classificação das ocorrências de acordo com os gêneros de uso nos permite detalhar mais as condições de apropriação. A grande concentração no periodismo, como frente de ação, se dilui, assim, entre o exercício da crônica/reportagem, um gênero híbrido, como vimos, típico dessa etapa de desenvolvimento do campo literário na América Latina; as conferências, que se tornam, nesta fase, uma espécie de “folhetim” publicado no pé da página dos jornais, da mesma forma que alguns contos; a curadoria literária-editorial; e, por fim, a escrita da história. Isso, com relativa equidade distributiva entre a crônica e a conferência, o que sugere certo parentesco, ao menos no nível do projeto simoniano; talvez função da semelhança de objeto, já que, em ambos os casos, o autor se dedicava com frequência a questões de educação. Na prosa de ficção, como não poderia deixar de ser, a maioria das referências era implícita, com o aproveitamento de sugestões temáticas e formais de escritores precedentes.

É interessante notar que o mesmo acontecia com a historiografia na segunda fase da trajetória simoniana, mas não na terceira, que registra, inclusive, maior número de referências, apesar do montante muito menor de páginas escritas. Como sabemos, o segundo *Terra Gaúcha* foi encontrado em estado de manuscrito, o que pode indicar falta de revisão, além da ausência de aparato editorial de apoio. Mas o texto parece bastante completo para se supor que a publicação definitiva incluiria, por exemplo, notas de rodapé com a explicitação de todas as fontes. O original, aliás, já se encontrava finalizado, em mãos de Alcides Maya para ser prefaciado. O contraste, no nível das citações, com a historiografia do centenário pelotense reforça a hipótese de que *Terra Gaúcha – História Elementar do RS* foi pensado como um ensaio, algo que também explorarei no próximo capítulo.

Vale dizer, ainda, que não havia necessária correspondência entre os gêneros dos autores apropriados e os gêneros praticados na apropriação, algo que acontece com maior frequência quando se trata das grandes áreas/frentes de atuação de Simões Lopes Neto. Ou seja, enquanto ele buscava autores de Educação para falar de Educação, por exemplo, costumava consultar historiografia e folclore para produzir conferências, prosa de ficção e crônicas ou, em sentido inverso, poesia autoral para escrever folclore. Esse aspecto revela um maior aproveitamento temático do que formal, no nível interno do texto (à exceção das já levantadas relações entre poesia e prosa), além de usos ornamentais das citações, o que nos exige um rápido esforço de classificação tipológica.

Já vimos do que se tratavam as referências implícitas (**RI**, no Anexo I). Já as explícitas podem ser compreendidas em duas modalidades: *citações* e *menções*. As primeiras eram diretas/literais ou paráfrases. Geralmente indicavam autor e obra (**CAO**), mas podiam também apresentar apenas a obra, em casos muito célebres, no que a autoria ficava subtendida (**CO**). As segundas podiam indicar autor e obra, sem transcrição ou reprodução de ideias (**MAO**), mas frequentemente diziam respeito apenas aos nomes de escritores (**MA**), como vimos anteriormente. Às vezes, Simões mencionava somente a obra (**MO**), a partir de um personagem (supostamente) conhecido ou de um título de ampla circulação. Sob essas variações formais do ato de recortar e colar textos externos na produção escrita, existem outras distinções possíveis. No quadro simoniano, podemos observar a existência de referências *autênticas* e *apócrifas*. Se acreditarmos que as

menções sem detalhamento tratam de obras realmente lidas/cohecidas, a quase totalidade delas é do primeiro tipo. No entanto, chamam bastante atenção as do segundo. São elas frases e personagens atribuídas a escritores famosos. A mais interessante, sem dúvida, é a epígrafe do poema “Os chapéus da plateia”, de 1896, em que uma frase de senso comum é creditada ao romancista Victor Hugo: “Não se bate numa mulher, nem com uma flor”.

Segundo Gérard Genette, a epígrafe apócrifa ou não exata, atribuída a um autor real, era uma estratégia corrente na escrita de ficção oitocentista. Alguns dos escritores lidos e citados por Simões se encontravam entre aqueles que lançavam mão dela, como o próprio Victor Hugo, além de Walter Scott (GENETTE, 2009, p. 133-134). Portanto, ainda que intuitivamente, nosso personagem transitava numa margem de falsidade intelectual possível na alta literatura. Se ele buscou fazer uma crítica com a citação, ela não representa uma subversão de parâmetros literários. Simões era, antes, um leitor bem formado na ficção consagrada, como vimos, e se movia, desde cedo, com muita tranquilidade dentro de seus próprios quadros. Outra referência apócrifa identificada é a menção, em crônica publicada no mesmo ano, a uma personagem de Scott chamada Clarice, que não localizei na sua obra.¹²⁷ Pelo destaque dado a ela na referência – equiparada à “Margarida do Fausto” –, dificilmente se trataria de uma figura secundária de livro menor e difícil de se mapear.

No entanto, como tenho afirmado até aqui, o domínio das “regras da arte” não nos autoriza a julgar textos de juventude com os mesmos critérios das últimas obras simonianas, como se eles tivessem idêntica ambição literária. Os dois casos de referência apócrifa vistos acima exerciam muito mais as funções de *ornamento* e de *erudição* do que de *autoridade*. Ou seja, tratavam-se de recursos passíveis de mobilização por qualquer figura pública que necessitasse, por razões diversas, ostentar seu capital escolar. À medida que avançamos na biografia de Simões Lopes Neto, as referências passam, cada vez mais, a cumprir funções de autoridade intelectual. É o caso, por exemplo, das citações e menções a nomes como José Verissimo e Afonso Celso Júnior, quando fala de Educação, a João Cezimbra Jacques, quando aborda as danças

¹²⁷ Consulte o livro *A Dictionary of the Waverley novels of sir Walter Scott* (1910), de M. F. A. Husband.

gaúchas em seu projeto folclorista, ou, ainda, as dedicatórias a Coelho Neto e Alcides Maya já nos contos e lendas.

A “constelação de citações”, para usar um termo de Antoine Compagnon, revela, assim, um escritor bastante familiarizado com modalidades de confecção de discursos coerentes a partir de fontes muito diversas,¹²⁸ incluindo uma profícua intimidade de primeira hora com técnicas literárias heterodoxas. Indica, também, seu conhecimento de estratégias de autoafirmação no campo intelectual, que passavam pelo domínio de autores, disciplinas e gêneros textuais socialmente considerados importantes. Por isso, a biblioteca imaginária de Simões Lopes também deve ser compreendida como um *repertório de lugares-comuns*, ou seja, um discurso e uma linguagem comuns, mas também “terrenos de encontro e acordo, problemas comuns e maneiras comuns de abordar tais problemas comuns” (BOURDIEU, 2007, p. 207). Desse acervo coletivo, ou melhor, desse recorte pessoal de recursos compartilhados, nosso autor retirava as respostas – temáticas e formais – para necessidades bastante pontuais.

Tais condições pragmáticas de suas apropriações explicam aparentes inconsistências teóricas ou contradições político-filosóficas. Era no “chão social” de suas batalhas discursivas que referências a nomes tão distintos como Gustave Le Bon, com suas ideias de superioridade racial, e Manoel Bomfim, com sua visão positiva da miscigenação no Brasil, ganhavam sentido.¹²⁹ Para ficarmos nesses exemplos, o evolucionismo social do primeiro podia ratificar um currículo científico e laico para as escolas, algo perseguido pela elite republicana regional, mas que encontrava resistência na expansão do sistema educativo confessional no Rio Grande do Sul daqueles anos. Era possível citá-lo, principalmente como recurso de autoridade, sem se comprometer com a totalidade de suas teses. Leitor de primeira hora de *América Latina: males de origem* (1905), de Bomfim, Simões parecia mesmo imune ao racismo científico tão em voga no momento. Nesse autor, encontrou amparo para descrever o habitante do

¹²⁸ Como afirma Compagnon, “toda escrita é colagem, citação e comentário” (COMPAGNON, 1996, p. 39).

¹²⁹ Aqui exploro o argumento de Roberto Schwarz (2000) em texto já clássico, “As ideias fora do lugar”, a respeito das apropriações do liberalismo no Brasil escravista do oitocentos.

Sul como um mestiço edificante, que retirava sua força civilizatória do encontro de diferentes povos. Ainda assim, conseguia dar grande destaque para a herança indígena, como veremos no próximo capítulo, percebida como matriz das práticas culturais peculiares da fronteira platina. A razão pragmática dessa referência era tanto social como política, pois colocava a corrente colonizadora fronteiriça, que originou a economia latifundiária e a empresa escravista do charque, em primeiro plano na história do estado, na contramão da ideologia republicana positivista desenvolvida em Porto Alegre, que afirmava a branquitude sul-rio-grandense, abrindo espaços de representação ideológica para parcelas novas das elites luso-brasileiras e, em menor medida, ítalo e teuto-brasileiras em ascensão.

“Ciência” contra “ciência”. Basicamente era essa a estratégia simoniana em seus combates aos aspectos raciais do projeto perrepista dominante no estado. Nisso, sua biblioteca imaginária revela aquilo que Bourdieu chamou de “programação intelectual” de uma sociedade e época. Ela inspira a atmosfera cientificista, evolucionista e positivista da virada do século, mas consegue romper com a ortodoxia ao buscar soluções para questões específicas. Na maioria das vezes, elas diziam respeito ao incipiente campo cultural sul-rio-grandense e ao campo político mais amplo do qual ele fazia parte. Ou seja, à “problemática obrigatória” que lhes definiam.

A temática regional/regionalista de suas obras principais não deixa dúvidas quanto às contingências do momento. Ainda assim, a pragmática das citações releva algumas de suas condições. Como dito, dois dos autores repetidos com mais frequência eram Romaguera Corrêa e Luiz Araújo Filho, empregados como apoio a suas descrições da vida campeira e à caracterização do gaúcho histórico. Elas evidenciam, ainda, uma questão semântica em aberto: a definição social da palavra gaúcho. O sistema classificatório regional apresentava muitas variações a esse respeito. Um testemunho “desde fora” ajuda a compreendê-las. Em 1893, o belga M. A. Baguet publicou no *Bulletin de la Société Royale de Géographie d'Anvers* um relato de sua passagem pela província em 1845, quando era cônsul no Rio de Janeiro. Mesclando registros histórico, geográfico e econômico e várias temporalidades (a da visita, a da escrita e as das localidades conhecidas, como Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo etc., acessadas por fontes escritas), o texto apresenta contradições na caracterização dos habitantes.

Inicialmente, ele chama a “raça indígena” de “Rio Grandense”, e a aproxima dos tártaros e dos *Gauchos* da República Argentina, além de apontar para a semelhança com os paulistas. Assim, estabelece uma distinção política e cultural entre os campeiros locais e os pares platinos. Em seguida, explica que ambas as “nações” eram produto do “cruzamento” de portugueses e espanhóis com os nativos guarani, o que permitia compará-los, prestando maior atenção às suas afinidades: “(...) os Rio Grandenses passam com os Gauchos pelos mais corajosos e mais intrépidos cavaleiros da América do Sul” (BAGUET, 1893, p. 392) (tradução minha).¹³⁰ Essa equiparação também evidencia uma dupla dimensão classificatória: o adjetivo pátrio “rio-grandense” possuía um conteúdo étnico e social no Brasil, designava um *povo*, no sentido antropológico, enquanto a categoria folclórica “gaúcho” apresentaria também uma conotação de identidade política na Argentina. Todavia, essas distinções são apagadas à medida que o relato avança e o narrador prossegue viagem em direção à campanha brasileira. A descrição das lidas dos *peones* nas estâncias, categoria reservada ao tipo específico de trabalhador rural especializado na criação de gado *vacum* (empregada assim mesmo, em sua variante espanhola no texto francês original), e dos “vaqueanos”, guias nas travessias pelo território, o autor passa a nomeá-los indiscriminadamente de *gaúchos*, independente dos pertencimentos nacionais. “O guia que nós contratamos era um verdadeiro Gaúcho, um puro filho dos Pampas, sabendo manejar o laço, as bolas e a adaga com uma habilidade surpreendente” (BAGUET, 1893, p. 404).¹³¹ A inicial maiúscula no francês, assim como em “Rio Grandense”, já revela um uso da palavra como gentílico.

Essas oscilações são representativas do complexo quadro brasileiro de classificação social a que Baguet teve acesso e os grupos sociais específicos de onde retirou, mesmo que involuntariamente, suas informações: a) uma elite nacional, centralizada no Rio de Janeiro, que chamava de “gaúcho” qualquer habitante do Sul, sem atentar para diferenças internas de classe

¹³⁰ “(...) les Rio Grandenses passent avec les Gauchos pour les plus hardis et les plus intrépides cavaliers de L’Amérique du Sud”.

¹³¹ “Le guide que nous avons engagé était un vrai Gaucho, un pur enfant des Pampas, sachant manier le laço, les balas [sic] et le couteau avec une adresse surprenante”

ou de região; b) uma elite sul-rio-grandense regional republicana que reservava o vocábulo para a alteridade platina ou para os inimigos federalistas, reconhecendo, por vezes, no gaúcho um tipo étnico mestiço, de vida campeira ligada à zona de contato com o Prata e de baixa extração social, considerado extinto ou em vias de extinção no estado; c) as elites fronteiriças que utilizavam o termo para designar o trabalhador rural disciplinado das estâncias de criação de gado e da indústria do charque/couro contemporâneas, e que já começava a se apropriar dele para criar uma identidade política própria, mas com ambição totalizante (que podiam ser tanto republicanas como federalistas e, inclusive, se encontrar em oposição no regime castilhistas estabelecido com a República); d) os homens do campo em geral, trabalhadores assalariados ou pequenos proprietários, que se identificavam como gaúchos, em função do histórico de trocas com o campesi-nato argentino e uruguaio, e começavam a demarcar, através do nome, um limite simbólico em relação aos homens das cidades em franca expansão na virada do século, mesmo quando precisavam migrar para elas em busca de emprego (ou talvez em razão desse deslocamento forçado).

As insistentes elucidações da palavra gaúcho nos textos simonianos, amparadas pelo *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, de Romaguera Corrêa, dizem respeito à necessidade de intervir nesse quadro, além do ponto de vista assumido pelo autor: idêntico ao das elites latifundiárias e charqueadoras fronteiriças baseadas em Pelotas, mais propensas a corroborar as autodefinições campesinas. Outro viajante francês, conhecido e citado por Simões Lopes Neto, Auguste de Saint-Hilaire, mobilizou classificações semelhantes às de Baguet no relato de sua expedição pela província, ocorrida vinte anos antes, exceto pela ausência do emprego da palavra gaúcho como adjetivo pátrio. A maior diferença em relação ao texto do diplomata, no entanto, é a visão negativa do tipo social que o vocábulo designava, visto como mestiço e originário dos territórios castelhanos, um duplo estigma. Operando com categorias raciais pré-evolucionismo social, Saint-Hilaire considera uma superioridade sul-rio-grandense a suposta proporção majoritária de elementos brancos, principalmente lusos, na sociedade nascente, o que lhe impelia a alertar: “Se deixarem os habitantes do Rio Grande entrarem em contato com os índios, e se negligenciarem a educação moral e religiosa deles, em breve não passarão de gaúchos” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 263). Portanto, a miscigena-

ção e as trocas com as províncias espanholas configuraram, desde cedo, atributos negativos à figura do gaúcho, logo transformado num estereótipo que seria evitado pelas elites brasileiras da fronteira Sul, menos suas parcelas originadas da economia ganadeira mais tradicional. Como veremos no próximo capítulo, as tensões entre o centro político e a periferia na Primeira República se materializarão em lutas de representação derivadas desse histórico desfavorável no imaginário nacional. A definição de Romaguera Corrêa, adotada por Simões, atualiza e neutraliza o termo, extirpando seu conteúdo étnico-racial, transnacional e de classe. Gaúchos seriam, nessa visada, simplesmente os cavaleiros da região que demonstravam grande maestria nas lidas campeiras: “O que é forte, gentil e disposto, cavaleiro resistente e ousado, como o eram e são os camponeses e antigos indígenas” (ROMAGUERA CORRÊA apud LOPES NETO, 2013, p. 29). Quase uma categoria profissional, se não pudesse ser aplicada concomitantemente ao peão e ao estancieiro. Essa espécie de depuração discursiva é um passo fundamental para a ressignificação literária operada por Simões Lopes Neto e para a efetivação do gaúcho como um mito fundador do Rio Grande do Sul.

A biblioteca imaginária do autor, assim como seus projetos históricos inacabados, também aponta para a segunda grande questão obrigatória dos campos político e intelectual da região: o legado da Revolução Farroupilha (1835-1845). Nesse quesito, havia maior consenso interno. Desde a vitória do projeto republicano, a visão heroica do republicanismo farrapo construída pelos estudantes sul-rio-grandenses do Clube 20 de Setembro, da Faculdade de Direito de São Paulo, na década de 1880, se tornou dominante. É muito provável que o tomo perdido do segundo *Terra Gaúcha* apresentasse referências à *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco Assis Brasil, obra revisionista máxima da geração de 1870 na província.¹³² De qualquer forma, as menções a Alcides Lima e a Alfredo Varela já indicam uma filiação à historiografia republicana, então recente, e seu esforço de resgate da memória farroupilha. Vale dizer que mesmo a oposição federalista ao castilhismo poderia reivindicar o episó-

¹³² Antes disso, cabia ao tema o silêncio, consequência da integração dos revoltosos à vida política do Império, ou a recriminação. Conferir Zalla e Menegat, 2011.

dio para sua genealogia política, se apropriando seletivamente de suas pautas liberal e autonomista.

Mais uma vez, o problema se manifesta na tensão *centro x periferia*. Acionada pelas elites regionais como um discurso de crise (PINTO, 1990), a Guerra dos Farrapos era uma lembrança da “opção” da província em pertencer ao Brasil. Logo, era também uma espécie de ameaça velada de separação caso o federalismo não fosse respeitado ou as demandas locais ao governo central não fossem devidamente atendidas. Essa estratégia era alvo de ataques no centro do país, onde o separatismo sul-rio-grandense em potencial era vinculado à “barbárie” e à “anarquia” platinas. O positivismo perrepista no governo estadual tentava contornar o ônus dessa barganha apelando ao prenúncio do destino republicano brasileiro e desconsiderando vinculações culturais ao Prata castelhano. Daí a gauchidade virtual do sul-rio-grandense ser relegada a um passado moribundo, algo que, todavia, não convencia a elite letrada no Rio de Janeiro. Diferentemente dos ideólogos porto-alegrenses, Simões Lopes Neto percebeu que a superação do estigma gaúcho estava ligada à nacionalização da Revolução Farroupilha e, no sentido inverso, a desconstrução da suspeita de separatismo farrapo exigia a afirmação da brasilidade do gaúcho histórico. Assim, sua obra oferecerá respostas bastante peculiares à problemática obrigatória do campo cultural na fronteira Sul, mas que farão muito sentido na década seguinte, com o esgotamento do castilhismo/borgismo e a conciliação das elites regionais, podendo ser resgatadas como modelos pelos intelectuais modernistas à serviço do projeto varguista de tomada do poder central.

* * * *

Tomando distância do antigo chavão que dizia ser Simões Lopes Neto um escritor municipal frustrado com a falta de reconhecimento, chegamos a uma avaliação oposta de sua condição: um intelectual consagrado em escala regional, dentro dos limites do campo cultural numa periferia da Primeira República no Brasil, mas cuja base também permitia construir uma reputação mínima entre círculos eruditos de feição nacional, mesmo sem atuar no centro do país. Isso em seus derradeiros anos de vida, quando a conversão à carreira literária levou o autor ao jornalismo profissional e à escrita de ficção folclorista. Grande leitor,

se movimentava com fluência entre a alta ficção ocidental e a pequena e recente tradição regionalista sul-rio-grandense, entre perspectivas históricas internacionais e os temas históricos nacionais por excelência, entre os gêneros consolidados, as disciplinas científicas em ascensão, seus autores obrigatórios e nomes obscuros de aproveitamento pontual em sua escrita. Conhecia as últimas tendências da produção literária e historiográfica no Brasil, mas dominava sobremaneira os meandros do campo cultural regional, onde intervinha com precisão quase cirúrgica.

Se os meios e as formas de expressão eram dados pelo nível de desenvolvimento editorial interno do estado, os achados temáticos simonianos são respostas a problemas históricos e políticos forjados na dialética entre o centro e a periferia sulina. Nesse sentido, um duplo estigma, imputado como vício de origem, exigia a atenção dos escribas da província desde a segunda metade do século XIX: um Rio Grande gaúcho e farrapo demonstraria dificuldades em se integrar ao todo da nação. Simões Lopes Neto fez de seu projeto intelectual uma missão para provar o contrário. Experimentando modalidades de escrita diversas, intuiu no discurso literário o melhor caminho para disputar a representação da região e enfrentar o peso do passado, instituindo tendências seguidas por duas gerações de intelectuais, pelo menos. Esse percurso pessoal é o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A domesticação do passado

Educação, história, folclore e identidade regional

Fotografias de cenas campeiras e da Revolução Federalista;¹³³ um projeto de arquivo com material sobre esse conflito; documentos manuscritos da Guerra dos Farrapos; exemplares da *Revista do Centenário de Pelotas*; cartões postais da Coleção Brasileira; originais de duas peças teatrais; dois cadernos com o texto do primeiro *Terra Gaúcha*, o livro de leitura escolar não publicado; muitos recortes de jornais, com notícias sobre o personagem e sua família, além de seus interesses de leitura, com anotações de próprio punho; a *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia de Sacramento*, de Simão Pereira de Sá, remanescente da biblioteca pessoal perdida; cópias de discursos e conferências ministrados; algumas atas; livros técnicos e estudos sobre tabaco e piscicultura. Eis a lista resumida do acervo pessoal do escritor pelotense, conforme chegou em mãos de Fausto José Leitão Domingues, numa “mala antiga, tamanho médio e cor cinza muito desbotada (DOMINGUES, 2013, p. 211), após o falecimento de Mozart Victor Russomano, o advogado da viúva Francisca Meirelles Lopes.

Em 1918, José Gomes Mendes, o Mouta Rara das parcerias teatrais, anunciou em jornal local a venda do arquivo do “finado literato e colecionador” João Simões Lopes Neto, em lote único.¹³⁴

¹³³ O jornalista Carlos Reverbel, que teve acesso ao que sobrou do acervo simoniano original na década de 1940, assim descreveu o material fotográfico nele encontrado: “(...) características da vida campeira – nossos rodeios, marcações, domas de potros, etc. – bem como os mais variados aspectos das nossas escaramuças e convulsões caudilhescas, principalmente a de 93, com acampamentos, colunas em marcha, linhas de fogo, interior de barracas, grupos de paisanos armados, comandantes com divisas brancas e coloradas, e, lá pelas tantas, atirando pra trás, num tordilho macanudo, a figura impressionante do negro Adão, à frente de um destacamento de lanceiros bem pilchados [trajados à gaúcha] e bem montados...” (REVERBEL, 1945, p. 65).

¹³⁴ “(...) contando de coleção de livros sobre variados assuntos; estudos sobre várias indústrias e peças teatrais inéditas e outras já apresentadas. Romances e conferências, grande coleção de apontamentos com figuras e clichês sobre a história do Rio Grande do Sul, da qual tem o primeiro volume, tendo-se

Sem conseguir comprador, o material acabaria sendo parcelado em sucessivas doações. De seu conjunto original, também fariam parte uma espada utilizada pelo General Bento Gonçalves, uma bandeira da República Rio-Grandense e uma cartucheira, que ficaram em posse da irmã Silvana, e acabaram expostas no Clube Caixeiral Pelotense, em 1935, durante as comemorações do centenário farroupilha; além dos manuscritos de outras doze peças, doadas por Russomano ao Conselho de Desenvolvimento Cultural do Estado do Rio Grande do Sul (CODEC), em 1989.¹³⁵

Desse inventário possível do acervo de Simões Lopes Neto, evidenciam-se suas ambições historiadoras e a inclinação para a história da fronteira Sul,¹³⁶ não apenas em sua produção escrita. O acúmulo de objetos e documentos, sem tratamento narrativo, também fazia parte da vocação intelectual dos historiadores brasileiros na Primeira República.¹³⁷ Uma característica possivelmente acentuada no contexto regional pelo clima político positivista e suas ideias objetivistas de ciência, que davam legitimidade a práticas mais antigas de história erudita.¹³⁸ Mesmo após a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), em 1920, a historiografia tradicional gaúcha permaneceria décadas dividida entre as tarefas de salvaguarda pura e simples de documentos – que incluía a publicação de fundos oficiais – e a narração

extraviado o 2º, poucos dias antes de seu falecimento” (apud DOMINGUES, 2013, p. 205). A última referência trata do ensaio histórico também chamado de *Terra Gaúcha*, objeto de análise da terceira seção deste capítulo.

¹³⁵ Foi a partir desse material que Cláudio Heemann organizou a publicação parcial do teatro simoniano, em livro já citado.

¹³⁶ A curiosidade pela história da colônia perdida de Sacramento, assim como as fontes rio-platenses que inventariamos no último capítulo, revelam uma visão ampla da conquista portuguesa do território sulino, como veremos a seguir, diferente de narrativas contemporâneas circunscritas à unidade geográfica do Rio Grande do Sul republicano.

¹³⁷ Como observa Angela de Castro Gomes, o perfil do historiador na Primeira República estava em aberto, “sendo objeto de debates e disputas, tanto no que dizia respeito ao tipo de produto cultural que caracterizaria seu *métier* (em sua diversidade e hierarquia), quanto ao tipo de atividades profissionais e sociais que conviria a um historiador realizar” (grifo da autora) (GOMES, 2010, p. 11).

¹³⁸ Em 1870, por exemplo, José Bernardino dos Santos publicou documentos referentes à Farroupilha na revista *Murmúrios do Guaíba*, de Porto Alegre. Apoiado no escritor, poeta e historiador romântico francês Alphonse de Lamartine, afirmava que a tarefa do historiador exigia imparcialidade e por isso preferia não escrever sobre o conflito (BOEIRA, 2009, p. 119).

do passado, o que gerava disputas e tensões. Não é de se estranhar, portanto, o lugar de historiador ocupado por Simões Lopes Neto em seu ingresso na ALRS, mesmo sem ter lançado qualquer título histórico até aquele momento. Na verdade, o colecionismo folclorista do *Cancioneiro Guasca* também ia ao encontro de uma identidade intelectual de historiador, anterior à sua reputação de “prosador”, pois o *popular* era uma das vias de acesso ao passado. E se o historiador não se efetivou publicamente através da escrita da história, não faltaram tentativas.

É importante destacar que a materialização inicial dessa faceta do personagem se deu em projetos educativos, ainda que frustrados. Já se falou muito sobre sua pedagogia cívica.¹³⁹ Mas a relação entre educação e memória histórica exige mais alguns esforços de interpretação. O passado como projeto em Simões Lopes Neto apresenta uma lenta maturação, com transformações significativas ao longo de um decênio, até desaguar na prosa de ficção. Assim, a opção metodológica principal deste capítulo será a análise intensiva de alguns textos-chave, que revelam a gênese de uma visão singular de história, mas também de educação e de identidade regional. Na primeira seção, abordarei a produção de bens culturais para o mercado educacional brasileiro, em franca expansão no período, e as narrativas históricas e políticas que deles emergiam, como o primeiro *Terra Gaúcha*, livro de leitura escolar. Na segunda, apresento uma análise historiográfica do ensaio renegado pela crítica simoniana tradicional, o *Terra Gaúcha* que recebeu o subtítulo póstumo de “História elementar do Rio Grande do Sul”. Nos dois casos, trata-se de identificar e analisar suas posições a respeito dos temas sensíveis da historiografia sul-rio-grandense tradicional. Por último, proponho uma história editorial do *Cancioneiro Guasca*, atenta à materialidade da obra e ao sistema classificatório empregado pelo autor, buscando responder a dois problemas, um de ordem geral e outro, particular: a) o que o livro nos revela sobre as invenções do “popular/gaúchesco” na Primeira República? b) quais as inflexões do colecionismo folclorista no projeto literário de Simões Lopes Neto?

¹³⁹ Ligia Chippini foi a primeira estudiosa a sugerir que Simões Lopes Neto possuía um projeto cívico-pedagógico original que, uma vez fracassado na composição de um título didático, o primeiro *Terra Gaúcha*, se desdobrou nos livros de folclore e de ficção chamados por ele igualmente de “populário”: “deu cria, fragmentando-se em toda a obra de Simões” (CHIAPPINI, 1988, p. 108).

2.1. Uma pedagogia da peculiaridade: formar “brasileiros”

O mercado da educação

Como vimos no capítulo anterior, entre 1904 e 1910 o nosso personagem dirigiu suas energias para a sacração pública como intelectual, uma consequência dos fracassos no ramo empresarial. No entanto, a inclinação empreendedora acompanhou a migração definitiva para o campo cultural, em apostas ousadas de produção para um mercado de bens simbólicos em desenvolvimento. Não é à toa que, na pauperização de sua condição financeira, tenha escolhido o setor educacional e o livro didático como frentes de ação, duas pontas de lança dos projetos de modernização republicana no governo rio-grandense. Não coloco aqui em questão seus compromissos políticos, cívicos e até mesmo éticos em relação à alfabetização das massas, uma reivindicação histórica de intelectuais progressistas no país. Um homem de convicções fortes como Simões Lopes Neto podia realmente almejar, com seus livros, uma contribuição genuína para um quadro educativo ainda tão precário, pesem os pequenos avanços recentes, como veremos. Mas seu projeto pedagógico concebiam bens culturais comercializáveis, que poderiam, inclusive, ter mudado a sua sorte financeira. Assim, as circunstâncias de mercado parecem relevantes para compreender a feição que eles adquiriram.

É verdade que o novo regime avançou pouco na democratização efetiva do ensino, tendo-se em vista o crônico déficit brasileiro de escolarização. Nas primeiras décadas do século XX, já eram frequentes as avaliações negativas da realidade social do país, incluindo a área da educação, percebida como defasada em relação aos “sonhos republicanos” (SCHUELER, MAGALDI, 2009, p. 46). Ainda assim, houve significativo crescimento da instrução pública e privada, principalmente no ensino primário, que se tornou um compromisso de Estado. Segundo os números oficiais, em 1888 havia cerca de 258 mil alunos matriculados na etapa inicial. Em 1907, ano em que Simões Lopes Neto tentou lançar a Série Brasileira de livros didáticos, seriam mais de 638 mil matrículas no primário, 20 mil no secundário e quase 6 mil no ensino universitário.¹⁴⁰ Incremento

¹⁴⁰ As taxas de alfabetização da população também apresentam ligeiro crescimento nas primeiras décadas da República: 2,12%, em 1890; 7,49%, em

suficiente para movimentar um pequeno mercado brasileiro de edições especializadas.

Desde a reforma de 1854, que separou o ensino primário e o secundário, o material escolar era fornecido pelo governo. A prática foi mantida na República, que disponibilizava as prensas oficiais para as escolas, comprava livros e incentivava a produção didática, incluindo a realização de concursos de “melhores obras”, com gratificações financeiras aos autores. Mesmo a produção das editoras, aliás, precisava da autorização dos órgãos competentes, como os conselhos regionais de instrução pública. Beneficiada pela proximidade de um de seus sócios com o governo, a famosa Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, dominaria o nicho durante a Primeira República. Ainda assim, editoras pequenas, em todo o território nacional, se aventuravam na seara, instigadas pela expansão escolar. Como apontou Hallewell, os didáticos constituíam uma linha comercial segura e permanente, com vantagem ao editor nacional frente ao estrangeiro, “cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais” (HALLEWELL, 2012, p. 313). Além disso, o livro didático era um importante instrumento de formação para os professores. O “mestre” leigo, que recebia os estudantes em sua própria casa, uma realidade comum nas áreas rurais e cidades pequenas, tinha nele sua principal fonte de conteúdo e de método (SILVA, 2008, p. 28).

Assim, o final do século XIX conheceu alguns “best-sellers” na área, obras e autores que se tornavam famosos, com altos índices de vendagem, e representavam o “espírito de renovação educacional” do período (BITTENCOURT, 2004, p. 488). No manuscrito do primeiro *Terra Gaúcha*, Simões Lopes Neto presta sua homenagem a professores-autores consagrados, como Hilário Ribeiro, Abílio Borges, Pereira Coruja e Menezes Vieira, cujos nomes designam salas do Colégio Municipal em que estuda o protagonista da trama (LOPES NETO, 2013, p. 109). O mais notório deles, provavelmente, era Abílio César Borges (1824-1891), que recebeu do Imperador o título de “Barão de Macaúbas”, em função de sua atuação destacada na educação. Foi diretor geral da instrução na Bahia, onde fundou o Ginásio Baiano. Transferindo-se para

1920. Os dados foram retirados de Hallewell, 2012, p. 844. O autor também pondera que o contexto político pode ter insuflado a cifra no Censo de 1920.

a corte, criou o famoso Colégio Abílio, retratado por Raul Pompeia no romance *O Ateneu* (1888) – o mesmo que foi indicado, por muito tempo, como destino escolar do jovem João Simões Lopes Neto no Rio de Janeiro. Conforme Circe Bittencourt, essa instituição atraía os filhos da elite devido às suas inovações pedagógicas, como o combate à palmatória, “criando uma imagem de escola laica moderna, em oposição ao modelo truculento das escolas confessionais” (BITTENCOURT, 2004, p. 485). Borges configura o caso “ideal” dos autores didáticos brasileiros da primeira e da segunda geração: ocupava um cargo público no setor, o que aumentava a probabilidade de aprovação dos textos pela sua adequação aos critérios dos conselhos avaliativos, e possuía larga experiência docente; dois fatores que facilitavam o recrutamento dos autores pelas editoras.¹⁴¹ Ao menos um nome sul-rio-grandense com trajetória semelhante alcançou posição de destaque nacional no mesmo período, também homenageado por Simões: Antônio Alvares Pereira Coruja (1808-1889).¹⁴²

É verdade que a instabilidade política e a crise econômica dos primeiros anos da República afetariam o incipiente mercado editorial brasileiro como um todo. Mas, por volta de 1900, o comércio de livros já se recuperava, calcado na política deflacionária do ministro Joaquim Murinho, no retorno dos investimentos estrangeiros e na retomada relativa do interesse das camadas letradas pela literatura e pelas artes.¹⁴³ Na esteira dos

¹⁴¹ Conforme Circe Bittencourt, a ingerência do Estado sobre a comercialização do livro didático teve, por efeito, a condução de estratégias de aproximação dos editores com o poder educacional, com a presença de autores ligados à estrutura pública no setor. Mas evitavam a figura do “sábio”, intelectual consagrado por instâncias oficiais ou de viés oficial, percebendo que o prestígio não implicaria “qualidade”: “Experiência didática é um fator importante e daí a preferência dos editores por professores e certa desconfiança em relação aos intelectuais renomados (BITTENCOURT, 2004, p. 490).

¹⁴² Professor na província, publicou a primeira gramática escolar brasileira (1835). Ao transferir-se para a corte, abriu o Colégio Minerva, de onde produzia livros escolares de diversas disciplinas. Sua obra *Lições de História do Brasil* (1855) ganhou sucessivas reedições até o final daquele século.

¹⁴³ Segundo Hallewell, a queda do Império teve implicações anti-intelectuais, uma vez que a aristocracia latifundiária tradicional, “para quem a cultura constituía uma marca de nobreza”, perdia espaço para setores novos da produção cafeeira, que valorizavam mais a riqueza material do que elementos distintivos como origem, educação e cultura. No plano político, o

predecessores bem-sucedidos, a segunda geração de autores de livros didáticos brasileiros se beneficiou desse contexto. Esses escritores podiam ter interesse em divulgar novos métodos de ensino ou em interferir na formação ideológica dos estudantes, mas eram os ganhos financeiros que incentivavam as investidas na área (BITTENCOURT, 2004, p. 488). Dessa maneira, intelectuais consagrados no campo da produção erudita, como Olavo Bilac, Manoel Bomfim, Silvio Romero e José Veríssimo, lançariam seus próprios títulos didáticos. Outros nomes também se faziam conhecidos nacionalmente pelos seus compêndios, cartilhas e livros de leitura, incluindo autoras mulheres, como Adeli-
na Lopes Vieira e Júlia Lopes de Almeida.

As ambições simonianas, portanto, possuíam um lastro comercial sólido, provavelmente amplificado no contexto regional. Como é sabido, o positivismo castilhistas, que orientava o governo autoritário do Rio Grande do Sul, prescrevia uma modernização conservadora, que passava pela formação de uma elite dirigente ilustrada e pela alfabetização das massas. Entre os anos de 1899 e 1919, a participação da instrução pública no orçamento estadual girou em torno de 20%, salvo em poucas ocasiões excepcionais.¹⁴⁴ Nos anos seguintes, ela caiu para cerca de 10%, até se estabilizar, a partir de 1923, em torno de 5%. Ainda assim, os gastos absolutos em educação não diminuiram.¹⁴⁵ Com esse nível

federalismo também tinha como contrapartida a rejeição da classe média intelectual do Rio de Janeiro que havia sustentado o centralismo imperial (HALLEWELL, 2012, p. 281-282). Esse cenário mudaria na virada do século, com uma “certa simbiose entre os velhos e os novos elementos da sociedade brasileira” (HALLEWELL, 2012, p. 283).

¹⁴⁴ Em 1896, quando inicia a série compilada por Berenice Corsetti (2002), a participação da educação já era de 13,9% das despesas ordinárias do estado. Cresce paulatinamente, atingindo 17,04%, em 1899, e 19,99%, em 1900. De 1901 a 1911, ela só baixa de 20% em uma ocasião (1906). Depois, oscila entre 17% e 19% até 1919. É importante salientar, como faz a autora, que, apesar de elevados – se comparados com outras rubricas, como saúde (em torno de 1% ao longo de todo o período), os gastos com instrução pública eram insuficientes para resolver as demandas da área, como a construção de novas escolas, e os salários dos professores eram baixos. Também era prática corrente dos gestores executar valores menores aos orçados, fazendo sobra de caixa para despesas extraordinárias.

¹⁴⁵ A diminuição da participação da instrução no orçamento é relativa, pois as despesas ordinárias dobraram de valor depois da encampação da viação férrea, da barra e do porto de Rio Grande pelo Estado, a partir de 1923 (CORSETTI, 2002, p. 201).

de investimento, o estado ostentava, durante o período, a maior proporção de crianças em idade escolar matriculadas no país. Em 1907, eram 228 mil estudantes contra 162 mil em São Paulo, segundo lugar nesse índice (HALLEWEL, 2012, p. 432). Num curto intervalo de dez anos (1896-1906), a capital Porto Alegre, desassistida em formação superior no Império, também foi dotada de faculdades de Engenharia, Direito, Medicina e Farmácia.

O crescimento populacional e o relativo desenvolvimento social também impactaram a circulação de impressos, permitindo a formação de um parque gráfico avançado na região. Com a intensificação da imigração, o Rio Grande do Sul saltou de sexto para quarto estado mais populoso do país em poucos anos, e seus habitantes apresentavam um poder de compra considerável: era a terceira arrecadação da Receita Federal (HALLEWEL, 2012, p. 432-433). No início do século XX, as edições locais já abasteciam todo o território estadual e alcançavam diversos pontos do país, em função dos investimentos recentes nas vias de circulação terrestre e no porto de Rio Grande. O principal centro editorial do estado era Pelotas, que contava com duas grandes empresas no ramo: a poderosa Livraria Americana e sua grande concorrente Livraria Universal, dos irmãos Echenique, que lançaria os três livros de Simões Lopes Neto na década de 1910.¹⁴⁶

Ao que tudo indica, nosso personagem fazia, no geral, uma avaliação acertada do campo de ação escolhido. Em 1904, ele anunciou a intenção de publicar um livro de leitura escolar que abordaria a realidade rio-grandense. *Educação cívica*, a famosa conferência apresentada em sua excursão pelos municípios mais importantes do estado, era uma estratégia de divulgação de uma obra em gestação, naquele momento intitulada de *Terra Gaúcha*. Conforme o autor:

¹⁴⁶ No final do Império e nas primeiras duas décadas da República, a terceira casa editorial em importância na região era a Gundlach e Companhia, de Porto Alegre, secundada nessa cidade pela Livraria Teuto-Brasileira. As grandes editoras regionais tinham grande participação no segmento didático: “As livrarias Gundlach, Americana e Universal tiveram um papel destacado na difusão da prática da leitura e na formação de estoques de livros para as escolas e os cursos superiores no final do século XIX e início do XX” (TORRESINI, 2010, p. 246).

Um livro em que eu pudesse lançar golpes de luz, de gratidão e de amor sobre a imensa tela do Brasil mas, entoando a glória excelsa pátria... como um passarinho que voeja por todo o jardim, e que tem o seu galho predileto na roseira mais amiga e aí desfere o canto, repousado, assim eu me prendesse mais detidamente ao meu Estado natal (LOPES NETO, 1906, p. 20).

A fortuna crítica simoniana aponta que a redação desse texto se deu entre 1904 e 1908, em paralelo ao desenvolvimento de sua cartilha de alfabetização, *Artinha de Leitura*, que foi finalizada em 1907. Confirmando, mais uma vez, sua veia nacionalista, o escritor aproveitou o nome dado para sua coleção de cartões postais no planejamento de uma sequência de livros de uso escolar, provável referência a uma das obras inaugurais do romantismo no país, *Brasilianas* (1863), livro de poesia do sul-rio-grandense Manuel Araújo de Porto Alegre. Segundo o prospecto divulgado, a “Série Brasileira” iniciaria com a cartilha, sendo seguida por mais três títulos: 2 - *Eu, na escola*; 3 - *Terra Gaúcha*; e 4 - *Hinos e Glórias do Brasil*.¹⁴⁷ Não se sabe se o último chegou a ser redigido. Mas a indicação do segundo e do terceiro livros apontam para os originais recuperados e editados postumamente. É possível que ambos se referissem ao material lançado por Luís Augusto Fischer, em 2013, como *Terra Gaúcha – Histórias de Infância*. Ele se encontrava, no acervo pessoal do autor, designado por esse nome.¹⁴⁸ Também estavam divididos em duas partes: “As férias, na estância” e “O estudo, no colégio”. Talvez Simões tenha pensado em editá-las separadamente, reservando o texto dedicado à narração da vida campeira para o terceiro livro da série. É possível, ainda, que já estivesse planejando ou mesmo redigindo seu livro de história do Rio Grande do Sul, e que ele comporia a coleção juntamente à cartilha e ao livro de leitura escolar.

Artinha de Leitura, uma referência à *Cartilha Maternal* (1876), de João de Deus, que tinha como subtítulo “Arte de Leitura”, acabou rejeitado pelo Conselho de Instrução Pública do Rio Grande do Sul, em 1908. O lacônico parecer se atinha às convenções gramaticais, “(...) não podendo o Estado impor a ortografia

¹⁴⁷ Sequência anunciada na folha de rosto do manuscrito da *Artinha*.

¹⁴⁸ O subtítulo “Histórias de Infância” foi uma opção editorial para diferenciar o texto do ensaio histórico homônimo, editado em 1955 por historiadores do IHGRS, como veremos na terceira seção deste capítulo.

seguida pelo autor, deve ser reparado o trabalho por estar em desacordo com o Regulamento e não obedecer ao critério de ensino” (apud GARCEZ, 2013, p. 172). Simões Lopes Neto havia feito uma opção arriscada: adotar a proposta de reforma da ortografia então em discussão na Academia Brasileira de Letras. Tratava-se de uma simplificação fonética dos caracteres empregados, respeitando certa memória etimológica. O texto aprovado em ata da ABL de 1907 acabaria sendo revisto pela própria instituição. Pedro de Moraes Garcez acredita que a aposta simoniana, mesmo avançada, sofria com a falta de legitimidade da academia, que ainda não ocupava o lugar oficial de normatização da língua escrita. Ainda assim, o linguista percebeu falta de vontade dos conselheiros em relação a um método que “de certo figuraria hoje entre as obras que, desde essas primeiras produzidas no último quartel do século XIX até as muitas outras publicadas no primeiro do XX, seguiram sendo reeditadas continuamente em diversas reedições e centenas de reimpressões até os anos 1990” (GARCEZ, 2013, p. 164).

Num contexto em que as editoras recrutavam os autores entre os próprios agentes públicos do setor, conforme vimos, Simões Lopes Neto também não teria grandes chances de sucesso. Segundo Iole Trindade, no início do século havia cinco cartilhas de alfabetização aprovadas pelo órgão sul-rio-grandense.¹⁴⁹ Sabe-se que o livro mais utilizado e melhor recomendado pelas autoridades, o método do português João de Deus, se encontrava em falta no mercado devido ao alto custo da importação. A solução adotada foi falsificar o texto e distribuí-lo com outra autoria: a *Cartilha Primária*, de José Ferreira Gomes, publicada pela editora Selbach, de Porto Alegre (TRINDADE, 2004, p. 124). O escritor escolhido para a contrafação ocupava o cargo de Diretor do Almoarifado da Instrução Pública. Portanto, a má vontade com autores novos podia ser financeiramente estratégica.

A construção político-pedagógica e formal da *Artinha de Leitura* nos revela, de qualquer maneira, um intelectual afinado com as discussões mais avançadas em seu tempo, além de domí-

¹⁴⁹ Eram: a) a *Cartilha Maternal* ou *Arte de Leitura*, de João de Deus, b) a *Cartilha Nacional*, de Hilário Ribeiro; c) o silabário *Primeiro livro de leitura*, ou “método Abílio”, do Barão de Macaúbas; d) a *Cartilha da Infância*, de Tomás Galhardo, o Barão de Ubatuba; e) a *Cartilha mestra para aprender-se a ler com rapidez ou primeiro livro de leitura*, de Samorim Gustavo de Andrade.

nio sobre as condições sociais de ensino no Brasil.¹⁵⁰ A começar, associava a aprendizagem da leitura à da escrita, algo recente nas cartilhas nacionais. Segundo, alternava textos dirigidos aos alunos com prédicas aos “mestres”, demonstrando compreender a carência de recursos de formação que os últimos enfrentavam. Terceiro, dava grande ênfase para a autonomia do aluno, que deveria ser incentivado pelo professor, nunca castigado: “Vá exercitando o aprendiz a ler com independência, estimule-o com brandura” (LOPES NETO, 2013b, p. 86). A recomendação encontrava apoio no movimento anti-palmatória, iniciado por Abílio Borges no final do Império, como vimos. Também mostrava afinidade com a concepção laica de escola defendida pelos positivistas, que entrava em confronto com as instituições confessionais no estado.¹⁵¹ Mesmo que fosse uma concessão liberal para agradar aos censores republicanos, a *Artinha* configura uma grande crítica aos métodos pedagógicos conservadores. Politicamente, também era um manifesto progressista, pois sua defesa da ortografia simplificada estava baseada na necessidade de emancipação do público leitor, em suas parcelas infantil, proletária e feminina.¹⁵²

Não me parece que essa visão liberal de escola tenha sido um obstáculo para a aprovação do material. A ausência de contestações ideológicas e pedagógicas à cartilha simoniana no parecer do conselho estadual pode mostrar até certa afinidade com a perspectiva oficial de ensino, ao menos em seu plano teórico. Em outubro de 1908, Simões Lopes Neto escreveu uma missi-

¹⁵⁰ Para uma boa análise dos aspectos ortográficos, ver o já citado posfácio de Pedro Garcez (2013), à edição da *Artinha de Leitura*.

¹⁵¹ Como a Constituição Estadual de 1891 indicava a obrigatoriedade de oferecimento público apenas do ensino primário, o ensino secundário e o ensino superior acabaram entregues à livre iniciativa privada: “A Igreja não perdeu a oportunidade e organizou, em poucas décadas, uma rede de escolas que alcançou todo o estado. Filhos das classes urbanas e da oligarquia rural eram encaminhados para os colégios da Igreja, por serem estes os que ofereciam melhor qualidade de ensino” (MARCHI, 2000, p. 24).

¹⁵² A proposição aparece numa citação. Todavia, Simões não indica a fonte. Segue o texto transcrito: “E de fato uma das vantagens da ortografia fonética é emancipar o público, sobretudo a parte infantil, proletária e feminina, dos obstáculos tradicionais que o pedantismo gramatical ergue continuamente à sã instrução das massas populares” (apud LOPES NETO, 2013b, p. 136-138).

va em resposta à avaliação negativa,¹⁵³ em que afirmava não ter encontrado no regulamento do órgão nenhuma restrição ao formato de seu trabalho. Além disso, defendia suas opções formais recorrendo à tradição literária: “o meu livrinho contém efetivamente matéria nova e útil, e quanto à norma de grafia em que ele está escrito, tenho a ampará-la a autoridade de extensa galeria de mestres da língua no Brasil e em Portugal” (LOPES NETO apud FISCHER, 2013b, p. 192). Assim, os argumentos da defesa deixam claro que o autor não percebeu qualquer tipo de veto a posições políticas assumidas. De qualquer maneira, preferiu não reelaborar o método conforme indicado no parecer do Conselho, desistindo momentaneamente dos títulos didáticos.

Portanto, Simões Lopes Neto reconheceu uma demanda de nicho no mercado editorial, mas não compreendeu as regras de recrutamento no campo escolar. Ao menos, inicialmente. Distante do aparato público porto-alegrense, ele também não possuía experiência de sala de aula. Como intelectual, ainda se encontrava em processo de construção. Diferentemente de autores consagrados no campo da produção erudita, como José Verissimo e Olavo Bilac, que poderiam recorrer a esse capital simbólico no convencimento de editores, nosso personagem ainda não tinha livros publicados, não pertencia a academias e instituições de legitimação intelectual. Ou seja, nada que compensasse os outros atributos ausentes. Mas na medida em que se consagrava no cenário regional, como vimos no capítulo anterior, aos poucos retomava seus projetos frustrados na área. Em 1911, ele chegou a publicar na *Revista da ALRS* um trecho de seu livro de leitura escolar, mais uma vez anunciado como “no prelo”.¹⁵⁴ Como sabemos, nos últimos anos de vida ele buscava uma editora no centro do país para seu ensaio histórico, um provável desdobramento da fracassada Série Brasileira.

¹⁵³ Não é sabido se a carta foi mesmo enviada ao órgão, mas, como notou Luís Augusto Fischer, seu depósito no Arquivo Público do Rio Grande do Sul pode indicar que sim. Como relatado pelo editor, infelizmente o original foi extraviado e já não se encontra mais disponível para consulta naquela instituição.

¹⁵⁴ O capítulo “A recolhida” foi publicado no sétimo número da revista, mesma edição em que aparece o poema “O aeroplano”, de Irineu Trajano, dedicado a Simões Lopes Neto.

Práticas de leitura escolar e literatura infantil

A *Artinha* também apresentava um leve componente nacionalista, imiscuído em construções frasais repetidas pelos estudantes, como “nossa pátria é o brasil”, “sou e serei brasileiro”, “amo os hinos e as glórias do brasil” (sic). Todavia, exceto por essas intrusões pontuais, o civismo não é objeto de ensino, estando ausente inclusive das pequenas narrativas morais apresentadas ao final do livro. Já *Terra Gaúcha* é permeado de ensinamentos patrióticos, em afinidade com grande parte das proposições didáticas de época que lograram ser publicadas. Nas primeiras décadas da República, havia dois modelos competindo pelas formas legítimas de ensino da “leitura corrente”: o primeiro partia dos livros enciclopédicos; o segundo associava a leitura a conteúdos morais, cívicos e ideológicos (BATISTA, GALVÃO, KLINKE, 2002, p. 41). Este é o caso do projeto pedagógico de Simões Lopes Neto. Uma vez adquiridas as competências básicas de leitura e escrita, seu desenvolvimento seria uma oportunidade de formar brasileiros preparados para o exercício da cidadania nos moldes republicanos. Se esta exigia a alfabetização em sua faceta eleitoral, em sua dimensão ideológica apelava ao civismo. Tratava-se, dessa maneira, de formar leitores para criar um *povo*, empresa a que se lançava grande parte da intelectualidade brasileira desiludida com a militância político-partidária direta e com os entraves democráticos do regime nas primeiras décadas do século.¹⁵⁵

As conferências sobre educação revelam que a principal fonte, ainda que reativa, de Simões Lopes Neto para seu livro de leitura escolar era a obra *Coração*, de Edmundo de Amicis. Nela, o autor italiano apresentava as diversas regiões do país recentemente unificado e seus costumes, ajudando a consolidar uma identidade política nacional. Espécie de diário escolar corrigido pelo pai do protagonista Enrico, que conta com cerca de nove anos de idade, o livro é dividido em partes de tamanho variado, que apresentam capítulos bastante heterogêneos, incluindo situações vividas e lições recebidas. No primeiro caso, os episódios são narrados em primeira pessoa. No segundo, em terceira; no que se compreende a voz do professor, encetando conteúdo pátrio, ficcional-popular e/ou histórico. Estrutura próxima à do

¹⁵⁵ Ver Carvalho, 1999.

primeiro *Terra Gaúcha*, na versão inacabada que hoje conhecemos. Há, inclusive, estratégias semelhantes de composição, como a abertura do entrecho pelas festividades de recepção aos estudantes em início de ano letivo. Em outras passagens, há posições também similares, como a valorização da figura do mestre. Alguns temas idênticos também ganham tratamento nas duas obras, como a diversidade social na escola primária republicana, quando alunos oriundos de diferentes grupos e classes acabavam compartilhando o mesmo espaço de aprendizagem. No entanto, como apontou Heloísa Neto, a desigualdade de posições sociais em *Terra Gaúcha* é praticamente nivelada pela convivência harmoniosa entre proprietários rurais e trabalhadores, principalmente na parte dedicada às férias na fazenda, prenunciando o mito da democracia gaúcha (NETO, 2015, p. 129), que será a tônica da historiografia regionalista dos anos 1920.¹⁵⁶

A tradução de *Coração* fez sucesso no Brasil e o livro era distribuído nas escolas públicas, o que também feria alguns brios de intelectuais nacionalistas.¹⁵⁷ O próprio Simões queixava-se do tempo dedicado pelos alunos brasileiros à leitura de coisas estrangeiras. Em 1906, José Verissimo lançou *A educação nacional*, uma defesa do abasileiramento das obras didáticas. Na esteira desse incômodo compartilhado, o monarquista Afonso Celso já havia publicado o seu *Por que me ufano de meu país* (1900), aproveitando as comemorações do quarto centenário do descobrimento. Cantando as “superioridades” do Brasil, esse livro inspirou o termo “ufanismo”, ainda hoje empregado para designar o patriotismo exacerbado no país. A sequência de pequenos capítulos que enalteciam a grandeza territorial, a beleza das paisagens, as riquezas naturais e a história do Brasil também pode ter oferecido sugestões ao nosso autor. Mas, como modelo, lhe faltava o ingrediente regional. É possível, assim, que o livro de Celso também configurasse um duplo incentivo a Simões, pelo exemplo e pela falta. Mais próximo da proposta simoniana seria *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bomfim, pu-

¹⁵⁶ Para uma comparação mais detalhada, incluindo os aspectos originais do texto simoniano, conferir o sexto capítulo da dissertação de Heloísa Neto (2015).

¹⁵⁷ Além de traduções portuguesas, há pelo menos duas feitas no Brasil em 1891. A mais famosa é a de João Ribeiro para a Livraria Francisco Alves, que recebeu elogios da crítica e, provavelmente, foi copiada de maneira pirata por editoras menores no período.

blicado somente em 1910, com arco narrativo fechado e assunto nacional/regional. É provável que o livro de Amicis também tenha desafiado esses autores, da mesma maneira que *Le tour de la France para deux enfants* (1877), de G. Bruno (pseudônimo da escritora Augustine Fouillée), bastante conhecido pela intelectualidade francófila brasileira. Mas, como sabemos, não era a primeira incursão de Bilac na seara. Em 1895, ele já havia lançado seu *Poesias infantis*, com narrativas patrióticas e moralizantes. Em 1904, publicou os *Contos Pátrios*, em parceria com Coelho Neto. Conhecendo ou não todos esses textos, Simões Lopes Neto identificou um clima profícuo para seu projeto de livro de leitura escolar com ambições cívicas e temática regional.

Não é possível dizer que a sua originalidade tenha sido a narração escolar de uma história nacionalista da região. No final da década de 1890, a Livraria Americana publicou *O Rio Grande do Sul para as escolas*, do diplomata J. Pinto Guimarães.¹⁵⁸ Além de uma apresentação dos heróis-fundadores, militares que teriam conquistado o território sulino para a coroa portuguesa, bem ao gosto da história política que então se desenhava para o estado, esse autor trata de características geográficas e territoriais, da flora e da fauna, da vida na estância, dos costumes rurais locais e da poesia popular. Poucos anos depois surgia a *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*, lançado pela Selbach, de Porto Alegre, a mesma editora da contrafação gaúcha da *Cartilha Maternal*. O autor, João Maia, era inspetor de ensino na 7ª Região, e o texto foi aprovado e adotado pelo Conselho de Instrução Pública do estado.¹⁵⁹ Com quarenta lições, mantém o tom patriota e a abordagem do predecessor, mesclando uma história política da elite militar a descrições dos costumes e lidas do gaúcho no campo. Em 1911, também apareceria *História do Rio Grande do Sul para uso das Escolas Públicas do Estado*, da professora Stela Dantas de Gusmão. Mais uma edição da pelotense Livraria Americana. Esse livro se ater à narração da consolidação do povoamento luso-brasileiro na fronteira Sul, passando por

¹⁵⁸ A edição mais antiga que pude mapear data de 1896. Em sua bibliografia para estudos sobre o Rio Grande do Sul, Dante de Laytano cita a segunda edição, de 1898, a mesma a que consultei na Coleção Júlio Petersen, da PUC/RS.

¹⁵⁹ Poucos anos depois, seria colega de Simões Lopes Neto na Academia Rio-Grandense de Letras. Em 1925, aproveitaria o clima modernista/regionalista para lançar um livro de contos gauchescos escrito na juventude.

episódios e personagens consagrados nas narrativas políticas de história não didática.¹⁶⁰

Se o assunto e a perspectiva não eram originais, sua abordagem através da ficção, sim. Se fosse publicado, o título de Simões Lopes Neto teria sido o primeiro a aliar narrativa literária ao ensino de história regional no Rio Grande do Sul, um indício da sintonia em que se encontrava com a literatura considerada de ponta no contexto educacional brasileiro mais amplo. Seguindo a tipologia elaborada por Batista, Galvão e Klinke, a partir de um *corpus* de livros de leitura escolar que circulavam em Minas Gerais e em Pernambuco na Primeira República, a obra frustrada de nosso personagem pode ser classificada como “narrativa formativa”, quer dizer, narrativa em prosa ou verso que visava não somente a transmissão de conteúdos “instrutivos”, mas principalmente de valores (BATISTA, GALVÃO, KLINKE, 2002, p. 41). Ainda que tenha sido pensado dentro de uma coleção, no que se evidencia uma preocupação com a progressão dos ensinamentos da leitura, do civismo e da história, *Terra Gaúcha* deve ser compreendido como um “livro isolado”, em oposição às séries graduadas empregadas nos novos grupos escolares republicanos, de ensino simultâneo e seriado. Como didático, esse tipo de edição apresentava funções e características de manual, organizando-se em lições/unidades, como vimos, e podia ser indicado para uma série ou um nível específico. Com a consolidação das instituições escolares e de seus agentes, no avançar do século XX, será esse o tipo estabelecido como “livro escolar por excelência” (BATISTA, GALVÃO, KLINKE, 2002, p. 35).

O foco narrativo de *Terra Gaúcha*, portanto, antecipa o procedimento adotado nos *Contos Gauchescos*: um narrador-personagem, que ora protagoniza episódios, ora testemunha. Diferentemente de sua literatura de imaginação não didática ou não infantil

¹⁶⁰ No plano da ficção, havia dois livros de leitura escolar de autores locais, sem assunto histórico: *Flores do Campo* (1882), de José Fialho Dutra, e *Diplomacia Infantil* (1890), de Zamira Lisboa. Segundo levantamento de Marchi (2000). Apesar de ser destinado ao público infantil, o primeiro não seria adequado a ele, conforme notou a autora: “Permeado por citações em latim e estrangeirismos, e poesias demasiado longas cuja temática, centrada nos interesses adultos, não pertencente ao universo infantil, o livro de Fialho Dutra, na ausência de prólogo, certamente não seria classificado como literatura infantil” (MARCHI, 2000, p. 40).

posterior, todo o trecho é centrado na experiência do narrador, o menino Maio, em sua dupla socialização – familiar e escolar. Mesmo pequenas histórias independentes, como as primeiras versões simonianas das lendas do Negrinho do Pastoreio e do Boi-tatá, enquadram-se no percurso de aquisição de conhecimentos populares que antecede o ingresso do protagonista no colégio. Narrativas que configuram *lições*, assim como os vários episódios da história portuguesa e brasileira ditados pelo mestre na segunda parte da obra, que se organizam em função do enredo psicológico, as impressões de Maio a respeito de suas aprendizagens diárias. Assim, o primeiro *Terra Gaúcha* insere-se numa tradição de literatura infantil ocidental, bastante traduzida no Brasil naquele momento, que evitava a fantasia e procurava apresentar o cotidiano da criança como motivador de ação e de interesse (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999, p. 21).¹⁶¹ Nesse sentido, chama a atenção certo esforço desmistificador do Simões pedagogo, que apela à racionalidade científica para explicar fenômenos que eram consagrados na cultura popular como manifestações do sobrenatural.¹⁶²

A narração homodiegética com protagonistas crianças, como em *Coração*, também era comum na tradição literária destinada ao público infantil. Segundo Lajolo e Zilberman, no final do século XIX e no início do século XX, essa estratégia narrativa trazia consigo imagens estereotipadas da criança, “quer como virtuosa e de comportamento exemplar, quer como negligente e cruel” (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999, p. 34). Essa característica do gênero explica a personalidade plana de Maio, sem nuances, sem conflitos internos e sem hesitações quanto a dilemas externos. Na primeira parte do manuscrito, “As férias, na estân-

¹⁶¹ Além de *Coração*, Lajolo e Zilberman citam, como exemplos dessa tradição, *Os ovos de Páscoa* (1816), do Cônego von Schmid, *As meninas exemplares* (1857), da Condessa de Ségur, *Mulherzinhas* (1869), de Louise M. Allcott, e *Heidi* (1881), de Johanna Spiry.

¹⁶² A lenda da “cobra de fogo” que assombrava os descampados rio-grandenses, e seria uma aparição demoníaca segundo sua Mariana, uma velha contadora de histórias, é desconstruída para as crianças. O próprio pai de Maio, estancieiro instruído, revela que o Boi-tatá provinha de gases naturais, como o fósforo, com aspecto luminoso, formados a partir da decomposição de animais enterrados: “Se alguém o encontra, não se assuste, não fuja, não corra; quando a gente caminha, desloca o ar, deslocando o ar, a emanação do fósforo move-se com ele; tu corres, ela corre; para, ela para. Ora aí está a grande coisa que mete medo aos tolos!” (LOPES NETO, 2013, p. 97).

cia”, ele chega a relatar, com muito arrependimento, uma “brincadeira pesada”, creditada a “más companhias”, quando tomou dez copos d’água e acabou passando mal. Seu amigo Roberto também conta episódio semelhante, quando estragou as melancias do pomar da família por influência de um guri “calejado na maldade”. A segunda parte da obra, “O estudo, no colégio”, traz várias situações de confronto entre ações de meninos “corretos” e tipos “malcriados”, que desobedeciam às regras impostas pelos adultos, faziam chacota de pobres, lançavam injúrias contra a mãe de colegas ou que preferiam “vagabundear” a se dedicar aos estudos. Maio narra cada uma dessas situações com assombro, reprechendo a vilania e os vícios alheios, como a gula e a preguiça. O foco narrativo, assim, permite apresentar situações modelares envolvendo o protagonista, outra característica corrente na literatura infantil da época.

A construção de um narrador-personagem na literatura não infantil, o vaqueano Blau Nunes, levaria Simões Lopes Neto a um trabalho particular de linguagem na prosa regionalista brasileira, conforme veremos no Capítulo III. Esse procedimento, no entanto, não foi seguido em *Terra Gaúcha*. Ao contrário do que se poderia esperar, Maio e seus colegas apresentam um português “correto”, dificilmente verificado entre crianças em primeira idade escolar, como no seguinte exemplo: “Pusemo-nos todos a rir; meu pai entrava nesse momento e, vendo as nossas quatro cabeças unidas na mesma alegria, disse-nos com o seu ar sério e prazenteiro, enquanto nos separávamos: - Ora, aí estão vocês quatro (...)” (LOPES NETO, 2013, p. 182). Mas a linguagem empregada não pode ser creditada à falta de maturidade literária do escritor. Pelo contrário, ela era muito provavelmente deliberada. Lajolo e Zilberman identificaram entre os autores de livros infantis da Primeira República uma verdadeira “obsessão pela vernaculidade”, quer dizer, uma preocupação extrema com o escrever bem, em adequação às normas cultas. Assim, mesmo as peças folclóricas eram reescritas em livros para crianças, seguindo essa exigência, e a representação realista da fala de personagens infantis, ou não escolarizadas, era vetada nos livros de Olavo Bilac e de Júlia Lopes de Almeida (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999, p. 42). Na *Artinha de Leitura*, Simões recomendava a simplificação da linguagem para ampliar o público leitor. Essa prédica não conflitava com o rigor vernacular, conforme anuncia o personagem Mestrinho, professor e diretor do Colégio Muni-

pal frequentado por Maio, quando censura o uso de gírias pelos estudantes: “usemos a forma comum de falar, que todos nos entendam, caprichando na ordem gramatical, o verbo concordando com o sujeito, o adjetivo com o substantivo, os plurais muito certos (...)” (LOPES NETO, 2013, p. 193).

De alguma maneira, a correção da linguagem escrita aponta para outra característica da literatura infantil de época observada por Simões Lopes Neto: o escapismo. Buscando adesão a seu projeto, o escritor ensina a representação de ambientes perfeitos, tanto na fazenda quanto na escola, onde os exemplos negativos são circunstanciais e não sobrevivem ao julgamento social. O campo, ou a “campanha”, configura o espaço de fuga privilegiado: “Eu às vezes me lembro e fico com pena de tantos meninos que não podem passar as férias assim, fora, no campo, nesta largueza, e são obrigados a ficar na cidade (LOPES NETO, 2013, p. 17). Essa visão idílica da vida rural transborda para o passado sul-rio-grandense, oferecendo uma representação extremamente idealizada da história local.

Lusitanismo e ensino de história

As lições de história do primeiro *Terra Gaúcha*, como dito, também nos permitem aproximá-lo dos livros didáticos da área. Assim como os autores precedentes, Simões Lopes Neto versa sobre fatos políticos, personagens da elite militar-estancieira, aspectos da economia ganadeira e usos e costumes do gaúcho, incluindo transcrições de poesia popular em figurações ficcionais de desafios entre trovadores¹⁶³ e narração do lendário local na voz de uma anciã, Sia Mariana. A diversidade de temas e de perspectivas da história indica, de um lado, o contexto de indefinição das fronteiras disciplinares e textuais e, de outro, o amplo leque de interesses do plano político-pedagógico de formação cívica republicana.

No Rio Grande do Sul, a hegemonia positivista levava a um currículo de inspiração científica, com uma abordagem evolucionista da história, mas contemplando também outras defini-

¹⁶³ A trova é uma variante local da *payada* rio-platense, que também lembra os desafios de repente nordestino. Ela é uma das fontes da literatura culta gauchesca, como veremos no próximo capítulo.

ções dos institutos históricos então existentes, como a seleção de heróis fundadores.¹⁶⁴ Daí uma narrativa linear dos acontecimentos políticos perpassar todos os livros escolares consultados nesta investigação. O ponto de chegada dessa história-memória era o triunfo do regime republicano, marco cronológico e ideológico que organizava retrospectivamente a interpretação do passado. Tal construção historiográfica revisionista de viés oficial, materializada na atividade educacional, também revelava um empenho de participação na definição da brasilidade. Assim se explicam as concessões ao “popular” no currículo prescrito pelo governo autoritário do PRR, lado a lado à idealização da Farrouilha e de seus líderes. Programa que incluía na agenda do ensino de história conteúdos de educação moral e cívica, como o domínio dos hinos e símbolos pátrios.¹⁶⁵ A pedagogia desenvolvida por Simões Lopes Neto captava, portanto, contingências curriculares e legais tão significativas quanto as do mercado de livros.

Particularmente importante nos debates históricos locais que começavam a se delinear era a questão da formação do Rio Grande do Sul, um dos núcleos da problemática obrigatória do campo cultural regional, como vimos no capítulo anterior. No plano escolar, os estudos históricos se iniciavam pelas primeiras expedições portuguesas à região. Assim, uma defesa política da ascendência sobre a terra permeava a literatura didática, numa “tendência apologética e regionalista”, com grande destaque às invasões inimigas (CORSETTI, 2000, p. 189). A narrativa escolar simoniana adere à abordagem republicana mais tradicional, que reforçava a origem lusitana da população local, em tripla via migratória: a) os luso-brasileiros paulistas que caçavam o gado selvagem (e indígenas para escravização) no território ao longo do século XVII; b) os militares portugueses que recebiam terras

¹⁶⁴ Apesar do IHGRS ser fundado somente em 1920, houve uma primeira associação do tipo no século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro, como vimos no capítulo anterior. Além disso, os autores – e provavelmente as autoridades educacionais – conheciam a produção histórica do IHGB. Ver Corsetti, 2000.

¹⁶⁵ Outros conhecimentos pátrios previstos pelo regime republicano eram as datas cívicas, os direitos e deveres dos alunos e questões relativas à vida política, como o exercício do voto e a importância da lei e dos impostos (CORSETTI, 2000, p. 180).

na zona dos campos neutrais,¹⁶⁶ já no século XVIII; c) os açorianos transferidos pela coroa para a região como maneira de garantir a posse e a ocupação da província depois do Tratado de Madri (1750) e da Guerra Guaranítica (1750-1756). Essa abordagem, evidentemente, evitava tocar num passado infame de escravidão negra e de massacre indígena. Por isso havia desde cedo uma espécie de higienização da história da fronteira Sul, de que o manuscrito simoniano nos oferece testemunho.

Numa narrativa romantizada, Maio explica a seu leitor a origem do latifúndio pecuarista na região: as sesmarias distribuídas a militares portugueses. Sua própria família descenderia de um jovem que aportara na barra do Rio Grande com as tropas do brigadeiro Silva Paes, em 1737, fundando o primeiro povoado da futura província fronteiriça. Naquele tempo, sertanejos paulistas já cruzariam os campos da região, regressando “encantados da beleza dos lugares e da abundância dos gados” (LOPES NETO, 2013, p. 22). Depois, os ilhéus dos Açores e da Madeira, “gente laboriosa e robusta”, adentraram o território da Capitania d’el-Rey, chamando-lhe de “continente” por oposição à sua terra natal; origem do futuro nome de Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul. A presença castelhana anterior deixava como legado o rebanho *vacum* e cavalar, determinando a feição econômica das novas propriedades: “Tudo gado alçado,¹⁶⁷ selvagem; quem primeiro chegava e fazia volteadas e apanhava-o e assinalava-o, era o dono. Isso é que eram lutas tremendas, em que a agilidade, a audácia e o vigor dos homens triunfavam da brutalidade cega e impetuosa dos animais indomados!” (LOPES NETO, 2013, p. 23). Como espaço e tempo idealizado, esse passado rio-grandense primitivo reproduz a tópica de uma idade de ouro gaúcha perdida, anterior ao cercamento das terras, já bastante disseminada na literatura gauchesca platina, mas pouco frequente nos antecedentes regionalistas rio-grandenses, como veremos no próximo capítulo.

A partir daí, sempre que a história é evocada na narrativa de Maio, são lembrados vultos ligados à conquista e à consoli-

¹⁶⁶ Faixa de terra entre os territórios portugueses e espanhóis no extremo sul que não poderia ser ocupada por nenhuma das duas coroas ibéricas, conforme estabelecido no Tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Apesar disso, Portugal distribuiu sesmarias na área, hoje pertencente aos municípios brasileiros de Santa Vitória do Palmar e Chuí.

¹⁶⁷ Alçado: gado não domesticado e livre no linguajar fronteiriço.

dação do território. Destaque para Rafael Pinto Bandeira, militar que liderou diversas campanhas contra a colonização espanhola na região, entre 1754 e 1777, quando Portugal e Espanha assinaram o Tratado de São Ildefonso, definindo os limites de suas colônias no extremo Sul do continente. Segundo Maio, era o “gaúcho mais destorcido do Rio Grande”, responsável pela expulsão do “estrangeiro invasor” (LOPES NETO, 2013, p. 26). A passagem poderia nos levar a crer que o autor já empregava a palavra “gaúcho” como adjetivo gentílico. No entanto, a citação do *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, de Romaguera Correa, dirige-me a dúvida:

Por gaúchos eram conhecidos alguns bandos de índios guerreiros e cavaleiros que habitavam outrora grande parte da República Argentina e que, obrigados a mudar frequentemente de sítio, por causa dos descontinuos ataques dos seus inimigos, não tinham habitação certa. (...) Hoje, porém, aplica-se este termo aos indivíduos da “campanha” que mostram com garbo, e elegância especial, que são bons cavaleiros. **Gaúcho é o que monta bem e entende das lidas do campo.** O que é forte, gentil e disposto, cavaleiro resistente e ousado, como o eram e são os camponeses e antigos indígenas (grifo meu) (CORREA apud LOPES NETO, 2013, p. 29).

Em outro trecho, quando o protagonista fala de seu antepassado português, agradece o “avozinho desconhecido” por ter lhe ajudado a viver, então, como “rio-grandense” e como “brasileis” (LOPES NETO, 2013, p. 26). Voltaremos a essa questão mais adiante.

O primeiro livro didático de História do Rio Grande do Sul, de J. Pinto Guimarães, apresenta construções similares. A história da ocupação dá destaque para as mesmas levadas migratórias da narrativa simoniana, incluindo, ainda, as expedições luso-brasileiras oriundas de Laguna, no litoral catarinense. Como Simões, esse autor também silencia sobre a Guerra Guaranítica, conflito que opôs os indígenas reduzidos nos Sete povos das Missões Orientais às forças unidas de Portugal e Espanha, fazendo valer os termos do Tratado de Madri, resultando num verdadeiro massacre das tropas guarani. Após abordar a negociação das coroas ibéricas, Guimarães salta para a “Revolução de 1835”. A segunda metade do século XVIII fica restrita à menção da chegada de colonos açorianos, que “iam se espalhando pelo nosso vasto Estado e lançando as bases das primeiras povoações”

(GUIMARÃES, 1896, p. 84). Narrativa mais desenvolvida é a de João Maia, que chega a falar do aprisionamento e da escravização de indígenas (sem empregar esse termo) pelos bandeirantes paulistas. Mas a empresa economicamente “necessária” também se justificaria por um ganho pátrio, pois teria acuado o inimigo e assegurado o domínio da terra para Portugal: “em marcha para suas aventuras, os paulistas iam derrubando os marcos e padrões com que o estrangeiro havia firmado, em todos os seus ângulos, a fácil usurpação das sedutoras e abandonadas regiões brasileiras” (MAIA, 1904, p. 6). Depois vem a expedição de Laguna, a fundação de Rio Grande, em 1737, e a “colonização açoriana”. Mas, diferentemente de Guimarães e Simões Lopes, dedica um dos capítulos/lições para “A guerra das Missões”. Após relatar em pormenores os lances do confronto e constatar o massacre de “crescido número de índios”, acaba também justificando o episódio em função de seus resultados para a conformação do estado: “Ao Rio Grande do Sul foi, entretanto, proveitosa essa guerra, graças à qual ficou com estradas abertas para a campanha, onde o fornecimento às tropas incrementou o comércio, e se estabeleceram nos campos criadores os soldados que iam dando baixa” (MAIA, 1904, p. 29).

Silenciando eventos traumáticos da formação rio-grandense ou justificando sua necessidade para a expulsão do inimigo castelhano, essa primeira produção histórica didática, da qual fazia parte o esforço frustrado de Simões Lopes Neto, evidencia uma tendência de longa duração na memória pública da região: patrulhar a fronteira no plano simbólico. O *lusitanismo* rio-grandense, que se encontrava em gestação, também será um componente peregrino de vigilância. Essa tática discursiva parece ter uma formulação original. Enquanto outros movimentos e autores regionalistas brasileiros na Primeira República tendiam a ressaltar a diferença, as características sócio-históricas do Rio Grande do Sul exigiam a afirmação da semelhança. Em Pernambuco, por exemplo, a singularidade cultural era buscada, desde a expressão do nativismo setecentista, ou na herança holandesa ou na reação local a essa ocupação estrangeira. Em nenhuma das posições, o lusitanismo aparecia como pano de fundo ou motor explicativo.¹⁶⁸ Quando se

¹⁶⁸ Evaldo Cabral de Mello observou esse aspecto apenas no proto-nativismo pernambucano quinhentista, que, nas palavras do autor “consistiu ironica-

construiu a ideia de Nordeste como região, e a consequente atribuição de uma identidade nordestina que abarcasse os diversos sentimentos de pertença localistas, já no final da Primeira República, foram selecionadas como características histórico-culturais específicas as experiências do cangaço e do messianismo.¹⁶⁹ Somente após o Movimento Armorial e seu esforço de positivação dos estigmas da “nordestinidade”, nos anos 1950, convocou-se sistematicamente uma suposta tradição portuguesa, ou melhor, ibérica, medieval originária. Tudo se passa como se, na Primeira República, a obviedade da colonização compartilhada impedisse a produção de um arsenal de distinções internas à nação brasileira através de referências à antiga metrópole.

Mas o óbvio não cabia ao Rio Grande do Sul. A configuração específica que opunha o centro à periferia sulina praticamente impelia aos ideólogos locais uma escolha diferente, e que também era possivelmente complicada na capital do país. Como é sabido, o florianismo e o jacobinismo tinham como um de seus atributos, na primeira década da República, o apelo à lusofobia. Diferentemente da ortodoxia republicana rio-grandense, os radicais do Rio projetavam uma identidade nacional através da oposição à influência lusitana. Recuperavam, assim, um imaginário nativista que culpava a metrópole pelos males brasileiros e que ganhava atualidade num contexto de grande imigração e de concorrência entre trabalhadores e empresários nacionais e portugueses.¹⁷⁰ É importante destacar que Porto Alegre e Pelotas também recebiam contingentes consideráveis daquele país. Mas a competição não ensejava grandes reações em nível regional, ao menos no plano simbólico, mesmo que a desconfiança em relação aos antigos senhores europeus não fosse um ingrediente escasso no ideário da província. Para tanto, basta lembrarmos que durante a Farroupilha as tropas legalistas

mente na reiterada e orgulhosa asserção da lusitanidade que já vincaria na América portuguesa, bem como na louvação da terra e dos seus recursos naturais, comparados em pé de igualdade aos do Reino ou mesmo reputados superiores” (MELLO, 2008, p. 16).

¹⁶⁹ Sobre a construção da ideia de Nordeste, seus atributos relacionais e seus usos políticos locais e nacionais, ver Albuquerque Júnior, 2009.

¹⁷⁰ Sobre as oposições, nos anos 1890, entre republicanos e monarquistas, que levavam à identificação dos segundos à herança portuguesa, ver Alonso, 2009. Para um apanhado histórico e conceitual da lusofobia no mesmo período, ver Santos Júnior, 2011.

eram pejorativamente chamadas de *caramurus*, em referências ao Partido Conservador e suas ligações com D. Pedro I, e as medidas do governo imperial contestadas pelas parcelas revoltosas da elite local eram taxadas de “galegas”, termo corrente para designar o elemento português, vinculando dessa forma o poder central à antiga ordem colonial.¹⁷¹ Na Primeira República, contudo, o peso do passado castelhano era muito maior: “(...)porque o Rio Grande, a sua terra amada, continuava a ser invadida, ensanguentada, saqueada pelo estrangeiro ambicioso e traiçoeiro, que teimava em não abandonar o território que não lhe pertencia e que ele cobiçava” (LOPES NETO, 2013, p. 25).

Tudo isso nos levaria a acreditar ser impossível narrar a história do Rio Grande do Sul com marcos diferentes aos da conquista lusitana da fronteira. Mas a obra não didática de Alfredo Varela (1864-1943) mostra o contrário. Intelectual bastante integrado, assistente de Júlio de Castilhos, redator do jornal *A Federação*, deputado federal pelo PRR em 1900, ele inaugurou uma corrente histórica mais tarde denominada de “platinista”. Sua estreia na área se deu em 1897, com *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, publicado pela Livraria Universal, de Pelotas. Na obra, há um recuo temporal, correlato da abordagem geográfica sincrônica, que aborda a ocupação indígena e espanhola do território, como numa pré-história do Rio Grande luso-brasileiro. A partir de *Revoluções Cisplatinas* (1914), o autor defenderia teses mais radicais, como a existência de separatismo no movimento farroupilha, diferenças na formação geográfica e sociocultural do estado em relação ao restante do Brasil e a “presença platina na sociogênese do *gaúcho*” (grifo do autor) (SILVA, 2010, p. 27).¹⁷² Ainda assim, seu livro de estreia na escrita da

¹⁷¹ Os legalistas também eram chamados por vezes de galegos, como nesse poema popular supostamente declamado ao som do hino farrapo, em transcrição do folclorista João Cezimbra Jacques: “Os galegos já contavam/ Que a vitória fosse sua/ Quando entraram os farroupilhas/ De lanças e espadas nuas” (JACQUES, 1883, p. 168). No *Cancioneiro da Revolução de 1835*, organizado por Apolinário Porto Alegre, temos o *galego* como antípoda do *farroupilha*: “O farroupilha é mui livre./ É denodado, é mui bravo./ É braço da liberdade/ E o galego é vil escravo” (PORTO ALEGRE, 1935, p. 55).

¹⁷² Como mostra Jaisson Silva (2010), o desenvolvimento dessas teses, cujo ápice é a *História da Grande Revolução* (1933), se deu após a dissidência republicana de 1907, em que o autor ficou do lado da candidatura oposicionista de Fernando Abbott. A partir daí, abriu mão de carreira político-

história testemunha uma realidade narrativa possível, mesmo que fluida, também em função da pouca padronização ideológica dos estudos históricos rio-grandenses no período. O próprio Simões Lopes Neto historiador, quando redige o segundo *Terra Gaúcha*, comunga dessa abordagem mais aberta, inclusiva do patrimônio cultural indígena-platino na formação do estado, como veremos na próxima seção.

Em 1906, nosso personagem incluiu Alfredo Varella entre os autores de que teria “haurido algum cabedal” para falar de educação cívica, na segunda versão de sua famosa conferência. Pela data, a menção só pode se referir ao título citado acima. Por quê, então, os marcos cronológicos e fundacionais adotados no manuscrito de seu livro escolar não acompanham essa leitura? Por que Simões Lopes Neto adere à abordagem mais tradicional a respeito da formação sociocultural rio-grandense? Como disse anteriormente, a natureza do bem simbólico produzido determina seu conteúdo, tanto pela feição do destinatário ideal como pelas condições de circulação do texto. Nosso autor soube reconhecer os limites da escrita da história escolar no regime republicano, muito mais monitorada do que a historiografia não didática, praticamente restrita ao campo erudito. Além disso, o nacionalismo exacerbado de seu projeto pedagógico pode ter configurado uma espécie de autoconstrangimento, ainda que inconsciente. Antes de ser apropriado pela escrita da história, a partir da década de 1920, o lusitanismo rio-grandense era uma posição ideológica recorrente no discurso político. Além de demarcar uma alteridade com os países do Prata, afastando eventuais suspeitas de estrangeirismo, ele também fazia as vezes de atestado de brasilidade, como temos visto. Uma moeda valorizada, portanto, no mercado em que Simões pretendia se inserir.

A década de 1900 foi especialmente importante nesse sentido. Primeiro, porque a questão fronteiriça voltava a preocupar o governo castilhistaborgista.¹⁷³ Entre 1897 e 1904, o Uruguai

-partidária, ingressando no serviço do Itamarati. A atuação na diplomacia lhe permitiu acessar e coletar fontes não exploradas sobre o Rio Grande do Sul, que sustentaram as polêmicas teses, rejeitadas pelos historiadores lusitanistas do IHGRS.

¹⁷³ Por razões econômicas, o governo de Campos Sales diminuiu a vigilância contra o contrabando na região. Borges de Medeiros ofereceu, então, as forças estaduais para fazer a patrulha das fronteiras, o que se efetivou em

passou por turbulências políticas, com uma série de insurgências contra o governo centralista do Partido Colorado. Seus opositores *blancos*, que dominavam o norte do país, acabaram se aproximando do PRR, que temia uma aliança dos colorados com o inimigo federalista Gaspar Silveira Martins. Muitos dos adversários do governo rio-grandense possuíam propriedades no outro lado da fronteira e se envolviam na vida política dos dois países.¹⁷⁴ O mesmo acontecia no sentido inverso, o que explica o recrutamento de uruguaiois na Revolução de 1893. Findo esse conflito, parte dos opositores rio-grandenses também havia se refugiado no Uruguai, aguardando um cenário brasileiro mais favorável para retorno e intervenção. A relação desses eventos então recentes com o histórico anti-castelhano da elite política regional é bastante clara.

Em nível nacional, o discurso da brasilidade rio-grandense também era importante. A crise na fronteira levou a uma aproximação de Rodrigues Alves, já durante sua candidatura à sucessão presidencial, com seu histórico adversário Júlio de Castilhos, que continuava chefiando o PRR, mesmo depois de passar o bastão do governo para Borges de Medeiros, em 1897. Essa política realista, consolidada com a vitória de Alves, foi promovida pelo senador Pinheiro Machado, homem forte da máquina do PRR no Congresso, taxado pejorativamente de *caudilho* por seus inimigos políticos, numa alusão ao universo platino. O fortalecimento do senador encorpava a repulsa de intelectuais e políticos da geração de 1870 ao autoritarismo positivista do governo do Rio Grande do Sul. Paradoxalmente, a elite perrepista que então combatia os *blancos* uruguaiois, era definida em analogia com certa barbárie gauchesca platina instituída no ideário político latino-americano desde, pelo menos, a publicação do *Facundo* (1845), de Domingo Faustino Sarmiento. Em 1895, Silvio Romero já havia lançado seu libelo anti-positivista *Doutrina contra doutrina*. Em 1912, o autor lançaria *O castilhismo no Rio Grande do Sul*, desenvolvendo sua crítica aos líderes do partido: “(...) há de sobrenadar à sanha dos Castilhos, dos Borges, dos

1898. A situação acabou sendo estratégica para o controle perrepista dos movimentos federalistas.

¹⁷⁴ Segundo Souza (2009), cerca de metade das estâncias do norte do Uruguai pertenciam a brasileiros no final do XIX.

Pinheiros, dos Acciols e de outras degeneradas revelações do grosseiro, truculento e bestificante caudilhismo sul-americano, que pode dar fortuna e poder, mas não confere honra verdadeira a ninguém...” (ROMERO, 1912, p. XXIV). Outras figuras empregadas por Romero para desqualificar a classe dirigente do estado, por exemplo, são “almas semi-bárbaras de egressos do regime pastoril” (ROMERO, 1912, p. 2) e “incultos gaúchos” (ROMERO, 1912, p. 3).¹⁷⁵

Foi Sívio Romero quem também chamou a atenção da intelectualidade carioca para o modelo de colonização adotado no Rio Grande do Sul para os imigrantes alemães, que ele considerava desastroso por não ter promovido sua assimilação cultural. Em 1904, Borges de Medeiros recebeu oficialmente um diplomata do país europeu, quando teria declarado: “não pedir aos alemães que renunciem à sua pátria, as suas tradições e a sua língua; pelo contrário, que honrem a sua terra de origem, porque assim honrarão também o Rio Grande” (MEDEIROS apud ROMERO, 1910, p 155).¹⁷⁶ O caso gerou polêmica no Rio de Janeiro e a crítica de Romero rendeu um panfleto chamado “O alemanismo no Sul do Brasil”, de 1906.¹⁷⁷ Eivado de conceitos raciais evolucionistas, o autor pressupunha benéfica a imigração de “arianos” para o Brasil, desde que adotassem as tradições nacionais. Talvez a memória do fanatismo *mucker* dos anos 1870 ressurgisse numa república receosa de movimentos milenaristas, num tempo ainda muito próximo do confronto de Canudos.¹⁷⁸ Talvez a questão ale-

¹⁷⁵ O autor toma o cuidado de diferenciar a elite perrepista do povo rio-grandense, subjugado pelo governo “positivoide”. Mas questionando a imagem romântica da democracia sulina, pois um cenário liberal não comportaria uma classe dirigente autoritária: “Não é que eu conteste de todo a realidade das tendências liberais e democráticas dos rio-grandenses. Em parte eram e são verdadeiras, - mas só em parte; e, para prová-lo, não preciso de mais nada do que notar a tal ou qual facilidade com que ali se instalou a ditadura castilhistas” (ROMERO, 1912, p. 4). Voltaremos ao texto de Romero na análise do segundo *Terra Gaúcha*, mais adiante.

¹⁷⁶ Sobre a polêmica, ver Schneider, 2005.

¹⁷⁷ O texto foi publicado na coletânea *Provocações e Debates* (1910).

¹⁷⁸ A Revolta dos Muckers (1873-1876) foi um conflito entre o governo do Rio Grande do Sul e uma comunidade religiosa messiânica da colônia alemã de São Leopoldo, liderada pelo casal Jacobina Mentz Mauer e João Jorge Maurer. O termo “mucker” significa “falso religioso” e foi dado pelos colonos que não aderiram ao grupo.

mã fosse só mais um pretexto para atacar o regime castilhista. De qualquer forma, o medo da germanização do Rio Grande do Sul era um discurso plausível no debate público do centro do país.

Resumindo: esses três fatores – o perigo uruguaio, na política regional interna, e as suspeitas de “platinismo” e, em menor grau, de “alemanismo” que pesavam sobre o estado, no cenário nacional – explicam o contexto que sustentou a campanha nacionalista de Simões Lopes Neto em 1904-1905, muitos anos antes de iniciativas semelhantes mais famosas, como aquela empreendida por Olavo Bilac em 1915-1916, fato sempre lembrado pelos intérpretes simonianos comprometidos com sua memória, e que desembocou na sua primeira tentativa formal de narrar a história do Rio Grande do Sul. Explicam, portanto, o insistente concurso ao discurso lusitanista no seu livro escolar: “Nestes *Lusiadas* valorosos, temos o tronco da nossa raça brasileira. Que melhor origem, que mais gloriosos antepassados poderíamos invejar a qualquer outro povo da terra?” (grifo do autor) (LOPES NETO, 2013, p. 171).

Formar cidadãos “brasilezes” no estado, como preferia chamar Simões Lopes Neto, não era apenas um imperativo republicano, mas uma necessidade político-ideológica rio-grandense, que podia se valer de um movimento educacional de larga escala no momento. Eliana Dutra chamou de “pedagogia da nacionalidade” o projeto de intelectuais ligados ao *Almanaque Garnier*, entre 1903 e 1914, no Rio de Janeiro, que em sua tarefa pedagógica acabaram por “manipular um capital simbólico, explorar o campo da história e construir uma memória de forma a sustentar uma identidade nacional” (DUTRA, 2005, p. 28). Mesma configuração do projeto simoniano, que poderia ser definido como uma *pedagogia da peculiaridade nacional*. A segunda parte de *Terra Gaúcha*, “O estudo, no colégio”, é repleta de imagens de união na diversidade regional. A turma de Maio possui estudantes oriundos de vários estados da Federação. Em determinado momento, os personagens encarnam tipos quase ideais, quando ensinam aos demais a história e a cultura específicas de sua terra natal, instigados pelo mestre a produzir pequenas conferências cívicas: “Cada um de vocês [estudantes], de nós todos, cidadãos, separadamente é zero, mas todos juntos, ligados pelo mesmo pensamento, na mesma ação, na mesma resolução, então sim, ninguém no mundo quebrará: a união faz a força!” (LOPES NETO, 2013, p. 136). Nessa ótica, para ser brasileiro era necessário antes ser rio-grandense, carioca, paulista

etc. Ou melhor, o regional era um meio de acesso ao nacional: “Todos vocês são brasileiros: quando só um sofrer, todos o acudam; quando todos sofrerem, o que estiver mais aliviado acuda aos seus irmãos; todos por um, um por todos. A união faz a força!” (LOPES NETO, 2013, p. 136).

O brasileiro rio-grandense e o gaúcho

Em 1906, Simões consegue lançar a primeira série da Coleção Brasileira de cartões postais, outro esforço cívico com ambições financeiras. Um rápido balanço das efemérides e símbolos selecionados para celebração confirma não apenas seu compromisso com a formação de uma brasilidade em mosaico regional, mas a via lusitana da comunhão nacional, sempre a partir de um *têlos* republicano. Os seis primeiros cartões reproduzem os pavilhões utilizados desde a descoberta, da bandeira de Portugal (1500 a 1649) à segunda bandeira “nacional”, adotada em 1889. A seguir, alguns símbolos de movimentos nativistas, especialmente aqueles que evocavam anseios pró-independência ou pró-república: Inconfidência Mineira (1789), Confederação do Equador (1824), República Rio-Grandense (1836-1846). O décimo primeiro cartão trazia estampado o brasão de armas do Brasil. O seguinte, o brasão farroupilha. Depois, vinham reproduções de moedas e selos, seguidos de símbolos do Exército, como a Insígnia do Voluntário da Pátria e toques da ordenança militar. De local, apenas uma gravura do obelisco erigido em Pelotas, em 1885, em homenagem ao líder farrapo Domingos José de Almeida, com a seguinte descrição/justificativa: “O primeiro monumento no Brasil, publicamente consagrado ao ideal republicano, durante o regime monárquico”. Como símbolo estadual, ainda haveria uma imagem da espada utilizada por Bento Gonçalves, provável representação da relíquia que se encontrava em sua coleção particular. Numericamente, os símbolos nacionais se sobrepõem em muito ao elementos rio-grandenses/pelotenses: 21 contra 5.¹⁷⁹ Essa conta pode não dizer muito, uma vez que a maioria dos primeiros também era reivindicada para o estado, dentro da lógica da nação que engloba a região. A minoria, nesse

¹⁷⁹ A primeira série apresentaria 25 cartões, mas na verdade são 26, pois há um engano: dois deles são numerados como 20.

caso, é mais significativa, já que está completamente ligada à memória da Guerra dos Farrapos, o que sinalizava uma vanguarda política rio-grandense, cuja experiência de 1835 seria prenúncio do movimento vitorioso de 1889. Essa era a leitura corrente, desde, pelo menos, a reabilitação do episódio por dois republicanos históricos, ainda no final da monarquia, quando eram estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo: Joaquim Francisco de Assis Brasil, com sua *História da República Rio-Grandense* (1882), e Alcides Lima, com a *História Popular do Rio Grande do Sul* (1882), ambos os livros patrocinados pelo Clube 20 de Setembro.

Curiosamente, o episódio, a essa altura já consagrado como principal evento da história regional, não recebe atenção do autor no primeiro *Terra Gaúcha*. Mais uma vez, seu texto está mais próximo do livro escolar de Guimarães do que do texto de João Maia, que dedicou um capítulo/lição à “Revolução de 1835”. Não acredito que se trate de uma apropriação ingênua da leitura do precedente. Como vimos no capítulo anterior, a problemática obrigatória do campo cultural e, em parte, do campo político mais amplo, partia de dois pontos basilares intercambiáveis, que exigiam uma dupla definição: o sentido da Farroupilha e o papel/natureza do gaúcho na formação do estado. Como o próprio título provisório do manuscrito dá a entender, o texto respondia principalmente ao segundo aspecto. Ser rio-grandense era, também, conhecer e prestar tributo ao homem do campo que teria gerado a sociedade regional, a “terra gaúcha”, no passado e no presente.

Como vimos, há dois espaços de ação na narrativa: a estância e o colégio. Na primeira, Maio apresenta ao leitor a zona de campanha, a dinâmica da criação de gado e o gaúcho atualizado, amparado no significado corrente de cavaleiro e trabalhador rural. Da mesma maneira que os antecedentes românticos, Simões idealiza o cenário para celebrar seus personagens:

Que admirável cena que é uma estância do Rio Grande! Não é a planície, rasa, chata a perder-se de vista, monótona até a tristeza, não; são campos ondulados, verdejantes e tranquilos; em cada alto de coxilha o gaúcho descortina um aspecto diferente; as canchadas têm atrativos; tudo é agradável aos olhos, tudo é cheio de uma serena grandiosidade (LOPES NETO, 2013, p. 27).

Nesse pequeno trecho, o narrador se opõe a representações comuns da planície platina, inclusive na literatura brasileira que se informava em fontes argentinas e uruguaias, como o famoso

romance de José de Alencar.¹⁸⁰ Dessa maneira, o autor reivindicava uma paisagem simbólica própria, demarcando uma distinção geográfica análoga à cultural. Há uma pampa rio-grandense, elevada de coxilhas,¹⁸¹ assim como há um gaúcho rio-grandense a ela circunscrito. A partir dessa formulação, segue o diálogo com o histórico oitocentista de representação da região:

Da consciência do seu valor e dos repetidos e arriscados lances em que a vitória era a guia e companheira, veio ao **gaúcho rio-grandense** o orgulho natural do seu merecimento; e sendo a franqueza uma de suas principais qualidades, ele não se acanhava em denominar-se também de “**monarca**”, **monarca das coxilhas** (grifos meus) (LOPES NETO, 2013, p. 30).

Mesclando modalidades literárias até então concorrentes, Simões chega a uma composição original. Como dito no capítulo anterior, o romantismo sul-rio-grandense mais comum da geração anterior evitava o vocábulo “gaúcho”, tentando escapar de seu estigma social. Baseados na capital da província e produzindo para o debate romântico-regionalista do centro e do norte do Brasil, autores como Apolinário Porto Alegre e Caldre e Fião criaram figuras *folk* alternativas, como o “centauro”, o “sentinela” e o “monarca”, que apelavam à natureza bifronte de cavaleiro/militar, campeiro e guerreiro, do habitante (e defensor) da fronteira Sul, sem assumir o parentesco com a alteridade castelhana.¹⁸² Simões Lopes Neto não apenas oferece uma resposta diferente para o problema como se vale das experiências anteriores: para positivar a palavra e a figura, o autor preenche o signifiante polêmico com os significados dos termos elaborados para

¹⁸⁰ Há algumas oscilações descritivas em Alencar, mas, no geral, destaca a imagem do deserto verde pouco acidentado: “Como são melancólicas e solenes, ao pino do sol, as campinas que cingem as margens do Uruguai e seus afluentes!” (ALENCAR, 1971 [1870], p. 13). Ou: “O viandante perdido na imensa planície, fica mais que isolado, fica oprimido. Em torno dele faz-se o vácuo; súbita paralisia invade o espaço, que pesa sobre o homem como a lívida mortalha” (ALENCAR, 1971, p. 13).

¹⁸¹ *Coxilhas* são pequenas elevações no terreno, formando ondulações contínuas no campo. São acidentes típicos da área de transição entre a planície platina e o planalto sul-rio-grandense.

¹⁸² Algumas dessas figuras também apareciam no cancionário popular, como o “monarca das coxilhas”, e também eram mobilizadas por letrados que assumiam a palavra gaúcho.

contorná-lo, além de inseri-lo em contextos ficcionais romantizados. É como se o ambíguo gaúcho de José de Alencar tivesse sido descrito euforicamente pelos escritores da Sociedade Partenon.¹⁸³ Isso só é possível graças à adjetivação pátria do termo – gaúcho *rio-grandense* – que estabelece uma distinção prévia com o *gaucho* castelhano.¹⁸⁴

Este ponto é de extrema importância, pois revela a gênese de uma articulação literária e ideológica pessoal, transposta para sua literatura de imaginação madura e consagrada. Indica, também, que a obra de Simões Lopes Neto é um ponto nodal para a história da adoção da palavra como adjetivo gentílico no Rio Grande do Sul (ainda que o autor não tenha chegado a essa formulação), o que possibilitou a invenção de uma identidade regional de inspiração gauchesca para o sul do Brasil. Não apenas por ter investido literariamente no mito do gaúcho, mas por oferecer estratégias e soluções discursivas que seriam copiadas e desenvolvidas pela geração seguinte de intelectuais modernistas à serviço do PRR.¹⁸⁵

Terra Gaúcha, todavia, tinha outras ambições. A partir da idealização do meio pampiano, da empresa ganadeira e de seu sujeito histórico, a narrativa de Maio ensinaria como sendo totalidade rio-grandense uma parcialidade histórica e social: a experiência fronteiriça que já perdia bastante espaço para as outras levas de colonização e de exploração econômica, como o mini-

¹⁸³ De certa forma, essa era a realização da corrente regionalista fronteiriça, como na obra do pelotense Bernardo Taveira Júnior. Como dito no capítulo anterior, as críticas dos letrados porto-alegrenses ao livro de Alencar não apelavam à, mas similhança externa. Apolinário Porto Alegre considerava aceitáveis os arroubos descritivos de Alencar e sua idealização da pampa. O problema seria a inadequação do protagonista, sujeito afeito à violência e às vicissitudes políticas do Prata, ao mito do centauro na sua variante brasileira. Significativamente, as maiores críticas à descaracterização da realidade sulina por Alencar vinham de Taveira Júnior. Ver Lazzari, 2004, e Zalla, 2010b.

¹⁸⁴ J. Pinto Guimarães chega a uma formulação ideologicamente semelhante, mas em narrativa não ficcional: “O monarca das coxilhas é o gaúcho rio-grandense, altaneiro e pimpão no seu bagual bem aperado e de cola atada” (GUIMARÃES, 1896, p. 39).

¹⁸⁵ Como mostrado nos trabalhos de Lígia Chiappini e, mais recentemente, de Letícia Nedel, a criação do mito do gaúcho heroico, nos anos 1920 passou pela distinção entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. Ao segundo ficaram reservados os atributos negativos da figura fronteiriça histórica do *gaucho malo*.

fúndio familiar de imigração alemã e italiana, a cultura do arroz, a manufatura e o grande comércio urbanos, por exemplo. Enfim, num contexto de complexificação social e de diversidade étnico-cultural interna, a suposta gauchidade lusitana originária era reivindicada por Simões como fator de coesão. Cenas campeiras desconhecidas de parcelas crescentes da população sul-rio-grandense seriam, dessa maneira, objeto de aprendizagem – e de reverência – na escola, como na seguinte passagem:

O capataz, então, o amigo Juca, dá as suas ordens; distribui os ternos; começa o forte, o violento, o perigoso serviço, em que a coragem do gaúcho, a sua resistência, a sua atividade, e sangue-frio e agilidade e força, não têm rival em parte alguma do mundo. O cavalo completa a supremacia do guasca;¹⁸⁶ o touro mais cupinudo pode escarvar, berrando de língua dobrada sobre a terra raspada, pode arrancar, furioso e tremendo, o que o gaúcho destorcido, de rédea tesa, pinicando de esporas, ainda abana com o pano, quase toureando sobre as aspas a fera enfurecida, que atropela e apenas guampeia o ar entre a cola e os garrões do bagual, que se lhe furta rápido, sob o menor meneio do seu ginete (LOPES NETO, 2013, p. 75).

Nesse universo aparece o personagem-tipo Juca Polvadeira, uma espécie de precursor de Blau Nunes, campeiro de idade avançada, mas na ativa, com larga experiência na fazenda, o que lhe colocava em posição de mando, em relação aos demais gaúchos. Praticamente um tutor de Maio, um “mestre” que oferecia lições como esta, em que já aparece o futuro trabalho de linguagem dos contos e das lendas:¹⁸⁷

– Olhe lá, amiguito: um guasca que se preza não dá pra cajetilha,¹⁸⁸ nem é caborteiro nem partista.¹⁸⁹ Um gaúcho taura¹⁹⁰ é como os da gente do Guedes: morre seco e não se entrega!¹⁹¹ Quando lhe quiserem, com falas doces, botar os ca-

¹⁸⁶ Outro termo empregado para o homem do campo, sinônimo de gaúcho, como veremos na próxima seção.

¹⁸⁷ Seguem, nas notas abaixo, as definições dos termos regionais transcritas da edição de Luís Augusto Fischer.

¹⁸⁸ Vaidoso, presumido, afetado.

¹⁸⁹ Muito exigente, cheio de partes; assustadiço.

¹⁹⁰ Valente, correto.

¹⁹¹ “Referência a um coronel Jacinto Gomes, do Alegrete, que na altura da guerra dos Farrapos foi conhecido por sua bravura e pela lealdade de seus

raminguás da velhacagem,¹⁹² inche o lombo,¹⁹³ amigo, prisque de firme¹⁹⁴ e largue no barro o sotreta!¹⁹⁵ Com alarifes,¹⁹⁶ nem pro céu!” (LOPES NETO, 2013, p. 40).

O texto acaba, assim, legitimando o latifúndio pecuarista, ainda que traga uma rápida crítica à acumulação desenfreada de terra.¹⁹⁷ Simões pode não ter logrado sucesso nessa empreitada ideológico-educativa, mas não se encontrava sozinho na tarefa. Guimarães, por exemplo, dedicou nove lições de seu livro à vida do gaúcho na estância, chegando a explicar as ocupações profissionais e funções específicas que a figura assumia contemporaneamente, como vaqueano, potreiro, agregado, domador e tropeiro, além de transcrever versos do cancionero fronteiriço: “Gosto da vida do campo,/ Governo com honra e brio./ Com um par de botas no cinto,/ Não tenho fome nem frio!” (GUIMARÃES, 1896, p. 42).

Na obra simoniana, a construção da brasilidade rio-grandense através do universo gauchesco ganharia forma acabada, pela primeira vez, no *Cancioneiro Guasca*. Seguindo a literatura romântica precedente, o Folclore se mostrava, no momento, o *locus* privilegiado para a invenção de uma tradição gaúcha para o Rio Grande do Sul, como veremos mais adiante. Antes disso, o autor se dedicaria à escrita da história propriamente dita, objeto da próxima seção, que também lhe mostraria caminhos e meios para disputar a representação da região.

Para finalizar a análise do primeiro *Terra Gaúcha*, é preciso apontar rapidamente para dois aspectos essenciais do pensamento do autor que serão desenvolvidos na história e na literatura. Pri-

comandados, os quais, consta, usavam a frase aqui repetida inscrita em faixa no chapéu: “Sou do Guedes, morro seco e não me entrego”.

¹⁹² Literalmente, os dinheiros da patifaria; figuradamente, as facilidades do mau caminho.

¹⁹³ Prepare-se, como se prepara um animal para o ataque.

¹⁹⁴ Retire-se com veemência.

¹⁹⁵ Abandone o infame, o velhaco.

¹⁹⁶ Patife, velhaco.

¹⁹⁷ “Cada indivíduo podia requerer só uma sesmaria, mas os moradores que já tinham família constituída disfarçadamente requeriam sesmarias contíguas, uma do chefe da casa, outra para um filho, outra para o outro, e assim, sob abusos, se fixavam estâncias enormes, correspondendo a três, cinco, oito e mais sesmarias” (LOPES NETO, 2013, p. 23).

meiro, o elogio da mestiçagem. A bibliografia especializada já tratou bastante da questão, mas é interessante acompanhar seu estágio de desenvolvimento. Já ao final do texto, o pai de Maio afirma:

Quando no Brasil as gentes se ligarem internamente pelo sangue, como já está acontecendo, quando os descendentes de diversas raças formarem uma nova raça uniforme, o brasilês há de ser o primeiro povo da terra porque terá no seu corpo, na inteligência e no sangue as melhores qualidades de cada um dos outros povos; terá a resistência do português, o apurmo do espanhol, a vivacidade do francês, o pendor artístico do italiano, a calma do inglês e a tenacidade do alemão, e a vitalidade do africano, e a valentia e o amor à liberdade dos índios (LOPES NETO, 2013, p. 182).

Mesmo havendo uma predominância de elementos europeus na composição de uma nova “raça” brasileira e recorrendo a atributos estereotipados de cada grupo étnico, há nesse trecho uma valorização da contribuição indígena – uma marca da obra madura que gerará adesões e oposições entre intelectuais das gerações seguintes – e africana – um posicionamento ainda mais polêmico e muito pouco comum entre os polígrafos estabelecidos no cenário nacional do início do século. Entre o primeiro e o segundo *Terra Gaúcha*, essa postura ganhará radicalidade.

O segundo aspecto é a abordagem não saudosista da tradição gauchesca, algo que parece ter passado despercebido pela fortuna crítica do autor. Além de uma atualização pragmática e, por isso mesmo poderosa, do mito romântico do gaúcho, Simões Lopes Neto defende a aliança entre o antigo e o moderno:

Hoje é outro, o gaúcho. Ele, que era um dos poucos homens independentes sobre a terra, foi enleado e absorvido pela civilização moderna, com todos os seus egoísmos e hipocrisias e todas as suas vantagens e progressos; o modo de viver entrou a modificar-se, e o estancieiro antigo, o ‘monarca das coxilhas’, o gaúcho franco, rude, leal e desprendido, foi-se transformando num outro tipo de homem, herdeiro das antigas virtudes, que adornou e melhorou com os primores do estudo, os fulgores da ciência” (LOPES NETO, 2013, p. 31).

A tópica da civilização que mata a tradição é característica do gênero literário gauchesco, conforme veremos no próximo capítulo. Dela nasce certa nostalgia na obra de Simões, que já foi dissecada por alguns estudiosos. Mas o trecho acima mos-

tra um pensamento, no mínimo, ambivalente. Há “vantagens” no “progresso” que contribuiriam para o aprimoramento do gaúcho. Se, com o avanço da ciência e da educação, ele perdia os traços da vida rude, ainda mantinha as “antigas virtudes”. Moysés Vellinho, o maior crítico literário da geração modernista no Rio Grande do Sul, chegará, na década de 1920, a uma formulação praticamente idêntica, numa altercação com Rubens de Barcellos a respeito do regionalismo de Alcides Maya, avaliado negativamente como decadentista ou “passadista”.¹⁹⁸ A perspectiva aberta à modernidade é, portanto, uma característica ideológica fundamental para a recepção de Simões Lopes Neto pelas novas gerações; tão relevante quanto o seu trabalho particular de linguagem. Tornar-se-ia, de fato, um trunfo para sua sobrevivência na história literária. Já o elogio da mestiçagem foi, por muito tempo, nesse mesmo sentido, um entrave.

2.2. A História como emblema: formar rio-grandenses¹⁹⁹

Memória histórica no extremo Sul

O segundo *Terra Gaúcha* foi produzido, muito provavelmente, nos anos de 1906 a 1910, entre o abandono do projeto pedagógico e a elaboração do projeto folclorista, que inclui a literatura de imaginação consagrada. Seu conteúdo é hoje par-

¹⁹⁸ Esse debate foi compilado e publicado em livro por Flávio Loureiro Chaves (1979).

¹⁹⁹ O texto desta seção foi desenvolvido no artigo “Memória e identidade no sul do Brasil: o ensaio histórico de Simões Lopes Neto” (2015). Alguns pontos detalhados naquela publicação dispõem o mesmo tratamento neste livro, por já terem sido abordados anteriormente ou ganhado destaque nas seções seguintes. A síntese aqui apresentada, no entanto, também observa algumas reavaliações exigidas pelo avanço da investigação. Principalmente no que diz respeito à ideia de que o monitoramento ideológico da figura do gaúcho no estado só ganharia corpo a partir da década de 1920, o que explicaria as posições mais abertas de Simões Lopes Neto a respeito do patrimônio indígena-missionário e das trocas culturais com os países platinos. Hoje defendendo a tese de que o ponto de vista particular do autor é uma função de sua localização histórico-geográfica fronteiriça, em momento de perda da hegemonia política e econômica pelotense no cenário regional. Algo que comecei a elaborar com a análise da trajetória social de Simões, no capítulo anterior, e pretendo desenvolver mais substancialmente com uma visada sobre sua ficção madura, no próximo capítulo.

cialmente conhecido graças ao trabalho de pesquisa da primeira geração de escritores e historiadores que se empenharam, sistematicamente, na recuperação da memória de Simões, nos anos 1940 e 1950. Seu prospecto original pretendia percorrer a história do Rio Grande do Sul desde os anos iniciais da ocupação europeia até a Guerra do Paraguai, em dois volumes, mas apenas o primeiro foi encontrado; justamente aquele que trata do período formativo do estado, em sua condição de fronteira platina, um dos problemas privilegiados no campo de produção erudita regional da Primeira República, como temos visto.

Classificar o texto de Simões Lopes Neto enquanto “ensaio” pode ser uma arbitrariedade. O tom de esboço, de tentativa preliminar de explicação, que encontramos em boa parte do livro, evidentemente também é produto da fase da escrita em que o original se encontrava quando resgatado. É possível que, tendo mais tempo, o pretendente a historiador retornasse ao texto, completando lacunas, desenvolvendo algumas ideias, corrigindo alguns equívocos factuais quando lhe estivesse ao alcance, como indicara o comentarista Walter Spalding, que anotou a edição póstuma, de 1955. De qualquer forma, o difícil acesso a documentos oficiais do período retratado e a parca literatura histórica disponível convidavam à especulação, à imaginação, à constante intromissão do autor em assuntos do passado que lhe mobilizavam a repulsa ou a compaixão. O estado da historiografia rio-grandense no início do século XX, como vimos, também pode ser responsável pelas “ausências” analíticas possivelmente sentidas hoje. Mas chama a atenção que mesmo o aparato erudito tradicional, como a contraposição de fontes e o concurso a notas de rodapé, exibido na sua historiografia mais localista, publicada nas comemorações do centenário de Pelotas, fica de fora do escopo desse texto. Mais certo é confiar na intenção pedagógica da obra. Destinado a um público leitor geral, mesmo que respondendo a questões do campo de produção erudita, a arquitetura textual não poderia ser muito diversa. Certo encaixe no gênero ensaio dificilmente é puro acidente. Como notou Jean Starobinski, uma de suas características, desde Montaigne, é a proposição de ideias novas, “uma interpretação original de um problema controverso” (STAROBINKSI, 2001, p. 14). Essa ambição não falta à obra.

Quando Simões redigiu o texto, havia poucos títulos sobre o tema da formação do Rio Grande com razoável circulação e conhecimento das elites letradas, entre eles dois estudos pre-

cursores sobre as origens da província e sua administração, já citados anteriormente – *Anais da Província de São Pedro* (1819, v. 1; 1822, v. 2), de José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, e *Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública no Brasil* (1822, v. 1; 1823, v. 2),²⁰⁰ de Antônio José Gonçalves Chaves – e a então recente produção da primeira geração de políticos e historiadores republicanos.²⁰¹ Como vimos no capítulo anterior, todos esses trabalhos foram mencionados por Simões em algum momento de sua produção. Em *Terra Gaúcha*, no entanto, a única obra explicitamente citada é a de Fernandes Pinheiro, à qual nosso autor se contrapunha, como veremos adiante.

Segundo Ieda Gutfreind (1992), Chaves e Pinheiro fixaram formas de narrar e de interpretar o passado de conquista portuguesa que seriam apropriadas por uma “matriz lusitana” da historiografia gaúcha tradicional. Já as insistências de Lima e de Varella em retratar as especificidades sulinas, extensivas da reivindicação do pioneirismo liberal e republicano do estado, permitiram, em oposição, a formação de uma “matriz platina” de memória histórica. *Grosso modo*, a ela pertenceriam os historiadores que “ênfatizam algum tipo de relação ou de influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com os aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul”. À primeira, se filiariam aqueles cuja visão “minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região” (GUTFREIND, 1992, p. 11).

A polarização entre as duas vertentes é notável na historiografia produzida após a fundação do IHGRS, em 1920, gerando debates e disputas que alcançaram a década de 1950. Grande parte da comoção gerada pelas possíveis filiações culturais do Rio Grande do Sul à Espanha nos debates dos historiadores em via de profissionalização é consequência direta do jogo político do período, em que as elites locais se uniam na construção de um

²⁰⁰ A história da província é objeto da quinta parte, no segundo volume da obra.

²⁰¹ *História de república rio-grandense* (1882), de Assis Brasil, é o único livro da geração que não se detém na formação do estado. Dele, não encontrei nenhuma referência na biblioteca imaginária analisada anteriormente.

projeto de tomada do poder central, materializado na Revolução de 30.²⁰² O debate sobre a formação do Rio Grande era, então, atualizado historiograficamente em função da discussão sobre a brasilidade do gaúcho/rio-grandense e sua legitimidade no novo protagonismo nacional. Não penso ser possível, portanto, classificar a historiografia de Simões Lopes Neto, ou de qualquer historiador sul-rio-grandense anterior a 1920, como “lusitana” ou “platina” sem cair no anacronismo, ainda que eles recorressem a tópicos políticos mais tarde utilizadas na organização das novas correntes históricas, como o discurso lusitanista gestado nos debates republicanos. São dois contextos relativamente distintos, com preocupações políticas e disciplinares específicas. Mas o fluxo das apropriações pode nos ajudar a compreender muitos dos elementos da historiografia pré-IHGRS. Como afirma Gutfreind, a gama de questões sobre as quais se debruçariam os historiadores do Instituto começa a se delinear ainda no século XIX: a relação da região com o restante do Brasil; sua inserção na história do Prata; o separatismo na Revolução Farroupilha (1835-1845); a presença das Missões Jesuíticas no passado do Rio Grande; e, por último, a figura do gaúcho pampiano.²⁰³ Por isso, à exceção do episódio farrapo, não tratado no texto de Simões, os demais pontos serão tomados, a partir de agora, como critérios de leitura da obra, o que também permitirá entender os usos que o escritor fez da historiografia erudita precedente, suas filiações e seus distanciamentos, sem comprometê-lo com uma cisão no interior do campo histórico que não chegou a vivenciar, mas que definirá as possibilidades futuras de circulação de sua obra. Este exercício de análise se justifica, assim, como um inventário de características e posições que suportam ou impedem a complicada sobrevivência do Simões historiador. A desconfiança quanto à brasilidade do Rio Grande do Sul tão em voga na Primeira República, como vimos na seção anterior, possui um histórico longo. A condição de fronteira porosa, no século XVIII, e a declaração de independência levada a cabo pelas elites locais

²⁰² Ver LOVE, 1975.

²⁰³ Em termos geográficos, a pampa compreende os campos que se estendem do norte da Argentina à metade Sul do Rio Grande do Sul, território de vegetação rasteira e pouco relevo no solo, com poucas barreiras físicas para o trânsito do gado selvagem. No próximo capítulo, abordaremos a construção literária desse espaço simbólico.

revoltosas durante a Farroupilha, no XIX, alimentaram continuamente o imaginário nacional com visões do rio-grandense como um “estranho” no seio da nação.

A grande participação de tropas da metade Sul da província na Guerra do Paraguai e seu novo recrutamento na expedição contra Canudos colocaram as hostes campesinas fronteiriças em convívio com militares do centro e do norte do país. Os gaúchos, cuja existência social se restringia, no final daquele século, aos peões dos grandes latifúndios, passaram paulatinamente a confundir-se com todo o habitante do estado, à revelia do mundo urbano e das levas recentes de colonização europeia. Mesmo algumas visões positivas da figura fora do estado – provavelmente tributárias de modalidades de representação ficcional, como o gaúcho ambíguo de José de Alencar – se destacam por essa operação metonímica, em que um grupo social e geograficamente setorizado (trabalhadores rurais predominantes na metade Sul do estado, região de savana popularmente designada por “campanha”) é confundido com a totalidade da sociedade. Temporalmente próximo ao ensaio de Simões, a obra de Euclides da Cunha nos dá um exemplo dessa operação. Ao contrapor o sertanejo do centro-norte do país ao habitante do Rio Grande, a descrição do segundo é condicionada pelo meio físico: “...filho dos plainos sem fins, afeito às correrias fáceis nos pampas e adaptado a uma natureza carinhosa que o encanta, tem, certo, feição mais cavalheirosa e atraente” (CUNHA, 2010 [1902], p. 121). A marca do campo recai sobre a região; ao homem da terra resta uma espécie de caricatura do gaúcho militar que Euclides conheceu em Canudos:

A suas vestes são um traje de festa, ante a vestimenta rústica do vaqueiro. As amplas *bombachas*, adrede talhadas para a movimentação fácil sobre os *baguais*, no galope fechado ou no corcovear raivoso, não se estragam em espinhos dilaceradores de caatingas. O seu poncho vistoso jamais fica perdido, embaraçado nos esgalhos das árvores garranchentas. E, rompendo pelas coxilhas, arreatadamente na marcha do redomão desensofrido, calçando as largas botas russilhonas, em que retinem as rosetas das esporas de prata; lenço de seda, encarnado, ao pescoço; coberto pelo sombreiro de enormes abas flexíveis e tendo à cinta, rebrilhando, presas pela *guaiaca*, a pistola e a faca – é um vitorioso jovial e forte. O cavalo, sócio inseparável desta existência algo romanesca, é quase objeto de luxo. Demonstra-o o arreamento complicado e espetaculoso. O gaúcho andrajo-

so sobre um *pingo* bem aperado está decente, está corretíssimo. Pode atravessar sem vexame os vilarejos em festa (CUNHA, 2010, p. 121-122).

A “gentilização” da palavra gaúcho “desde fora”, como mostrou Carla Renata de Souza Gomes (2009), levava gerações de letrados locais a um trabalho de ressignificação da palavra, do qual a representação euclidiana é, ao mesmo tempo, contraponto e resultado, e que culminaria com sua aceitação regional como adjetivo pátrio somente nos anos 1920/1930.²⁰⁴ A análise do ensaio histórico de Simões revela, ainda mais que a do manuscrito de seu livro de leitura, o desenvolvimento desse processo. Coexiste no segundo *Terra Gaúcha* a asserção da especificidade, inclusive étnica, do habitante do Sul, e o protesto contra essa suspeita externa:

Nós, os rio-grandenses, somos uma sub-raça brasileira. Para muitos, felizmente para a grande maioria dos que nos observam, temos traços de distinção da carinhosa família nacional, que valem altamente como prendas individuais e inapreciavelmente como elementos de dignificação e progresso social, em suas múltiplas expansões. Para outros, porém, essas divergências do tipo étnico brasileiro nos caracterizam como enxertos daninhos nesse grande e nobre tronco de uma raça americana; nos assinalam como progênie de antepassados ensaiados em todos os vícios e crimes, ou como possesores de revolucionários e cruezas execráveis, que inculcam a necessidade de nossa expulsão da comunhão social... (LOPES NETO, 1955, p. 28).

A solução racial dada por Simões, além da sintonia com os debates do período no centro do país, permite a dubiedade estrutural que já começa a marcar a construção da identidade gaúcha no Rio Grande do Sul, como apontado por Ruben Oliven (1992): a afirmação das peculiaridades regionais junto à reivindicação da brasilidade. Mas se os historiadores do IHGRS precisariam, nas décadas seguintes, enfatizar o segundo aspecto, nosso autor encontrava em seu contexto maior liberdade ideo-

²⁰⁴ Ao que tudo indica, a substituição quase completa de “rio-grandense” por “gaúcho” só se efetiva a partir da década de 1950, com o fim da patrulha do Estado Novo às peculiaridades regionais e o surgimento do movimento tradicionalista gaúcho.

lógica para explorar a diferença. Se o primeiro *Terra Gaúcha* ambiciona formar “brasileiros”, o segundo parece tencionar, em contrapartida, produzir rio-grandenses.

Numa Pelotas próxima do Prata, com largos vínculos econômicos com as áreas de reduções jesuíticas e sua pecuária extensiva tradicional, parece que tal liberdade tinha um grau de necessidade. Sua posição geográfica também explica o incômodo com as acusações de passado de “vícios e crimes”. Como já mencionei anteriormente, sem detalhamento, a palavra *gaúcho* designava originalmente os grupos de “changadores” que caçavam o gado selvagem disseminado nos campos do atual Uruguai, do norte da Argentina e do sul do Rio Grande, ao longo do século XVIII. Eram homens sem paradeiro e sem emprego fixos, cuja lógica social não observava as leis e soberanias espanholas ou portuguesas. Com o traçado dos limites fronteiriços, na virada para o XIX, o trânsito natural de bens naquele espaço logo se confundia com práticas de contrabando. O gaúcho era o “vagamundo”, pária social que engrossaria as forças dos caudilhos revoltosos no Prata na primeira metade desse século, “possessos de revolucionários e cruezas execráveis”, nas palavras de Simões. Supostamente arredio à ordem, ele era o inimigo e o alvo de Sarmiento em seu *Facundo*, contra quem o Estado nacional argentino se chocaria, mas de seus braços também se valeria, em sua interiorização. Fato social e semântico que explica a maior demora da capital Porto Alegre em aceitá-lo como gentílico, diferentemente das cidades fronteiriças.

A refutação das relações econômicas e culturais com os países platinos era difícil de se operar no sul do estado. Simões relata tais trocas em seu ensaio com a mesma tranquilidade notada por Gutfreind nas obras da geração de historiadores republicanos que o antecedeu. Tomando como história a memória da configuração política do Rio Grande que lhe era contemporânea, nosso autor inclui nessa narrativa não somente as Missões Jesuíticas espanholas trocadas com Portugal pela Colônia de Sacramento,²⁰⁵ mas toda a ocupação da Província dos Tapes, denominação hispânica do território a leste do Rio da Prata:

²⁰⁵ A Colônia do Santíssimo Sacramento foi estabelecida em 1680, como frente à ocupação espanhola na área. As Missões Jesuíticas fundadas sob a égide da Espanha a leste do Rio Uruguai foram trocadas por Sacramento, com o Tratado de Madri (1750), firmado entre as duas coroas europeias.

Com a ereção da ‘Província dos Tapes’ em 1639, que foi a primeira divisão político-administrativa que teve o Rio Grande, prova-se que apenas por menos de um século esteve ele descuidado do governo espanhol, ao passo que por dois séculos esteve-o do português; pois só em 1737 é que Silva Paes fundou o presidio do Rio Grande²⁰⁶; e quando tal se deu, **habitante luso é que nenhum foi encontrado**, pois os que havia – brancos, cristãos –, eram os jesuítas e funcionários castelhanos, das Missões (grifo meu) (LOPES NETO, 1955, p. 29-30).

Dentre as críticas de Simões ao livro de Fernandes Pigneiro, está aquela ao “erro” de marcar a presença portuguesa na região antes de 1737. Um dos elementos que se tornava ponto de apoio da identidade luso-brasileira do estado nas narrativas históricas tradicionais (incluindo seu livro didático), as excursões dos bandeirantes paulistas ao território, é qualificado como “fabuloso” por Simões, uma ficção histórica que não sobreviveria ao confronto com a documentação oficial.²⁰⁷ Trata-se de uma verdadeira reviravolta na posição assumida anteriormente, no primeiro *Terra Gaúcha*, como vimos, obra destinada ao público escolar e precavida contra os censores republicanos.

A constatação do vínculo espanhol do território nos dois séculos iniciais de colonização europeia, assim, não impede a narração do período na história do Rio Grande brasileiro, o que se justifica pela continuidade étnica da população, descendente dos povos nativos e da experiência missioneira. Daí Simões antecipar um procedimento de representação do passado caro à primeira geração do IHGRS: a higienização simbólica do gaúcho rio-grandense. A diferença é que ele não apelava a seu branqueamento discursivo, mas à positivação da herança indígena. Ao nativo do Tapes não cabiam as acusações de violência gratuita e aversão à paz:

²⁰⁶ O presidio e a fortaleza de Rio Grande (barra da Laguna dos Patos) iniciam o processo de colonização portuguesa no atual território do estado. Sua fundação foi uma resposta aos ataques espanhóis a Sacramento, oferecendo um novo ponto de apoio militar aos interesses lusos na região do Prata.

²⁰⁷ O que é refutado por Spalding em nota de rodapé, apelando à documentação lagunense não disponível para consulta no momento em que Simões escrevera seu ensaio. Ainda assim, o comentário demonstra o desconforto de um dos representantes da memória histórica dominante com a emergência de um discurso dissidente, vinda de uma autoridade literária já constituída.

O caboclo primitivo era caçador parco e pescador paciente; guerreiro áspero, mas sem a fereza do indígena central, não mutilava a face para o adorno disforme nem espetava o crânio do vencido, como troféu, na paliçada do agreste aldeamento [sic]: a brandura da índole temperava os arrancos da bruteza natural, concebível (LOPES NETO, 1955, p. 25).

Não há, dessa forma, no ensaio de Simões, a dissociação entre as duas últimas questões identificadas por Gutfreind na historiografia tradicional, o passado missioneiro, logo a ascendência indígena da população, e o caráter do gaúcho. Os títulos dos quatro primeiros capítulos de *Terra Gaúcha* poderiam levar um leitor desatento a identificar cisões étnicas e políticas no contexto representado: *Tempos d'antanho*, *Primórdio português*, *Província dos Tapes*, *Missões Orientais*, *Ocupação do litoral rio-grandense*. Na verdade, há superposições temporais e articulação dos elementos na narrativa. O enfoque dado, em cada um deles, respectivamente ao indígena, às primeiras expedições lusitanas, ao espanhol, ao missioneiro e, enfim, à ocupação portuguesa, tem função didático-narrativa. Eles não implicariam isolamentos sociais verificados na realidade histórica, a não ser no que toca à constatação da negligência de Portugal para com o território: “E pretendendo emendar o inepto descaso por uma tardia atividade e reivindicar a posse das suas antigas descobertas, resolveu o governo da metrópole justificar a criação de uma colônia na margem esquerda do Prata...” (LOPES NETO, 1955, p. 90-91)

O recuo temporal, em relação à fundação do presídio de Rio Grande, no passado representado, implica, portanto, a narração da vida missioneira com profusão de detalhes. Junto a dados factuais, como datas e eventos importantes para a instalação dos jesuítas na região, há uma espécie de história social em desenvolvimento, com a descrição de hábitos, práticas cotidianas, relações entre os grupos étnicos e sociais (guaranis, padres, espanhóis, changadores e, de forma limitada, portugueses), divisão do trabalho, exploração da terra, produção e circulação de bens de consumo. Veremos, mais abaixo, as consequências e funções dessa mirada num ensaio histórico. Por hora, basta constatar certo pioneirismo da empresa. O modelo historiográfico de Simões é muito provavelmente a *História Popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides Lima. Redigida em 1881, por encomenda do Clube Vinte de Setembro, da Faculdade de Direito de São Paulo, o tex-

to apresenta a lenta ocupação do território sob uma perspectiva administrativa, trazendo críticas às apostas governamentais no Sul. Contudo, ao contrário do que o título indica, há nele pouco espaço para fatos sociais e tendências coletivas. É possível que Simões tenha pretendido desenvolver esse projeto em embrião. Daí toda sua ênfase em “tipos” e grupos populares.

O gaúcho que dá nome à “terra” escrutinada é um ser dessa natureza. Ainda não é possível identificá-lo aos altos estratos da sociedade local, processo que, conforme Leticia Nedel (2005), nobilitaria a figura na memória histórica produzida no âmbito do IGHRS. É interessante notar, assim, que mais uma vez Simões não chega a tomar o termo como gentílico, preferindo, ao invés, empregar o menos polêmico “rio-grandense”. Um derivado da palavra, aliás, só aparece no último capítulo do texto. Ao falar da “vista grossa” feita pelos governadores portugueses de Sacramento ao contrabando realizado pelos changadores, Simões denota a essa atividade um marco da vida local, “cujos lances deviam ficar nos hábitos da **gauchada**, que ia se enseivando para aparecer” (grifo meu) (LOPES NETO, 1955, p. 132). Como função do meio caminho semântico em que se encontrava o significante, Simões tampouco utiliza o termo para designar estritamente algum grupo social. Mais certo, pela breve passagem transcrita, é pensar que, para o autor, a identidade gaúcha no Rio Grande estaria em plena constituição no período em que se debruça. O vínculo entre o *changador* e a futura *gauchada* é explícito, mas não se depreende daí que seja exclusivo. De qualquer forma, como uma das matrizes da coletividade sulina, cabe a ele uma visão tão positiva quanto ao índio das missões. Assim, apesar do contrabando, atividade que a história relegaria inevitavelmente ao plano da ilicitude consentida, há o cuidado de distanciá-lo discursivamente dos bandidos sociais que vagavam pelo campo: “Os changadores traziam as suas tropilhas de cavalos em balsas, sobre a costa de Soriano e arranchavam-se de forma a facilitar os seus embarques e precaver-se contra os ladrões dos seus mantimentos e estaqueadouros” (LOPES NETO, 1955, p. 88). Era um grupo social de acentuada inclusão étnica, indígenas que se apropriavam do cavalo, do gado, das práticas de rebanho que prefigurariam o gaúcho de estância conhecido por Simões: “Bem armados e bem montados, corriam os bandos dispersos de índios, courea-

vam o que podiam e findo o respectivo contrato dissolvia-se a comparsa” (LOPES NETO, 1955, p. 88). A dupla procedência indígena do rio-grandense, missioneiro e changador, levaria Simões a uma posição incomum no debate racial brasileiro.

De volta ao nacional

Representar a nação através da região é uma estratégia discursiva disponível à elite letrada brasileira desde o romantismo nacionalista da segunda metade do século XIX. A tarefa em que os intelectuais se empenharam a partir da independência política, construir uma imagem e uma memória nacional unificadas, em uma configuração geográfica de dimensões continentais e de longo histórico de autonomia regional, logo se mostraria contra-producente. O regionalismo romântico despontou, assim, como a solução ao problema. Mas ao inventariar os tipos locais e fabricar os estereótipos, por exemplo, do sertanejo e do gaúcho, os literatos, os historiadores, os profissionais das letras em geral, buscavam sempre o destino comum da grande pátria.²⁰⁸ Nascia, assim, a ideia de Brasil como mosaico cultural. No plano da ficção, as vertentes regionalistas pós-romantismo desenvolviam o projeto de desvendar os sertões, com a adesão das elites intelectuais que começavam a ganhar corpo nas províncias.²⁰⁹ Literatura e História, mais do que disciplinas/áreas com limites precisos, se mostravam possibilidades discursivas diferentes para enfrentar as necessidades comuns de representação do passado e da nação. Simões empregou, como sabemos, ambas. Mas a escolha primeira da escrita da história nos obriga a algumas considerações.

O objetivo declarado de *Terra Gaúcha*, desmentir as acusações de excentricidade que pesariam sobre o Rio Grande através do “inventário fiel do passado” (LOPES NETO, 1955, p. 28), denota que a escolha do gênero nada tinha de ingênua. Simões se coloca na posição de um historiador patriota, mas rigoroso na observação dos fatos e no escrutínio dos documentos (que não chega a indicar no texto, como vimos), legitimando a operação de resgate e depuração da memória sulina no seio da nação. Temos aqui a convivência entre uma perspectiva científica e o compro-

²⁰⁸ Ver LAZZARI, 2004.

²⁰⁹ Ver OLIVEIRA, 2008.

misso cívico da historiografia, comum nos escritos do entresséculo XIX-XX. Pouco corriqueira, no entanto, é sua visada popular da memória histórica, em comparação com os precedentes citados. Como explicar? Num contexto de ainda pouca especialização, tanto a produção quanto o consumo de gêneros variados se davam em círculos restritos, favorecendo a endogenia das trocas e o trânsito dos intelectuais por projetos escriturários de natureza diversa. Simões era um ávido leitor dos textos de seus coetâneos, como vimos no capítulo anterior, e, dessa forma, reconhecia no folclorismo um ramo mais desenvolvido do que a História para o registro das coisas da terra. Portanto, nosso autor usa em seu ensaio histórico temas e problemas do gênero vizinho.

Paralelamente a Simões, o major João Cezimbra Jacques, republicano positivista convicto, traçava em Porto Alegre um projeto de memória sob a rubrica do folclore. Ao contrário do primeiro, Jacques conseguiu publicar seu livro histórico-folclórico, intitulado *Assuntos do Rio Grande do Sul*, em 1912.²¹⁰ A marca do trabalho é a pretensão de salvaguarda: o registro do passado se combina a notas sobre a geografia, o solo, a fauna e a flora, além da fixação de poesia oral e de lendas populares, como o “Crioulo do Pastorejo”, futuro motivo literário de Simões em *Lendas do Sul* (1913).²¹¹ Mas é interessante notar que um texto heteróclito como esse compartilhe com *Terra Gaúcha* algumas preocupações, como a formação do Rio Grande, as culturas indígenas e a experiência missioneira, e exprima soluções muito semelhantes.

Apesar da ênfase sobre o domínio espanhol ser maior na obra de Simões, Jacques reconhece a originalidade castelhana e estende o período à memória narrada. Mas diferentemente do escritor pelotense, salienta o avanço português, até a tomada definitiva das missões orientais: “Mas o território das Missões foi conquistado em 1801 pelo valoroso sul-rio-grandense José Borges do Canto, à frente de denodados companheiros, igualmente naturais da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul...” (JACQUES,

²¹⁰ Em 1883, já havia publicado o *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica* e, em 1904, um pequeno livreto chamado *Frases e vocábulos do Abá-ñêenga Guarani*, revelando outra preocupação semelhante às de Simões.

²¹¹ No texto de Simões, a lenda recebeu o título de “Negrinho do pastoreio”, pelo qual se populariza no estado.

1979 [1912], p. 24). A continuidade étnica do gaúcho contemporâneo com os povos nativos leva o autor a longo inventário de tribos e suas características culturais. Como em Simões, a experiência missioneira é o elo entre o Tapes hispânico e o futuro Rio Grande: “(...) devido ao fato de espalharem-se numerosos bandos dos ditos índios pelo interior da então Capitania e mais tarde província de S. Pedro do Rio Grande do Sul (JACQUES, 1979, p. 107).

A figura do gaúcho, portanto, não passava pelo branqueamento discursivo que seria tópica frequente na memória histórica de viés oficial a partir da década de 1920. A mestiçagem do elemento ibérico com os nativos garantia, ainda, certa homogeneidade em todo o Prata:

...o gaúcho existiu na campina desde a margem oriental da Lago dos Patos até os pampas de Buenos Aires, formado de fatores étnicos da mesma raça ibérica e indígena, com os mesmos traços, diferindo apenas, insignificativamente, na língua e em algumas modalidades em que ainda existem traços dele bem característicos, tais como a bravura, a generosidade, a hospitalidade, a altivez, a lealdade, a agilidade, com maneiras especiais para as lides rurais, a alegria e muitos traços *sui generis* e que existe a sua tradição, havendo sobrada razão para chamar-se o Rio Grande do Sul terra gaúcha, em contradição do que há quem afirme, fantasiando, a respeito do nosso Estado, sem conhecê-lo pela sua história e de observação própria (JACQUES, 1979, p. 190-191).

O trecho demonstra que as posições de Jacques, compartilhadas por Simões, tanto em relação ao fator indígena quanto no que toca à proximidade com a cultura platina, enfrentavam reações no debate intelectual. Daí tanto a prudência em associar o gaúcho ao homem da cidade quanto o protesto contra as descrições euclidianas do habitante do sul: “ao contrário do que afirma um escritor, que os trajes do gaúcho são elegantes no meio campestre em que ele vive nobre e leal e são muito cômodos para lides *pastoris* das quais ele se ocupa” (JACQUES, 1979, p. 191). O texto de Jacques também aponta para o meio caminho do processo de gentilização. O termo designa não apenas o peão da estância no presente e o mestiço fronteiriço do passado, mas toda a gente do campo. No reverso, o Rio Grande gaúcho teria espaço restrito para se manifestar na vida social contemporânea: “(...) mesmo o gaúcho moderno, quando deixa as lides campestres e que vem a quaisquer dos ditos povoados, despe as suas graciosas

vestimentas campeiras e enverga o paletó, o fraque, o ‘smoking’ e a casaca e mais vestimentas do uso das grandes capitais, com garbo e elegância” (JACQUES, 1979, p. 191).

Portanto, a afinidade, ao menos nesses pontos, entre Jacques e Simões, tem como pano de fundo, em primeiro lugar, a perspectiva popular do folclorismo transposta para a escrita da história. Também naquele momento, Simões levava a cabo um projeto folclorista colecionista, que ganhou corpo na edição do *Cancioneiro guasca*. É interessante notar que a falta de acolhida ao ensaio histórico, publicado postumamente somente em 1955, não se repetiu com seu livro de folclore, provável função da maior tradição do gênero na produção letrada local, como veremos na próxima seção, além do interesse que ele despertava no público leitor urbano ainda bastante próximo do universo rural, que percebia em mutação.

Mas um fator ideológico contextual também deve ser considerado na compreensão do relativo parentesco das posições de Jacques e Simões: o clima positivista que, a partir do advento da República, tomara conta da classe política rio-grandense e de seus intelectuais mais destacados. Assim como nosso autor, o major Cezimbra Jacques foi filiado ao PRR. Sua preocupação com o campesino popular parece uma apropriação da assertiva positivista de que as massas deveriam ser incorporadas ao progresso e à modernidade. O empenho em liberá-las de preconceitos e estigmas, como o caráter rebelde do gaúcho, se tornara necessidade perante o consenso republicano da ordem como caminho para o desenvolvimento. Simões participa desse esforço coletivo. Seus três livros publicados são uma contribuição à domesticação republicana do gaúcho. Mas sob uma ótica bastante particular. Nosso autor não esquecia outras tradições intelectuais igualmente marcantes na história cultural local, como o romantismo literário e seu apego às tradições. No plano da ficção, como veremos no próximo capítulo, há uma nítida filiação à corrente romântica fronteiriça que participou minimamente da conformação do gênero gauchesco, mais do que ao romantismo alencariano e suas inflexões na Sociedade Partenon, de Porto Alegre. No plano político e filosófico, a herança liberal familiar parecia conversar com as doutrinas de Herbert Spencer, que foi por ele citado em algumas ocasiões, como vimos no capítulo anterior. Simões não era, portanto, um ideólogo ortodoxo do PRR, mas também podia se valer daquele “positivismo difuso” que, confor-

me mostrou Nelson Boeira (1980), dominava a produção letrada rio-grandense na Primeira República: misto de comtismo e outras tendências científicas, como o spencerismo e o darwinismo social. Em outros momentos, aliás, reagia e se contrapunha frontalmente à ortodoxia, como parece ser o caso de sua literatura de imaginação.

A crítica ao gaúcho de Euclides da Cunha, em Cezimbra Jacques, e o emprego de categorias raciais, em Simões Lopes Neto, revelam, ainda, que as soluções locais poderiam ser peculiares, mas os problemas enfrentados eram os mesmos. Muitos deles, impostos desde o centro do país, da mesma forma que o estigma do gaúcho. Se a produção erudita rio-grandense tinha pouca circulação fora do estado, o inverso não é verdadeiro: os escritores do Sul importavam e consumiam os textos que se destacavam no Rio de Janeiro, se revelando bastante afinados inclusive com os debates efêmeros de jornal. A possível “originalidade” simoniana no que toca à questão racial, portanto, se localiza na articulação entre indagações do centro e respostas da periferia. Ou melhor, de uma parcialidade periférica historicamente construída a partir da mestiçagem, em oposição a outras parcialidades sociais e geográficas do Rio Grande.

O clássico trabalho de Thomas Skidmore revelou os vínculos entre o sentimento de nacionalidade e o problema racial na Primeira República. O clima cientificista também imperava no restante do país, com enfoque no determinismo do meio e no evolucionismo biológico e social, levando a interpretações nada promissoras para o futuro do Brasil. O clima tropical e o predomínio de não brancos no contingente populacional eram vistos como entraves para o progresso, dada a crença na superioridade europeia. Logo, construir a nação implicava contornar o problema do amálgama racial (SKIDMORE, 2012, p. 89).

Curiosamente, não se acreditava na existência de racismo no Brasil, visto pelo modelo norte-americano de *apartheid* institucionalizado. A convivência e a mestiçagem, aqui verificadas historicamente, mascaravam a racialização das clivagens sociais. Sem a ênfase que se daria, a partir dos anos 1930, na harmonia e no caráter benéfico das mesclas, teorias sobre as três raças que conformavam a nação começavam a surgir em trabalhos como o do crítico e historiador da literatura Silvio Romero, com ecos no texto de seu leitor pelotense:

Para a constituição do povo brasileiro três fatores étnicos principais concorreram: o português, o índio e o negro africano, e a nossa história, desde o momento da conquista até hoje, caracteriza-se ou pelos feitos da influência exclusiva de um desses fatores, ou por circunstâncias derivadas da aproximação dos três, ou pela feição especial que lhe imprime um novo tipo – o brasileiro –, produto de cruzamentos, ou simplesmente produto da diferenciação operada pela ação enérgica do meio (LOPES NETO, 1955, p. 23).

Mas as posições adotadas sobre a memória histórica no extremo Sul exigiriam, ao menos, uma relativização da hierarquia das raças. É verdade que o preconceito contra o negro se manifesta, vez por outra, na obra, como na reprodução do lugar-comum da “passividade do escravo”. Mas não há condenação racial, nem asserção explícita de inferioridade negra, como era comum no período em nível nacional. Quanto ao indígena, sua continuidade étnica com o gaúcho rio-grandense leva o autor a um intenso trabalho de posituação, como veremos a seguir. Sobre o branco paira uma avaliação ambígua, pendendo a negativa: “a mais culta dessas raças é dominada pela ambição de lucros, pela paixão às aventuras, pelo fanatismo católico e pelo espírito de dominação” (LOPES NETO, 1955, p. 24). O pressuposto da superioridade cultural do português, portanto não biológica, aponta para o papel contingente da história; e não impossibilita a denúncia de suas características nocivas e a condenação ao projeto colonizador. Diferentemente de Romero, Simões buscava no encontro racial uma condição favorável para o sentimento de nação, manifesto em sua suposta união para expulsar os holandeses no século XVII. Com a independência da colônia portuguesa, solidifica-se o nativo “brasileiros”. Para sua composição, Simões seleciona aspectos positivos das três raças: “europeu pelas tendências progressistas, - índio pela impetuosidade das paixões, negro pela intensidade dos sentimentos afetivos” (LOPES NETO, 1955, p. 24-25).

É importante lembrar que, assim como Romero, outros escritores destacados, como o também crítico literário José Veríssimo e o médico Nina Rodrigues condenavam a mestiçagem brasileira, representando a visão dominante no período, e o debate racial no Brasil conduzia a políticas de branqueamento da população. Com a efetivação da imigração europeia, principalmente para suprir a necessidade crescente de mão de obra nas lavouras de café, os discursos de muitos intelectuais acabariam

refutando, paulatinamente, a ideia de um Brasil negro e indígena. Simões conhecia bem a situação, mas também lia a produção dissonante, como o ensaio polêmico do também médico Manuel Bomfim, *América Latina: males de origem* (1905). É sabido que sua oposição às doutrinas cientificistas vigentes, e o corolário do pessimismo em relação ao povo brasileiro, causara reação de Romero e grande comoção do *status quo* intelectual. Se na capital as posições de Bomfim seriam inicialmente desacreditadas, na província sulina, as páginas de Simões configurariam terreno fértil para sua apropriação. Na pena do escritor pelotense, elas se traduziriam em valorização do elemento indígena, logo, do gaúcho, caboclo rio-grandense. Na sua articulação da teoria das três raças, nosso autor destacava a resistência dos povos indígenas, reforçada na bravura que legaria aos descendentes: “A virtude principal do índio era a coragem: por isso, era um indomável, impassível na dor, orgulhoso na vitória” (LOPES NETO, 1955, p. 42). Mas também livrava o nativo da suspeita de rebeldia: “Ao mesmo tempo era hospitaleiro, tendo por sagrada a pessoa do hóspede, mesmo inimigo” (LOPES NETO, 1955, p. 42).

A valorização do indígena acaba, inclusive, por esmaecer a participação negra na formação da região. É verdade que, durante o período abordado no texto, a ocupação rarefeita e as disputas pelo território impediam a disseminação do latifúndio escravista na área, como ocorreria no século XIX. O ataque que o autor faz à escravidão enquanto instituição recai, assim, praticamente apenas ao período de cativeiro indígena. Mas a insistência na defesa dos povos nativos pode revelar outra frente de batalha.

Uma das implicações desses debates raciais nas políticas governamentais para o Rio Grande do Sul foi o favorecimento de uma segunda leva de colonização europeia. Na década de 1820, a vinda de imigrantes de etnias germânicas para a província respondia à necessidade de ocupar o território fronteiriço que ainda há pouco se encontrava em mãos espanholas. Já a chegada de italianos na serra rio-grandense, a partir da década de 1870, cumpriria uma dupla função ideológica: de um lado, o sucesso dos núcleos rio-grandenses serviria à cooptação de novos braços para outras áreas do país, sem os benefícios inicialmente oferecidos; de outro, como vimos, favorecia o branqueamento. A expansão das pequenas propriedades de alemães e italianos entraria em choque com a área mais antiga de ocupação portuguesa e de economia tradicional de latifúndio pecuarista, a campanha gaú-

cha. Ainda que os números das exportações rio-grandenses no início do século XX atestem o predomínio do charque e do couro em sua pauta, há uma nítida diversificação da economia com produtos coloniais (PESAVENTO, 2002). O enriquecimento dos descendentes de imigrantes levava à compra e ao consequente parcelamento de terras antes mobilizadas para a pecuária, que, no período encontrava dificuldades em fazer frente à concorrência platina, o que favorecia o êxodo do peão para os núcleos urbanos.

A defesa da mestiçagem e a ênfase na matriz indígena são ressignificadas nesse cenário, como oposição a duas visões correntes nos debates públicos local e nacional: a) a condenação de um passado não branco; b) a defesa de políticas de imigração e branqueamento no presente. Revelam, portanto, apoio a um modo de vida campesino que se transformava em ritmo crescente, mas também àquela massa de homens e mulheres que haviam feito o Rio Grande de ontem e deveriam ser acolhidos pelo Brasil que se construía sob o regime republicano. Daí a condenação à escravidão soar como um alerta enviesado a uma sociedade que ainda engatinhava rumo à cidadania: “Hoje todos os cidadãos brasileiros vivem e trabalham como melhor lhes convém; (...) os pobres têm que ganhar a sua vida com esforçado labor, porém, cada qual trabalha segundo sua vontade e ninguém pode obrigar a outrem a trabalhar ou deixar de trabalhar” (LOPES NETO, 1955, p. 79).

Ao se propor tecer uma memória histórica popular para o Rio Grande, Simões apresenta um modelo de identidade social para a região. O homem da cidade devia muito ao homem do campo; este seria fruto de um passado que hoje tenderíamos a chamar de multicultural: indígena, mestiço, fronteiriço, transnacional. Mas se tornou brasileiro no desenvolvimento da história política local. E isso ele não colocava em questão. Os comentaristas simonianos têm razão ao apontá-lo como um dos principais criadores da identidade gaúcha para o Rio Grande do Sul. Na crítica ao ideólogo regionalista²¹² ou no elogio do republicano patriota,²¹³ transparece um homem preocupado em dar sentido e apresentar rumos à vida coletiva, em criar, usando o passado, quadros de referência estáveis e coerentes (POLLAK, 1989), pois disso também dependiam as opções para o futuro.

²¹² Por exemplo, GOLIN, 1983.

²¹³ Ver BARBOSA LESSA, 2002.

A análise de sua historiografia inacabada mostra que o lento processo de investimentos intelectuais para a fabricação do modelo gauchesco, hoje celebrado na memória pública local, nada tinha de consensual; precisaria trilhar um longo trajeto até se tornar hegemônico; comportaria elementos frustrados, outros melhor sucedidos; e, sobretudo, atendia a vicissitudes históricas bem definidas. Seu projeto folclorista nos dá um testemunho ainda mais contundente dessa condição.

2.3. A invenção da tradição: formar gaúchos?²¹⁴

Folclorismo e poesia popular

Na década de 1950, Florestan Fernandes chamava a atenção para os limites entre o Folclore, entendido como “campo especial de indagações e conhecimento” (FERNANDES, 2003, p. 23), e as Ciências Sociais. No momento em que o movimento folclórico brasileiro ganhava espaço na estrutura burocrática, com a constituição de comissões oficiais que recebiam apoio de organismos internacionais, como a UNESCO, e o Folclore ambicionava institucionalizar-se como disciplina universitária,²¹⁵ o jovem sociólogo recuperava a trajetória do folclorismo no Brasil para negar-lhe o estatuto científico. Nos textos dedicados ao tema, coligidos em 1975, Fernandes opera com pelo menos três noções de “folclore”: a) realidade objetiva de fatos culturais populares de que trata um saber erudito de mesmo nome (mitos, contos, poesia, adivinhas, provérbios, músicas, danças, técnicas, crenças e comportamentos de cunho tradicional); b) esse saber, ou a disciplina humanística, com suas preocupações específicas; e, de maneira mais difusa, c) um método de registro e de classificação de dados. Para o autor, caberia, então, uma divisão de tarefas, que não colocava o Folclore necessariamente em posição instrumental face à Sociologia e à Antropologia, apesar de que os cientistas sociais teriam ganhos heurísticos ao incorporar como

²¹⁴ Uma versão condensada desta seção foi publicada anteriormente em Zalla, 2022b.

²¹⁵ Em 1947, foi fundada a Comissão Nacional de Folclore, por Renato de Almeida, no Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC). A entidade ganhou diversos braços estaduais nos anos seguintes. A esse respeito, ver o trabalho de VILHENA, 1997. Sobre a Comissão Gaúcha de Folclore (CGF), ver NEDEL, 2005.

fontes as coleções constituídas pelos folcloristas, num argumento de defesa de seus próprios interesses de pesquisa no período. A especificidade das “indagações humanísticas” de seus oponentes, nessa luta disciplinar por espaço universitário, lhes reservaria a análise formal dos fatos folclóricos em si e a sua classificação. Quer dizer, o tratamento isolado do objeto. Aos sociólogos e aos antropólogos competiria a inserção desses elementos em seus contextos social e cultural.

Essas formulações não se baseavam apenas na configuração brasileira dos estudos folclóricos, praticamente contemporânea ao desenvolvimento da área nos países europeus, nas últimas décadas do século XIX. O *coleccionismo*, herança do espírito antiquário, o *anonimato* e o *gosto pelo pitoresco*, sobrevivências do Romantismo, constituíam uma “acidentalidade metodológica” necessária à afirmação de uma disciplina sem quadros profissionalizados e que se dirigia a um público não especializado (ORTIZ, 1992, p. 46). As pretensões positivistas do Folclore à cientificidade acabaram, assim, se restringido ao controle da veracidade dos elementos heteróclitos coletados e a digressões classificatórias. Conforme apontou Renato Ortiz, até mesmo a indeterminação causada pelo idêntico nome da disciplina e de seu objeto possuía uma dimensão tática, uma vez que esse impasse permitia a “ilusão de fazer ciência apenas coletando e catalogando o material recolhido” (ORTIZ, 1992, p. 53). Nem debates futuros, como aqueles que terão lugar nos congressos do movimento folclorista brasileiro, no final da década de 1940, com certa sofisticação do trabalho de campo e tentativas de definição de categorias de análise próprias, conseguiriam levar à afirmação do Folclore como ciência positiva autônoma. E foi nessa média duração de sua constituição como um campo transnacional de conhecimento erudito e autodidata e as tentativas de profissionalização em nosso país que o projeto folclorista de Simões Lopes Neto se construiu.

Não apenas o *Cancioneiro Guasca*, mas toda a sua produção ficcional autoral, a partir de sua conversão à carreira literária, no final dos anos 1900, é tributária desse projeto. Os *Contos Gauchescos* traziam o subtítulo “Folclore Regional” na edição da Livraria Universal, mais tarde abandonado pela Editora Globo. Nem as *Lendas do Sul*, pelo teor dos textos anunciados no próprio título, dispensaram explicação semelhante: eram originalmente apresentadas como “populário”. Os *Casos do Romualdo*, que Simões não chegou a ver publicados em livro, também

eram acompanhados de uma nota introdutória significativa, repetindo os dois termos, como sinônimos: “assunto de populário (*folclore* diz-se elegantemente nas altas letras...)” (grifo do autor) (LOPES NETO, 1952, p. 9). Além de afirmar uma identidade folclórica para o livro, o peritexto conforma a maneira legítima de apreensão da obra: “O merecimento deste livro subsiste na paciência com que foi ele coligido; falta-lhe relevância artística, é certo; fora porém crueza destroçá-lo por esse pecado” (LOPES NETO, 1952, p. 9). Mais do que dissimular uma modéstia intelectual que não condizia com suas ambições de consagração no período, esse discurso possui uma função epistemológica, uma vez que reproduz o veto à intervenção do folclorista no produto da coleta, por meio da censura à imaginação autoral, ou seja, à arte literária. Essa era uma decalagem típica do folclorismo positivista em relação aos antecessores românticos, como dribles às suspeitas de falta de cientificidade. Esse argumento também foi parcialmente usado por Simões Lopes Neto na apresentação do *Cancioneiro*: “Seja este livrinho o escrínio pobre; mas, que dentro dele resplandeça a ingênua alma forte dos guerrilheiros, campesinos, amantes, lavradores; dos mortos e, para sempre, abençoados Guascas!”²¹⁶ (LOPES NETO, 1910, p. 5). A pobreza artística era corolário da autenticidade e da simplicidade popular. Na segunda edição da obra, de 1917, uma nova nota foi acrescentada como posfácio para ressaltar o caráter folclórico dos textos, mesmo quando retirados de livros e de autores conhecidos: “(...) entendemos aqui como – popular – o caso de serem tais poesias estimadas e repetidas por pessoas do povo, que ignoram tais livros e autores. É até bela essa reverência **anônima**” (grifo meu) (LOPES NETO, 1917, p. 264).

Essas observações, assim como o emprego do termo “folclore”, de cunhagem britânica então relativamente recente, revelam que nosso autor conhecia as características da disciplina

²¹⁶ “Guasca” originalmente significava uma tira de couro usada em trabalhos campeiros. Pela resistência do material, o termo passou a designar o peão, sugerindo ao mesmo tempo força e rudez. Sobre a sinonímia com gaúcho, Cezimbra Jacques afirmava: “Além deste tratamento [continentino] com que éramos distinguidos por essa raça valente, da qual em grande parte descendemos, e do título muito honroso de sul-rio-grandense, temos sido conhecidos pelos três apelidos seguintes: ‘Monarca da Coxilha, Guasca e Gaúcho’” (JACQUES, 1912, p. 37).

em formação. A primeira sociedade folclórica foi instituída em 1878, na Inglaterra, alguns anos depois de seu fundador, o antiquário William John Thoms, criar o termo saxônico “folk-lore”, “sabedoria do povo”. Com esse neologismo, os ingleses também exportaram um modelo novo de apreensão da cultura popular, notavelmente influenciado pelo livro *Cultura Primitiva* (1871), de Edward Tylor, que permitiu adotar a noção positiva de “sobrevivência” em oposição ao uso generalizado de “superstição”, termo quase denunciatório, para definir as crenças e narrativas camponesas. A partir de 1885, a palavra folclore passou a substituir sistematicamente a expressão “tradições populares” na França. Por essa dupla via, chegou a Portugal e ao Brasil, respectivamente nas obras de Teófilo Braga e Silvio Romero. Mas sua apropriação por Simões Lopes Neto não pode ser atribuída apenas à leitura dos títulos lançados na área pelo famoso escritor brasileiro e seu contemporâneo português. Havia também uma conjuntura regional favorável à recepção da nova disciplina, com antecedentes locais de primeira hora.

Segundo Ortiz, em países então periféricos, no Sul e Leste europeu, como a Alemanha, a Itália, Espanha e Portugal, o “popular” folclorista foi logo identificado à ideia de “cultura nacional”, em seus processos de construção ou redefinição de identidades políticas (ORTIZ, 1992, p. 65). Também no Brasil, a recepção à nova disciplina se deu primeiramente em regiões afastadas do centro político e econômico: Maranhão, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Espaços que buscavam participar da invenção romântica da brasilidade, sem abrir mão de seu ponto de vista particular. Nesse contexto, o mais notório precedente sul-rio-grandense de Simões Lopes Neto foi o jornalista alemão Carlos von Koseritz, que coligiu poesia lírica anônima nas páginas da *Gazeta de Porto Alegre*, em 1880, recolhida pioneiramente em trabalho de campo, incentivado pelo próprio Silvio Romero.²¹⁷ Além dos contatos nacionais, suas redes intelectuais com o velho mundo garantiram a importação rápida da perspectiva folclorista, que encontrava no regionalismo romântico sul-rio-grandense um

²¹⁷ Segundo von Koseritz, o escritor sergipano havia dado a sugestão de coligir e publicar quadrinhas populares que circulavam oralmente na província, o que ele realizou entre janeiro e março de 1880. Mais tarde, os versos compilados foram transcritos em *Cantos Populares do Brasil* (1883), de Romero.

clima propício para se desenvolver. A sinonímia “popular”/“nacional” em sociedades periféricas, portanto, também explica a produção do *Cancioneiro Guasca* como desdobramento do projeto pedagógico de memória histórica de Simões Lopes Neto.

Mas voltemos à questão epistemológica. Com raras discussões teóricas, basicamente centradas na definição do objeto – culturas primitivas no seio de sociedades modernas – e quase nenhuma pretensão interpretativa, pouco sobrava ao folclorista além do ordenamento da coleção que ele constituía. Apesar da “obsessão classificatória” da disciplina, também não era comum enunciar os critérios adotados na organização do material folclórico. Assim, nos resta sondar as escolhas simonianas através da economia do texto e da materialidade das duas edições que tiveram seu acompanhamento.

Mais uma vez, o subtítulo é a porta de entrada para a coleção: “poesias populares”. Em 1910, o livro possuía uma primeira parte dedicada a narrativas, que acabaram aproveitadas na publicação de *Lendas do Sul*, três anos mais tarde. Com isso, a edição de 1917 teve a seção suprimida. Não se trata apenas de um rearranjo editorial, mas de uma depuração do trabalho de classificação. Com a revisão e a ampliação do *Cancioneiro Guasca*, Simões Lopes Neto podia apresentar ao público três títulos especializados, respectivamente, em prosa narrativa realista (contos), prosa narrativa fantástica (lendas) e poesia popular. Conforme observou Peter Burke, a descoberta do “povo” pelos folcloristas do oitocentos, quando “cultura” significava arte acadêmica, levou à busca de equivalentes populares da literatura, da música clássica etc. (BURKE, 2010, p. 22). Isso explica a feição do projeto folclórico de Simões, bem como sua incursão inicial pela produção de ficção, potencializada pela conversão profissional à carreira literária, como vimos anteriormente.²¹⁸

Voltando ao texto, todas as demais partes da primeira edição foram mantidas, respeitando certa unidade formal, temática

²¹⁸ Essa é basicamente a natureza das primeiras coletas folcloristas no Rio Grande do Sul: canto, dança, narrativas e, principalmente, poesia. Mesmo Cezimbra Jacques, que propunha um folclorismo dramatizado, o que exigia um inventário mais completo de “tradições”, dedicou grande parte dos seus livros às artes populares. “Poesias populares” também era o título da seção de versos anônimos do *Anuário do Rio Grande do Sul*, a principal fonte impressa de Simões Lopes Neto.

e pragmática: I – Antigas danças, II – Quadras, III – Poemetos, IV – Trovas, V – Poesias históricas, VI – Desafios, VII – Dizeres, VIII – Diversas, IX – Modernas. Os acréscimos mais significativos estão nas partes II e IX. As poesias modernas, com conteúdo político, passaram de oito a treze. As quadras,²¹⁹ eminentemente centradas na lírica amorosa, de 706 a 727. Ainda que tímido, o trabalho de recolha de versos parece não ter parado mesmo quando as energias intelectuais de Simões Lopes Neto se dirigiam para a produção de narrativas curtas e para o jornalismo profissional. E o impressionante número de quadras apresentado não deixa dúvidas de que este era, então, o núcleo de seu projeto folclórico. Era nessa seção da coleção, também, que ele provavelmente exercitava um pequeno trabalho de campo. Nas demais, ou temos a indicação de uma fonte escrita ou da autoria dos versos coligidos. É verdade que boa parte dos poemas foi retirada de impressos que circulavam na província deste o final do Império, como o *Anuário do Rio Grande do Sul*,²²⁰ o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* e o *Almanaque Popular Brasileiro*, este último publicado pela editora do autor. Mas o anonimato dessas criações possivelmente instigava o novo folclorista a coletar material na oralidade, em entrevistas com “pessoas respeitáveis que se prestaram gentilmente a rebuscar na memória adormecida o saudoso recordar que a muitas fez parar em meio à recitação... a muitas fez umedecer os olhos... ou já sorrir!...” (LOPES NETO, 1917, p. 263).

Na impossibilidade de analisar qualitativamente um volume tão grande de poesias, e na necessidade de me aproximar das temáticas privilegiadas na coleção, procedi a um rápido balanço

²¹⁹ “Quadras” são pequenos poemas compostos de quatro versos, geralmente de sete sílabas (redondilha maior), em que o segundo e o quarto versos comumente rimam entre si. Segundo Bráulio Tavares, é a forma poética mais comum na cultura popular brasileira: “Herdamos essa forma dos portugueses e, ainda hoje, em nosso folclore, em nossa literatura e principalmente nas letras da música popular brasileira, a *quadra* está presente, a tal ponto que nosso ouvido já se acostumou ao seu formato, ao seu ritmo” (grifo do autor) (TAVARES, 2009, p. 32). Os poetas modernistas gaúchos, a partir do final dos anos 1920, também se valeram desse formato para criar composições regionalistas de inspiração gauchesca, tematizando, entre outras questões, o lendário folclorista deixado pela geração de Simões.

²²⁰ *Anuário da Província do Rio Grande do Sul* até 1890. Depois, *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul*.

quantitativo. Na tabela abaixo, distribuí as 727 quadras da segunda edição do livro de acordo com tópicas isoladas, como “amor” e “saúde”, ou com agrupamentos de tópicas de mesmo campo semântico, como “partida/despedita/fuga”, “solidão/tristeza/desdita” ou “canto/dança/trova”. As quadras que tematizam figuras femininas ou o universo feminino, de maneira geral, foram divididas em duas categorias, aquelas em que a mulher é objeto de atração ou desejo sexual e aquelas em que é alvo de desconfiança ou medo. Duas rubricas foram adicionadas ao quadro para destacar emulações de performances orais, independentemente do assunto nelas explorado: as provocações e respostas dos desafios de trova e os (auto)elogios do “cantor”. Outra rubrica agrupa temas diversos, mas que possuem afinidade formal pelo tom de ensinamento de verdades universais, que designei como “lições de vida”. Tópicas com apenas uma ou duas ocorrências foram agrupadas na categoria “diversas”. Por fim, separei algumas quadras que insinuam leve crítica de costumes ou de sociedade, que serão discriminadas e analisadas mais tarde. Dada a raridade significativa, também isolei em rubrica à parte as menções à condição de escravo e/ou negro, mesmo que superficiais ou colaterais.

Pode chamar a atenção, nessa construção, a ausência de tópicas da vida campeira que são recorrentes na literatura gaúchesca autoral, especificamente de versos que falem do cavalo, do gado vacum ou da lida na estância. Essa realidade não é de todo negligenciada na coleção. Ela aparece como cenário/moldura ou como recurso de linguagem, mas nunca como objeto de reflexão do eu-lírico.²²¹ Aparentemente, as fontes de Simões Lopes Neto preferiam abordar questões e sentimentos universais. Mas é importante diferenciar esse esboço de tipologia, uma opção metodológica minha, e o sistema classificatório do próprio autor. Algumas quadras poderiam ser encaixadas em mais de uma das rubricas criadas, como aquelas que falam das saudades do amor perdido ou da partida do enamorado. Nesses casos, certo grau de arbitrariedade foi necessário, ainda que eu tenha buscado respeitar o foco principal da mensagem nessa distribuição. Mesmo

²²¹ Um exemplo: “Da tropilha que te adora,/ Eu sou o mais extremoso;/ Tenho tranco mui seguro,/ Sou palheiroiro fogoso!” (CGu 667). Para facilitar as citações e individualizar as análises dos poemas, adoto como convenção a sigla CGu, de *Cancioneiro Guasca*, seguida do número da quadra transcrita.

assim, acredito que o resultado final consegue observar esquemas de pensamento mobilizados pelo autor, revelados por uma espécie de estratigrafia textual da coleção. Em muitos momentos, percebe-se que a identidade temática liga algumas sequências de quadras, como em camadas que se sobrepõem, delimitando séries no interior do material, sendo a mais longa a das vinte poesias que falam de localidades/municípios sul-rio-grandenses. Por isso, optei por manter na tabela abaixo a indicação numérica das quadras de cada rubrica, ao invés de apresentar apenas a contabilidade das ocorrências, sinalizando, com sublinhados, as sequências temáticas. Se eu não tivesse dividido as poesias amorosas em 5 sub-categorias, o efeito seria ainda mais homogêneo.

Tabela 6 – Quadras do *Cancioneiro Guasca* – 2ª edição

Temas/tópicos		Quadras	Total	
<i>Amor</i>	abstrato-geral	<u>05, 06, 10, 11, 35, 51, 52, 58, 59, 71, 75, 94, 100, 101, 104, 118, 145, 146, 193, 206, 207, 226, 251, 255, 262, 272, 284, 301, 325, 350, 363, 379, 386, 395, 396, 410, 415, 458, 465, 486, 503, 515, 541, 555, 601, 629, 699, 700</u>	48	395
	declaração à pessoa amada	<u>07, 13, 16, 17, 20, 22, 28, 29, 30, 31, 41, 42, 48, 50, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 80, 81, 89, 93, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 112, 119, 123, 128, 136, 140, 141, 150, 151, 155, 157, 159, 161, 173, 176, 182, 183, 188, 189, 191, 192, 195, 196, 204, 205, 209, 210, 211, 223, 225, 233, 235, 238, 241, 242, 247, 252, 253, 254, 257, 258, 266, 267, 277, 278, 279, 282, 286, 291, 293, 295, 310, 311, 322, 324, 326, 327, 328, 333, 334, 335, 347, 353, 355, 356, 357, 361, 374, 375, 376, 377, 378, 381, 385, 390, 393, 399, 404, 405, 412, 413, 414, 417, 423, 424, 427, 429, 430, 432, 433, 434, 435, 439, 453, 460, 462, 466, 468, 469, 473, 475, 490, 492, 493, 496, 497, 499, 500, 505, 506, 518, 525, 526, 527, 528, 532, 533, 534, 536, 543, 547, 556, 560, 563, 565, 567, 568, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 582, 586, 597, 598, 605, 606, 607, 608, 611, 612, 613, 618, 621, 624, 632, 633, 635, 679, 680, 683, 691, 695, 696, 702, 714, 716, 717, 726,</u>	194	
	falta de correspondência ou frustração	<u>12, 15, 27, 39, 40, 43, 55, 56, 57, 68, 76, 82, 87, 91, 92, 113, 114, 115, 116, 142, 149, 152, 153, 156, 162, 166, 167, 168, 208, 212, 216, 217, 229, 230, 232, 237, 250, 271, 290, 314, 315, 316, 317, 319, 329, 330, 331, 332, 341, 354, 365, 373, 391, 403, 406, 446, 447, 448, 459, 470, 480, 484, 508, 511, 530, 539, 562, 571, 593, 594, 609, 610, 622, 628, 636, 637, 639, 682, 684, 685, 686, 687, 688, 708, 709, 724,</u>	86	
	desentendimento, briga	<u>09, 23, 47, 69, 72, 73, 78, 88, 109, 134, 214, 234, 260, 261, 273, 274, 305, 306, 308, 309, 421, 461, 481, 482, 487, 504, 507, 514, 521, 548, 549, 550, 566, 569, 585, 603, 604, 614, 620, 623, 625, 627, 715, 722,</u>	44	
	traição, fugacidade	<u>18, 46, 86, 108, 111, 122, 187, 220, 256, 265, 346, 360, 372, 441, 452, 494, 516, 587, 591, 592, 626, 694, 703,</u>	23	

<i>Saudade</i>	45, 49, 54, 154, 158, 160, 165, 186, 197, 202, 221, 239, 248, 298, 313, 318, 323, 344, 368, 369, 382, 392, 394, 418, 426, 440, 456, 538, 552, 677, 681	31
<i>Partida/despedita/fuga</i>	01, 03, <u>36</u> , <u>37</u> , <u>38</u> , 44, 53, 121, 125, 129, 133, <u>200</u> , <u>201</u> , <u>245</u> , <u>246</u> , 270, 281, <u>302</u> , <u>303</u> , <u>304</u> , <u>351</u> , <u>352</u> , 358, 366, 383, 387, 409, 438, 445, 464, 531, 581, 596, 692, 719,	35
<i>Mulher – objeto de desejo</i>	<u>33</u> , <u>34</u> , 110, 137, 169, <u>170</u> , <u>171</u> , 190, 222, 224, 236, 280, <u>342</u> , <u>343</u> , 367, 388, 400, <u>443</u> , <u>444</u> , 463, <u>471</u> , <u>472</u> , 479, 523, 537, 546, 561, 584, 595, <u>599</u> , <u>600</u> , 602, 631, 640, <u>662</u> , <u>663</u> , <u>664</u> , <u>665</u> , <u>666</u> , <u>667</u> , <u>668</u> , <u>669</u> , <u>670</u> , <u>671</u> , <u>674</u> , <u>675</u> , <u>676</u> , <u>711</u> , <u>712</u>	49
<i>Mulher – objeto de desconfiança</i>	26, 66, 107, 132, 194, 215, 264, 275, 299, 320, 349, 407, 411, 420, 425, 450, 478, 522, 557, 559, 570, <u>572</u> , <u>573</u> , 583, 689, 693,	26
<i>Solidão/tristeza /desdita</i>	02, 85, 90, 95, 138, 143, 147, 148, <u>163</u> , <u>164</u> , 175, 199, 218, 231, 240, 276, 285, 348, 359, 380, 408, 416, 422, 449, 451, 467, 477, 485, 498, 510, 524, 678,	32
<i>Bebida/comida/cigarro</i>	32, 120, 124, 259, 307, 339, 370, 384, 454,	9
<i>Dança/canto/trova</i>	19, <u>24</u> , <u>25</u> , 65, 178, <u>243</u> , <u>244</u> , 289, <u>296</u> , <u>297</u> , 336, 364, 389, 398, 634, 720,	16
<i>Localidades</i>	<u>641</u> , <u>642</u> , <u>643</u> , <u>644</u> , <u>645</u> , <u>646</u> , <u>647</u> , <u>648</u> , <u>649</u> , <u>650</u> , <u>651</u> , <u>652</u> , <u>653</u> , <u>654</u> , <u>655</u> , <u>656</u> , <u>657</u> , <u>658</u> , <u>659</u> , <u>660</u> , <u>672</u> , <u>673</u> ,	22
<i>Provocação/resposta</i>	08, 127, 488, <u>489</u> , 491, 501, 517, <u>519</u> , <u>520</u> , 544, 551, 554, 697, <u>704</u> , <u>705</u> , 727	16
<i>Lições de vida – arriscar-se, não procrastinar, cuidar da sua vida, fama injusta, sorte/azar, fortuna passageira, interesse, segredo</i>	04, 21, 67, 77, 126, 139, 174, 177, 181, 203, 213, <u>227</u> , <u>228</u> , 268, 292, 294, 340, 345, 402, 457, 474, 512, 589, 615, 630, 638, 701, 707, 710, 713, 721,	31
<i>(Auto)elogio</i>	79, 131, 135, 144, 184, 185, 401, <u>436</u> , <u>437</u> , 476, 502, 540, 545, 558,	14
<i>Diversas – barba, trabalho, política, casamento,</i>	14, 74, <u>83</u> , <u>84</u> , 117, 130, 172, <u>179</u> , <u>180</u> , 198, 263, 269, 283, 337, 338, 362, 371, 397, 419, 431, 442, 483, 513, 535, 542, 553, 588, 590, <u>616</u> , <u>617</u> , 619, 661, 690, 698, 706, 718, 723, 725,	38
<i>Escravidão</i>	219, <u>287</u> , <u>288</u> , 321, 564,	5
<i>Crítica moral/social/ pobreza</i>	249, 300, 312, 428, 455, 495, 509, 529,	8
TOTAL		727

Fonte: elaborado pelo autor.

Salta aos olhos a grande quantidade de quadras sobre o amor: 395 – quase 55% da coleção. Somadas a outras rubricas que denotam estados de sentimento – saudade, solidão, tristeza –, situações pessoais – despedidas, fugas – ou pontos de vista individuais sobre a mulher, chegamos a cerca de 80% de conteúdo lírico tradicional. É comum encontrarmos na bibliografia especializada sobre o cancionero popular a avaliação de que a poesia oral rio-grandense, durante o século XIX, era predominantemente dessa natureza. Trata-se de um argumento do primeiro historiador da literatura no estado, João Pinto da Silva, de 1924, que acabou sendo reproduzido sem muita reflexão. Nesse sentido, Augusto Meyer, que seguiu os passos folcloristas de Simões, foi uma exceção, pois considerava que a observação de Silva dependia do “método ou do arbítrio com que se tentara o trabalho de classificação da poesia popular gaúcha” (MEYER, 1952, p. 2). Uma de suas principais fontes era justamente o *Cancioneiro Guasca*.

Portanto, é importante reconsiderar essa avaliação. Tendo em vista que poesia oral hoje considerada patrimônio regional foi praticamente toda coletada e publicada na virada do século XIX para o XX, por autores como Carlos Von Kosertiz, João Cezimbra Jacques e Simões Lopes Neto, de semelhantes inclinações políticas e intelectuais, sua natureza lírica pode nos dizer mais sobre a ideologia dos folcloristas do que sobre uma suposta cultura popular campesina singular. Como sabemos, as condições sociais da vida letrada no Rio Grande ainda não permitiam uma divisão das tarefas de produção cultural. Apesar da sintonia temporal com seu berço europeu, o Folclore no estado não podia desenvolver instituições científicas próprias. Em contrapartida, como vimos, a ampliação do parque gráfico local e a disseminação de periódicos de perfil literário, quer dizer, de alta cultura, facilitava a circulação de ideias e a correspondência de autores locais. Se as sociedades cívicas gauchescas fundadas na Primeira República também não apresentavam homogeneidade de características e de objetivos, elas formaram uma rede de intelectuais polígrafos com preocupações regionalistas comuns de salvaguarda de costumes considerados periclitantes, que auxiliaram a difundir a perspectiva folclorista. A primeira delas, o Grêmio Gaúcho, liderada por João Cezimbra Jacques, foi fundada na capital, Porto Alegre, em 1898. No ano seguinte, surgiu a União Gaúcha de Pelotas, da qual nosso personagem faria parte, algum tempo depois, como vimos no primeiro ca-

pítulo. Em 1899, ainda, foi criado o Centro Gaúcho, na cidade fronteiriça de Bagé. Em 1901, o Grêmio Gaúcho de Santa Maria.

As três primeiras, como sabemos, participaram do esforço de publicação da conferência “Educação Cívica”, de Simões Lopes Neto, em 1906. As quatro entidades receberam nosso personagem durante sua excursão nacionalista.

Não é difícil sustentar, portanto, que existia, no momento, um projeto coletivo de invenção de tradições gaúchas para o Rio Grande do Sul, cujo olhar conformou o trabalho de campo e a organização das coleções folclóricas. Inicialmente, elas deveriam fornecer material para o culto do universo gaúcho nas cidades, o que incluía a dramatização de suposta vida campeira originária:

Assim constituída a sociedade, farão parte dos programas das nossas festas tradicionais o mais que for possível: - a representação teatral em cenários campestres improvisados ligeiramente, de atos do passado, tais como: as cenas da nossa antiga hospitalidade; os exercícios do gaúcho, seus jogos ou diversões, tais como carreiras, danças camponesas, cantos em desafio ou sem ele, ao som de instrumentos tradicionais; passeatas de grupos bem organizados, trajando a gaúcho, cavalhadas e de tudo quanto lembrar posso os bons traços do passado; sendo também tais festas acompanhadas de sucias à moda gaúcha (JACQUES, 1912, p. 42).

Como vimos nas seções anteriores, os literatos românticos produziram e fixaram lugares-comuns a respeito da campanha rio-grandense, sua paisagem, sua vocação para a pecuária e o tipo social representativo, um camponês idealizado nas figuras do “monarca das coxilhas” ou do “centauro dos pampas”, suposto cavaleiro de ideias liberais atávicas e defensor dos limites luso-brasileiros no sul do continente. Mas a parcela regionalista porto-alegrense costumava evitar o termo “gaúcho”, ainda associado ao imaginário fronteiriço do *gaucho malo*, personagem errante e indisciplinado, de nacionalidade indefinida, que assaltava os vilarejos locais e praticava o contrabando e o abigeato. A geração de Simões Lopes Neto e de Cezimbra Jacques foi a primeira a enfrentar essa suspeita de frente, combinando o “monarca” da alta ficção, o termo “gaúcho”, que ainda circulava na classificação social regional para o homem do campo, como sabemos, e o peão assalariado da estância de criação pecuária moderna. A perspectiva ritual do folclorismo permitia,

ainda mais do que a idealização literária, a atualização da figura do gaúcho pela sua confusão com o trabalhador rural.

O inventário das tradições

Os traços regionalistas na coleção podiam aparecer na lírica de amor, mas é na pequena parte de poesia narrativa de tom épico, nos versos autorais e, principalmente, na lírica não amorosa que transparece um parco inventário de coisas do Sul: a viola e o canto, os desafios de trova, as danças, o gosto pela carne assada, o mate.

Eram elementos e práticas relativamente vivas no universo rural regional, não apenas fronteiriço, mas que tinham certo apelo de memória ancestral e podiam ser transformados em emblemas de um passado imaginado que enobrecia o presente, como a suposta vocação artística espontânea do homem rude e simples, mais comumente lembrado pela belicosidade: “Você me mandou cantar,/ Pensando que eu não sabia;/ Pois eu sou como a cigarra, / Que cantando, passa o dia” (GGu 389). Conforme Eric Hobsbawm, em trabalho já clássico, os processos de invenção de tradições exigem a utilização de elementos antigos, mesmo que sirvam a propósitos novos, o que lhes confere credibilidade e legitimidade: “Sua função [da tradição inventada] é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente (...)” (HOBSBAWM, 2002, p. 10). Em primeiro lugar, o repertório de que Simões Lopes Neto lança mão, nas quadras coletadas, integra um projeto mais amplo de que a própria poesia popular fazia parte. Não é à toa que a primeira parte do livro apresenta “antigas danças”. Por isso, também, a sétima seção, “dizeres”, pode romper com a unidade formal do livro, trazendo expressões do linguajar popular sem a necessidade da estrutura versificada, assim como sua primeira edição expunha narrativas e argumentos lendários em prosa. São resquícios da missão salvacionista folclorista mais ampla – reconhecível nos ainda mais heteróclitos livros de Cezimbra Jacques – que se imiscuem na composição da obra de Simões. Idêntico traço se verifica nos *Contos Gauchescos*, que apresenta, entre várias narrativas bem desenvolvidas, um texto não narrativo listando 21 “Artigos de fé do gaúcho”, com provérbios/conselhos semelhantes às quadras em conteúdo às lições de vida do *Cancioneiro*. Apenas a título de exemplo, comparemos o décimo quarto artigo com um desses poemas, em dois casos de recomendação de prudência que sugerem uma moral reservada do gaúcho:

Se correres eguada xucra, grita; mas com os homens, apresilha
a língua
(*Contos Gauchescos*)

A fumaça é coisa fina
Vara parede dobrada
Quem tem janela de vidro
Não deve atirar pedrada (CGu 294).

Segundo, é esse inventário textual que dá autenticidade ao conjunto dos versos, quer dizer, certifica a “cor local” da lírica amorosa e de temas abstratos. De certa maneira, dá ambiência e moldura para as mensagens de cunho universal e linguagem culta sobre o amor, a saudade, a solidão, a tristeza; mesma função das metáforas campeiras no interior de algumas quadras amorosas: “Vou-me embora, tenho pressa,/Tenho muito que fazer;/Tenho que parar rodeio,/No peito do bem querer” (CGu 497).

Também certifica as muitas composições em norma culta e português padrão. Nesse caso, a pequena incidência de linguagem e, mais ainda, de assunto regional no conjunto das quadras pode ser razão da matéria coletada (à revelia das inclinações dos eruditos folcloristas). Em conhecido texto sobre a poesia oral argentina, Jorge Luis Borges chamou a atenção para a ausência de elementos da vida campeira nos versos dos *gauchos*. Esses cantores populares almejavam tratar do universal em tom elevado, ao contrário dos poetas gauchescos, letrados que produziam na cidade uma literatura baseada na fala e na realidade do homem da pampa. É possível que o mesmo tenha acontecido nas trovas de muitos dos repentistas sul-rio-grandenses coligidas no final do século XIX, em que faltam os regionalismos encontrados em alguns escritores românticos e naturalistas. Simões percebeu essa característica nas fontes impressas que consultou. Eventualmente, interferiu no texto original para dotá-lo de maior cor local, como na alteração do terceiro verso da quadra abaixo, retirada do *Anuário do Rio Grande do Sul*, de Graciano Azambuja, em que substituiu “mundo” por “pago”, termo empregado no vocabulário regional para designar a terra natal:

Original:
Coração igual ao meu
Tão leal não há nenhum
Por este mundo em volta
Dum cento se tira um.

Versão simoniana:
Coração igual ao meu
Tão leal não há nenhum
Por estes pagos a fora...
Dum cento se tira um (grifo meu).

No geral, todavia, se limitou a copiar sequências inteiras de quadras apresentadas por Azambuja, no que foi mais tarde censurado por Augusto Meyer; não pela transcrição, mas pelo “critério largo” da seleção, o que explicaria a intromissão excessiva de poemas do cancionero português, sem originalidade rio-grandense, na obra (sem temário e sem linguagem considerados gaúchos). Segundo esse argumento, a maioria das quadras classificadas neste trabalho sob a rubrica “amor” seriam, na verdade, enxertos alógenos no cancionero regional, uma vez que “na produção genuína que deixou, o gaúcho não morre de amores, nem costuma fazer da mulher seu tema predileto” (MEYER, 1952, p. 8).

Ainda que certo casuísmo possa ter determinado o acúmulo da coleção, sua arquitetura geral não me parece fortuita. A “fragilidade” teórica apontada por Meyer mostra, ao contrário, que a exploração do conteúdo propriamente lírico do popular, ainda que sem forma estritamente local, também era uma opção do folclorista. No posfácio autoral à segunda edição, Simões declara o seguinte sobre a coleta de poematos: “Ao capítulo III, dirão os competentes sobre as – quadras – que conviria eliminar por serem alheias à nossa *maneira*; conservamo-las por achá-las incorporadas nos descantes locais, em geral” (grifo do autor) (LOPES NETO, 1917, p. 253-254). É muito possível que tenha adotado o mesmo procedimento para os versos do cancionero anônimo. Consultando-se as fontes impressas utilizadas por Simões Lopes Neto, também se percebe que algum material deixou de ser aproveitado. Do mesmo número do *Almanaque Estatístico e Literário do Rio Grande do Sul*, organizado por Alfredo Rodrigues, em que Simões recolhe uma persignação farrapa, por exemplo, é desconsiderado o poemato anônimo de um soldado da campanha do Paraguai que sonhava em desertar. Seguem as últimas três estrofes:

Inda ontem recebi
da Margarida Pilar
mil saudades numa carta
que me fez quase rodar.
Cué puxa! deu-me na mata
co’as ganas de desertar!

A guerra fez ponto e vírgula,
sinal de que continua;
enquanto os bugres aprontam

na serra a defesa sua,
bom era que me *pozessem*
desde já no olho da rua.

Vou cuidar das minhas vacas,
vou marcar os meus terneiros;
não se ganha para o pito –
nesta guerra de matreiros;
fiquem eles co'a lembrança :
dos gaúchos brasileiros.
(ALMANACK, 1886, p. 82)

Nesse caso, a forma poderia ter causado a exclusão, já que as estrofes de seis versos não permitiriam sua alocação na silva de quadras. Contudo, como dito, Simões costumava alterar os textos das fontes quando considerava necessário, o que serviria para contornar esse problema, caso sua ambição de registro fosse meramente compilatória. Além do mais, o texto caberia na seção “Poemetos”, que traz poesias autorais e algumas anônimas mais desenvolvidas. O que parece mesmo ter motivado a supressão, nesse caso, foi o tema da deserção, que revela um lado diverso do gaúcho valente idealizado, guerreiro republicano no extremo Sul, “guasca largado”, “de todos temido”:

Cá não temo, no rancho de palha,
Galeguinhos que vem da cidade.
Sei valente suster nas batalhas
O fulgor da feliz liberdade.
(grifo da edição) (Assis Brasil apud LOPES NETO, 1917, p. 151)

É importante dizer que nosso autor não produziu uma higienização radical dos assuntos possivelmente problemáticos. Uma leve crítica social se insinua em 8 quadras, destacadas na última rubrica da Tabela 6. Geralmente, o gaúcho se queixa do excesso de trabalho frente aos ganhos muito modestos: “Vivo sempre a trabalhar/ Na vida da mandioca,/ Sem nunca poder comer/ Um beiju de tapioca” (CGu 249). O regime de exploração do trabalho impede, inclusive, o estabelecimento de laços amorosos mais efetivos: “Triste vida a do tropeiro,/ Que não pode namorar;/ De dia, reponta o gado,/ De noite, passa a rondar” (CGu 300). Essa é também uma das razões da desconfiança em relação à mulher, como veremos mais adiante. Por fim, a pobreza no campo aparece num lamento resignado: “Tenho meu chapéu de

palha,/ De pelo não posso ter;/ De pelo custa dinheiro,/ De palha posso fazer” (CGu 509).

A rebeldia e/ou aversão à autoridade, tópicos privilegiadas da gauchesca platina, também compõem na seleção dos poemetos. Nessa seara, o caso limítrofe é a transcrição de *O Gaúcho*, texto campestre anônimo com dez estrofes, publicado originalmente na edição de 1890 do *Anuário*, que exalta a bravura e a autonomia da figura na autoaclamação do eu-lírico: “Sou valente como as armas/ Sou guapo como um leão/ Índio velho sem governo/ Minha lei é o coração” (LOPES NETO, 1917, p. 156). Destaque, ainda, para o elogio da violência: “Ser monarca da coxilha/ Foi sempre meu galardão/ E quando alguém me duvida/ Descasco logo o facão”. A economia do texto aponta, então, para uma função interna de neutralização. O conteúdo lírico tradicional nas quadras parece ser um contraponto aos rompantes barbarescos presentes em muitos dos poemetos e à dura condição da vida do campeiro, em algumas das quadras, gerando a combinação aparentemente estranha, para uma obra folclorista, da dupla ausência de temáticas gaúchas (talvez escolha dos compiladores) e de linguagem gaúcha (possível escolha dos autores populares originais) em grande parte dessa coleção.

Além da naturalização do temário de violência coletiva, o conteúdo lírico também poderia atender ao gosto pessoal de Simões Lopes Neto. Comparando a literatura do autor com a gauchesca platina, César Guazzelli observou que sua diferença mais marcante é a primazia dos “dramas individuais, densos e muitas vezes trágicos” (GUAZZELLI, 2002, p. 113). Vale dizer que, nos *Contos Gauchescos*, a violência só emerge em situações particulares, geralmente atreladas a conflitos amorosos, como em “Negro Bonifácio” e “No manantial”, assuntos tradicionalmente líricos. Conforme Guazzelli, ainda, a delinquência não seria para Simões algo constitutivo da psicologia coletiva do guasca, nem mesmo uma função das opressões sociais, como ocorre no *Martín Fierro*, de José Hernández. De qualquer maneira, sua resposta pessoal atendia a problemas compartilhados. Acredito que a exploração da veia lírica do cancionero, bem como o lirismo de alguns contos, caminhava ao encontro da necessidade de domesticção da cultura popular no projeto republicano de modernização conservadora, pois compensava a rebeldia e desviava a atenção de possível crítica social. Assim, o discurso folclorista escondia aquilo que pretendia mostrar.

Como nos países europeus periféricos do século XIX, a noção de “povo” mobilizada pelo Folclore no Rio Grande do Sul não tinha a ver com a ampliação de direitos. Ela devia servir à política de conciliação de classes do positivismo castilhistas. Com um histórico de conflitos recentes na região e com o estigma de barbárie que ainda pesava sobre o homem do campo, como vimos anteriormente, era necessário contornar as desconfiças e criar um gaúcho dócil no plano simbólico. Tratava-se de um esforço de (auto)propaganda correlato ao processo de disciplinarização dos grupos subalternos rurais e urbanos, que vinha se concretizando pela extensão do aparelho de vigilância policial, pelos mecanismos de censura e de controle político e pela ampliação da oferta escolar. Esse último elemento, estudado em seção anterior, dispunha sobre os corpos e sobre as mentes dos sul-rio-grandenses. Daí a grande preocupação da escola com práticas de higiene, educação física e formação cívica, da qual fazia parte o ensino de história e do folclore. Essa etapa da invenção de tradições gaúchas cumpria, portanto, uma dupla função simbólica: a) inculcação de valores, junto à população local, incluindo a defesa da versão vitoriosa de republicanismo; b) construção de uma imagem pública positiva para o estado e para o governo do PRR, no cenário nacional.

Em Porto Alegre, o folclorismo cívico de Cezimbra Jacques recebia apoio oficial. Todas as ações do “correligionário” para consolidar o Grêmio Gaúcho eram noticiadas e celebradas no jornal do partido. Em 1900, *A Federação* deu ampla divulgação para o primeiro grande evento da entidade, uma cavallhada realizada nos arredores da cidade, fato que provavelmente explica o público de cerca de 7 mil assistentes. A descrição da festa deixa claro que o aparato estatal foi mobilizado para a organização do espaço, provendo os desérticos prados do atual bairro Menino Deus de equipamentos públicos, incluindo um pavilhão central para abrigo das principais autoridades e seus familiares. Dele, acompanharam a dramatização o presidente Borges de Medeiros, o líder do PRR Júlio de Castilhos, o intendente municipal José Montauray, o chefe da polícia Major Cherubim da Costa, entre “outras pessoas e conceituados membros da classe comercial, oficiais do exército e da Brigada Militar” (AS CAVALHADAS, 1900, p. 2).

Três anos depois, o falecimento de Castilhos motivou o enquadramento prematuro de sua memória, o qual significativamente passou pela domesticação simbólica do gaúcho. Além da criação do primeiro museu do Estado em sua antiga residência,

foi projetado monumento em sua homenagem na principal praça da capital. Executado entre 1910 e 1913, o conjunto estatutário lembra um altar positivista, com um obelisco ao centro, circundado por diversos elementos da simbologia republicana, como referências a Tiradentes e José Bonifácio e inscrições alusivas à proclamação da República no Brasil e à Revolução Francesa. Na face norte, personificações de virtudes como a “coragem” e a “prudência” circundam a estátua do tribuno. Na face sul (Figura 5), foi erigida a escultura de um jovem gaúcho a cavalo, herói anônimo, primeira do gênero no Rio Grande, simbolizando o apoio das camadas populares. Além de traços físicos europeus, um atributo caro ao projeto de representação do estado desde o ponto de vista de Porto Alegre, como veremos no próximo capítulo, a figura mítica é materializada no peão das estâncias modernas, numa provável cena de doma, na qual o campeiro empunha o chapéu de abas largas na mão direita, enquanto subjuga o animal pelas rédeas na mão esquerda. O traje ostentado é aquele inventariado e foclorizado pelo Grêmio Gaúcho, com destaque para as bombachas, de uso então recente e atual nas áreas rurais, em detrimento do chiripá do gaúcho histórico indisciplinado.

Figura 5 – Detalhe da face sul do Monumento a Júlio de Castilhos

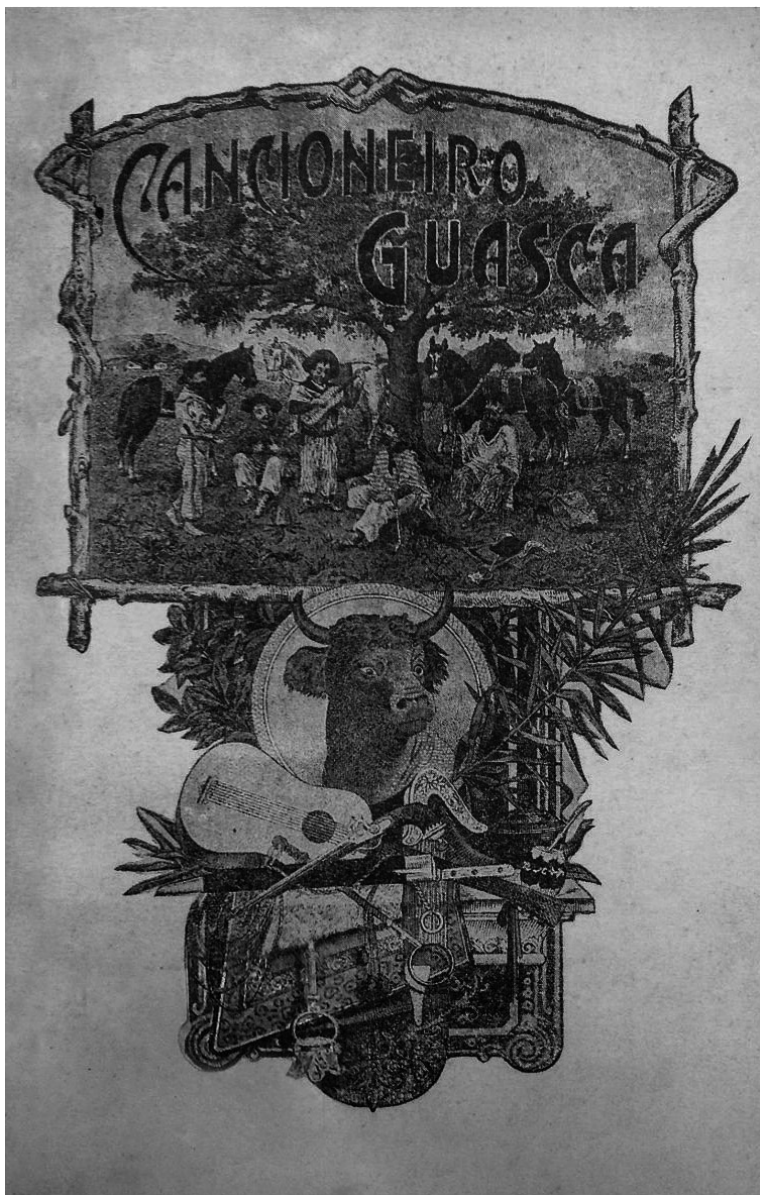


Fonte: arquivo pessoal

Outras invenções gauchescas: alteridades platinas

O *Cancioneiro Guasca* não apresenta descrições detalhadas da indumentária popular no campo, mas seu aparato paratextual denota tal opção. Desde a primeira edição, seu frontispício carregava uma elaborada gravura, com cena pampiana emoldurada por diversos símbolos regionais. A Figura 6 é uma reconstituição da imagem, realizada a partir dos exemplares da Biblioteca Nacional e da Coleção Júlio Petersen, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Na base da ilustração, há um dístico independente que porta a cabeça de um touro em seu centro. Por trás da figura, à esquerda, e sobre ela, à direita, emergem ramos de plantas diversas, com destaque para aparentes folhas de erva-mate. São claras alusões à pecuária e à lavoura rio-grandense, com destaque para a primeira, quer dizer, à base econômica mais tradicional do estado, além de sua já considerada bebida típica. Entre os elementos que circundam a imagem, há, ainda, uma viola, uma adaga, um laço e uma cuia com bomba sobre uma chaleira de ferro, que era usada para esquentar a água do chimarrão. Na parte superior, uma moldura de galhos secos, possivelmente de taquara, espécie local de bambu, orna a cena principal: cinco gaúchos de bombachas, com seus respectivos cavalos, sob a sombra de um umbu, árvore símbolo da pampa, que costumava servir de abrigo do sol a quem cruzava os descampados na região. Ao fundo, descortinam-se, ainda, um mar de coxilhas e um pequeno rancho no último plano, à esquerda. Sobre a copa do umbu, aparece o título do livro. Dois dos gaúchos se encontram em pé; o primeiro tomando mate, o segundo tocando uma viola. Dos três sentados, o mais distante parece assistir ao canto dos demais. Os dois gaúchos mais próximos do violeiro cantam ou, mais provavelmente, disputam um desafio de trova.

Figura 6 – Gravura das edições Livraria Universal do *Cancioneiro Guasca*



Em termos editoriais, o propósito mimético da ilustração é evidente, uma vez que ela representa o universo imagético das poesias coletadas com riqueza de detalhes. Mais do que isso, ela conforma o olhar do leitor para a natureza regional(ista) da obra, possuindo idêntico valor probatório ao da linguagem e do assunto local, proporcionalmente parcos na recolha do folclorista, como temos visto. Ela emula, ao mesmo tempo, a situação (meramente ideal) de criação e circulação da poesia popular, com alguns de seus motivos: aqueles que possuem o efeito performativo de dotar um espaço diverso e em modernização de uma tradição gauchesca inventada como sua antítese, socialmente una/coesa e fixa num tempo imemorial, ou melhor, num universo simbólico imune aos efeitos do tempo; uma “idade de ouro”, como veremos no próximo capítulo.

Para a viabilidade desse modelo de identidade coletiva, sua alteridade privilegiada se tornaria aquela que apresentava, em relação a ele, mais elementos comuns: o *gaúcho* platino. A ostentação da bombacha em Simões Lopes Neto, em Cezimbra Jacques e na autoimagem do projeto castilhistas permitia a mesma distinção simbólica: definia o gaúcho rio-grandense, assim como o chiripá identificava, pelo menos nesse imaginário brasileiro, seus pares uruguaio e argentino. Paradoxalmente, semelhantes processos de modernização da economia pecuária e de diversificação da sociedade, com crescimento urbano, surto industrial e recrudescimento da imigração, levavam os dois países vizinhos a traçar identidades políticas nacionais a partir do mesmo sujeito popular fronteiriço originário. Era justamente sua morte como tipo social, em sua forma mais tradicional, que possibilitava a idealização operada por camadas médias cultas nas maiores cidades, evidenciando um descompasso entre o gaúcho celebrado e a realidade social e econômica da região, razão de sua natureza mítica e de sua eficácia simbólica.

Complicações ideológicas semelhantes às do Brasil também exigiam a “domesticação” do passado nos países do Prata. Esse termo, que venho utilizando para a descrição do processo rio-grandense de invenção de tradições gaúchas, foi cunhado originalmente por Ángel Rama (1982) para designar o gauchismo cívico e literário uruguaio de fim de século, que esvaziava o universo gauchesco de seu histórico potencial de rebeldia. Em 1894, o médico e professor universitário Elías Regules fundou, em Montevideu, a Sociedad Criolla, entidade pioneira do gau-

chismo platino performatizado, também chamado de *criollismo*. Esse movimento cultural nasceu da experiência progressista de construção de um “teatro nacional” baseado em temas rurais. Em debate com Carlos Blixen, Regules chegou a assumir como verdadeiro o principal argumento de seu oponente: a ideia de que o gaúcho tradicional era figura extinta no país. Contudo, esse fato justificaria as homenagens prestadas nas encenações crioulas, consideradas tributos à memória de um componente racial fundante da sociedade uruguaia moderna. As dramatizações da vida campeira passaram, assim, a extrapolar os palcos, ganhando vida em desfiles cívicos a cavalo e bailes a caráter, com o cultivo ritual de práticas rurais, como o mate e a carne assada com couro, em festas urbanas abertas à participação do grande público não militante. Ainda que se apresentasse como agremiação apolítica, um contrassenso em se tratando de gauchesca, como notou Angel Rama, havia na iniciativa uma crítica social regressiva, motivada principalmente pela aversão à imigração.

Regules, que também lançou livros de poesia, se inspirava na criação literária e pictórica da geração anterior, como as pinturas naturalistas de Juan Manuel Blanes e o romance histórico de Eduardo Acevedo Díaz, empenhados na construção de uma *orientalidad* a partir da representação das lutas de independência e da figura do gaúcho. As sociedades crioulas fundadas no Uruguai, e um pouco mais tarde na Argentina, a partir do exemplo de Montevidéu, portanto, participavam de um processo mais amplo e antigo de produção e controle de imaginário, que ganhou novo fôlego após o êxito do gauchismo ritual. A gauchesca enquanto gênero literário está no início de uma longa duração de usos políticos do popular fronteiriço nos três países da região. No próximo capítulo, percorreremos essa trajetória literária transnacional. Por ora, vale reforçar que os movimentos folclóricos, em suas versões mais teatrais ou performáticas, valeram-se da produção ficcional, artística e/ou historiográfica ao mesmo tempo em que disputaram com essas modalidades discursivas e disciplinares a definição da nação. Ainda mais importante para esta investigação é perceber que houve certa dose de intercâmbio de estratégias, técnicas e convenções de representação, além dos temas e figuras, em projetos nacionalistas/regionalistas coletivos de mesma temporalidade no Brasil, na Argentina e no Uruguai. Por último, o modelo ritualizado ou dramatizado de gauchismo cultural, na virada do século XIX, tinha como epicentro de produção e dis-

seminação a capital uruguaia, o que reverberava em outras possibilidades dos campos cultural e político, como demonstram os marcos cronológicos e a condição parcelar da *gauchidade* no sul do Brasil e na Argentina.

Contemporâneo a Simões Lopes Neto na literatura era Javier de Viana, que esteve exilado em cidades fronteiriças brasileiras e pode ter visitado Pelotas, e cujos contos e novelas talvez tenham oferecido modelos de diálogos a nosso autor. Outro exemplo uruguaio do mesmo período era o escritor e pintor Pedro Figari, que, todavia, só se dedicou às artes visuais em idade avançada, já na década de 1920, ao representar em estética não realista as novas tradições gaúchas do país. Caso da dança *El Pericón*, frequentemente encenada pela Sociedad Criolla, elevada a símbolo nacional na Argentina e no Uruguai, que foi tematizada em uma série de quadros. Essa menção se deve a um fato, no mínimo, intrigante: muitas das pinturas de Figari sobre esse motivo apresentam idêntica estrutura convencional à da gravura do *Cancioneiro Guasca*.

Ainda que permaneçamos no plano da especulação, é possível aventar que as imagens possuíam fontes semelhantes, como impressos platinos do final do século XIX. No que toca a Simões Lopes Neto, a coincidência muito provavelmente é consequência da “mente do editor”, na feliz expressão de Roger Chartier (2014). Sabe-se que nosso personagem desenhava e, possivelmente, tenha produzido ele mesmo as imagens dos reclames de seus produtos, como o cigarro Marca Diabo. Mas alguns testemunhos indicam que os originais do livro de folclore foram organizados por Guilherme Echenique, dono da Livraria Universal e amigo próximo do autor, que também incentivou a produção dos contos e das lendas. Segundo seu filho, o editor “gostava bastante dos assuntos regionais”. Essa adesão à temática o levou a publicar pioneiramente, desde pelo menos 1898, uma coleção de livros regionalistas, a Biblioteca Rio-Grandense, que contava, entre seus títulos, com o *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*, de Romaguera Corrêa, *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica* (1897), de Alfredo Varella, e a segunda edição de *Recordações Gaúchas* (1905), de Luiz Araújo Filho, todos eles fontes de Simões Lopes Neto, como sabemos. Os três livros do nosso personagem, aliás, estavam inseridos no mesmo projeto editorial, conforme a publicidade da segunda edição do *Cancioneiro Guasca*. No seu contexto, o apreço pessoal pelo regional

difícilmente excluía a produção literária rio-platense, algo potencialmente mais acentuado num editor que importava livros para abastecer suas lojas e, assim, dominava os cânones editoriais mais avançados na América e na Europa, se valendo também daqueles mais adequados ao parque gráfico local; como o eram os impressos uruguaios, de semelhantes condições técnicas.

Esse curioso fato, por si, justificaria uma rápida comparação das imagens. Além disso, sabe-se que os polígrafos brasileiros conheciam não apenas a literatura e a pintura platina, mas também a iniciativa do grupo de Elías Regules, por sua vez matriz temática da obra de Figari. Em *Assuntos do Rio Grande*, Cezimbra Jacques chegou, inclusive, a sugerir a criação de um teatro crioulo no estado para montar cenas ou pequenos dramas “puramente gaúchos”, característicos dos “traços passados e presentes”, algo que parece não ter se efetivado. Seu modelo era dado pelas práticas da Criolla: “Com uma disposição proximamente igual a esta com facilidade poder-se-á levar a efeito tais representações, como fazem os patriotas Uruguaios” (JACQUES, 1912, p. 42). É muito provável, portanto, que o tradicionalismo de Regules tenha servido como exemplo para a fundação do Grêmio Gaúcho e entidades congêneres. O certo é que uma parcela da elite letrada do estado participava de uma comunidade de sentido fronteira, ou “comarca pampiana”, para usar outro termo de Angel Rama, e seu principal polo brasileiro, a julgar pelas estratégias editoriais da Livraria Universal e pelas condições de emergência da obra gauchesca de Simões Lopes Neto, seria Pelotas.

Na Figura X, a pintura não datada *El Pericón*, que se encontra atualmente no acervo do Museu Juan Manuel Blanes, da capital uruguaia, exemplifica a série de Figari dedicada ao motivo. Num prado pampiano, sob a sombra de três umbus, ao cair da noite, um grupo de homens e mulheres se encontram para bailar. Em primeiro plano, no canto direito inferior, três gaúchos empunham suas violas. O mesmo cenário, em idêntica disposição de elementos, emula situação também semelhante nas duas imagens: o exercício de uma arte supostamente espontânea. São, portanto, dois testemunhos de processos específicos de invenção de tradições que recorrem a um repertório de imagens fronteiriças comuns.

Figura 7 – *El Pericón* (s. d.), de Pedro Figari



Fonte: Museo de Bellas Artes Juan Manuel Blanes (Montevideu – Uruguai)

As diferenças, mais visíveis no conteúdo do que na forma, também são muito reveladoras. A primeira, diz respeito ao vestuário. O uso do chiripá na pintura de Figari denota uma escolha menos problemática no Uruguai do que seria no Rio Grande do Sul, como tenho sustentado. A segunda divergência é a presença do cavalo na gravura, o que aponta para o uso de uma convenção local, que tem origem nas figuras românticas do centauro e do monarca. Não que esse elemento seja menos importante no Prata, mas sua evocação indica que o peritexto imagético da publicação necessitava apelar a práticas de representação letrada mais consolidadas em seu contexto brasileiro específico. Nesse mesmo sentido, a comparação nos chama a atenção para uma ausência bastante notável no caso rio-grandense. A mulher, equiparada ao homem no espaço da pintura e, como se sabe, de participação ativa no *criollismo* performático platino, com suas danças de inspiração folclórica, foi esquecida no frontispício do *Cancioneiro Guasca*, ainda que apareça como objeto da poesia coletada e, em alguns poucos casos, assuma a voz do eu-lírico popular. Vale

lembrar, também, que o primeiro capítulo do livro aborda as antigas danças do fandango rio-grandense, resumidas de Cezimbra Jacques, o que também justificaria a presença feminina.

Tudo leva a crer que não estejamos tratando de simples esquecimento, mas de silêncio deliberado. O discurso do paratexto pictórico da obra simoniana está de acordo com a exclusão da mulher na primeira etapa de invenção de tradições gaúchas para o Rio Grande do Sul. Quando o tradicionalismo cetegista surgiu, no final dos anos 1940, havia disponível para apropriação uma série de lugares-comuns de gestação local sobre o homem pampiano, mas quase nada sobre a mulher, a não ser a desconfiança em relação à figura da “china”, companheira do gaúcho histórico, percebida como uma aventureira que trocava de amores ao sabor de suas andanças pelo território, ou à “muchacha” dos versos populares, demasiada castelhana para um movimento cultural nacionalista. A solução seria criar uma categoria social inteiramente nova, sem qualquer precedente histórico razoável, a “prenda”, que atualmente se encontra folclorizada como par do gaúcho rio-grandense.²²² Uma condição que nos exige refletir sobre as identidades marginais no popular-gauchesco escolhido para representar o estado.

Alteridades internas: mulheres e negros

A domesticação do passado gaúcho foi, portanto, mais conservadora no sul do Brasil do que nos países platinos, como revela a posição do feminino. Ainda que o Grêmio Gaúcho pretendesse incorporar a mulher em suas dramatizações, não encontrei, na documentação disponível, nenhuma baliza que nos permita acreditar na concretização desse plano. Para começar, os quadros de sócios e suas diretorias eram formados exclusivamente por homens, mesma configuração do União Gaúcha. Segundo, as descrições dos jornais de Porto Alegre e de Pelotas acerca das atividades realizadas pelos dois clubes indicam a celebração de práticas campeiras socialmente

²²² “Prenda”, no vocabulário regional, significava objeto material de valor, se referindo comumente ao aparato de montaria, como esporas de prata etc. Como precedente, havia apenas o uso metafórico da palavra em alguns versos do cancionero e na canção “Prenda minha”, folclorizada na década de 1920. Nessas situações poéticas, a mulher é vista como posse do homem. Outro termo de função semelhante no cancionero é “relicário”. Sobre a invenção da prenda, ver Dutra, 2002, e Zalla, 2018.

construídas e legitimadas enquanto masculinas, como o trato com o gado (que incluía o abate e o preparo do churrasco), a montaria e os exercícios a cavalo, além de “jogos” de enfrentamento, como a esgrima. Se nos deixássemos levar pelo relato de Cezimbra Jaques, poderíamos pensar que houve algum grau de formalização de danças gauchescas, com participação feminina, na Primeira República; algo semelhante à configuração futura do tradicionalismo cetegista. Mas *Assuntos do Rio Grande*, na verdade, apresenta textos diversos, produzidos ao longo de duas décadas, sem grandes atualizações e revisões do autor para o ano da edição, 1912, revelando muito mais um projeto pessoal, em etapas iniciais, que não alcançou, de todo, uma forma coletiva. As referências nos periódicos à realização de bailes nos “domingos festivos”, após palestras, cerimônias e refeições, parecem denotar muito mais um espaço de inclusão e de mobilização do público geral a partir de práticas então contemporâneas de música e dança. Nesse sentido, o lugar da mulher no “crioulismo” rio-grandense era, essencialmente, o da audiência.

Jacques, aliás, dedicou algumas linhas sobre a questão, revelando uma visão muito estreita e rígida em relação ao feminino. Confluência de açorianos, paulistas, espanhóis e indígenas (note-se a ausência dos elementos africanos!), a mulher sul-rio-grandense teria herdado seus melhores atributos, como a “beleza”, a “inteligência” e os “sentimentos de humanidade”, e todos eram empenhados na “digna submissão ao homem”. Seu papel, no passado e no presente, seria o de “esposa, mãe e irmã”, tendo sabido se manter “firme” no lar doméstico, “para felicidade da nossa terra, na posição de fiel e sublime anjo da guarda do filho e de inspiradora do marido e do irmão” (JACQUES, 1912, p. 35). Percebe-se, assim, uma crítica reativa à incorporação da mulher ao mercado de trabalho, uma transformação social recente, mas inexorável (identificada em seu livro a “ideias anarquistas”); no que o major diferia substancialmente de Simões Lopes Neto. Já vimos anteriormente que nosso personagem defendia a emancipação feminina via educação. Segundo as memórias familiares, ele emprestava livros escondido para as mulheres do clã: “O danado. Era um segredo a sete chaves, entre ele e o mulherio”.²²³ Seus biógrafos também costu-

²²³ Fala e relato atribuído a Luiz Simões Lopes, primo que conviveu com o escritor, em visita da sobrinha Hilda Simões Lopes à sua casa no Rio de Janeiro (LOPES, 1999, p. 26).

mam lembrar que, enquanto industrial, Simões empregou mão de obra feminina de forma pioneira em Pelotas, recebendo por isso ataques dos setores católicos mais retrógrados da cidade. No plano moral, suas peças atestam uma abertura para novos costumes, com a inserção da mulher no espaço público, e certa aversão a valores patriarcais intransigentes. Em *Nossos Filhos*, único drama simoniano de que temos conhecimento, um pai de família dá grande suporte para a filha solteira que engravida, apesar da condenação social sofrida por ambos, incluindo a reprimenda da própria esposa e mãe: “Não ignora as esquisitices de meu marido. Encarou o caso com um sangue frio extraordinário e não há maneira de convencê-lo da *débâcle* moral desta casa” (LOPES NETO, 1990, p. 263).²²⁴ Todavia, o folclorismo simoniano não podia ultrapassar as condições compartilhadas da invenção de tradições gaúchas no Rio Grande do Sul.

Além de pressões conservadoras de contemporâneos como Jacques, o histórico de misoginia na cultura campeira levava ao reforço da posição subalterna da mulher no imaginário gauchesco e de sua consequente exclusão na formalização de rituais. A antropóloga Ondina Fachel Leal estudou o comportamento de peões de estância na campanha rio-grandense nos anos 1980, quando atestou a sobrevivência de padrões rígidos de gênero,²²⁵ com grande desconfiança em relação ao feminino, sustentados pelo regime de trabalho pastoril, em condições

²²⁴ Situação semelhante teria acontecido na própria família do autor, o que sugere o aproveitamento de uma experiência biográfica como tema principal da trama. Também conforme Hilda Simões, quando uma das irmãs do personagem engravidou solteira, veio dele o único apoio: “Levou-a a morar consigo, escondeu-a, trouxe médico para vê-la. E atendendo à recomendação de que a gestante fizesse caminhadas, após a meia-noite levava-a – ela enrolada em grande pacote – a contornar a quadra onde moravam” (LOPES, 1999, p. 26-27).

²²⁵ Utilizo “padrões de gênero” ou “identidade de gênero” em perspectiva não essencialista. Dessa forma, categorias como “mulher” e “homem” são significadas contextualmente (e de forma relacional). Segundo Joan Scott, o gênero deve ser entendido como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, mas também enquanto “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Não confundir com “gênero” enquanto demarcador de tradições textuais formais – conto, romance, novela etc – ou temáticas – gênero gauchesco, policial, fantástico e assim por diante – também empregados recorrentemente nesta investigação para qualificar as fontes literárias.

impeditivas à constituição de família: “Por toda a sua vida o gaúcho evita laços, para ele casamento ou filhos significa estar amarrado, enrolado. Mulher é um laço que sufoca. Ter ou cultivar a terra significa criar laços ou vínculos” (LEAL, 1992, p. 145).²²⁶ Os versos do *Cancioneiro Guasca* retratam essa realidade antropológica persistente. Na Tabela 6, destaquei 27 quadras que expressam suspeita em relação à “natureza” feminina: “Meus senhores, é verdade,/ Assim digo e vou de lado:/ Tenho medo da mulher/ E da rabiça do arado...” (CGu 26). Sentimento que denota um estigma social e seus atributos negativos, como a inconstância,²²⁷ a falsidade,²²⁸ a extravagância,²²⁹ a volubilidade,²³⁰ a sedução,²³¹ que desenham uma feminilidade perversa: “Alfinetes são ciúmes,/ Agulhas – variedade;/ As moças são como cobras,/ Bichos de toda maldade” (CGu 522). Daí a cautela do gaúcho em estabelecer laços matrimoniais: “Todo homem quando embarca/ Deve rezar uma vez;/ Quando vai à guerra, duas;/ E quando se casa, três!” (CGu 215). Mesmo nas poucas quadras que denotam um eu-lírico feminino, geralmente em situações de resposta, sobrevive uma ideia de maldade natural: “Casei-me com um anão/ Para me fartar de rir:/ Pois faço a cama bem alta/ E ele não pode subir!” (CGu 407). Mais ou menos na mesma seara, há 49 quadras tratando da mulher como objeto de desejo do gaúcho. Ainda que o enfoque desses versos seja mais condescendente e, por vezes, contemplativo e

²²⁶ Uma das preocupações da investigação de Leal era compreender o alto índice de suicídios entre trabalhadores rurais daquela zona. A antropóloga descobriu que o problema atingia homens solteiros que chegavam à meia idade, ou seja, a fase em que o corpo já não responde tão facilmente às necessidades das lidas de peão: “O gaúcho – o cavaleiro – não tem alternativas fora deste universo de cavalos e rebanhos” (LEAL, 1992, p. 145). A estratégia mais usada para suicidar-se era o enforcamento, o que Leal considera simbólico da aversão a laços sociais.

²²⁷ “Nunca vi mulher bonita/ Ter cabelo no nariz;/ Nunca vi mulher alguma/ Ter constância no que diz” (CGu 66).

²²⁸ “Se eu fosse moço rico/ Não havia moça pobre;/ Assim mesmo pobrezinho/ Não há moça que me logre” (CGu 107).

²²⁹ “Menina, minha tafula,/ Não faça tanta mudança;/ Teu pai já não tem dinheiro/ Pra pagar tanta chibanca” (CGu 299).

²³⁰ “Chore, se tem motivos;/ Não se ponha a peneirar;/ Amor que tem de ser meu/ Não se ponha a faceirar” (CGu 411).

²³¹ “Olhos pretos, olhos pardos,/ Olhos azuis soberanos;/ Estas três castas de olhos,/ Para mim foram tiranos” (CGu 425).

elogioso, não há espaço para autonomia ou protagonismo femininos, e sua posição é recorrentemente equiparada à do cavalo, animal bravo submetido pela força e destreza do homem: “Estou velho, tive bom gosto;/ Morro quando Deus quiser;/ Duas penas levo comigo:/ - cavalo bom e mulher! -” (CGu 33).²³² Contudo, mesmo o apreço mais estritamente sexual podia ser acompanhado de desdém, o que reforça a ideia da mulher como mero instrumento de satisfação do homem: “Cuidavas que me deixando/ Eu por ti deitava dó/ Muito fraco é o carreirista/ Que tem um cavalo só!” (CGu 234).

O contraponto a esse modelo de feminilidade socialmente suspeita e destituída de valor, assim, seria a afirmação da masculinidade viril, traço correlato à suposta nobreza guerreira do campesino local: “(...), fazendo do sul-rio-grandense um povo alegre, varonil, destemido, valoroso, hospitaleiro, perseverante e prudente ao mesmo tempo que altivo e nobre, (...)” (JACQUES, 1912, p. 36). Entretanto, nos chama a atenção que, nos versos de autoaclamação do cancionero, não encontramos a reivindicação desses atributos. Antes, a masculinidade popular relacional tem seu maior elogio no despertar do desejo feminino. Mais do que guerreiro, o gaúcho folclórico é um conquistador: “Quando eu vim da minha terra,/ Muita menina chorou!/ Só, despeitada, uma velha,/ Muita praga me rogou” (CGu 79). Seu traço mais celebrado é a disponibilidade sexual: “Ao homem, para ser homem,/ Só uma prova se requer:/ Ter sempre no pensamento,/ Mulher, mulher e mulher!” (CGu 236). A belicosidade, na verdade, era um valor caro à elite militar-estancieira, não necessariamente ao trabalhador do campo. A economia textual do livro de Simões Lopes Neto também aponta para isso. É nas seções de “poemetos” e de “poemas históricos”, produtos de homens cultos mais ou menos fascinados pelo universo rural, mais ou menos afetados pela cultura campesina, que surgem as notas épicas do mito do gaúcho, como nos versos transcritos de Zeferino Vieira Rodrigues:

²³² Em algumas ocasiões, o eu-lírico popular masculino também se compara ao cavalo, principalmente quando recorre à linguagem campeira para construção de suas imagens amorosas: “Da tropilha que te adora,/ Eu sou o mais extremo;/ Tenho tranco mui seguro,/ Sou palheiroiro fogoso” (CGu 679).

Sou um gaúcho forte, campeirando vivo
Livre das iras da ambição funesta;
Tenho por teto do meu rancho a palha,
Por leito o pala, ao dormir a sesta
(RODRIGUES apud LOPES NETO, 1917, p. 131).

A valentia, a força, a masculinidade varonil eram, portanto, elementos de idealização importantes para a composição do mito letrado do gaúcho heroico, mais tarde reforçado na propaganda política da Frente Única Gaúcha (FUG), nos anos 1920, e que definirá as relações e os padrões de gênero na segunda (e ainda atual) etapa de invenção de tradições gaúchas para o Rio Grande do Sul, que se inicia no final da década de 1940.

Outra alteridade rio-grandense à gauchidade celebrada, bastante durável e cunhada desde o cancionero folclorista, é a tradição africana. Podemos notar a ausência de representações do gaúcho negro tanto nas imagens platinas quanto nas rio-grandenses apresentadas acima. No Prata, além do “gringo”, alteridade privilegiada nos discursos gauchescos, o negro constituía um “outro invisível”. Em Buenos Aires, como salienta Matías Casas, o discurso hegemônico no final do oitocentos apagava a presença *afroporteña* na sociedade, o que se desdobrou em sua exclusão na definição do gaúcho como sujeito nacional (CASAS, 2014, p. 11). Processo semelhante ocorria em Porto Alegre, potencializado pelo fim ainda recente da escravidão e o afluxo de libertos para a capital do estado nos primeiros anos da República. Na historiografia tradicional, começava o debate em torno do episódio farrapo de Porongos, quando um batalhão de lanceiros negros foi massacrado pelas forças legalistas. Alfredo Varela afirmava que o comandante farroupilha David Canabarro sabia do avanço inimigo e nada fizera para alertar a tropa de escravos. O evento trágico se mostraria necessário para a saída conciliatória do conflito, pois contornava os compromissos abolicionistas assumidos pela República Rio-Grandense durante a guerra. Alfredo Ferreira Rodrigues questionava a veracidade das fontes do oponente e defendia a índole dos líderes da revolta. Logo, os brios republicanos castilhistas passaram a insinuar que o emprego de mão de obra escrava nas estâncias gaúchas era mínimo e, assim, a libertação dos cativos que lutaram no lado farrapo não oferecia um problema efetivo à elite rio-grandense. Essa tópica de memória histórica é reveladora da invisibilidade do negro

para os dirigentes positivistas, que começavam, dessa maneira, a ensaiar o “mito da democracia racial gaúcha”, com a ideia de que peões livres/escravos e patrões gozavam de idênticas condições de trabalho no campo, e o “mito da escravidão que não houve”, premissa fundamental do branqueamento discursivo do gaúcho rio-grandense.²³³

O folclorismo se revela ambíguo no que toca à questão. De certa maneira, participa do esforço de apagamento do passado escravocrata e de ocultamento da população negra, sempre minorada como contribuição étnica e social para a formação do estado. Mas o faz através da mesma operação de neutralização da rebeldia na cultura campeira e no imaginário gauchesco: escondendo algo que mostra. As ilustrações de *Assuntos do Rio Grande* nos dão um bom exemplo disso. Primeiro, é apresentada em meio ao texto uma série de gravuras com cenas da vida do “gaúcho primitivo”, em que a figura é representada invariavelmente com traços europeus. Na sequência, a busca pelas sobrevivências do passado faz o autor reproduzir fotografias de variados grupos indígenas, mais ou menos agauchados no trajar, e peões de estância, quando se antevê algum indivíduo negro ou mestiço no trato com o gado. O vocabulário de Romaguera Correa também participa dessa aproximação bastante cautelosa. Após incluir entre as matrizes do dialeto campeiro rio-grandense a língua bunda (angolense), oferecendo alguns termos como exemplos, o autor afirma que o português, o castelhano e o guarani predominariam na composição do léxico regional, enquanto os vocábulos africanos seriam raros, devido ao “nulo influxo do elemento etíope sobre o Rio Grande, onde a escravatura foi sempre resumida” (CORREA, 1898, p. 6).

No cancionero, um duplo preconceito, do letrado folclorista e das fontes populares, leva à escassez de tradições afro-brasileiras na poesia compilada. A coletânea de Simões não escapa dessa tendência. Nas 5 quadras (de 727, vale lembrar!) em que o negro aparece explicitamente, se recorre geralmente à condição de escravo como uma metáfora amorosa: “Nasci forro, sou cati-

²³³ Sobre o debate entre Varella e Rodrigues nos anos 1900 a respeito de Porongos, além de considerações sobre o próprio evento, ver Silva (2014). A respeito da mitologia da historiografia tradicional sul-rio-grandense, ver a coletânea organizada por Gonzaga e Dacanal, 1980.

vo.../ Fui volúvel, sou constante;/ Sou forro de condição/ Cativo por ser amante” (CGu 219). Nesse sentido, aliás, o amor é quase uma concessão no regime de exploração: “Quem é cativo não ama.../ Só o forro pode amar?/ O cativo também ama,/ Conhecendo o seu lugar” (CGu 321). E a ruptura amorosa também seria fruto da insubmissão: “Menina, você que tem/ Que comigo se enfadou?/ Será porque seu negrinho/ A seus pés não se curvou?” (CGu 564). Uma das quadras, no entanto, insinua leve crítica ao estigma: “Todos me chamam de negro/ Não sou negro por meu gosto,/ Já estou ficando branco/ Só pra te causar desgosto” (CGu 288). Mas a reclamação do eu-lírico não questiona a hierarquia racial. Pelo contrário, apela à superioridade branca no sistema de classificação vigente para atingir seu desafeto, fazendo uma provável referência ao branqueamento social, estratégia comum de libertos letrados que chegavam a alcançar posições destacadas na sociedade brasileira pelo desempenho de ofícios liberais.

A invisibilidade reservada ao negro não atingia os povos indígenas. Parte das tradições gauchescas inventariadas, como o mate chimarrão e o manejo das boleadeiras, tinha origem nas culturas guarani e charrua, por exemplo. Os folcloristas declaravam esses vínculos publicamente, num esforço de valorização do índio que remetia ao romantismo oitocentista e ao mito rousseauiano do bom selvagem. Essa posição ambígua é característica da disciplina, que associa o “popular” ao ingênuo, ao espontâneo e ao infantil. Atributos há bastante tempo relacionados, no ideário da elite letrada brasileira, aos povos autóctones, muito mais do que aos camponeses. O registro fotográfico de comunidades nativas contemporâneas no livro de Cezimbra Jacques, portanto, tem uma ambição museal, de reserva: “O olhar dos letrados pode querer-se neutro e, porque não, simpático. A violência mais secreta do primeiro folclorismo foi ter camuflado a sua violência” (REVEL, CERTEAU, JULIA, 1989, p. 59).

* * * *

Como vimos na segunda seção deste capítulo, Simões Lopes Neto transpôs a perspectiva folclorista para a escrita da história, até então mais conservadora do que o Folclore, em função de sua ênfase na vida das elites. Em termos de especialização disciplinar, é possível concluir que a historiografia tradicional de

viés oficial, com algumas exceções, também tinha no período um propósito de censura. *Terra Gaúcha* seria, assim, um ponto fora da curva. No ensaio, Simões defendia que a História já não se conceberia mais como uma “exposição comentada de sucessos políticos e de aventuras guerreiras”, em que interviriam “grandes homens”, mas enquanto reflexão sobre “um conjunto orgânico de atividades de toda espécie, que contribuíram para modificar as condições de vida de um país ou região, através do tempo” (LOPES NETO, 1955, p. 17-18). Ai se encontram as dificuldades de publicação do livro na Primeira República. Já o Folclore, como disciplina e movimento, possuía uma missão de “integração ponderada” (REVEL, CERTEAU, JULIA, 1989, p. 57).

Esse é o ponto de vista inicial da produção literária de Simões Lopes Neto, bastante fácil de identificar na sua narrativa formativa escolar, conforme estudado na primeira seção. Mas, por algum motivo, a ficção não didática ultrapassa em muito as preocupações folcloristas e o estágio republicano de invenção de tradições gaúchas para o Rio Grande do Sul. Flávio Loureiro Chaves defendeu que a fatura dos *Contos Gauchescos* se deve à experimentação folclorista do *Cancioneiro Guasca*: estaria nele a sua fonte popular e parte dos motivos elaborados em suas narrativas curtas (CHAVES, 2001, p. 70-71), algo difícil de se discordar depois da análise do projeto folclórico simoniano empreendida acima. Mas é necessário apontar no ensaio histórico outra bagagem mobilizada pelo escritor em seu projeto ficcional. Fazendo uma história dissonante, ele chegaria também a uma abordagem heterodoxa do Folclore via literatura de imaginação. Tanto nos *Contos* quanto nas *Lendas*, encontraremos a tradição indígena (*Boi-tatá*), histórias missionárias (*O lunar de Sepé*) e novas críticas à escravidão, com maior espaço para a situação do negro no estado (*O negrinho do pastoreio*, *O Negro Bonifácio*). Temas que foram, em sua trajetória intelectual, inicialmente historiográficos.

De sua obra ficcional, portanto, emerge o conflito e a violência, a rebeldia e a crítica social, ainda que sutil e impregnada de lirismo. Ela é povoada de mulheres fortes e independentes, negros injustiçados ou insubmissos, santificados ou demasiadamente humanos. Tudo se passa como se o mesmo trabalho de *mimesis* da ficção que permitiu a idealização do gaúcho também oferecesse um contraponto, ou melhor, seu antídoto. Como isso

aconteceu? O que existe no maquinário literário que possibilitou ao autor representar realidades históricas e folclóricas tão marginais em seu contexto, e de maneira ainda mais complexa do que na historiografia e no folclore? Tais perguntas serão perseguidas no próximo capítulo. Para finalizar esta frente de análises, é preciso reconhecer que, ao participar de um projeto coletivo de invenção de tradições, Simões Lopes Neto ajudou a formar “gaúchos”. O cidadão republicano brasileiro e rio-grandense almejado em seu projeto cívico-pedagógico inicial deu lugar a uma visão gauchesca de “povo”, assumindo sem assumir uma identidade política coletiva originalmente imposta desde fora e parcialmente partilhada com os países vizinhos. Nisso, não estava sozinho; mas suas proposições pessoais foram essenciais para a apropriação da obra pela geração seguinte de escritores rio-grandenses.

CAPÍTULO III

Uma estética do desvio

Literatura e política na periferia da República

Uma das quadras mais conhecidas do cancionero gaúcho, transcrita por Cezimbra Jacques e Simões Lopes Neto, é um pequeno poema de luto, em que o cantor lamenta a passagem do tempo: “A gaita matou a viola,/ O fósforo matou o isqueiro./ A bombacha, o chiripá,/ A moda, o uso campeiro”. Como sabemos, essa consciência generalizada das transformações sociais e culturais de fim de século levou alguns letrados mais ou menos comprometidos afetivamente com a vida no campo a registrar as “tradições”, fixar no papel os versos e as narrativas orais que se percebiam como periclitantes. Ainda assim, os compromissos políticos do movimento folclorista rio-grandense na Primeira República, como vimos no capítulo anterior, indicavam a celebração da gaita, do fósforo e da bombacha. Quando as disputas das elites regionais começaram a arrefecer, a oposição federalista foi relativamente controlada e o regime republicano castilhistas se consolidou no Rio Grande do Sul, a versão cívica e (parcialmente) performática do folclorismo começou a ser abandonada. A ela sucedeu-se um novo surto regionalista na literatura de imaginação. Recuperando alguns temas e problemas do romantismo oitocentista em chaves realista ou naturalista, a década de 1910 viu surgir um ciclo breve, mas forte, de títulos de ficção, em prosa e verso, na temática. Já não se tratava mais de festejar um mundo de bombachas, mas de enterrar a viola e a gaita, fazendo a transição simbólica para a modernidade urbana republicana há tanto tempo almejada.

Ao ingressar nessa frente, Simões Lopes Neto, contudo, destoou de seus contemporâneos, produzindo uma literatura de viola, gaita, chiripá e bombachas. Como ele produziu essa diferença? Somente Amaro Juvenal, pseudônimo que Ramiro Barcellos empregou para assinar seu *Antônio Chimango* (1915), conseguiu construir algo parecido. Esse poema narrativo, autodeclarado “campeiro”, é uma peça de gauchesca aos moldes clássicos, exceto pela ênfase na sátira e a composição de um anti-herói. Todavia, diferentemente dos *Contos Gauchescos*, ele

não tinha ambições de salvaguarda folclorista, muito menos fora projetado para o consumo no circuito literário. Era um panfleto político de publicação clandestina contra o presidente Borges de Medeiros. Não respondia, portanto, às mesmas regras do campo de produção erudita em que Simões buscava se inserir, mas que também acabaria subvertendo. Afinal, quais descaminhos nosso personagem tomou para chegar a semelhante destino? Para responder a essas questões, persigo, neste capítulo, algumas hipóteses e sugestões levantadas anteriormente a partir do balanço dos padrões de leitura simonianos. É o momento de fazer o escrutínio de sua escrita de literatura, sondar a forma e sua historicidade. Parafraseando Gombrich, é necessário perguntar como Simões Lopes Neto atingiu certos efeitos e como esses efeitos ou truques foram introduzidos e modificados (GOMBRICH, 2012, p. 361).

Talvez o leitor estranhe a ausência de uma abordagem descritiva detalhada dos enredos. Mas isso não falta na bibliografia especializada, que já se avoluma. Todos os bons trabalhos produzidos nos estudos literários oferecem visadas pertinentes e interpretações instigantes a respeito das narrativas. Todos, aliás, asseveram o modernismo *avant la lettre* da obra, sua sintonia com nossas próprias concepções de arte literária. Mas esse fato ainda exige explicações. O que empreendo aqui, portanto, é uma espécie de exegese da modernidade literária simoniana em suas condições sociais e intelectuais de produção, além dos fatores históricos, políticos e estéticos que levaram às modalidades legítimas de apreciação da obra. Acredito que essa proposta também exija o confronto de textos, quer dizer, tentar recuperar os diálogos interliterários originais. Na ausência de referências mais explícitas de fontes e modelos, assumo o caráter interpretativo da tarefa e aposto metodologicamente, mais uma vez, na possibilidade de experimentação. Nesse sentido, o comparativismo pode até não chegar a respostas definitivas a respeito das trocas entre as obras, mas é um caminho produtivo para a observação do objeto em si, uma vez que nos oferece novas “lentes”, mesmo que por oposição. Assim, buscarei explorar elementos periféricos ou marginais do texto, em diferentes níveis: na linguagem, nos temas, na visão de mundo e de história que a ficção elabora. Trata-se do exame dos “pormenores mais negligenciáveis” da obra (GINZBURG, 2009, p. 144). Detalhes significativos que talvez ainda não tenham ganho atenção suficiente da fortuna crítica.

3.1. Com o Prata no horizonte: a conquista da gauchesca

Literatura como resposta

De acordo com Harold Bloom: “Poemas, contos, romances e peças nascem como uma resposta a poemas, contos, romances e peças anteriores, e essa resposta depende de atos de leitura e interpretação pelos escritores posteriores, atos que são idênticos às novas obras” (BLOOM, 2001, p. 18). Mesmo que tal apontamento sustente um projeto crítico formalista, mais empenhado em desvendar as relações entre os textos do que seus condicionamentos ideológicos e/ou extratextuais, ele revela uma dimensão da produção literária moderna a que Simões Lopes Neto não esteve imune, mesmo se pretendendo folclorista ou historiador.

Como vimos no primeiro capítulo, nosso personagem foi um leitor voraz, versado em cânones estabelecidos e discussões avançadas em educação, historiografia, folclore, ciências, filosofia e, evidentemente, literatura em prosa e verso. E sempre que ele preparava uma nova empresa escriturária, abria também uma frente específica de estudos. Portanto, quando se propôs a abordar a literatura popular através da composição ficcional, lançou mão de sua extensa bagagem literária, mas também deve ter procedido a um novo reconhecimento de campo, que já se iniciara com a redação de sua narrativa escolar de formação. Assim chegou a *Recordações Gaúchas* (na edição de 1905), de Luiz Araújo Filho, mas também a *Ruinias Vivas* (1910) e *Tapera* (1911), de Alcides Maya, e *Escombros* (1910), de Roque Callage, nomes mais recentes no cenário regional, mas que já gozavam de grande prestígio. Quando esse último autor anunciou, em 1914, a publicação de um livro de contos chamado *Terra Gaúcha*, Simões Lopes Neto recorreu ao cargo que ocupava no *Correio Mercantil* para protestar: “Reproduzimos antes detalhes e sobretudo fixamos o título do novo livro do esperançoso escritor, apenas para deixar registrado que tal título, ‘Terra Gaúcha’, é o de um livro, de cunho e fundo histórico rio-grandense, em que há mais de oito anos trabalha o nosso diretor J. Simões Lopes Neto” (DIÁRIAS, 1914, p. 1). Esse fato também comprova algo que procurei mostrar nos capítulos anteriores: nosso personagem estava integrado nas redes intelectuais do Rio Grande do Sul, por onde circulavam livros e autores de ficção e história. Simões conhecia as tendências e os lançamentos mais recentes e, a partir daí,

podemos acreditar que, além de dominar as posições em jogo no campo cultural, reconhecia a gama de possibilidades ficcionais abertas por diferentes linhagens literárias. *Contos Gauchescos*, ainda mais do que *Lendas do Sul*, pode ser entendido como uma resposta de primeira hora aos títulos regionalistas rio-grandenses do início do século, seja como homenagem ou como reparo.

Em alguma medida, portanto, sua originalidade na fatura do texto deve ser uma reação às opções estéticas dos autores contemporâneos. Conforme já foi dito, a comparação de suas narrativas curtas com a prosa de Maya, principalmente, levou à dilatação crítica dos traços contrastantes, como o tom – elevado/cotidiano – e as construções frasais – refinadas/espontâneas e, após o movimento modernista, artificiais/autênticas. A extensão do cotejo a outros contistas sertanistas brasileiros, como Coelho Neto, fez ressaltar as peculiaridades formais da obra simoniana, que teria inaugurado, na história literária do país, pelo menos dois procedimentos formais relacionados, no enfoque narrativo e no trabalho da linguagem: a criação de um personagem-narrador popular – o gaúcho Blau Nunes – e a representação realista não caricatural da fala, quer dizer, sem arremedos da dicção “caipira” na sintaxe, na gramática e na grafia.²³⁴ Aspectos que lhe franqueariam a classificação posterior como autor “pré-modernista”. O elogio da forma começou a se insinuar na asserção da “naturalidade” dos contos, já nas primeiras resenhas de jornal, das décadas de 1910, mas ganhou expressão mais bem-acabada nas apreciações de críticos-escritores, como José Lins do Rego e Augusto Meyer, no início dos anos 1940, que atestaram a consonância do estilo com o assunto. Pouco tempo depois, Aurélio Buarque de Holanda, admirador confesso da literatura simoniana, dedicaria um estudo formal extenso ao autor, como introdução à edição crítica dos *Contos* e *Lendas* por ele organizada para a Editora Globo, em que a superioridade do regionalismo simoniano é creditada às técnicas de composição. Com o sucesso de Guimarães Rosa, nos anos 1950, e o lançamento de *Grande Sertão: Veredas*

²³⁴ O segundo aspecto já se encontra presente nos contos de *Pelo Sertão* (1898), de Afonso Arinos, outro escritor apropriado pela geração modernista como modelo de prosa de ficção; mas não há narração homodiegética nessa obra e a representação realista da fala fica circunscrita aos diálogos, como também acontece nos contos do escritor *criollista* uruguaio Javier de Viana, do mesmo período.

(1956), Blau Nunes passou a ser considerado o precursor legítimo de Riobaldo.

Mas, afinal, de onde viriam os procedimentos narrativos e a linguagem literária de Simões Lopes Neto? Há várias respostas possíveis e, provavelmente, todas estão mais ou menos corretas. A primeira delas nos leva à literatura folclórica, conforme explorado no capítulo anterior. O cancionero popular oferecia um repertório de expressões, interjeições, frases feitas, imagens, metáforas, tropos, que emergia de um dialeto campesino fronteiriço. Sua circulação era eminentemente oral, mas ocorria de atingir alguns circuitos impressos, ainda antes da voga folclorista, como em periódicos e panfletos políticos de cidades do interior rio-grandense. Essa é a origem dos versos “farroupilhas” compilados por Cezimbra Jacques e Apolinário Porto Alegre. No entanto, como vimos, era a vertente lírica da poesia popular que chamava mais a atenção desses cultores do “povo”, quer dizer, aquela que, no geral, precisou esperar por eles para ser documentada em papel. Independentemente da temática e de suas funções – propaganda política ou entretenimento –, era uma literatura coletiva, em que importava mais o respeito a certas convenções – quadras em redondilha maior, esquemas de rima pouco variáveis, glosa sobre motes pré-definidos etc – do que a individualidade criadora. Muitos dos versos populares tinham origem nos desafios de trova, ou *payadas*, do gaúcho pampiano, no Rio Grande e no Prata, em que o domínio e o manejo das estruturas comuns eram tão ou mais importantes quanto a capacidade de improvisação.²³⁵

Além da poesia versificada, as narrativas populares também conferiam padrões de composição para uma literatura culta de inspiração folclórica. Outro gênero literário oral constituído a partir da economia ganadeira fronteiriça dos séculos XVIII-XIX, e que ainda possui desdobramentos atuais, é o “causo”, ou *cuento* nos países platinos. Nele, são apresentados relatos curtos de eventos reais ou ficcionais, com algum valor moral-educativo, geralmente pautados pela experiência do narrador e/ou fundados na sua autoridade socialmente reconhecida para o manejo de um repositório coletivo de histórias, cujas “sessões” original e ideal-

²³⁵ Sobre as formas pré-definidas, as estruturas rítmicas e poéticas e as condições de performance do gênero *payada* nos países platinos, com sua história e atualizações contemporâneas, ver Isolabella, 2002.

mente tinham lugar nos galpões de estância, em rodas de churrasco ao fogo de chão, no fim das jornadas de trabalho. Assim como a poesia gaúcha, portanto, essas narrativas se realizam em *performance*, quer dizer, respeitam técnicas e convenções corporais de execução, como a linguagem verbal e não-verbal cotidiana do peão, marcada pela lida campeira e pelo domínio de animais de grande porte.²³⁶ Nos dois casos, o papel da interlocução e da audiência é fundamental, pois determina o desenvolvimento do enredo e, principalmente, a dicção da narração/versificação e o ponto de vista pessoal dessa literatura oral. Apesar de não ter na originalidade individual um de seus grandes critérios, apelando a estruturas pré-definidas e reproduzindo os mesmos eventos narrados (a não ser em narrativas autobiográficas), cada execução é sempre um relato específico do gaúcho para sua plateia, daí o frequente tom de diálogo.

Desse substrato oral comum a três países do Cone Sul, duas linhas cultas de literatura foram desenvolvidas, as quais podemos denominar, sem muito medo de errar, a partir da bibliografia especializada, de *nativista* e *gauchesca*. Ainda que tematizem o mesmo meio, trabalhem com idêntica matéria linguística e, muitas vezes, compartilhem preocupações, elas não se confundem. À diferença da literatura folclórica ou *gaúcha*, ambas são autorais e produzidas/transmitidas em circuitos letrados. A primeira nasce com os poetas românticos hispano-americanos, que, conforme aponta Ángel Rama, apesar da cor local e da temática nacional, mostraram-se mais apegados à escrita culta do que às formas folclóricas oferecidas pelo seu entorno (RAMA, 1982, p. 19).²³⁷ A

²³⁶ Conforme Luciana Hartmann (2004), a necessidade de imposição e de manifestação de força no trabalho campeiro das estâncias leva ao uso frequente de onomatopeias e sons sem articulação, que acabam incorporados nas narrativas populares da fronteira Sul. Para uma antropologia do gênero *causo/cuento*, com sua fixação na história, variações e formas contemporâneas, além de um inventário de temas, ver a tese da autora.

²³⁷ O termo não é de Rama, mas comum na bibliografia especializada. Borello, por exemplo, chama de *nativista* a produção de autores cultos “que tratavam nostalgicamente o con intención nacionalista, temas y personajes campesinos” (BORELLO, 1977, p. 39). Essa definição carece de detalhamento para enquadrar a literatura sul-rio-grandense. Por isso, distingo a *nativista* de outra tradição letrada que denomino *regionalista*, como é corrente na bibliografia brasileira a respeito de ficção de temática local. Ela também advém de uma linha culta e autoral, de veia romântica ou realista/naturalista, mas pouco

segunda surge com a propaganda de independência no Rio da Prata e se assemelha à linha popular/gaúcha em, pelo menos, três elementos: a) liberdade no uso do dialeto regional; b) emprego de formas métricas comuns do campo, com adaptações próprias; c) irregularidade linguística (mas com tendência a observar a norma culta) (RAMA, 1982, p. 28).²³⁸ Com temporalidades um pouco diferentes e algumas características políticas e estéticas próprias, pode-se dizer que a nativista e a gauchesca foram praticadas por homens de letras no extremo Sul do Brasil e nos países vizinhos concomitantemente e em paralelo à literatura folclórica, com alguns intercâmbios ou conflitos condicionados pelas clivagens e articulações de classe na região.

Certa defasagem temporal do Rio Grande nos assuntos gaúchos/gauchescos, conforme observado na historiografia literária, merece algumas considerações. Para começar, é necessário relembrar sua condição periférica no cenário político luso-brasileiro, além de sua então recente ocupação e conformação social no século XIX, passadas décadas de mobilização para a guerra, o que levou ao desenvolvimento tardio, tanto em relação ao Rio de Janeiro quanto a Buenos Aires, de uma vida letrada dinâmica, algo notado pelo próprio Simões Lopes Neto, como vimos no primeiro capítulo. Ainda assim, enquanto temática, o regionalismo gaúcho comparece nos primeiros romances de autores rio-grandenses, como *A Divina Pastora* (1847) e *O Corsário* (1849), de José Antônio do Vale Caldre e Fião (1824-1876),²³⁹ praticamente

aproveita o léxico regional na narração. Nesta investigação, portanto, adoto uma classificação pessoal, ainda que baseada nos estudos literários dos três países do Cone Sul, em que a nativista é uma literatura intermediária, entre a gauchesca e a regionalista, na perspectiva e no trabalho de linguagem.

²³⁸ Por esses motivos, A. Berenguer Carisomo (1970) também denominou a gauchesca de literatura *payadoresca*.

²³⁹ Dois fatos interessantes marcam a história do livro *A Divina Pastora*. A começar, ele é considerado o segundo romance brasileiro, publicado apenas três anos depois de *A moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo. O autor, portanto, pertence à primeira geração de escritores românticos brasileiros. A pequena diferença temporal em relação aos românticos argentinos é, portanto, característica nacional; daí, também, a sua publicação no Rio de Janeiro, burlando as dificuldades do meio rio-grandense. Segundo, apesar de registros escritos de sua publicação, os exemplares do livro foram perdidos e seu texto era desconhecido até muito recentemente. Foi o livreiro pelotense Adão Monquelat quem encontrou, em 1992, o único exemplar

contemporâneos às obras nativistas da primeira geração romântica portenha, como o poema narrativo *La Cautiva* (1837) e o conto/relato *El matadero* (escrito entre 1838 e 1840, publicado somente em 1871), de Esteban Echeverría (1805-1851). Segundo, a condição militar da fronteira Sul colocava o gaúcho ágrafo em intenso contato com camadas letradas médias e alguns filhos da elite regional, que dominavam seu dialeto e produziam composições versificadas a partir dele. Assim, dos acampamentos locais e das excursões ao Prata, emergia uma incipiente subliteratura gauchesca ou proto-gauchesca rio-grandense, também praticamente contemporânea aos versos de Bartolomé Hidalgo (1788-1822), que inaugurou o gênero platino com seus *Cielos y cielitos* (1811-1816) e *Diálogos* (1821-1822). Por ser consumida em circuitos semiletrados, pouco dessa literatura sobreviveu. Mas temos notícias de autores de certo renome no oitocentos, cujo maior expoente provavelmente foi Pedro Muniz Fagundes, conhecido como Pedro Canga, soldado legalista na Farroupilha, que teve alguns de seus poemas salvos do esquecimento por Cezimbra Jacques e Simões Lopes Neto.²⁴⁰ O próprio *Cancioneiro Guasca* registra outros casos dessa subliteratura autoral esporádica, reproduzida principalmente na oralidade e, ocasionalmente,

original ainda hoje disponível da obra, na capital uruguaia. Sua localização também nos faz pensar que as trocas entre o regionalismo rio-grandense e os nativismos platinos são bastante antigas.

²⁴⁰ Nos quatro poemas hoje conhecidos do autor, verifica-se, apesar da origem e da recepção oral dos versos, pouca presença de “cor local”. Como vimos, essa característica também estava presente nos poetas populares platinos, conforme observado por Jorge Luis Borges. Seria forçado, assim, classificar sua poesia como *gauchesca*, mas ela cabe nessa categoria intermediária de literatura popular autoral romântica (com algumas notas clássicas) que serviria de fonte para a alta produção gauchesca posterior. Outros autores (ver próxima nota), oriundos do mesmo regime de transmissão, no entanto, carregavam mais no léxico regional e na estrutura versificada da *payada*. Sobre o papel de Simões na preservação dos versos de Pedro Canga, Guilhermino Cesar notou que a transcrição do *Cancioneiro Guasca*, provavelmente feita a partir do *Anuário* de Graciano Azambuja, possui diversas emendas, que teriam procurado aperfeiçoar o original, algo “que só poderia fazer a mão de um mestre com o gosto e a sensibilidade do escritor pelotense” (CESAR, 1968, p. 54). Como vimos no capítulo anterior, a intervenção nos versos coletados era recorrente e cumpria funções diversas, como a inserção de cor local, dotando a coleção de unidade regionalista, ou a exploração da veia lírica, preferência simoniana frente a notas épica de cunho barbaresco.

em impressos, assim como ocorria no regime original de transmissão da obra de Hidalgo nas províncias platinas.²⁴¹ Terceiro, a segunda geração romântica rio-grandense, que inaugura a poesia gauchesca culta no estado, produzia seus versos ao mesmo tempo em que as obras máximas do gênero ganhavam vida no Uruguai e Na Argentina. *Chispas*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), foi publicado no Alegrete, cidade brasileira fronteira, em 1877. *Novos ideais*, de Múcio Teixeira (1857-1926), em Pelotas, no ano de 1880. Tanto *El gaucho Martín Fierro*, do argentino José Hernández (1834-1886), quanto *Los tres gauchos orientales*, do urugaio Antonio Lussich (1848-1928), são de 1872. *La vuelta de Martín Fierro*, continuação da obra hernandiana, de 1879. Se considerarmos que os poemas de Brasil e Teixeira começaram a ser compostos anos antes de sua publicação em livro, a coincidência temporal é ainda maior. Quer dizer, o momento de ápice e delimitação da poesia gauchesca como gênero no Prata é o mesmo do desenvolvimento inicial da vida literária regional no Rio Grande do Sul, com seus meios de edição, instituições letradas e pequeno círculo de leitores próprios; e, uma vez havendo condições sociais mínimas de produção e de consumo de alta literatura no estado, já encontramos alguns ensaios de poesia gauchesca. O descompasso rio-grandense, portanto, é relativo e possui bases objetivas. Mas também é importante se considerar um fator subjetivo na avaliação de certa historiografia literária: os mesmos escritores regionalistas brasileiros que produziram gauchesca também se dedicaram em maior proporção à poesia romântica tradicional, quando muito com alguns toques nativistas, e foi essa produção que inicialmente ganhou destaque em suas biografias públicas.

²⁴¹ Além Pedro Canga, a seção “poemetos”, do *Cancioneiro Guasca*, apresenta poemas atribuídos a Zeferino Vieira Rodrigues (de Camaquã), J. Assis Vieira (da Serra do Tapes), F. A. Vieira Caldas Júnior (de Porto Alegre), e uma carta versificada do Capitão Francisco Marques de Oliveira, redigida em 1851, na campanha contra Rosas, na Argentina, além de dois poemas trocados por payadores que assinavam como Juca e Manduca e alguns versos cujos autores não foram identificados, recuperando apenas as iniciais de seus nomes. Interessante notar que foi nessa mesma parte da coletânea que Simões Lopes Neto transcreveu a poesia gauchesca dos escritores românticos Assis Brasil, Lobo da Costa, Múcio Teixeira e Bernardo Taveira Júnior, como que declarando maior afinidade entre essas duas variantes cultas do que entre a poesia folclórica e a protogauchesca de letrados menores.

Tudo leva a crer que, no estado, a perspectiva regionalista mais tradicional predominou na produção da alta literatura interessada por assuntos rio-grandenses até, pelo menos, a década de 1920. Em função disso, Leticia Nedel e Mara Rodrigues traçaram um paralelo entre Literatura e História, em que se observa o afastamento da primeira e a aproximação da segunda em relação à produção platina no oitocentos, com idêntica inversão de tendência nos dois campos partir da década de 1910 (NEDEL, RODRIGUES, 2005, p. 175-176). O ponto de inflexão literário, sem sombra de dúvidas, é a obra de Simões Lopes Neto.²⁴² Ainda assim, é importante destacar a experiência, apesar de limitada, da poesia gauchesca sul-rio-grandense romântica. No primeiro capítulo, levantei a hipótese de que teria existido, nas últimas décadas do XIX, uma corrente literária fronteira alternativa ao romantismo porto-alegrense voltado para a cena pública do Rio de Janeiro e seus parâmetros estéticos. Trata-se de uma produção mais propensa a assumir o termo gaúcho, assim como os temas da poesia gaúcha folclórica e, de maneira experimental, sua linguagem. Além de Brasil e Teixeira, poderíamos incluir na vertente algumas composições de Lobo da Costa e de Bernardo Taveira Júnior e, dilatando nosso escopo para textos híbridos, a peça *Os gaúchos* (1890), de Damasceno Vieira, e parte da novela de Luiz Araújo Filho (muito mais nativista do que gauchesca). Todos esses nomes compunham, como sabemos pela análise da biblioteca imaginária do nosso personagem, um pequeno cânone regionalista simoniano, que certamente configurou uma de suas fontes literárias mais relevantes. A hipótese de haver um romantismo fronteiro no Rio Grande do Sul tem capacidade heurística se não o considerarmos nem como movimento organizado, nem como reação consistente ao romantismo porto-alegrense alencariano.²⁴³

²⁴² O historiográfico é a fundação do IHGRS, em 1920.

²⁴³ Mas avesso à obra regionalista do próprio José de Alencar. Da seguinte maneira Bernardo Taveira Júnior justificou a publicação de *Provincianas* (1886): “Não fiz como *Senio* [pseudônimo de Alencar] que num livro intitulado – *O gaúcho* – tratou do campeiro do Rio Grande do Sul, dos seus hábitos e costumes, sem nunca ter presenciado nada disso... É esta a razão porque do eminente romancista brasileiro é aquele seu livro o de menos mérito, e mais falto de verdade. (...) E, na verdade, o campeiro Rio-Grandense, que lê o *Gaúcho* de *Senio*, ri-se e chacoteia da impropriedade e ridículo com que é apresentado em cena. Se nesse livro, apesar de todo o colorido e

Todos esses autores, à exceção de Araújo Filho, foram integrados às mesmas sociedades e círculos dominantes no campo erudito, centralizado por nomes como os dos irmãos Apolinário, Aquiles e Apeles Porto Alegre. Trata-se, portanto, de uma tendência, assim como na obra de Simões, mais sensível ao patrimônio popular gaúcho/fronteiriço e – por que não acreditar? – à poesia gauchesca platina, em função das trajetórias pessoais e das condições de edição desses escritores, conforme analisado no Capítulo I.

A partir disso, passo a pensar que a gauchesca, enquanto gênero poético culto transnacional, exerceu forte pressão sobre a fatura dos contos simonianos, oferecendo proposições estéticas alternativas às de Maya e Callage, mesmo que a via de acesso principal a essa tradição tenha sido as composições rio-grandenses.²⁴⁴ Como mostrou Josefina Ludmer, o gaúcho só teve direito à voz na (alta) literatura quando foi recrutado para a guerra. Por isso a gauchesca é um gênero patriótico; ele se vale da pátria *chica* dos sujeitos históricos diversos para produzir a grande pátria una, ao mesmo tempo em que conforma a cultura popular às exigências da cultura letrada: “La voz, el registro, aparece escrita, hipercodificada y sujeta a una serie de convenciones formales, métricas y rítmicas; passa ella también por uma institución disciplinaria, la poesía escrita, como el gaucho por el ejército, y se transforma en signo literário” (LUDMER, 2000, p. 23). Para a autora, a condição de possibilidade do gênero é a aliança en-

brilhançismo do estilo, soto-põe-se à aguda inteligência do campeiro o puro instinto do irracional! (grifos do autor) (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, s.p.). Já vimos, no primeiro capítulo, que Apolinário Porto Alegre desculpava os erros de caracterização de Alencar. Sua crítica era focada nas falhas de verossimilhança interna da narrativa: um protagonista que não se encaixava na idealização do “monarca das coxilhas”.

²⁴⁴ A influência da gauchesca platina na obra simoniana já foi sugerida por alguns críticos e historiadores. Lígia Chiappini e Luís Augusto Fischer reconhecem certo parentesco entre essa tradição e a ficção de Simões. Mais comum, no entanto, tem sido esquecer essa fonte, vinculando o autor aos quadros e correntes da literatura brasileira, um lugar comum fixado pelo nacionalismo da crítica modernista mais tradicional, como em Guilhermino César. Em 1989, Aldyr Garcia Schlee recomendou a exploração dessa veia como campo de pesquisa, inventariando uma série de autores e títulos argentinos e uruguaios que Simões poderia ter lido. Desconheço, no entanto, trabalho que tenha efetivado uma comparação detalhada e minuciosa da poesia gauchesca com a obra do nosso escritor. Este capítulo pretende seguir, de alguma forma, a provocação de Schlee.

tre setores progressistas da elite intelectual argentina e camadas subalternas. Algo que se repete no Rio Grande do Sul. Recrutado nos conflitos de fronteira, da independência da província Cisplatina à Guerra do Paraguai, o gaúcho cedo ganhou voz na incipiente produção literária do extremo sul do Brasil, dando início ao processo de domesticação simbólica que se aprofundou com o folclorismo cívico da Primeira República, do qual nosso personagem fez parte ativa, como vimos no capítulo anterior. Mas foi também a partir de uma geração “progressista” – como seria Simões Lopes Neto –, aberta às transformações sociais e políticas que se anunciavam com a crise do Império, que a figura alcançou sua representação menos artificial. Nesse sentido, basta lembrarmos do papel de Assis Brasil no movimento republicano, incluindo sua futura historiografia militante. A relativa comunhão de formas, portanto, tem razões sociológicas e ideológicas semelhantes no Rio Grande e no Prata. Parcela da intelectualidade rio-grandense participa da “comarca pampeana”, nos termos de Ángel Rama, porque compartilha práticas de representação letrada mais adequadas a problemas históricos análogos, mesmo que seus brios nacionalistas escondam a operação. Logo, participa da delimitação do gênero. Considerando essa contribuição, Pablo Rocca observou a constituição literária de um “espaço intersticial”, à margem de duas línguas – castelhano e português – e de três Estados nacionais:

A gauchesca transformou a férrea fronteira em um espaço poroso, construiu pontes e moveu barreiras contra a vontade do discurso do poder estatal. Tudo isto porque essa ‘linguagem técnica’ se nutriu de uma série muito ampla e, ao mesmo tempo, fechada, de recorrências, de tópicos e até de vocábulos comuns (ROCCA, 2002, p. 74).

É de se considerar, assim, que a produção platina tenha apresentado soluções formais ao projeto ficcional de nosso escritor. Com essa história dinâmica da poesia gauchesca, muito dificilmente Simões Lopes Neto poderia se restringir, em seu inventário de fontes e modelos, aos poucos autores brasileiros do século XIX que se dedicaram a ela, ou, ainda, à matéria folclórica comum dessa tradição letrada. Por quê, então, não encontramos textos literários argentinos e uruguaios em sua biblioteca imaginária? As razões desse silêncio foram descortinadas nos capítulos anteriores. Primeiro, o estigma social da palavra e da figura do

gaúcho fronteiriço exigia um trabalho ideológico de depuração, que passou, em seu projeto individual, pela distinção entre um gaúcho rio-grandense e um gaúcho castelhano. Segundo, o peso das suspeitas de platinismo cultural do estado no centro do país, com as correlatas acusações de separatismo, reforçavam essa estratégia, cada vez mais compartilhada entre a intelectualidade regional autorizada. No folclorismo cívico, do qual os contos e as lendas simonianas são tributários, o gaúcho platino configurava uma alteridade combatida, o “outro” privilegiado na invenção da gauchidade brasileira da região. Na terceira seção deste capítulo, veremos ainda que o monitoramento do aparato estatal sobre os discursos letrados – e do PRR sobre opositores e correligionários dissidentes – podia ser mais contundente do que uma simples repreensão ou, mesmo, rejeição literária oficial. Não cabia, portanto, a Simões Lopes Neto fazer referências, em textos públicos, à gauchesca platina; fato que balizou as interpretações nacionalistas de sua primeira fortuna crítica mais consistente, afastando o Prata do horizonte simoniano.

Apesar disso tudo, também já sabemos que houve intercâmbio de práticas de representação e *performance* entre intelectuais nativistas e *criollistas* dos três países, principalmente no sentido Uruguai-Argentina-Brasil, provável função da importação de impressos argentinos e uruguaios por livrarias e casas editoras rio-grandenses. Um exemplo desse tipo de consumo é a existência de uma coleção da revista portenha *Caras y Caretas* na Biblioteca Pública Pelotense, como dito anteriormente. Há testemunhos, inclusive, que afirmam ter sido Simões Lopes Neto um assinante desse periódico, além de receber exemplares de *Mundo Argentino*.²⁴⁵ Ambos os veículos publicavam, eventualmente, poesia gauchesca, contos crioulos e narrativas folclóri-

²⁴⁵ Aldyr Garcia Schlee conta que, em 1958, foi realizada uma série de entrevistas com jornalistas que trabalharam com Simões Lopes Neto, com intuito de produzir uma reportagem para a revista *Ponto de Vista*, que não foi concluída. Nesses relatos, se encontrariam as referências às assinaturas dos dois periódicos, além da revista *Kosmos*, editada no Rio de Janeiro entre 1904 e 1920 (SCHLEE, 1989, p. 88). *Mundo Argentino* passou a ser publicada pela Editorial Haynes em 1911, poucos anos antes do falecimento do autor, no mesmo ano em que ele finalizava os contos e compunha suas lendas. Se a informação estiver correta, também é reveladora da intimidade pelotense com a vida culta platina.

cas. Como vimos no capítulo anterior, nosso autor lia e utilizava historiografia em língua espanhola como fonte para sua própria produção histórica. Sua fortuna crítica também atribui o argumento da lenda “A Salamanca do Jarau” à leitura do folclorista hispano-uruguaio Daniel Granada. Uma de suas peças de teatro, *Nossos filhos*, é uma adaptação de obra do dramaturgo uruguaio Florêncio Sánchez (1875-1910), seu contemporâneo. É muito difícil acreditar que o mesmo padrão não se repetiria na produção ficcional realista. Por fim, sabe-se que, dos títulos platinos, ao menos *El gaucho Martín Fierro* alcançou grande popularidade no sul do Brasil. Há relatos de que seus versos, desde muito cedo, eram lidos em voz alta nos serões galponeiros rio-grandenses. Dessa maneira, muitos peões iletrados também teriam decorado de ouvido algumas das passagens da obra, que recitavam livremente na campanha, onde o bilinguismo generalizado permitia a sua compreensão e disseminação. Até mesmo a suposta presença de José Hernández na cidade brasileira fronteira de Santana do Livramento, durante seu exílio, em 1871, gerou especulações e debates sobre o papel do Rio Grande na composição do poema, diante de sua grande repercussão na região.²⁴⁶ É muito improvável, como já assinalou Aldyr Schlee, que Simões Lopes Neto passasse incólume por Hernández. Contudo, na ausência de registros da possível leitura, assim como de outros títulos da poesia gauchesca platina, nos resta apenas sondar as semelhanças textuais. Tendo em vista que as relações entre o autor e a literatura folclórica no estado já foram suficientemente tratadas pela sua fortuna crítica, é essa segunda veia, ainda pouco explorada, que privilegiarei a seguir.

A linguagem de Simões

Para identificar alguns usos da poesia gauchesca na prosa simoniana, procedi ao cotejo de seus contos com poemas de sete escritores argentinos e uruguaios e de seis sul-rio-grandenses. Para a constituição do *corpus*, selecionei os maiores clássicos do gênero platino, a partir de levantamento na bibliografia especiali-

²⁴⁶ Sobre a recepção de Hernández no Brasil e as disputas pela memória da produção de *Martín Fierro*, que envolvem a comunidade de Santana do Livramento, ver Chiappini, 2004.

zada. Além dos já citados Hidalgo, Lussich e Hernández, analiso textos de Hilário Ascasubi (1807-1875) e de Estanislao del Campo (1834-1880), autores representativos da primeira e da segunda geração romântica argentina, e que também teceram diálogos diretos em suas obras. Para destacar as diferenças de perspectiva no trabalho de linguagem, incluí nesta seleção os dois textos nativistas mais conhecidos de Esteban Echeverría, que costuma ser apontado como pioneiro, junto com Hidalgo, no aproveitamento de léxico campesino na linha literária culta argentina.²⁴⁷ Por último, agreguei um famoso poema de Rafael Obligado (1851-1921), cuja produção oscilava entre a nativista e a gauchesca, de maneira análoga aos autores rio-grandenses seus contemporâneos. Nesse caso, aliás, não foi preciso realizar uma seleção. São poucos os nomes brasileiros que ensaiaram poesia gauchesca no oitocentos e, significativamente, todos se encontram citados no cânone regionalista simoniano. Assis Brasil, Lobo da Costa e Múcio Teixeira publicaram algumas composições do gênero em meio a coletâneas de poemas românticos tradicionais. Apenas Teixeira explorou mais a gauchesca. Também vale lembrar que seus versos mais representativos dessa tendência foram transcritos por Simões Lopes Neto no *Cancioneiro Guasca*. Desses autores, considerei na análise morfológica somente as poucas composições do gênero. Já Bernardo Taveira Júnior publicou um livro inteiramente dedicado à temática regional, originalidade no cenário brasileiro que fez questão de ressaltar na apresentação da obra.²⁴⁸ Ainda assim, a maior parte dela é produzida em linguagem culta e seguindo os cânones românticos mais consolidados na alta literatura do país, apresentando quadros de costumes regionais sob o olhar objetivo de um letrado urbano, descortinando um mundo que não é seu. Ponto de vista, como vimos, que permite enquadrar esses textos na poesia nativista. Para termos

²⁴⁷ Segundo A. Berenguer Carisomo: “La cautiva impresionó quizá más que por sus méritos intrínsecos, y em justicia no le faltan, por la audacia y novedad de escribir un poema com materiales indígenas y sin recurrir al arsenal ni preceptivo ni métrico del retoricismo clásico. Ya era mucho para su tiempo” (CARISOMO, 1970, p. 28-29).

²⁴⁸ “Não tenho notícia, até ao presente, de que haja algum patricio meu, literato, poetizado sobre assuntos puramente com respeito ao nosso campeiro, e aos seus hábitos, costumes e tradições” (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, s.p.).

o mesmo efeito de contraste proporcionado pelos trabalhos de Echeverría, considere a totalidade da obra de Taveira. Outros dois textos nativistas rio-grandenses já citados também foram incluídos no *corpus* por apresentarem longas séries de desafios de trova/*payada*: *Os gaúchos*, de Damasceno Vieira, e *Recordações Gaúchas*, de Araújo Filho. Na definição dos traços formais e temáticos que se segue, no entanto, também considere a dupla linguagem culta desses dois títulos, nativista e gauchesca.

Os quadros 2 e 3 apresentam uma primeira aproximação de Simões Lopes Neto com esses textos. Sua função principal é organizar a seleção, mas eles também nos ajudam a visualizar nessa tradição letrada a existência ou não das duas características da linguagem simoniana mais celebradas pela crítica literária, como visto acima: o enfoque narrativo, com personagem-narrador popular desenvolvido; a dicção popular/gauchesca, em representação realista não caricatural da fala. O primeiro atributo foi separado em duas colunas que indicam os níveis de aprofundamento da estratégia, com ou sem um narrador/cantor gaúcho individualizado, indicando seus nomes quando houver. O segundo elemento igualmente se distribui em duas colunas, em que se distingue vocabulário do universo campesino representado na língua literária, solução presente na linha nativista, e uma dicção popular do texto, o que exige o reconhecimento, por parte do escritor, da distância fonética e sintática, além de lexical, em que se encontra o dialeto regional fronteiriço em relação à norma culta das línguas espanhola e portuguesa (RAMA, 1982, p. 30), algo específico da gauchesca.

Quadro 2 – Traços simonianos e as linguagens gauchasca/nativista platinas

Autores	Obras analisadas	Enfoque gaúcho em primeira pessoa	Personagem-narrador/cantor	Vocabulário popular/gauchesco	Dicção popular/gauchasca
Bartolomé Hidalgo (1788-1823) Províncias platinas Uruguai/ Argentina	- <i>Cielos y cielitos</i> (1811-1816) - <i>Diálogos</i> (1821-1822)	Sim	Jacinto Chanto e Ramón Contreras	Sim	Sim
Esteban Echeverría (1805-1851) Argentina	- <i>La Cautiva</i> (1837) - <i>El matadero</i> (1838-1840,)	Não	Não	Em parte	Não
Hilário Ascasubi (1807-1875) Argentina	- <i>Santos Vega</i> (1872)	Sim	Aniceto el Gallo e Paulino Lucero	Sim	Sim
Estanislao del Campo (1834-1880) Argentina	- <i>Fausto</i> (1866)	Sim	Anastacio el Pollo	Sim	Sim

José Hernández (1834-1886) Argentina	- <i>El gaucho Martín Fierro</i> (1872) - <i>La vuelta de Martín Fierro</i> (1879)	Sim	Martín Fierro	Sim	Sim
Rafael Obligado (1851-1921) Argentina	- <i>Poesias</i> (1885), contendo “Santos Vega”	Em parte	Não	Sim	Em parte
Antonio Lussich (1848-1928) Uruguai	- <i>Los tres gauchos orientales</i> (1872)	Sim	Julian Gimenez, Mauricio Baliente e José Centurión	Sim	Sim

Fonte: elaborado pelo autor.

A primeira conclusão a que chegamos com esta comparação é bastante óbvia, mas necessária: os principais traços “simonianos”, que garantem sua originalidade nos marcos da literatura brasileira, eram elementos comuns no gênero gauchesco conforme praticado nos países vizinhos do Prata. O enfoque narrativo popular é uma de suas características fundacionais. Pode-se dizer que é o achado estético (e político) de Hidalgo, que acompanha toda a poesia letrada derivada de seus *cielitos* e diálogos patrióticos, ganhando maior desenvolvimento e força na geração de 1860/80, com o *Fausto*, de Estanislao del Campo, e o *Martín Fierro*, de Hernández. No primeiro, temos a incorporação de uma temática e de um enredo erudito ao gênero, até então dominado pelos comentários políticos de vida efêmera, como em boa parte da obra de Hilário Ascasubi. Nesse poema, o gaúcho Anastacio el Pollo relata sua experiência na cidade, quando assiste a ópera

baseada no *Fausto*, de Goethe, e confunde ficção com realidade. A dissimulação do encontro entre cultura oral e cultura letrada, outro traço da gauchesca, atinge assim o nível do assunto, exigindo um esforço de caracterização do personagem-narrador com profundidade cultural e psicológica. Algo semelhante acontece com Martín Fierro, ao tematizar sua própria biografia, refletindo sobre si, suas vicissitudes e seu entorno. A linha nativista também podia lançar mão da narração homodiegética, como acontece no poema *La cautiva*, de Echeverría, mas o ponto de vista é sempre culto. Mesmo que incorporasse vocabulário regional, tal fato se vincula mais à realidade descrita do que à posição cultural do narrador. De outro lado, a gauchesca inicial não necessitava criar um personagem que legitimasse o uso da voz gaúcha. Se parte dos diálogos de Hidalgo ganha forma a partir das trocas de Jacinto Chano e Ramón Contreras, seus *cielitos* prescindem da apresentação de um cantor, como nos versos populares não autorais. Mais importante, para garantir a unidade do gênero, era a dicção, quer dizer, a emulação da fala regional campesina: “El momento en que a la intención descriptiva se sumó la de recrear o imitar su habla peculiar y campesina, utilizando esas formas poéticas no documentadas, es exactamente el del nacimiento del género que hemos denominado poesía gauchesca” (BORELLO, 1977, p. 43). Da mesma geração de Hernández, del Campo e Lussich, o poeta romântico Rafael Obligado segue essa lógica em seu *Santos Vega*, em que narra a morte do legendário *payador* argentino, com a voz de um paisano não identificado. Nesses casos, subentende-se, no entanto, o enfoque narrativo popular. No nível da composição, são esses aspectos que indicam o pertencimento relativo da gauchesca rio-grandense oitocentista ao gênero rio-platense. No Quadro 3, percebemos que a recriação da voz gaúcha se realiza parcialmente nesses versos, algo que se explica pelo ponto de vista cultural intermediário do narrador/eu-lírico. Nos quatro poetas brasileiros que ensaiaram versos gauchescos, antevê-se como sujeito da enunciação um letrado, geralmente jovem, que possui intimidade com a vida na estância; um filho da elite pecuária socializado no campo e formado na cidade, como o eram alguns de seus autores. O poema “Gauchadas”, de Múcio Teixeira é, nesse sentido, bastante exemplar, uma vez que observa a própria condição bicultural do eu-lírico/poeta, estabelecendo, em contrapartida, uma distinção com o peão:

Era [eu] um guasca largado! Às minhas gauchadas
 Diziam os peões: “Não é de caçoadas
 Aquele *doutorzito*, a meio abaianado,
 Por Deus que é ginetaço e moço abarbarado!”
 (TEIXEIRA, 1880, p. 78)

Quadro 3 – Traços simonianos e as linguagens gauchesca/nativista rio-grandenses

Autores	Obras analisadas	Enfoque gaúcho em primeira pessoa	Personagem-narrador/cantor	Vocabulário popular/gauchosco	Dicção popular/gauchesca
Assis Brasil	<i>Chispas</i> (1877) (apenas gauchescos)	Sim	Não	Sim	Em parte
Múcio Teixeira	<i>Novos ideais</i> (1880) (apenas gauchescos)	Sim	Não	Sim	Em parte
Bernardo Taveira Júnior	<i>Provincianas</i> (1886)	Em parte	Não	Sim	Em parte
Lobo da Costa	<i>Auras do Sul</i> (1888) (apenas gauchescos)	Sim	Não	Sim	Em parte
Damasceno Vieira	<i>Os gaúchos</i> (1890) - teatro	Não	Não	Sim	Em parte
Araújo Filho	<i>Recordações Gaúchas</i> (1905) - novela	Não	Em parte	Sim	Em parte

Fonte: elaborado pelo autor.

Essa característica específica também explica porque não houve o desenvolvimento de personagens-cantores-narradores nessa produção. Na verdade, a grande diferença entre a gauchesca platina e a rio-grandense no XIX se encontra na exploração do enfoque narrativo. Na primeira, não há uma relação de identidade entre o autor do texto e o narrador, uma distinção em relação à

poesia popular gaúcha, mas também a certa poesia erudita, pautada pelas convenções do romantismo e sua ideia de “gênio”, em que o eu-lírico costuma denotar um estado da alma do próprio poeta, confundindo-se autoria e enunciação. A segunda está mais próxima desse modelo. É verdade que a noção de narrador como entidade ficcional é comum na moderna prosa de imaginação, mesmo quando não individualizado,²⁴⁹ mas Blau Nunes não é apenas uma função dessa tendência. Acredito que ele represente uma solução de conciliação das duas tradições gauchescas, ainda que fortemente inspirado pela produção platina. Antes de ceder a voz ao gaúcho, um sujeito letrado urbano, que podemos postular ser o próprio autor, julga necessário apresentá-lo ao leitor:

Genuíno tipo – crioulo – rio-grandense (hoje tão modificado, era Blau o guasca sadio, a um tempo leal e ingênuo, impulsivo na alegria e na temeridade, precavido, perspicaz, sóbrio e infatigável; e dotado de uma memória de rara nitidez brilhando através de imaginosa e encantadora loquacidade servida e floreada pelo vivo e pitoresco dialeto gauchesco (LOPES NETO, 2006 [1912], p. 42).²⁵⁰

Como é sabido, esse paratexto autógrafo teve um longo trecho – cinco parágrafos – retirado da conferência “Educação cívica”, gênero discursivo em que há necessária correlação entre narrador e autor: quem enuncia e quem assina o texto oral ou escrito é a mesma pessoa, o conferencista.²⁵¹ É sintomático que, assim, praticamente a metade dele se dedique a falar da experiência pessoal do letrado, em suas andanças pelo território rio-grandense, tendo Blau como guia: “Eu tenho cruzado o nosso Estado em caprichoso ziguezague” (LOPES NETO, 2006, p. 41). Se a estratégia lembra o prefácio de Bernardo Taveira Júnior, que também reivindica uma

²⁴⁹ De acordo com a teoria de Käte Hamburger (2013) a respeito da lógica da criação literária, essa relação é própria dos gêneros narrativos miméticos, em prosa e verso; em contraposição, está ausente na poesia lírica.

²⁵⁰ Como não nos interessa, nas análises que seguem, a materialidade da primeira edição, optei por utilizar o texto atualizado por Aldyr Garcia Schlee.

²⁵¹ Anatol Rosenfeld (2011) desenvolveu reflexões semelhantes comparando a literatura de imaginação e a escrita da história. Philippe Lejeune (2008), por sua vez, considerou como uma das principais características híbridas do gênero biográfico a relação de identidade entre autor e narrador, também tendo como modelo comparativo os gêneros históricos.

autoridade sobre o relato através do conhecimento e da observação direta do meio, Simões transfere a responsabilidade do texto ao personagem. Seus contos são memórias de Blau Nunes, “uma longa estrada semeada de recordações – casos, dizia –, que de vez em quando o vaqueano²⁵² recontava, como quem estende ao sol, para arejar, roupas guardadas ao fundo de uma arca” (LOPES NETO, 2006, p. 43). Para entendê-lo, como no gênero oral que inspirava o livro, o *cuento*, mas também como na *payada* e na poesia gauchesca, era preciso ouvi-lo, ao invés de lê-lo: “Patrício,²⁵³ escuta-o” (LOPES NETO, 2006, p. 43).

Como na literatura nativista, as opções formais de Taveira Júnior também parecem se justificar pela intimidade com o assunto, além de possibilitar um retorno aos próprios homens do campo que lhe servem de matéria: “Aos campeiros do Sul entrego a apreciação da fidelidade do que sobre escrevi; quanto à parte literária, reservo-a para os entendidos” (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, s.p.). Já em Simões, como na gauchesca platina, elas são desdobramentos da fala do gaúcho, ou melhor, da criação do “dialeto gauchesco” de Blau, nas palavras do autor. Sua presença inicial no texto – que parece continuar no relato, mas apenas como interlocutor implícito do personagem-narrador – pode ser um ajuste às condições locais do gênero. Todavia, a solução final não nos deixa dúvidas de que Simões Lopes Neto leu a produção platina. Se não é possível determinar a qual título ele teve acesso, é certo que ele conhecia as regras internas desse sistema literário. Sabemos que a narração homodiegética já havia sido experimentada no seu livro de leitura escolar. Essa experiência pode ter oferecido uma sugestão. Maio, como vimos, é uma solução de gênero, o romance de formação, também constituído internacionalmente: um menino que relata suas práticas juvenis de maneira modelar. Nada seria, portanto, mais lógico do que recorrer ao gênero temático mais próximo de seu novo projeto literário, formulando um procedimento semelhante. Outro fato de sua biografia intelectual, pouco lembrado pela crítica, indica o conhecimento prévio da linguagem literária gauchesca: a figu-

²⁵² Como vimos no primeiro capítulo, esse termo era corrente no sistema classificatório social e profissional fronteiriço para designar o gaúcho especializado em guiar caravanas e tropas pelo território.

²⁵³ Conterrâneo.

ração de um gaúcho na peça *O boato*. O personagem Janguta, homem do campo que havia migrado para a cidade, realiza uma espécie de contraponto ao verborrágico protagonista Borromeu Boato, um antecedente do mentiroso Romualdo. O texto é redigido em norma culta do português brasileiro de então,²⁵⁴ mas a fala dos dois personagens ganha tratamento diverso e oposto. Para ressaltar a personalidade nefelibata do professor, sua linguagem passa por uma espécie de exacerbação do monitoramento gramatical, além da incorporação artificial de vocabulário erudito na comunicação cotidiana. Já a fala do campeiro recebe acento popular, em semelhante trabalho de linguagem ao da poesia gaúchesca e ao efetivado, vinte anos depois, pela voz de Blau Nunes, com pausas, suspensões e repetições do texto escrito, semelhantes às da oralidade (marcadas na sintaxe e na pontuação), uso de vocabulário campeiro, expressões fronteiriças, interjeições e onomatopeias típicas da lida com o gado, concurso a imagens rurais como metáforas descritivas etc. O seguinte trecho – em que Janguta reflete sobre o empobrecimento de seu compadre Mingote e de sua afilhada Nicota, alvos de um golpe do baú por parte de Boato –, apesar de longo, vale a transcrição pela verificação de todos esses recursos:

- (*passeando*) Este homem tem dado por paus e por pedras. Tem levado cada pução!²⁵⁵ Eu nem sei como um fortunão destes, se tem ido por água abaixo! É o tal nove... nove, noves fora nada! Ainda o que vale é andar isto encoberto, se não lhe caíam os urubus em cima, que nem a ossamenta lhe deixavam! E depois, meteu-se-lhe na cabeça de casar a minha afilhada com um araganaço,²⁵⁶ metido sempre com a vida dos outros; que conversa pelos cotovelos, mente com trezentos diabos, desavergonhado como um boateiro, e que aparece aqui, some-se ali, torna a surdir, amoita-se, belisca, atira os outros na dança e tira o pé do

²⁵⁴ Não confundir com *gramática normativa tradicional*, ou seja, o conjunto fixo de regras de escrita prescritas pelos gramáticos, a partir de convenções selecionadas de um cânone literário erudito nacional. Por “norma culta”, os estudos linguísticos compreendem os padrões de fala e de escrita socialmente considerados cultos. São aqueles empregados diariamente pelos grupos sociais com maior nível de educação formal e, geralmente, de extração social dominante.

²⁵⁵ Golpe de esporas. Metafórico: castigo.

²⁵⁶ Cavalos difíceis de ser domados.

laço,²⁵⁷ não aguenta um tirão seco,²⁵⁸ e quando se olha, para ele bem no branco dos olhos, o homem se engasga, pede perdão, jura que nunca mais ou diz que foi por brincadeira... e zas! logo no dia seguinte tanto se me dá, como se me deu (cuspindo) Tuh! diabo! Também o nome dele: ora, Borromeo Boato! (LOPES NETO, 1893, p. 86).

Alguns desses aspectos serão abordados adiante. Mais importante, no momento, é reconhecer a existência no texto do segundo trunfo simoniano para a crítica brasileira: a transcrição literária da linguagem oral ou a representação realista da fala sem “servilismo” ortográfico. Vejamos o argumento de Aurélio Buarque de Holanda:

Na ânsia de copiar com a máxima fidelidade a linguagem dos ignorantes, caem certos autores em excessos deploráveis. Não se restringem a alterar a grafia das palavras naquilo em que a pronúncia caipira diverge da pronúncia culta; vão além: alteram-na ainda quando tal divergência não existe. Não contentes de fazer do linguajar inculto uma caricatura do falar civilizado, ainda por cima fazem uma caricatura dessa caricatura (HOLLANDA, 1961, p. 28).

Desde cedo, portanto, Simões ultrapassa essa convenção do regionalismo brasileiro, futuramente repreendida pelos literatos modernistas. Não porque a desconhecesse. Na mesma peça, lançou mão da estratégia para colocar em cena um personagem popular secundário, menino engraxate: “- Qué ingraxá friguês? tem casca de banana, mas agora é três vintém; tá tudo caro! Nem se pode dar bananas, por causa do preço. Qué?...” (LOPES NETO, 1893, p. 25-26). Em outra passagem, um soldado raso, que prende um grupo de cidadãos de classe média, demonstra sua origem humilde na fala: “Isso é lá com o capitão. (...) Meu supriô! Estes suplicantes estavam se advertindo contra os apreitos do codio, e nós, seguindo a orde e o costume, fumos arrebanhando eles pro buque!” (LOPES NETO, 1893, p. 67).

O tratamento desigual dado à voz dos personagens, que inclui o gaúcho e o professor, revela ao menos quatro características do autor em formação, mais tarde desenvolvidas na pro-

²⁵⁷ Se esquiva, foge.

²⁵⁸ Sustentar uma opinião, “aguentar o tranco”.

sa de ficção madura: a) o domínio de diferentes registros de língua e de soluções literárias diversas para a transcrição da fala; b) a compreensão de que a variação linguística é social, além de regional; c) a percepção de que caracterização realista de personagens exige sua adequação a normas gramaticais, sintáticas e semânticas específicas; d) a asserção de que a linguagem é uma matéria fundamental da literatura e, portanto, de que a fatura do texto não pode ser acidental. Tal consciência aguda do nível linguístico da arte literária ficcional deve ter origem mesmo no exercício da dramaturgia, gênero produzido para a execução oral, o que também explica a caricatura da voz “caipira” do menino e do soldado na peça *O Boato*: era um texto feito para ser ouvido, não para ser lido, e que precisava indicar para os atores qual era a prosódia desejada. De qualquer forma, ela determina a sua produção futura. Daí a diferença de tom entre Blau Nunes e Romualdo. Esse último é um “gaúcho” assimilado pela cultura letrada urbana, com alguma experiência campeira que não chega a definir uma personalidade “guasca” para o personagem, como diria Simões Lopes Neto; o que levou à controversa tese, formulada por Maria Luiza Armando (2014), de que Romualdo é um antídoto ao mito do gaúcho pampiano representado por Blau Nunes. Em nível estilístico, observamos nos *Casos* um texto menos marcado pela oralidade e pelos regionalismos, ainda que incorpore vocabulário cotidiano e rio-grandense, numa linguagem descritiva mais clara, talvez em função do gênero infante-juvenil e sua necessidade de comunicação,²⁵⁹ talvez pelo tom humorístico, muitas vezes irônico, necessário para amarrar o relato ao assunto (as mentiras de seu narrador):

Abro o saco e conto o muitíssimo que tenho visto, as aventuras em que fui parte.

Dos meus – verdadeiros – casos, posso citar inúmeras testemunhas... infelizmente quase todas mortas e as restantes morando longe; há mesmo alguns cujos nomes esqueci, mas cujas fisio-nomias guardo nos escaninhos da memória (LOPES NETO, 1952, 20).

²⁵⁹ Como sabemos, *Casos do Romualdo* foi inspirado no famoso *As aventuras do Barão de Münchhausen*, de Rudolf Eric Raspen, que então era utilizado no país como livro de leitura escolar.

Se uma boa parte das soluções formais para a criação da voz de Blau Nunes já era conhecida, portanto, desde a encenação de Janguta, passando pela composição de Juca Polvadeira, do primeiro *Terra Gaúcha*, e se elas escapavam dos cânones regionalistas brasileiros para a notação da fala sertaneja, as fontes do escritor também não poderiam ser apenas a literatura folclórica e a oralidade campesina. Novamente, chegamos à tradição gauchesca. E, nisso, Simões estava muito mais próximo da produção platina. É o que aponta a última coluna dos quadros 2 e 3. Os poetas rio-grandenses formularam uma estratégia intermediária, entre a nativista e a gauchesca, para a representação gráfica da fala campeira: os desvios em relação à normal culta, principalmente no plano lexical, são assinalados em itálico, o que já acontecia com o emprego de estrangeirismo ou de termo não dicionarizado na língua portuguesa, como nos seguintes exemplos de Lobo da Costa e de Taveira Júnior:

Na minha terra, lá... quando
 O luar banha o *potreiro*
 Passa cantando o tropeiro,
 Cantando... sempre cantando...
 (...)
Enfrena, pois, teu cavalo,
 Ferra a espora, alça o chicote,
 E caminha trote... a trote,
 Se não quiser cansá-lo.
 (grifos do autor) (COSTA, 1888, p. 67)

Na véspera do rodeio
 Ordena o capataz a *recolhida*
 Que consiste em trazer-se da *querência*²⁶⁰
 A *tropilha* que deve antes da aurora
 Do rodeio servir para o trabalho.
 (grifos do autor) (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 72)

Desse modo, se evitava a descaracterização fonética, em relação aos protocolos tradicionais, na transcrição do registro popular de fala. Em termos pragmáticos, pode-se dizer que se trata de uma convenção gestada localmente para a representação regionalista, a partir de modelos pré-existentes de notação de desvios gramaticais

²⁶⁰ Local de criação do gado, onde o animal se acostumou a pastar. Metafórico: terra natal, pátria, local de residência.

e lexicais, e que foi seguida na primeira prosa narrativa nativista rio-grandense, depois do regionalismo romântico mais avesso ao aproveitamento da matéria folclórica. *Recordações Gaúchas*, cujo narrador onisciente culto não participa dos eventos relatados, também se vale parcialmente dela para destacar vocábulos e expressões, tanto na narração – “O compadre Giloca e João de Borba forraram o poncho,²⁶¹ para o resto da viagem, felizmente, segundo o palpite do primeiro” (grifo do autor) (ARAÚJO FILHO, 1987 [1905], p. 65) – como na fala do gaúcho, presente nos diálogos: “(...) é como cachorro *chimarrão*,²⁶² que nunca é fiel: vem pra casa antes de abrir os olhos e afinal sempre se torna daninho e, quando menos, *ovelheiro*.²⁶³ O trabalho de coureação e *cerdeio*²⁶⁴ era para a peonada, que havia muita (...) (grifos do autor) (ARAÚJO FILHO, 1987, p. 90-91).²⁶⁵ O também pelotense João Fontoura (1887-1942),²⁶⁶ único contista sul-rio-grandense contemporâneo a Simões Lopes Neto que se aproxima de seu trabalho de linguagem, mas sem a solução narrativa simoniana/gaúchesca,²⁶⁷ empregou o

²⁶¹ Ganharam muito dinheiro.

²⁶² Crioulo.

²⁶³ Diz-se do cachorro que mata ovelhas.

²⁶⁴ O corte da clina e da cola dos cavalos; do castelhano *cerdear*.

²⁶⁵ Como exemplo de que a inspiração do destaque gráfico dos regionalismos gaúchos vinha da notação de estrangeirismo, segue trecho de Araújo filho, com seu narrador culto, empregando termo francês: “(...) àquela espécie de *rendez-vous* anunciado três meses antes pelos interessados” (grifo do autor) (ARAÚJO FILHO, 1987, p. 30). Luís Augusto Fischer já havia observado essa diferença de notação entre LAF e SLN, acreditando que o nosso autor poderia ter aprendido por contraste a evitar a solução, “a não salientar o abismo entre narrador culto e personagem popular” (FISCHER, 2012, p. 32).

²⁶⁶ Publicou seu primeiro livro de contos *Nas Coxilhas* (1912), com vinte e cinco anos de idade, no Rio de Janeiro. Mas somente em 1929 lançou seu segundo título, também na capital do país: *Umbu: contos sul-rio-grandenses*. Encontrei poucos dados biográficos do autor, assim como poucas menções a sua obra na historiografia literária. Não confundir com João Neves da Fontoura (1887-1963), nascido na cidade de Cachoeira do Sul, que foi ministro de Vargas e membro da ABL.

²⁶⁷ No geral, o tom é leve e a linguagem cotidiana, mas também encontramos no texto alguns arroubos parnasianos ao estilo de Maya e Callage, como no seguinte trecho: “Os campos enfumaçavam-se em trêmulo reverberar; retorciam-se queimados pelo sol, os arbúsculos à margem da restinga seca, cujo leito vermelho e lamarento serpeava em coleios às coxilhas escarvadas pelos touros chucros” (FONTOURA, 1912, p. 11).

mesmo recurso: “- É o meu *piá*,²⁶⁸ respondia a velha a encher os copos sobre o balcão. (...) - Com licença. ‘Boas tardes’ moço. Não se vexa... continue, amigo... eh! *pucha*, que o Sr. com esse bicho atrai a gente no mais, *seu*” (grifos do autor) (FONTOURA, 1912, p. 44). É importante dizer que Simões utiliza em alguns momentos essa solução gráfica de seus antecedentes poéticos, já menos rígida na representação do falar campesino do que o proposto por seus pares sertanistas brasileiros mais notórios, segundo Holanda; principalmente nas *Lendas do Sul*. Todavia, na maior parte dos contos a dicção oral de Blau Nunes como que dispensa, inclusive, essa convenção da gauchesca e da nativista rio-grandenses. A originalidade simoniana, portanto, também vinha de fora. Apenas para exemplificar como a gauchesca platina partilha da mesma naturalidade do nosso autor na transcrição fonética da pronúncia local e nas marcações gráficas dos desvios de padrão culto (ou na sua ausência), segue um trecho do *Martín Fierro*, em que, como desdobramento coerente do enfoque narrativo, há incorporação de léxico campeiro sem grifos, além de formas populares – “naides” por “nadie” – e aproximações da pronúncia regional – “güeno” por “bueno”; “letrao” por “letrado”, encenando a contração comum nos verbos em participípio e substantivos deles derivados no castelhano oral rio-platense – sem os excessos do regionalismo brasileiro que Aurélio Buarque de Holanda chamaria de “reprodução fotográfica da fala” (HOLANDA, 1961, p. 28):

Yo no soy cantor letrao
 mas si me pongo a cantar
 no tengo cuándo acabar
 y me envejezco cantando:
 las coplas me van brotando
 como agua de manantial.

Con la guitarra en la mano
 ni las moscas se me arriman;
 naides me pone el pie encima,
 y cuando el pecho se entona
 hago gemir a la prima
 y llorar a la bordona.

²⁶⁸ Menino, guri. Também usado, conforme o exemplo, como sinônimo de filho.

Yo soy toro em mi rodeo
y torazo en rodeo ajeno;
siempre me tuve por güeno
y si me quieren probar
salgan otros a cantar
y veremos quién es menos (HERNÁNDEZ, 1967 [1872], p. 28-29).

A língua de Blau

O trabalho de linguagem, portanto, é o traço definidor do gênero gauchesco; e que o distancia tanto da literatura nativista (lembrando: com algum aproveitamento da fala campeira regional no nível do texto, sem adotar a perspectiva de narração popular) quanto da regionalista mais tradicional (como a prosa romântica rio-grandense oitocentista), que não se permitia tocar pelos registros populares do castelhano e do português na fronteira Sul. Na época de Simões, esse regionalismo elitista era dominante na produção dedicada aos assuntos rio-grandenses, e sua maior realização, como já sabemos, é a obra de Alcides Maya.²⁶⁹ Por isso é difícil de acreditar que as escolhas simonianas na fatura do texto tenham sido tão gratuitas, ou mesmo apenas intuitivas. Não cabe, neste espaço, fazer um inventário exaustivo dos traços linguísticos e estilísticos dos *Contos* e das *Lendas*.²⁷⁰ Mas um

²⁶⁹ Também é a perspectiva de Roque Callage, apesar de maior sintonia no plano da linguagem com o objeto tematizado. A novela de Araújo Filho e os contos de João Fontoura, segundo a classificação apresentada neste trabalho, podem ser qualificadas de nativistas, pelo aproveitamento de vocabulário popular fronteiriço e pela representação mais realista da fala do campeiro. O regionalismo tradicional foi gestado pelas duas gerações românticas do Rio Grande do Sul, principalmente no gênero romance. Desse corte, podemos citar como mais expressivos os livros de Caldre e Fião, *O vaqueano* (1872), de Apolinário Porto Alegre, e *Os Farrapos* (1887), de Oliveira Belo.

²⁷⁰ Para tanto, ainda é válida a clássica introdução de Aurélio Buarque de Holanda à edição crítica da Globo, desconsiderando-se as opiniões pouco científicas na exploração dos mesmos, como na avaliação da nacionalidade dos vocábulos: “Umás dessas palavras e expressões ainda consideram intacta a vestimenta originária, estranha ao nosso idioma e a ele dificilmente adaptável, ferindo-nos a vista com um jeito impertinente de intrusas” (HOLANDA, 1961, p. 32). Outros bons guias no quesito são as edições de Lígia Chiappini para o Instituto Nacional do Livro e a de Aldyr Garcia Schee para o Instituto Estadual do Livro, a que recorro neste capítulo. A fortuna crítica do autor também se detém, da maneira variada, a procedimentos e traços da linguagem simoniana. Os melhores trabalhos, em ordem cronológica de pu-

breve apanhado de alguns procedimentos caros ao autor, compartilhados com a poesia gauchesca no todo, corrobora as hipóteses e reforça as avaliações desenvolvidas até aqui.

- a) *Vocabulário*: como temos visto, esse é o primeiro plano de intervenção da gauchesca, ainda mais desenvolvido do que na nativista, como razão da emulação da fala campeira. Em Simões Lopes Neto, verificamos um claro encontro com o léxico dessa tradição. Ainda que possa ser creditado à matéria comum, a recorrência de vocábulos em situações semelhantes de composição aponta para uma conformação de gênero. Num primeiro nível, verifica-se, em sua obra, o uso de platinismos ou hispanismos, termos retirados ou adaptados da variante rio-platense do castelhano. Entre os vários exemplos possíveis, encontram-se o emprego dos advérbios “mui”,²⁷¹ de *muy*, por “muito”, e “d’espacito”, de *despacio/despacito*; o uso de termos derivados, como “invite”, de *invitar/invitación*, por “convite”, e “empeçar”, de *empezar*, por “começar”, além do diminutivo “ito” para vocábulos do português brasileiro, ao invés de “inho”. Há também transposições sem alterações gráficas, como em “fandango” e “*morocho*”. Nesses casos, aproveita-se vocabulário castelhano regional de grande circulação na campanha rio-grandense, a ponto de se confundir com o dialeto fronteiriço. Nesse sentido, considero “dialetais” termos comuns, incorporados às duas línguas, como em categorias sociais (china/chinoca); substantivos pátrios (pago, paisano), entre outros. Em nível mais restrito, há vocábulos gestados na lida das estâncias e na economia ganadeira, que denomino, nos exemplos abaixo, de “campeirismos”, incluindo designações de objetos e de elementos da vida rural (cancha), de tipos de cavalo (bagual), de instrumentos do trabalho (guasca), com seus usos literais e metafóricos. Os exemplos seguintes representam uma parcela muito reduzida do léxico

blicação, são a tese de Flávio Loureiro Chaves, o ensaio de Ligia Chiappini e as edições comentadas de Luís Augusto Fischer.

²⁷¹ Forma também comum no português arcaico, como apontado por Holanda.

comum e visam principalmente demonstrar sua recorrência na fatura da poesia gauchesca (platina e rio-grandense) e da prosa simoniana, indicando, ainda, algumas tendências de uso.

Platinismos

– *Acollarado/acolherado*: preso por coleira; unido.

- Ya están **acollaraditos**...
- Dele un beso a esa giñebra:
(grifo meu) (CAMPO, 1930 [1872], p. 37).

JSLN:

(...) ainda que chovesse reíunos²⁷² **acolherados** ou que ventasse como por alma de padre, nunca errou vau, nunca perdeu atalho, nunca desandou cruzada!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 133, “Contrabandista”).

– *Entrevero*: luta, peleia.

- ¡Qué fletes²⁷³ traiban los bárbaros²⁷⁴,
Como una luz de ligeros!
Hicieron el **entrevero**
y en aquella mescolanza,
éste quiero, éste no quiero,
nos escogían con la lanza.
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 42).

JSLN:

E foi mesmo no meio da carga, entre gritos, juras, palavrões, tiros, pontacos de espadas e coriscos de lanças, pechadas²⁷⁵ de cavalos, foi nesse berzabum do **entrevero** que o Costinha industriou o chiru:²⁷⁶ (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 121, “Melancia - Coco Verde”).

²⁷² De baixa qualidade, ordinário, ruim. Também empregado na gauchesca e no dialeto gaúcho rio-platense.

²⁷³ Cavalo bom e formoso. Também empregado na gauchesca e no dialeto gaúcho sul-rio-grandense.

²⁷⁴ Martín Fierro se refere aos indígenas que enfrenta na fronteira argentina.

²⁷⁵ Colisão, encontro. De *pechar*, do castelhano, bater de *pecho*.

²⁷⁶ Caboclo, índio; homem de pele morena; gaúcho.

- *Fandango*: festa, baile; batalha, em sentido figurado.

yo estaba ya tan cansao
que así que dieron las ocho
corté para lo de Alfaro,
aonde estaban los amigos
en beberaje y fandango:
(grifo meu) (HIDALGO, 1979, p. 75).

JSLN:

- Ela não se arpiou quando me viu?...
- Não... nem nos benzeu com um olhado... É uma cabocla en-
festada!...
- Cale a boca... Apronte-se que o fandango não tarda.
- Eu preferia bailar com a morena... (LOPES NETO, 2006, p.
109, “Os cabelos da china”).

- *Haragán/haragano*: que não se deixa prender, fugidio, arisco.

Al principio nos dejaron
de **haraganes** criando sebo,
pero después... no me atrevo
a decir lo que pasaba.
¡Barajo!... si nos trataban
como se trata a malevos
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 38).

JSLN:

Os olhos da Tudinha eram assim a modo olhos de veado-virá,
assustado: pretos, grandes, com luz dentro, tímidos e ao mesmo
tempo **haraganos**... pareciam olhos que estavam sempre ouvindo...
ouvindo mais, que vendo... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 54,
“O negro Bonifácio”).

- *Morocho*: morena, mestiça, mulata.

Una **morocho**, que encanta
por su aire suelto y travieso,
(grifo meu) (OBLIGADO, 2003 [1885], s.p.).

JSLN:

Face cor de pêssego maduro; os dentes brancos e lustrosos
como dente de cachorro novo; e os lábios da **morocho** deviam
ser macios como treval, doces como mirim, frescos como polpa
de guabiju... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 54, “O negro
Bonifácio”).

Campeirismos e dialetais

– Bagual: cavalo não domado, bravio; potro, pingo, flete, qualquer cavalo.

Exemplo 1:

y más malo que su agüela
se hacia astillas al **bagual**
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, 31-32).

Exemplo 2:

É de certo **bagual** de estribaria,
Pois cansado não está da montaria
(grifo meu) (TEIXEIRA, 1880, p. 67).

JSLN:

E bem montado, vinha, num **bagual** lobuno rabicano,²⁷⁷ de machinhos²⁷⁸ altos, peito de pomba e orelhas finas, de tesoura; mui bem tosado a meio cogotilho,²⁷⁹ e de cola atada, em três tranças, bem alto, onde canta o galo!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 55, “O negro Bonifácio”).

– Cancha: pista para corrida de cavalos e jogos campeiros; corredor, espaço aberto.

Exemplo 1:

La soldadesca hizo **cancha**
y todos jueron pasando
hasta llegar a la iglesia.
(grifo meu) (HIDALGO, 1979, p. 71).

Exemplo 2:

Ao sítio marcado, na *cancha* escolhida,
Já chegam qual onda sobre onda espumosa;
(grifo do autor) (TAVEIRA JÚNIOR, p. 35).

JSLN:

Entraram na **cancha** os parelheiros, todos dois pisando na ponta do casco, mui bem compostos e lindos, de se lavar com um bochecho d’água (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 56, “O negro Bonifácio”).

²⁷⁷ Lobuno: coloração cinza-escura. Rabicano: cauda misturada de branco e outra cor escura.

²⁷⁸ Parte posterior da junta da quartela, próxima ao casco.

²⁷⁹ Tosa na crina do cavalo, em que o pelo fica mais curto entre as orelhas.

– China/chinoca: mulher, rapariga. Chinoca é diminutivo de china.

Exemplo 1:

a mi **china** la dejé
medio desnuda ese día
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 37).

Exemplo 2:

“**Chinoca**”, disse, “escondes-te da gente?
Por que foste pra dentro? vem cá, anda”.
(grifo meu) (TEIXEIRA, 1880, p. 56).

JSLN:

Isto de **chinas** e gatos... quem amimar sai arranhado... (LOPES NETO, 2006, p. 109, “Os cabelos da china”).

E na outra, a **china** vinha calada, mas com a cabeça deitada no peito do par, olhando terneira pra ele, com uma luz de riso, os beiços encolhidos, como armando uma promessa de boquinha (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 145, “Jogo do osso”).

– Guasca: tira de couro cru usada em trabalhos campeiros. Figurado: gaúcho.

Exemplo 1:

No me faltaba una **guasca**,
esa ocasión eché el resto:
bozal, maniador, cabresto,
lazo, bolas y manea...
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 37).

Exemplo 2:

Três pedras somente, três pedras bem rijas,
Redondas, forradas de couro sovado,
Em pernas bem presas de **guasca** torcida,
E unidas as pontas em nó apertado;
(TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 48).

JSLN:

Vancê não sabe o que é um ligar? Não é só, não sr., o couro de terneiro pra fazer carona; é também uma tira de **guasca**, chata, assim numa meia braça, com um furo dum lado e uma meia ponta do outro. (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 89, “Correr eguada”).

– Pago: lugar de nascimento, residência ou referência afetiva do homem do campo.

Exemplo 1:

Tuve en mi **pago** en un tiempo
hijos, hacienda y mujer,
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 35).

Exemplo 2:

Ando só nessas verdes coxilhas,
Nestes **pagos** eu piso atrevido.
(grifo meu) (BRASIL, 1877, p. 93).

JSLN:

Foi o tempo do manda-quem-pode!... E foi o tempo que o gaúcho, o seu cavalo e o seu facão, sozinhos, conquistaram e defenderam estes **pagos**!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 136, “Contrabandista”).

– Paisano: cidadão, compatriota, conterrâneo, homem do campo; forma de tratamento do campeiro gaúcho, sinônimo de amigo.

Exemplo 1:

El cielito de la Patria
hemos de cantar, **paisanos**,
(grifo meu) (HIDALGO, 1979, p. 15).

Exemplo 2:

Yo he conocido esta tierra
en que el **paisano** vivía
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 31).

JSLN:

Os **paisanos** das duas terras brigavam, mas os mercadores sempre se entendiam... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 137, “Contrabandista”).

Ora... ora!... Passar bem, **paisano**!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 138, “Contrabandista”).

- b) *Expressões idiomáticas e frases feitas*: ainda no plano lexical, há recorrência na tradição gauchesca e na prosa simoniana de expressões do dialeto fronteiriço. Trata-se de uma série de locuções ou frases fixas cujo significado não pode ser interpretado literalmente, pois

é diferente daquele de suas palavras tomadas de maneira isolada. Seguem três exemplos:

- Aguentar o tirão: aguentar o tranco; sofrer um baque.

Les **aguenté los tirones**

sin que ni un ¡ay! se me oyera

(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 51-52).

JSLN

Quando botei o pé em terra na ramada da estância, ao tempo que dava as — boas-tardes! — ao dono da casa, **aguentei um tirão seco** no coração... não senti na cintura o peso da guaiaca! (grifo meu, 2006, p. 46, “Trezentas onças”).

- De mi flor: o melhor possível; excelente.

Ni los mirones salvaron

de esa arriada **de mi flor**;

(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 36).

JSLN

Dentro da sala, fechada, ia um vozerio dos homens; depois serenava; parece que eles estavam mussitando; e a voz da dona repenicava, hablando un castellano **de mi flor!** (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 149, “Duelo de farrapos”).

– no mais/*no más*, aí/ali no mais/*ahí no más*: locução adverbial, com caráter geralmente expletivo – “não mais”; simplesmente, unicamente, tão somente; então:

Exemplo 1:

Se presentó, y ahí **no más**

hizo una arriada en montón

(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 35-36).

Exemplo 2:

Y **ahí no más** paré la oreja,

(grifo meu) (LUSSICH, 1964, p. 36).

JSLN:

(...) e ela atravessou a flor no seu chapéu de palha, **ali no mais**, com toda a inocência, à vista de todos (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 63, “No manantial”).

(...) passou voz que **aí no mais** todos iriam comer um queijo sem nada pagar... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 79, “Deve um queijo”).

c) *Linguagem metafórica*: o léxico regional/campeiro, portanto, é muitas vezes empregado na tradição gauchesca em sentido alegórico, em ocorrências similares às do falar fronteiriço. Mas dessa característica dialetal também emerge um procedimento autoral mais elaborado, que concorre para a exploração da linguagem figurada própria da poesia: o uso frequente de metáforas e de comparações metafóricas (que empregam conectivos comparativos, geralmente o “como”). No gênero, elas servem para descrever cenas/paisagens, objetos e personagens. Nesse último caso, apresentam características físicas, expressam uma condição ou um estado de espírito e ajudam a desenhar um tipo social ou uma personalidade individual.

– Descrição de cena:

La gente en el corredor,
Como hacienda amontonada,²⁸⁰
 Pujaba desesperada
 Por llegar al mostrador
 (grifo meu) (CAMPO, 1930, p. 41).

JSLN:

Nos atoleiros, secos, nem um quero-quero: uma que outra perdez, sorrateira, piava de manso por entre os pastos maduros; e longe, entre o resto da luz que fugia de um lado e a noite que vinha, peneirada, do outro, alvejava a brancura de um João-Grande, voando, sereno, quase sem mover as asas, **como numa despedida triste**, em que a gente também não sacode os braços... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 48, “Trezentas onças”).

– Descrição de objeto/animal:

flete lindo como un dao
 que apenas pisaba el suelo
 de livianito y delgao
 (grifo meu – negrito) (grifos do autor – itálico) (ASCASUBI, 1960, 173).

²⁸⁰ Gado reunido.

JSLN:

Em cima da mesa a chaleira, e ao lado dela, enroscada, **como uma jararaca na rressolana**,²⁸¹ estava a minha guaiaca,²⁸² **bar-riguda**, por certo com as trezentas onças, dentro (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 51, “Trezentas onças”).

– Descrição física de personagem:

**Era cada ojo un lucero,
Sus dientes, perlas del mar,
Y un clavel al reventar,
Era su boca**, aparcerero
(grifos meus) (CAMPO, 1930, p. 52).

Daí a pouco, com uma trouxinha na mão apareceu no acampamento uma velha, que já tinha **os olhos como retovo de bola**²⁸³ (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 97).

O velho Lessa era um homem assinzinho... nanico, retaco, rui-vote, corado, e tinha **os olhos vivos como azogue**...²⁸⁴ (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 79, “Deve um queijo”).

– Descrição de condição ou estado de espírito:

Ya soy java vieja, Hermano,
Con las púas como anzuelo,
(CAMPO, 1930, p. 30).

JSLN:

E creia vancê, que lhe rezei este rosário sem falha duma conta, apesar de já sentir **a memória mais esburacada que poncho de calavera**... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 153, “Duelo de Farrapos”).

– Caracterização de tipo:

**Eu sou como a tempestade,
Sou como o rijo tufão**,
Que esmaga os vermes na terra
E sobe para a amplidão.

²⁸¹ Rressolana: sol forte.

²⁸² Cinto com bolsos, utilizado por Blau Nunes para transportar o dinheiro de seu patrão.

²⁸³ Enrugados.

²⁸⁴ Espertos, irrequietos.

Eu sou senhor dos desertos,
 Monarca da solidão!
 (grifos meus) (BRASIL, 1877, p. 43).

JSLN:

Ela só não pôde foi mudar o preceito de honra deles: brigavam, de morte, **mas como guascas de lei:** leais, sempre! (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 153, “Duelo de Farrapos”).

– Caracterização de personalidade:

Yo soy toro en mi rodeo
y torazo en rodeo ajeno;
 siempre me tuve por güeno
 y si me quieren probar
 salgan otros a cantar
 y veremos quién es menos
 (grifos meus) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 29).

JSLN:

Era um governo, o negro! (LOPES NETO, 2006, p. 55, “O negro Bonifácio”).

O velho Lessa — ele **tinha pinta de tambeiro**,²⁸⁵ mas **era touro cupinudo**²⁸⁶... (LOPES NETO, 2006, p. 81, “Deve um queijo”).

- d) *Função fática do discurso e tom dialogado:* privilegia a comunicação direta entre o emissor e o receptor/leitor implícito. No caso da gauchesca, seu concurso também pode indicar a presença, no ato narrativo dissimulado, de um interlocutor oculto. Ela se manifesta através de elementos que visam manter a atenção e o contato com o destinatário da mensagem, emulando a *performance* do caso/*cuento* ou da trova/*payada*, em seu apelo à audiência: “Atención pido al silencio/ y silencio a la atención,” (HERNÁNDEZ, 1967 [1879], p. 95). Ocorre, geralmente, na abertura de um relato, na reflexão sobre ele ou na sua conclusão, através de saudações, verbos no imperativo (pedidos, conselhos, convites etc), referências ao ouvinte/leitor (“amigo”,

²⁸⁵ Gado manso.

²⁸⁶ Boi zebu que possui cupim avantajado; diz-se de boi ou touro forte.

“patricio”, “paisano”). Daí vem o tom de conversa característico do gênero. Algumas obras também contêm grandes sequências de diálogos (Hidalgo, Ascasubi) ou são quase totalmente estruturadas como um debate entre gaúchos, quando a função é ainda mais explorada (Hidalgo, Lussich).

Exemplo 1:

“- **Amigos** en el momento,
Nada me atrevo a decir”
(grifo meu) (LUSSICH, 1964[1872], p. 83).

Exemplo 2:

Chegando ao rancho: “**Ô de casa!**”
Claro disse um mocetão.
- **Apeie-se, amigo!** – logo
Respondeu-lhe um ancião –
(grifos meus - negrito) (grifo do autor - itálico)
(TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 94).

JSLN:²⁸⁷

Amigo! Vancê é moço, passa a sua vida rindo... Deus o conserve!... sem saber nunca como é pesada a tristeza dos campos quando o coração pena!... (grifos meus) (LOPES NETO, 2006 [1902], p. 48, “Trezentas onças”).

Se **vancê** fosse daquele tempo, eu calava-me, porque não lhe contaria novidade, mas **vancê** é um guri, perto de mim, que podia ser seu avô... Pois **escuite** (grifos meus) (LOPES NETO, 2006, p. 87, “Correr eguada”).

- e) *Interjeições*: na gauchesca, há uma série fixa e limitada de palavras ou frases (locações interjetivas) que exprimem sentimentos ou estados de espírito, geralmente acompanhadas de pontos de exclamação. Nessa tradição, as interjeições imitam sons emitidos pelo peão no trabalho com o gado ou ruídos naturais (onomatopeias) da paisagem pampiana. Cumprem, assim, o duplo papel de emulação da fala, no plano do léxico e no plano da dicção. São invariáveis (em termos de gênero, número e grau), mas verifica-se diferenças de notação

²⁸⁷ Abreviatura de João Simões Lopes Neto.

entre os autores e, ocasionalmente, no interior de um mesmo poema. Seguem exemplos de três das mais usadas interjeições da gauchesca:

– **Cuê-pucha!** ou **Eh pucha!**:²⁸⁸ indica surpresa, admiração ou desgosto.

Exemplo 1:

¡eh, pucha, gente morada
y tan vil y desanimada!
(grifo meu) (ASCASUBI, 1960, p. 123).

Exemplo 2:

Siempre sale ensangrentada
¡**Jué pucha!** que coloréa.
(grifo meu) (LUSSICH, 1964, p. 24).

Exemplo 3:

Epucha! que lindas moças!
De pernas grossas... bem grossas!
(grifo meu) (COSTA, 1888, p. 69).

Exemplo 4:

Épucha, mano! Parece
Que os sentimentos rodaram!...”
(grifo meu) (TEIXEIRA, 1880, p. 73).

JSLN:

Cuê-pucha!... é bicho mau, o homem! (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 83, “O boi velho”).

Cuê-pucha!... Eu desejava que ele aparecesse, só por causa do padre gringo!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 160, “Pegar de velhos”).

– **Barbaridá!**/Barbaridade!: expressa espanto, comoção, admiração ou lamento.

Exemplo 1:

Estaba el gaúcho en su pago
con toda siguridá,
pero aura... ¡**barbaridá!**
(grifo meu) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 34)

²⁸⁸ Indica, muito provavelmente, um eufemismo original de “Hijo de puta”.

Exemplo 2:

-¿Qué dice?... ¡barbaridad!...
 ¡Cristo padre!... ¿Será cierto?
 (grifo meu) (CAMPO, 1930, p. 55).

Exemplo 3:

Lá no Rio de Janeiro,
 Um *jornalista* de fama,
 Deixava tudo na lama...
Barbaridade! – gritou!
 (grifo meu – negrito) (grifo do autor – itálico) (TEIXEIRA,
 1880, p. 73).

JSLN:

Barbaridade! Nem há nada como tomar mate e correr eguada!
 (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 90, “Correr eguada”).

– Oigalê! Oigaté! etc.: indica admiração ou alegria.

Exemplo 1:

¡**Oinganlé** que pegó en falso!
 ¡Que risa, y qué *boraciar!*
 (grifo meu – negrito) (grifo do autor – itálico) (HIDALGO,
 1979, p. 72).

Exemplo 2:

“**Oigaló**, que de tan blando
 Se me hace agua la singueso”
 (grifo meu) (LUSSICH, 1964, p. 36).

JSLN:

O gadelhudo refastelou-se sobre um surrão de erva, chupou os dentes e ainda enticou: — **Oigalê!...** bailemos, que queso hay!
 (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 80, “Deve um queijo”).

f) *Pontuação*: uma das marcas de estilo mais características de Simões Lopes Neto é o emprego frequente de reticências, inclusive coadunadas a pontos de exclamação e de interrogação. Elas indicam pausas e suspensões do pensamento e da fala, marcando um ritmo oral e mnemônico pessoal na narração de Blau Nunes. A esse respeito, a crítica já considerou excessivo o uso do recurso. Aurélio Buarque de Holanda chegou a “corrigir” algumas dessas ocorrências na edição da Globo. Mais tarde, Lígia

Chiappini reintroduziu a pontuação original na fixação do texto para o Instituto Nacional do Livro, considerando a “vontade do autor” e a “vontade implícita na própria obra”, qual seja a de recuperar “a fala do gaúcho pobre pela escrita, fixando-a sem roubar-lhe a vida” (CHIAPPINI, 1988, p. 18). O que não foi percebido, todavia, é que esse mesmo recurso também é abundante na poesia gauchesca. O *corpus* desta investigação nos leva a crer que o uso imoderado de reticências para a marcação da cadência oral da narrativa é um traço de gênero. Na apresentação da edição de *Los tres gauchos orientales* para a Biblioteca Artigas, do Ministério da Instrução Pública uruguaio, em 1964, Eneida Sansone de Martínez considerou a reticência uma das tonalidades “que impregnan un language y le dan una vitalidade propia y profundamente original” (MARTÍNEZ, 1964, p. XXXI). Para a autora, sua observação na análise da linguagem gauchesca valeria mais do que descrições linguísticas complexas, como o registro de aglutinações, elisões, aspirações etc. Com certeza, Simões Lopes Neto não estava sozinho na escolha do procedimento. Seguem, abaixo, alguns exemplos, incluindo trechos de Lussich.

Exemplo 1:

Puedan luchar pecho a pecho...
¡O cáir por la juersa hundidos!
(LUSSICH, 1964, p. 84).

Si creo que hoy ya templamos
Cada cual rumbo a su pago...
(LUSSICH, 1964, p. 93).

Exemplo 2:

– “O Juca! põe-te pra fora...
Solta o cão... traz o trabuco!...
Matemos este maluco...”
Para depois do rebate
Ir comigo tomar um mate!
(COSTA, 1888, p. 68).

Exemplo 3:

Deixava tudo na lama...
Barbaridade! – gritou!...
(TEIXEIRA, 1880, p. 73).

JSLN:

...Se o negro era maleva? Cruz! Era um condenado!... mas, taura, isso era, também! (LOPES NETO, 2006, p. 53, “O negro Bonifácio”).

A mão direita, pelo costume, andou para fazer o “Pelo-sinal”... e parou, pesada como chumbo; quis rezar um “Credo”, e a lembrança dele recuou; e voltar, correr e mostrar o Santíssimo... e tanger o sino em dobre... e chamar o padre superior, tudo para esconjurar aquela obra do inferno... e nada fiz... nada fiz, sem força na vontade, nada fiz... nada fiz, sem governo no corpo!... (LOPES NETO, 2006, p. 202, “O Cerro do Jarau”).

O léxico simoniano, evidentemente, não se encontra todo na poesia gauchesca. Percebe-se na sua obra uma variedade de termos populares mais ampla, provavelmente retirada tanto de fontes orais como de obras literárias impressas. Seus analistas apontaram, por exemplo, para a presença de arcaísmos do português e de expressões típicas das atividades campeiras no Rio Grande do Sul da virada do século, o que não encontraríamos registrado nos autores que abordamos anteriormente. No segundo caso, uma aproximação com textos platinos seus contemporâneos talvez revelasse algumas atualizações comuns. Mas não julgo necessário o esforço. Está claro, pelos cotejos realizados até o momento, que nosso personagem absorveu a gauchesca enquanto uma perspectiva. A incorporação de vocabulário novo e de contribuições orais e escritas diversas segue as mesmas tendências observadas naquele gênero poético. Os exemplos acima indicam a unidade de procedimentos, à qual se subordinava a matéria específica do autor. Dessa maneira, podemos dizer com segurança que Simões Lopes Neto foi o primeiro escritor de prosa gauchesca na alta literatura do Rio Grande do Sul. E ele tinha alguma consciência disso, ainda que pudesse se valer dessa tradição para fazer folclore. Seus contos não são “gaúchos”, como a “terra” de seus dois livros inéditos, na ficção escolar e na historiografia. Também não são “gaúchos” como a homônima “terra” de Roque Callage, as “cenas” de *Escombros*, do mesmo autor, os “cenários” de *Tapera*, de Alcides Maya, ou os contos de *Nas Coxilhas*, de João Fontoura. Mas não são igualmente “sul-rio-grandenses”, como os romances e contos da produção oitocentista. Eles são *gauchescos*, uma significativa declaração de filiação que parece ter passado quase despercebida em sua fortuna crítica. Uma referência implícita que vale por toda uma tradição letrada.

Nesse sentido, aliás, o escritor também estava em sintonia temporal com a produção platina. Segundo Josefina Ludmer, uma vez fixados os limites e traços da poesia gauchesca, com *La vuelta de Martín Fierro*, em 1879, o gênero entrou em ocaso. A partir daí, no entanto, ele passou a servir de fonte para produzir literatura em outros gêneros, num recorte que vai até 1940, com romances e contos, além de tangos e milongas (LUDMER, 2000, p. 40-41). Autores como o uruguaio Javier de Viana (1868-1926) e o argentino José Sixto Alvares (1858-1903), o Fray Mocho, muito provavelmente lidos por Simões na revista *Caras y Caretas*,²⁸⁹ faziam nesse período semelhante uso modelar dos versos gauchescos precedentes. Junto com o modernista argentino Roberto Payró (1867-1927), eles desenvolveram o conto *criollo*, divulgado pelo movimento cultural e folclorista de Elías Regules e congêneres. A originalidade simoniana se deve, portanto, à sua inserção nessa temporalidade ficcional dos países vizinhos. É assim que ele formula uma literatura, a nossos olhos, moderna. Como lembra Schlee:

A prosa de João Simões Lopes Neto, como a de Javier de Viana e de Roberto Payró, emancipa a narrativa “criolla”, supera o regionalismo imediatista e anedótico, diminui a distância entre a língua e a fala. Por um lado, ultrapassa o verismo realista e o cientificismo naturalista; por outro, dispensa, sem exagero formal, o excesso de verbalismo e os lugares-comuns do romantismo (SCHLEE, 1989, p. 85-86).

Da mesma forma que a poesia gauchesca operava, em nível linguístico, fora do castelhano padrão, Simões articulava uma linguagem desviante em relação à norma culta do português brasileiro, o que o obrigou a contornar também os cânones literários regionalistas e sertanistas em voga no país durante as primeiras décadas da República. É importante destacar, dessa maneira, que a língua de Blau Nunes não é um desdobramento intuitivo da fala do campeiro sul-rio-grandense ou do gaúcho fronteiriço, mas uma poética de autor, uma estética pessoal derivada de uma “linguagem técnica comum”, como observou Pablo Rocca. Até mesmo as irregularidades e inconstâncias gramaticais, pelas quais Simões re-

²⁸⁹ Fray Mocho foi um dos fundadores do periódico.

cebia a desconfiança ou a repreensão de leitores locais,²⁹⁰ podem ser consideradas uma razão de gênero, conforme definido anteriormente, na esteira de Ángel Rama. Portanto, Simões Lopes Neto produziu uma estética *do e pelo* desvio (que também seria geográfico e político, como tentarei demonstrar nas próximas seções). Mesmo perseguindo um projeto folclorista, é uma mente literária que dá forma aos contos. Se eu estiver correto nessa avaliação, encontraremos igualmente certa afinidade simoniana com a poesia gauchesca no nível dos temas e das figuras.

3.2. A pampa fica na margem: culturas, paisagens, memórias

O mundo de Blau

A partir de agora, inverte o sentido da comparação. Ao invés de buscar na tradição gauchesca os traços característicos da obra de Simões, procedo primeiro ao levantamento de temas gerais e específicos mais recorrentes nos textos platinos selecionados para o *corpus* deste capítulo. Depois, verifico sua presença nas fontes rio-grandenses, incluindo os *Contos Gauchescos* e as *Lendas do Sul*. O objetivo principal do método é perceber o influxo de motivos do gênero, mas também as configurações específicas dessa produção no Rio Grande e no Prata, uma vez que seu conteúdo costuma ter relação íntima com a vida política e social local mais efêmera. A manutenção dos títulos da perspectiva nativista (Echeverría, Taveira Júnior, Damasceno Vieira e Araújo Filho)²⁹¹ na seleção também nos ajuda a verificar contrastes e semelhanças, aventando possíveis relações entre as duas “escolas”.

²⁹⁰ Conforme Schlee (2006), o professor de língua portuguesa pelotense Francisco de Paula Pires desconsiderava a literatura simoniana pela ocorrência frequente de erros de gramática. O mesmo letrado compilou a poesia de Lobo da Costa para a edição de *Auras do Sul*, ao encargo de Bernardo Taveira Júnior. Apesar de alguns poemas gauchescos, Costa era conhecido pelo manejo competente dos cânones poéticos românticos e seu rigor de linguagem. Um indicio de que a estética simoniana também desviava do gosto pelotense culto mais tradicional.

²⁹¹ Lembrando que foram considerados no *corpus* da pesquisa apenas poemas classificados como gauchescos nos casos de Rafael Obligado, Assis Brasil, Múcio Teixeira e Lobo da Costa.

De acordo com A. Berenger Carisomo, as três características fundamentais da poesia gauchesca se referem à temática, à paisagem e à língua. A última questão foi explorada na seção anterior. A segunda será tratada mais adiante. Quanto à primeira, o autor fala em dois temas cíclicos fundamentais: a) a agonia do mundo gaúcho, frente à organização do estado-nação, ao avanço da cultura urbana e à imigração estrangeira; b) a instrumentalização servil do gaúcho pela nova ordem, “como agente pasivo de oscuros manejos políticos o como carne de cañón en la interna lucha fronteriza contra el índio, todavía, hasta fines del siglo XIX, amenazante y fuerte en su salvaje poderio” (CARISOMO, 1970, p. 96). A esses dois temas centrais, podemos acrescentar a descrição de costumes campeiros regionais, resultado quer das ambições de salvaguarda folclórica, quer do desejo de comunicação direta de mensagens políticas à massa campesina iletrada. O Quadro 4 indica a presença ou não dessas três temáticas nos clássicos platinos e no cânone rio-grandense simoniano.

Quadro 4 – Temáticas centrais da gauchesca

	Agonia do mundo gaúcho	Gaúcho instrumentalizado	Quadros de costumes
Bartolomé Hidalgo	-	-	+
Esteban Echeverría	-	-	+
Rafael Obligado	+	-	+
Hilário Ascasubi	+	-	+
Estanislao del Campo	+	-	+
José Hernández	+	+	+
Antonio Lussich	+	+	+
Assis Brasil	-	-	+
Múcio Teixeira	-	-	+
Bernardo Taveira Junior	-	-	+
Lobo da Costa	+	-	+
Damasceno Vieira	+	-	+
Araújo Filho	+	-	+
Simões Lopes Neto	+	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

Minha primeira observação diz respeito aos quadros de costume, em alguma medida comuns à gauchesca e à nativista. É sintomático, em contrapartida, que os dois temas cíclicos de

Carisomo não sejam fortes na segunda, nem em autores platinos, nem em rio-grandenses. Acredito que essa configuração seja função do ponto de vista em que se coloca a tradição gauchesca, mimetizando uma visão de mundo própria à cultura campesina tradicional, em choque com as transformações sociais da segunda metade do oitocentos. A diferença reflete, também, uma temporalidade política e literária, pois a veia nostálgica, que denuncia a agonia e a instrumentalização do gaúcho, só se desenvolve a partir das obras da geração de 1860/70, com *Obligado*, *Ascasubi*, *del Campo* e, mais notoriamente, *Hernández* e *Lussich*. Hidalgo não poderia prever os cercamentos de terra, o êxodo rural, a imigração, e o recrutamento dos gaúchos nas guerras de independência não eram sentidos como abuso da ordem política e da burocracia estatal, que chegava a ser mesmo celebrada pela sua luta nacional: “Cielito, cielo que sí, vivan las autoridades,/ y también que viva, yo/ para cantar las verdades” (HIDALGO, 1979, p. 22). No Rio Grande do Sul, esse ciclo temático só se completa com Simões Lopes Neto. Como veremos adiante, autores regionalistas de sua geração no estado também farão o luto desse mundo perdido, assunto por excelência de Alcides Maya e Roque Callage, mas sem recorrer à forma gauchesca. Nesse sentido, já nos chama a atenção a ausência do primeiro tema em Assis Brasil, Múcio Teixeira e Bernardo Taveira Júnior, o que sugere uma especificidade em relação ao Prata. Para esses poetas, os campeiros rio-grandenses mantinham vivos os costumes locais. Eles não pressentiam o “perigo” da perda. Assim, Teixeira, por exemplo, busca se adequar à exigência nostálgica do romantismo através do lamento pessoal de desterrado:

Você nem sabe como eu penso agora
Nesse tempo feliz, que não vem mais...
Quem me dera poder andar lá fora
Nos meus pagos natais
 (“Nostalgia”, TEIXEIRA, 1880, p. 79).

Na peça de Damasceno Vieira, a avaliação é semelhante. Quando o Dr. Leitão, um agrônomo nortista, chega à estância para medir a extensão das terras, manifesta o desejo de “conhecer de perto os usos e costumes rio-grandenses”, no que é tranquilizado pelo proprietário Manduca:

Em pouco tempo ficará a par de todos os trabalhos. Verá como se para um rodeio, como se faz a marcação do gado, como se executa a castração dos touros, como se domam os cavalos, como se faz um aparte de novilhos e vacas que têm de ir para as charqueadas, como se curam os animais, como se correm carreiras e como os gaúchos saem folheiros quando acontece levarem alguma rodada (VIEIRA, 1891, p. 16).

Mas quando o gaúcho ganha voz em desafio de trova, encomendado para receber o forasteiro, a lavoura e a cidade/burocracia surgem como substitutos da pecuária e da vida campeira tradicional:

Malaquias:

Eu já fui peão de estância,
Fui capataz e tropeiro,
Agora, lavrando terras,
Vou ganhando o meu dinheiro!

Agache:

Enganastes-te, amiguito,
Não sou amante de pandega;
Empreguei-me em Porto Alegre
Como servente da Alfândega! (VIEIRA, 1891, p. 50)

Em Simões Lopes Neto, o motivo ganha forma ainda mais aproximada à da produção platina. No conto “Correr eguada”, por exemplo, Blau Nunes relata como se davam os trabalhos campeiros no tempo que que não havia divisões de arame nas estâncias e os cavalos bravios ainda circulavam livremente pela região. O narrador começa pelo desenho dessa realidade primordial, que também teria forjado o gaúcho e seu apego à liberdade, em fórmula sintetizada no primeiro parágrafo da lenda “O Negri-nho do Pastoreio”:

Tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cerca nem tapumes; as divisas de cada uma estavam escritas nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas, e isso mesmo quando aparecia algum piloto que fosse entendido do ofício e viesse bem apadrinhado (“Correr eguada”, LOPES NETO, 2006, p. 87).²⁹²

²⁹² Na lenda: “Naquele tempo os campos ainda eram abertos, não havia entre eles nem divisas nem cercas; somente nas volteadas se apanhava a gada-

Nesse ambiente, a faina campeira era sentida como prazer:

Eguada xucra, potrada orelhana, isso, era imundície, por esses campos de Deus; miles e miles... E bicho brabo pra se tropear, esse!... Barulhento, espantadiço, disparador e ligeiro, como trezentos diabos! Mas, como *quera*, era sempre um divertimento macanudo, uma volteada de bagueais! Ah!... Não há nada como tomar mate e correr eguada! (grifo do autor) (LOPES NETO, “Correr eguada”, 2006, p. 88).

Em Hernández, temos várias sextilhas dedicadas à rememoração da juventude de Martín Fierro, quando as autoridades não haviam condenado o gaúcho à luta de fronteira, e o trabalho com o gado teria semelhante sabor de diversão:

¡Ah tiempos!... !Si era un orgullo
ver jinetear un paisano!

Cuando era gaucho baquiano,
aunque el potro se boliase,
no había uno que no parasse
con el cabresto en la mano.

(...)

Ricuerdo ¡qué maravilla!
cómo andaba la gauchada
siempre alegre y bien montada
y dispuesta pa el trabajo;
pero hoy en el día... ¡barajo!
no se le ve de aporriada.

(...)

Aquello no era trabajo,
más bien una junción,
y después de un güen tirón
en que uno se daba maña,
pa darle un trago de caña
solía llamarlo el patrón.
(HERNÁNDEZ, 1967, p. 32-33).

ria chucra e os veados e as avestruzes corriam sem empecilhos...! (LOPES NETO, 2006, “O Negrinho do Pastoreio”, p. 235). Como vimos no capítulo anterior, a narrativa de Maio, no primeiro Terra Gaúcha, também recorre a esse tempo originário, o que reforça a hipótese de que Simões Lopes Neto era desde muito cedo um leitor da gauchesca platina.

Interessante observar que até a interjeição de lamento que encerra o conto é a mesma que inicia a série de versos agônios de Hernández:

É verdade que há muita cousa boa, isso é verdade... mas ainda não há nada, como antigamente, tomar mate e correr equada...
Xô-mico!... Vancê veja... Eu até choro!...
Ah! tempo!... (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 92).

O segundo tema cíclico levantado por Carisomo é a base do enredo de Martín Fierro, mas também aparece de maneira diluída em Antonio Lussich e em Simões Lopes Neto. No primeiro, o gaúcho Julian reclama das autoridades, que descartam os homens do campo com a mesma fugacidade com que os recrutam: “Solo cuando nos precisamos/ Entonces sí, son cumplidos,/ Pero después de servidos/ Si nos encuentran nos pisan;” (LUSSICH, 1964, p. 73). Assumindo o ponto de vista do campeiro, o texto estabelece uma distinção social análoga ao sistema de classificação na cultura fronteira, que opõe a elite militar/burocrática urbana à arraia miúda da campanha:

Al gaúcho siempre lo quieren
Cuando tienen precisión,
Entonces, de corazón
Le pintan que lo prefieren,
Y que hasta por él se mueren.
¡Yo por ésas, no me pierdo,
Y pa creerles, soy muy lerdo!
Ni les quiero sus favores;
Así trato a esos doctores...
“¡Si te vide, no me acuerdo!”
(LUSSICH, 1964, p. 74)

Percebe-se, no trecho, a mobilização explícita e implícita de uma série de pares binários de posições correspondentes: letrado/iletrado, forasteiro/paisano, urbano/campeiro, Estado/povo. Com a geração gauchesca de 1870, a dicotomia entre cultura popular e cultura letrada ganha forma desenvolvida na alta ficção platina, que passa, assim, a participar da luta de representação mais ampla, em aliança com os setores populares tradicionais, segundo Josefina Ludmer. Uma luta correlata aos conflitos de classe característicos do processo de modernização do campo. Dos autores rio-grandenses citados, apenas Simões

apresenta semelhante configuração ficcional/identitária. Em ensaio de juventude, Raymundo Faoro encontrou nesse choque de culturas uma chave de leitura para a obra do nosso autor e, em sentido inverso, tomou seus elementos agônicos como via de acesso ao processo político no Rio Grande do Sul findo o Império. Em contraposição à história do Prata, a vida republicana no estado teria levado à dissociação entre o chefe político local (o caudilho) e o chefe de governo (o letrado). O primeiro, com suas hostes campesinas, seria combatido pelo segundo, o que explicaria o projeto positivista/castilhistas de domesticação do gaúcho “indisciplinado e rebelde” (FAORO, 1998, p. 45). Para Faoro, o Antônio Chimango, alegoria do presidente Borges de Medeiros na pena de Ramiro Barcellos, como sabemos, teria sido o algoz de Blau Nunes. A meu ver, a incorporação do tema gauchesco da instrumentalização, com seus semelhantes pares binários, responde ao processo de concentração de poder político e mando da elite perrepista. É, portanto, uma apropriação literária que faz sentido no contexto brasileiro não apenas pelas idênticas formas de modernização econômica. Os “doctores” de Lussich e o “juez de paz” de Hernández podiam ser, assim, percebidos como paralelos letrados da poderosa burocracia partidária/estatal no Rio Grande do Sul, que, aliás, não existia nos tempos da poesia de Assis Brasil, Lobo da Costa, Múcio Teixeira e Bernardo Taveira Júnior, mas começava a se impor nos anos em que Damasceno Vieira montou sua peça.

Há, inclusive, uma ocorrência, em Simões Lopes Neto, da figura do *juiz de paz*, representante da ordem: quando o Negro Bonifácio é finalmente morto na peleia em que também assassina e fere vários homens e mulheres, motivada pela rejeição da amada Tudinha, um juiz do tipo, que no Brasil imperial também exercia funções policiais, finalmente aparece em cena; atraso que sugere, inclusive, certa incompetência do aparelho de Estado. Em outras passagens, comandantes de armas recrutam peões para a guerra, e por mais que o gaúcho responda positivamente ao dever de servir à pátria, como o Blau Nunes furriel farroupilha ou o Blau Nunes chasque²⁹³ do Imperador, percebe-se, em alguns momentos, o lamento pelo destino trágico das batalhas. No conto “O anjo da Vitória”, há outra tênue crítica à autoridade:

²⁹³ Correio; soldado responsável pela entrega de cartas e mensagens.

(...) se bem me lembro, o meu padrinho dizia que nós estávamos mal acampados, e estrancilhados, pensando culatrear o inimigo, mas que este é que nos estava nos garrões; não havia bombeiros nem ordem, que o exército vinha num berzabum, e que o general que mandava tudo, que era um tal Barbacena, não passava de um presilha, que por andar um dia a cavalo já tinha que tomar banhos de salmoura e esfregar as assaduras com sebo... (LOPES NETO, 2006, “O anjo da Vitória”, p. 127).

O segundo tema cíclico da gauchesca platina, assim, aparece nos contos de Simões Lopes Neto em figuras particulares, ocasionais e, geralmente, secundárias, que também possuem símiles nessa tradição poética fronteiriça precedente. Na verdade, suas três grandes temáticas se concretizam em tópicos e figuras específicas. Buscando mapear a apropriação de algumas delas na literatura simoniana, e sua identidade com o gênero no plano do conteúdo, selecionei, a partir da bibliografia especializada, mas também da própria leitura do *corpus*, sete “lentes” de observação, que permitiram a construção dos quadros 5 e 6. Elas partem de duas tópicos agônicas e cinco figuras ou agrupamentos de figuras afins, respectivamente: a) o mito da *idade de ouro gaúcha*, que refletiria uma realidade anterior ao cercamento das terras, à introdução da tecnologia e dos métodos intensivos na produção pecuária e à conseqüente liberação da mão de obra da estância; b) a presença lúgubre das *taperas*, ruínas de antigos ranchos ou casario de estâncias abandonadas; c) a figura do *gringo*, estrangeiro que macula a ordem campeira tradicional, com a introdução da lavoura, o parcelamento das fazendas ou a exploração comercial dos gaúchos; d) a alteridade urbana, que se desdobra nas figuras do *cajetilla*, homem presumido e afetado, do *forasteiro* nacional, cidadão que não compreende a gramática cultural da plebe, e o *letrado*, que sintetiza as duas primeiras e também se confunde, vez por outra, com o governo; e) a figura do *juiz de paz* e das *autoridades* públicas em geral, que mantêm a ordem, mas também subjagam o campeiro; f) o *gaúcho valente* e o *gaúcho honrado*, duas faces da moral positiva do sujeito/objeto do gênero, forjada na guerra, que se desdobra numa ética de lealdade ao chefe local (independente de cumprimento da lei) ou à ideia abstrata de pátria; g) o *gaúcho matreiro*, seu par geralmente negativo, campeiro esperto, mas esquivo, que pode usar da inteligência para se aproveitar de terceiros ou para burlar as regras sociais.

Quadro 5 – Tópicas e figuras da gauchesca platina

	Idade de ouro	Tapera	Gringo	Cajetilla/ forasteiro/ letrado	Juiz/autoridade	Gaúcho honrado/ valente	Gaúcho matreiro
Hidalgo	-	+	-	+	-	+	-
Echeverría	-	-	+	+	+	-	-
Ascasubi	-	+	-	-	-	+	+
Campo	-	-	+	-	+	+	+
Obligado	-	+	-	-	-	+	-
Hernández	+	+	+	+	+	+	+
Lussich	+	+	+	+	+	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 5 evidencia duas tendências já apontadas. Primeiro, a nativista produzia figuras comuns à gauchesca, na medida em que buscava narrar a mesma realidade ou recorrer à mesma matéria social para produzir ficção, independente do trabalho de linguagem distinto, e mesmo da menor adesão a uma visão de mundo gaúcha. Por isso, há igual número de ocorrências dos traços selecionados nesta pesquisa em Echeverría, Hidalgo e Ascasubi, considerando-se os textos abordados, principalmente *El matadero*, que descreve, em tom denunciatório, um minucioso quadro de costumes barbarescos durante a ditadura de Rosas. Segundo, Hernández e Lussich representam temporal e idealmente o ápice e os limites do gênero. Assim como desenvolvem seus traços de língua e estilo, os dois autores definem sua temática principal. Se o seu ciclo só se completa com os dois *Martín Fierro* e com *Los tres gauchos orientales*, é natural que encontremos apenas nessas obras todas as tópicas e figuras mais importantes da tradição literária. Em contrapartida, o tipo de inventário empreendido nesta investigação demonstra que não é necessário ostentar todas as marcas de gênero para dele fazer parte. Ninguém diria que Hidalgo ou Ascasubi são menos gauchescos do que Hernández e Lussich. Portanto, o mesmo deve valer para classificar a produção sul-rio-grandense.

Quadro 6 – Tópicas e figuras da gauchesca rio-grandense

	Idade de ouro	Tapera	Gringo	<i>Cajetilla</i> /forasteiro/letrado	Juiz/autoridade	Gaúcho honrado/valente	Gaúcho matreiro
Assis Brasil	-	+	-	+	+	+	-
Múcio Teixeira	-	-	-	+	+	+	-
Bernardo Taveira Junior	-	-	-	-	+	+	-
Lobo da Costa	-	+	-	+	-	+	-
Damasceno Vieira	-	-	+	+	-	+	+
Araújo Filho	+	+	+	+	-	+	+
Simões Lopes Neto	+	+	+	+	+	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 6 detalha as avaliações anteriores. O descompasso temático entre a poesia rio-grandense e a platina se justifica pelos problemas históricos distintos. Na geração republicana brasileira que a produz incipientemente, como vimos, não se percebe o fim da “idade de ouro pampiana” e a “tapera”, quando aparece, é encarada como vicissitude natural, nunca como sintoma de certa decadência social e econômica da região, o que, de fato, esperaria até duas décadas para se concretizar. Além disso, seu ponto de vista híbrido confere menor identificação com o gaúcho campeiro e, em contrapartida, nula aversão à alteridade urbana letrada, que não aparece nos textos como algoz da vida tradicional. Assim, a única crítica possível à autoridade nessa produção estava centrada na sua natureza régia, não no exercício do poder em si e/ou na denúncia da exploração do campeiro, que, aliás, se porta ficcionalmente como “monarca” para destituir a legitimidade do soberano:

O rei, montado no trono,
Tendo os ministros consigo,
Não se compara comigo
No dorso do meu bagual;
Si ele é rei – eu sou monarca!
Se ele tem cetro dourado,

Tenho o relho prateado
É a cancha do meu punhal!...”
 (“Canto do monarca”, TEIXEIRA, 1880, p. 72)

Por fim, o romantismo idealizante dessa geração também não permitia a figuração do *gaúcho matreiro*, que só aparece na alta literatura rio-grandense com a ingenuidade descritiva de Damasceno Vieira, o documentário naturalista de Araújo Filho e o realismo poético de Simões Lopes Neto, que foi significativamente o autor mais versado no cancioneiro popular, com suas imagens burlescas e desafios satíricos. A esse respeito, César Guazzeli lembra que o termo *matrero* compunha a sinonímia original de *gaúcho*, no século XVIII, juntamente a *vagamundo*, *gaudério*, *vago*, *malentretido* e *cuatrero*, todos indicando a condição marginal e a vida profissional instável do tipo social, além de seu recorrente envolvimento em alguma forma de delito (GUAZZELI, 2002, p. 107). Apelar a essa figura, portanto, representaria um contrassenso mesmo para a corrente romântica fronteira do Rio Grande do Sul no oitocentos.

Nesse sentido, é sintomático não apenas que ela emergja em tempos de modernização conservadora e de autoritarismo político, se opondo a pressões da alta cultura, mas que ganhe espaço nos maiores nomes da gauchesca platina e brasileira, Hernández e Simões Lopes Neto, que buscaram contornar o peso histórico do estigma social de gaúcho. Como se sabe, Martín Fierro era uma resposta à ortodoxia de Domingos Sarmiento e ao binômio *barbárie/campo x civilização/cidade*, defendida em seu *Facundo*, que ensejava na Argentina uma assimilação do campesinato pela educação escolar de massa e sua lenta conversão à sociedade industrial, processo semelhante ao observado no ideário positivista castilhisto e em seu projeto de governo; o que torna o fato duplamente curioso. Pode-se argumentar, todavia, que o matreiro tem pesos distintos nas duas poéticas, comparecendo com maior força em Fierro: “Yo he sido manso, primero,/ Y seré gaúcho matrero/ en mi triste circunstancia,” (HERNÁNDEZ, 1967, p. 57). Blau Nunes é, muito antes, construído como um veterano sábio e estável, cuja manifestação de rebeldia se resumia à adesão de juventude às frentes farrapas na luta contra o Império. É verdade, também, que a única aparição do termo no texto simoniano dá conta de uma realidade platina. Em “Duelo de Farrapos”, o narrador cita as negociações dos revoltosos com chefes

políticos dos países vizinhos: “Rivera era mais valente; Oribe era mais sorro:²⁹⁴ mas, os dois, **matreiraços!**...” (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 150). Há, no entanto, certo elogio à sagacidade do gaúcho em outras passagens dos contos, como em “Deve um queijo”, quando o velho Lessa leva a melhor contra um “castelhano gadelhudo”, usando de valentia e de inteligência. De outro lado, personagens dúbios, ou mesmo gaúchos abarbarados, fazem contraponto ao gaúcho honrado, mostrando um universo fronteiriço muito mais matizado do que aquele da poesia romântica rio-grandense precedente. Portanto, independentemente do esforço de positivação do gaúcho, há entre Hernández e Simões uma identidade estética de fundo, uma proposição literária comum, que também tinha funções políticas específicas: dar vazão ficcional a ambiguidades sociais e individuais.²⁹⁵ Outro desvio simoniano/gauchesco que permitirá a apropriação da obra pelas correntes modernas e modernistas de literatura no Brasil, cujas concepções ainda são, em grande medida, as nossas. Como mostram os quadros 5 e 6, a direção de seu fluxo é inequívoca: vem do Prata e se realiza no sul do Brasil, com maestria, na obra de Simões Lopes Neto. Evidentemente, há razões geográficas para o fenômeno, que não se restringem ao padrão local de importação de bens simbólicos. As contradições ganham forma literária em diversas outras tópicas e temas de nosso autor, principalmente na expressão amorosa e na encenação da violência. Antes de explorarmos tais questões, com suas funções ideológicas e de memória histórica, cabe dar um rápido mergulho nas práticas de representação da paisagem regional, que também gestaram na província duas visões conflitantes de campo e de cultura popular.

A cidade inventa a pampa

Como vimos nos capítulos anteriores, a acomodação de forças na primeira década da República, com suas disputas intraoligárquicas, regionais e nacionais, com as ambições de mo-

²⁹⁴ Esperto ou velhaco; também usado como sinônimo de matreiro.

²⁹⁵ Para uma comparação detalhada dos mundos ficcionais de Hernández e Simões Lopes Neto, ver Fischer, 2012. Entre as diferenças lembradas, estão a figuração do índio (mais marcante no mundo de Fierro) e da mulher (mais presente no mundo de Blau). Esse último aspecto será abordado a seguir.

dernização das classes dirigentes e as dificuldades em ampliar a cidadania no novo regime, em meio ao êxodo rural provocado pela liberação da mão de obra escrava, a importação de braços e a introdução de tecnologia no campo, o conseqüente inchaço de algumas cidades, com a formação de seus bolsões de pobreza, paralelo ao primeiro surto industrial do país e ao surgimento de um incipiente operariado urbano, de todo modo ainda vinculado cultural e afetivamente ao universo rural; tudo isso levava a intelectualidade litorânea a discutir o “popular” e a desvendar os “sertões”, em miradas sucessivas sobre paisagens e tipos característicos, o “meio” e a “raça”, na terminologia cientificista fim de século, de inspiração positivista-tayneana. Além do regionalismo sertanista que ganhava fôlego no centro do Brasil com o impacto da expedição a Canudos e da obra de Euclides da Cunha,²⁹⁶ os regionalismos culturais provincianos, colados a demandas políticas das elites regionais, redesenhavam o mapa simbólico nacional. No Rio Grande do Sul, a *pampa*, ecossistema de savana compartilhado com Argentina e Uruguai, que se confundia, como já dito, com a região da Campanha ou da fronteira Sul do estado, o latifúndio pecuarista e a vida rural tradicional, se tornava o sucedâneo local para o *sertão* brasileiro. Daí a equiparação do gaúcho ao sertanejo na pena de Cunha.

A eleição dessa paisagem particular, muito longe de ser representativa da geografia física rio-grandense, tinha, obviamente, motivações econômicas e políticas. A Campanha não havia sido apenas o centro da economia sulina durante todo o Império, como sabemos, mas gestara uma elite militar e política de tentáculos nacionais, que dominava o pequeno aparato burocrático e administrativo da província, ultrapassando temporalmente a mudança de regime nas posições de mando, mesmo com a alternância das parcelas latifundiárias no poder político. Não é à toa, aliás, que se tenha reforçado como *locus* da regionalidade ou da brasilidade regional no momento de maior crise da produção charqueadora desde o conflito farrapo, o que insinuava, também, uma crise de re-

²⁹⁶ Conforme Lúcia Lippi Oliveira: “Para além das propostas de engenharia nacional o papel matricial de Euclides e de *Os sertões* pode ser observado em inúmeras obras e autores do pensamento social brasileiro. Canudos se transmuta em obra-prima cultuada desde seu lançamento em 1902. O livro de Euclides revelou o desconhecimento que os brasileiros tinham e têm de suas populações sertanejas” (OLIVEIRA, 2008, p. 201).

apresentação política, alimentada pela cisão oligárquica entre republicanos e federalistas e, mais tarde, entre republicanos castilhistas e republicanos assististas ou dissidentes, e pelas demandas de setores novos da sociedade, incluindo uma classe média porto-alegrense treinada, nas recém-criadas faculdades, para o exercício da administração pública. A historiografia especializada aponta, assim, para uma lenta mudança geográfica do eixo de poder regional no primeiro período republicano: da metade Sul, cujo maior centro urbano era Pelotas, para a capital Porto Alegre e sua nova rede de sustentação – zonas coloniais de imigração alemã e italiana, principalmente, e metade Norte do estado. As tensas definições sobre a pampa e o gaúcho, em que o próprio PRR por vezes oscilava, diziam respeito, portanto, a disputas de legitimidade política, que só se resolveriam depois da Revolução de 1923, como veremos na última seção deste capítulo.

A escolha da pampa contava, também, com sólidas bases simbólicas, em nível regional e nacional. Depois de uma série de publicações de viajantes estrangeiros, que visitaram a região na primeira metade do século XIX, como Saint-Hilaire, Arsène Isabelle e Nicolau Dreys, para ficarmos nos relatos mais famosos, em que aparecem descrições pouco favoráveis do ambiente e de seus habitantes, a primeira e a segunda gerações românticas do estado passaram a investir sistematicamente numa geografia imaginária positiva, ainda que por vias diversas. O regionalismo porto-alegrense alencariano, como vimos, buscava contornar o estigma do gaúcho através de figuras de autocelebração do cancionista, como o “monarca das coxilhas”, em íntima ligação, portanto, com o desenho de um campo idílico, uma natureza verdejante e um modo de vida imune aos males do progresso e da civilização urbana. Vigorava, assim, no estado, um romantismo político de inspiração europeia clássica, na contramão da cartilha platina de Sarmiento.²⁹⁷ O próprio José de Alencar construía uma pampa mítica indomada, cuja natureza selvagem e melancólica desafiava o gaúcho: “A savana se desfralda a perder de vista, ondulando pelas sangas e coxilhas que figuram as flutuações das vagas nesse verde oceano. Mais profunda parece aqui a solidão, e mais pavorosa, do que na imensidade dos mares” (ALENCAR,

²⁹⁷ Sobre o romantismo político europeu clássico e sua crítica conservadora aos males do progresso, ver o já citado trabalho de Michel Löwy e Robert Sayre (1993).

1971 [1870], p. 13). “Pátria do tufão”, “torpor da natureza”, esse é o ambiente que gestaria uma alma particular de grandes virtudes: coragem, sobriedade, rapidez e paixão.

Apolinário Porto Alegre desenvolveu essas sugestões no seu romance *O vaqueano* (1872): “Não sei que íntima e mística afinidade existe entre a natureza e a alma humana (...)” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 23). A positivação do meio também não passa, no autor, pelo registro otimista da paisagem, mas pela luta de superação humana que ela exigiria. Assim, as páginas iniciais da obra se atêm à descrição dos Campos de Vacaria, no extremo nordeste do estado, próximos a Santa Catarina, que não se localizam, portanto, na pampa, mas com ela compartilham semelhanças físicas, durante um rigoroso inverno, em que a licença poética permite até uma nevasca:

Caía neve em flocos. O frio, intenso. O mistério daquela natureza recolhida e inânime, profundo e terrível. Não tinha só a melancolia do deserto, o vago e indefinido, que coam na alma as savanas e matas americanas, tinha mais o tom baço, a desoladora taciturnidade, a paralisia, a inércia, a aparência de cadáver, que ressaltam da quadra hibernal (PORTO ALEGRE, 1973, p. 25).

Amplidão espacial e melancolia, a mesma fórmula de Alencar para descrever a região e a produção de um tipo sulista de atributos peculiares. E Porto Alegre leva a sugestão à sua máxima consequência: a formulação de um protagonista plano. Como vimos no primeiro capítulo, o vaqueano José de Avençal é uma resposta ao contraditório Manuel Canho do escritor cearense. Buscando aperfeiçoar a idealização alencariana, o rio-grandense descreve um campeiro/guerreiro sem nuances, valoroso e competente em todas as funções desempenhadas:

Nos misteres campeiros ninguém o excedia. Iguais os encontrava, melhores nunca” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 32). Até suas falhas eram virtudes travestidas: “Para os companheiros de acampamento, Avençal, o Vaqueano, tinha um bom lote de defeitos imperdoáveis. Não falava senão em caso de extrema necessidade, não bebia, jogava menos e fumava pouco ou nada” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 32). E para não gerar dúvidas quanto à representatividade da personagem, o narrador afirma: “Os principais traços característicos de fisionomia que esboçamos de leve são tão reais, que os encontramos a cada passo em nossa Província, desde o posteiro até o senhor da estância, desde a existência errante do

tropeiro até a existência sedentária do guasqueiro ou trançador de lonca” (PORTO ALEGRE, 1973, p. 33). Note-se, ainda, que ele não emprega o termo “gaúcho” em suas descrições.

Tanto Alencar como Porto Alegre, portanto, maximizam o contraste entre meio e tipo social para dotar o segundo de valores positivos. Essa estratégia não era seguida pela tendência literária que tenho chamado de corrente romântica fronteiriça. Apesar de idealizante, essa produção é mais generosa na caracterização da natureza e da paisagem pampiana, mas também obtém resultados muito mais realistas na abordagem da vida campeira e dos trabalhos na estância. Vejamos duas descrições de Bernardo Taveira Júnior. Primeiro, o ambiente:

Quereis ver formosos campos,
Belas, extensas campinas,
Matizadas de boninas?
Vinde à terra dos campeiros,
Dos valentes cá do Sul;
Vinde vê-las verdejantes,
Como searas ondulantes
Sob um céu límpido-azul.

Quem por elas atravessa,
Quer no inverno, quer no estio,
Bebe, aspira um ar sadio.
Sente amor à liberdade.
Bem como os pampas não são,
Sem colinas e sem montes,
Onde ao longe os horizontes
Enchem a alma de opressão
(TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 13-14, “Os nossos campos”).

Comparado aos textos anteriores, o campo e/ou a pampa configuram no poema um espaço simbólico de bem-estar, daí o convite do eu-lírico para que seu leitor implícito visite a região. É um quadro de belezas, detalhadas nos versos seguintes, quando celebra o “poema da natureza”, com suas matas, cascatas, capões, “águas cristalinas”, “planícies formosas”. Mesmo o efeito de “opressão” causado pelo deserto verde, provável referência a Alencar, é fruto da condição contemplativa, não de um constrangimento negativo. Seu gaúcho, e aqui encontramos sem cerimônias a palavra ainda polêmica no cenário regional, não se faz bom no sofrimento determinado pelo meio, mas impondo sobre ele o seu controle, como na doma de um animal bravo:

Transpondo barrancos, arroios vencendo,
 Campanhas cruzando no forte *bagual*,
 Meus rumos nos astros impávido leio! –
 Aqui nestes campos não tenho receio
 Dos fracos tiranos que escutam tremendo
 Meu nome fatal!

(grifo do autor) (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 22, “O canto do gaúcho”).

Como função desse arranjo literário-ideológico, o autor descreve os trabalhos do vaqueano, do tropeiro, do laçador e do boleador, ou cenas de episódios campeiros, como as carreiras (corridas de cavalo) ou a marcação do gado, em tom festivo, mas com notas naturalistas bastante didáticas:

Consiste a marcação em reunir-se
 Numa extensa *mangueira*
 Todo o gado vacuum com suas crias.
 Com a marca da estância ou da fazenda,
 Num idôneo fogão esbrazeada,
 Marcadas são aquelas
 Ou nos quartos, ou n’anca, ou nas *costelas*.
 É por este sinal que unicamente
 Pode a todo o tempo
 O dono do rodeio

Conhecer quais as rezes do seu gado,
 E reclamá-las quando extraviadas.
 (TAVEIRA JÚNIOR, 1886, p. 54, “A marcação”).

Era dessa tendência, como sabemos, que surgiam as críticas de verossimilhança externa à obra de José de Alencar. Foi Taveira Júnior e não Apolinário Porto Alegre quem buscou reparar os erros de caracterização da região que teria cometido o grande romancista. Grosso modo, quando a pampa e o gaúcho se tornaram novamente objetos de definição e disputa, paralelamente ao projeto castilhistas de domesticação da cultura popular, autores como Simões Lopes Neto, Roque Callage e Alcides Maya desenvolveram uma ou outra das visões sobre o campo, significativamente condicionadas pela posição geográfica, que também era política, mesmo sem ser manifestamente conflitiva, de Pelotas e de Porto Alegre, as duas grandes cidades rio-grandenses da virada de século.

É verdade que a capital também produzia, ao final do Império, imagens laudatórias da natureza e das paisagens regionais, mesmo em alguns textos de seu escritor residente mais proemi-

nente, o rio-grandino Apolinário. Sandra Pesavento creditou o fato à desordem urbana de Porto Alegre, com a concentração populacional em sua região central, crivada de relevos, que impunham um desenho orgânico das ruas e dificultavam seu saneamento: “A cidade tornou-se ‘suja’ e ‘anárquica’ aos olhos de seu novo *status* frente à Província, impressão esta que a epidemia de cólera, em 1855, só fez agravar (grifo da autora) (PESAVENTO, 2002, p. 254). Como numa compensação imaginária à gama de problemas que a urbe enfrentava, autores locais teriam exaltado a beleza do campo e a superioridade da vida rural. De qualquer forma, ela evocava representações extremas da campanha/pampa, ora arena da melancolia e do sofrimento redentor, ora espaço da liberdade e da realização. Ambas visões pouco realistas.

Com um terreno plano, traçados planejados, quadras geométricas, praças e jardins à francesa, suntuosos palacetes privados e grandes prédios públicos patrocinados pela elite charqueadora, a ordenada Pelotas era uma espécie de anti-Porto Alegre, o par opositor ideal à capital estadual. Paradoxalmente, se encontrava muito mais próxima da campanha. E por ela era invadida com frequência. Suas tabladas recebiam tropas de gado de toda a fronteira rio-grandense e do norte do Uruguai para abate, extração do couro e salga da carne. De seu porto, essa produção começava a ganhar o mundo. Além de uma elite latifundiária bicultural,²⁹⁸ campesinos “de a cavalo” frequentavam suas ruas e o seu comércio. Era onde o campo e a cidade se encontravam com maior contraste, mas também sem muito estranhamento. Quando as transformações capitalistas liberaram braços gaúchos da estância, fato ampliado pela crise da economia ganadeira dos anos 1890, Pelotas era um destino corriqueiro para esse contingente populacional. Tal configuração concorria como freio para representações literárias excessivamente idealizadas, que soariam pouco convincentes a seu público leitor imediato. Ela liga, assim, o campo de Bernardo Taveira Júnior ao de Simões Lopes

²⁹⁸ Como em Burke, a categoria designa uma elite letrada com dupla competência cultural: “Cunhei esse termo seguindo o modelo de ‘bilíngue’, para descrever a situação de membros de elite que aprenderam o que hoje chamados de canções e contos populares na infância, como todo mundo aprende, mas que também participaram de uma cultura ‘alta’, ensinada nas escolas secundárias, universidades, cortes etc., às quais as pessoas comuns não tiveram acesso” (BURKE, 2010, p. 18).

Neto, de temporalidades e preocupações relativamente distintas. Aliás, também a prosa nativista de Luiz Araújo Filho era afetada pela posição fronteiriça, potencializada com a voga descritiva naturalista finissecular. É, diferentemente de nosso personagem, o alcance curto de sua novela evitava prestações de contas com a intelectualidade partidária da capital.

É por isso que Simões se apropria, em menor medida, da pampa mítica, em suas variações extremas de lugar da fartura ou espaço da superação, apontando para uma campanha viva, em suas contradições. É por isso, também, que Alcides Maya e Roque Callage exploram a agonia e a decadência, fazendo o luto de uma paisagem e de uma cultura imaginárias, que talvez nunca tenham encontrado grande correspondência no passado imperial do Rio Grande campeiro. O primeiro, quando descreve o ambiente, apela a tintas graves e imagens de ocaso:

Em torno, verdejante, dilatava-se o pampa, ao de leve nublado para o horizonte; vapores velavam matizes do crepúsculo; nenhum tom vigoroso corava as nuvens, brandamente ancunbiadas, e só uns restos de arrebol quebravam a harmonia do colorido, esgarçando-se em largas faixas purpurinas sobre o azul violeta (MAYA, 1911, p. 36, “Velho Guasca”).

Cenário que prepara o leitor para a ideia de morte do gaúcho. No conto “Velho Guasca”, Maya mostra que a insistente memória da idade de ouro é apenas resquício de um mundo já perdido. O protagonista, violeiro afamado da região, se depara com sua própria decrepitude, no choque das tradições com os novos costumes. Em poucos momentos, revive as glórias do passado, encena cantos e coreografias antigas e anima a curiosidade da juventude: “Mas a dança crioula terminava por entre risos e muchochos, com os derradeiros passos vaidosamente errados” (MAYA, 1911, p. 36). A inexorável passagem do tempo não perdoa o velho gaúcho e seu modo de vida: “Eram notas do passado, arpejos esquecidos, ecos de uma quadra extinta, reminiscências e vibrações de uma alma que morria; resumiam o ingênuo ideal da sua mocidade, o sonho estético ainda rude e virgem de uma geração de fortes” (MAYA, 1911, p. 37, “Velho Guasca”).

Assim, a imagem da tapera ocupa lugar central nas poéticas de Maya e Callage, como indica explicitamente o título do livro do primeiro e implicitamente o do segundo (a lembrar, *Escumbros*): “Taperas inesquecíveis dormiam num sepultamento

de saudades e de brumas...” (CALLAGE, 1910, p. 14). Em conto que batiza a obra, Maya descreve a figura com termos fúnebres semelhantes, fazendo dela uma espécie de ponte entre a paisagem em transformação e a cultura moribunda:

Ao vê-la, desolada e informe, batida sempre de vento, dos nossos ventos sibilantes do sul, lembra-me (amontoamento orgulhoso de pedras no cinzento das tardes) lembra-me consciências tristes de vencidos, firmes no desespero, impassíveis na ferocidade das resistências (MAYA, 1911, p. 5, “Tapera”).

Em Simões, no entanto, a ruína não é fim, mas lembrança de algo que um dia foi bom e não precisaria ter deixado de sê-lo. Dela, inclusive brota vida: “Pois ali é a tapera do Mariano. Nunca vi pêssegos mais bonitos que os que amadurecem naquele abandono; ainda hoje os marmeleiros carregam, que é uma temeridade!” (LOPES NETO, 2006, p. 61, “No manantial”). Há notas de lamento no encontro de Blau com arranchamentos despovoados e esquecidos: “(...) foi ficando tapera... a tapera... que é sempre um lugar tristonho onde parece que a gente vê gente que nunca viu... onde parece que até as árvores perguntam a quem chega: — onde está quem me plantou?... onde está quem me plantou?...” (LOPES NETO, 2006, p. 73), “No manantial”). Mas elas não representam o todo. No conto em que trata da questão, é a fatalidade de um crime de amor que explica a decadência, numa narrativa familiar bastante individualizada. Mesmo que essa característica seja resultado do tempo do relato narrado e não do tempo da narração, já que Blau Nunes é, como o velho guasca de Maya, um documento do passado, a visão agônica da história não domina a literatura simoniana.

Como veremos abaixo, o trabalho mimético da grande tríade regionalista do Rio Grande do Sul na Primeira República depende das técnicas empregadas. Nesse sentido, já sabemos que a linguagem de Simões é diferente da utilizada por Maya e Callage, razão das apropriações formais do gênero gaúchesco. Nos três autores, vale dizer, há uma grande conexão entre a perspectiva da narração (gaúcha/popular ou letrada/elitista), as estratégias de composição (na língua, nos temas, nos enredos) e suas visões de mundo. Seria injusto creditar alguma inconsistência entre esses níveis a qualquer um dos escritores abordados no momento. Não é isso que faz com que Simões permaneça na história literária brasileira, enquanto seus contemporâneos são

esquecidos. Ao contrário, é a extrema unidade interna de suas poéticas que levará ao elogio sem muitas ressalvas dos contos simonianos e à refutação quase completa das obras de Maya e Callage, na medida em que os ataques modernistas aos cânones naturalistas e parnasianos ganharam força. Nesse sentido, faço uma última comparação do regionalismo republicano no estado com a nativista e a gauchesca oitocentista. Migrando da linguagem para os temas e as ideologias, o Quadro 7 me permite cruzar as posições dos autores a respeito do estigma social do gaúcho pampiano (colunas) com as caracterizações internas e externas de suas personagens (linhas).

Quadro 7 – Visões do gaúcho e construção das personagens

Estigma social / Personagens	Objetiva	Negativa	Positiva
Otimista	Hidalgo	--	Obligado, del Campo, Ascasubi, Lussich, Taveira Júnior, Assis Brasil, Lobo da Costa, Múcio Teixeira
Pessimista	--	Echeverría, Callage, Maya	
Ambígua	--	--	Hernández, Simões Lopes Neto

Fonte: elaborado pelo autor.

Hidalgo, que produz seus versos em meio às revoltas de independência da América Espanhola, antes da ditadura de Rosas e das legendas negativas da barbárie caudilhesca e da anarquia republicana no Prata, não é afetado pelo estigma do gaúcho, apresentando uma visão objetiva da figura, com personagens planos em visada otimista, razão do idêntico objeto/destinatário de suas mensagens políticas nacionalistas. Já a geração romântica, tanto no Rio Grande (autores fronteiriços) como no Prata, tende a representar positivamente a figura social, com materializações individuais igualmente otimistas em suas poéticas, independente da pouca profundidade psicológica dos caracteres, com raras exceções, como del Campo e, em menor medida, Lussich. Já Hernández, ao narrar a saga do herói Martín Fierro, procura ressignificar o *gaucho malo* sarmentiano, mas também apresenta as contradições in-

ternas do protagonista, suas oscilações entre uma identidade rebelde ou disciplinada, matreira ou assimilada. Se o sereno Blau Nunes não nos oferece muitas nuances de personalidade, as personagens de seus causos são igualmente ricas em contradições. Em outro sentido, visões negativas do gaúcho e caracterizações planas pessimistas são mais comuns na abordagem nativista, da qual podemos aproximar Roque Callage e Alcides Maya. Nos seus contos, não há sequer espaço para ambiguidades. Mesmo que certa condescendência permita figurar alguns gaúchos idosos razoavelmente positivos, o pessimismo conforma seus destinos. Geralmente, no entanto, a brutalidade e o crime são mesmo os traços comuns das personagens. Com certeza, a adesão à perspectiva da cultura representada, propiciada pelo enfoque narrativo da gauchesca, impede figurações semelhantes na literatura simoniana, assim como ocorre na poesia platina da geração de 1870.

Como notou Augusto Meyer, na série de prefácios a artigos críticos que dedicou a nosso autor, Simões Lopes Neto produziu “contos de sangue e paixão”. Seria um erro, contudo, nivelá-lo a Maya e Callage nesses aspectos. Se esquecermos as notas épicas e os valores bélicos da elite estancieira, sintetizada na luta farrapa e no heroísmo das campanhas platinas, presentes em “Duelo de Farrapos” ou “O anjo da Vitória”, há espaço para a hostilidade, a agressividade e, até mesmo, a crueldade mais comezinha nas cenas de Blau Nunes, o que sugere uma ambiguidade social significativa. Em “O boi velho”, uma família que conviveu durante muitos anos com um boi doméstico, que carregava as crianças para o banho no açude, decide matar o companheiro de infância apenas para não perder seu couro, quando ele avança na idade e, com ela, chega a doença. O animal apunhalado, sentindo-se castigado e tentando se redimir, ainda consegue se preparar para puxar a carreta e servir aos humanos, como era seu costume fazer todas as manhãs. A cena gera remorso silencioso em todos os presentes: “Veja vancê, que desgraçados, tão ricos... e por um mixe couro de boi velho!...” (LOPES NETO, 2006, p. 86). A diferença, nesse caso, em relação a Maya e Callage, é que a perversidade é tratada como uma característica universal, não como um produto específico do meio: “Cuê-puxa!... é mesmo bicho mau, **o homem!**” (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 86). No já citado conto “No Manantial”, o “bruto” Chicão, renegado pela jovem Maria Altina, invade a casa da moça, assassina sua avó e tenta estuprar a amada. Após luta corporal, ela consegue fugir, dando início a uma perseguição a cavalo

que acaba em grande desastre familiar. Nesses casos, a estética de Simões, da mesma maneira que a de Hernández, se encontra com uma tendência moderna de fazer literatura e arte que Norbert Elias creditou aos contratemplos e rupturas no desenvolvimento das relações de poder em sociedades estatais industrializadas do XIX: a incorporação das discussões públicas acerca de aspectos que contradiziam o ideal tradicional da existência humana ou as expectativas e desejos de bem viver:

Em todo caso, o conflito entre ideal e realidade ou, ainda, a lamentação pelo sonho perdido ou, ainda mais simplesmente, pelo lado indesejável da existência humana tornou-se, em conformidade com isto, um dos temas permanentes da corrente discussão literária, artística e, em parte, também filosófica. Pode-se dizer que, no decorrer de um conflito longo e muitas vezes exasperado, produtos culturais que obedecem à trindade tradicional do bom, do belo e do verdadeiro, costumeiramente associados a um tom otimista, perderam sua supremacia sem, no entanto, desaparecer (ELIAS, 2005, p. 47).

Foi assim que os temas “sujos” ganharam expressão artística na cultura ocidental. Diferentemente do romantismo idealizante, como vimos, Simões Lopes Neto soube dar forma a assuntos controversos, como o contrabando, ou tabus, como o sexo fora do casamento. Isso sem um viés condenatório ou moralista. E mesmo nos casos de violência gratuita, há contrapon-tos nos entrecos, como a honra de Maria Altina e a bravura de seu pai. À figuração das iniquidades, Simões sempre oferece alternativas, quer na oposição de personagens e posições, quer na enunciação de seus conflitos internos. Em “O negro Bonifácio”, o protagonista causa, ao mesmo tempo, ojeriza e temor respeitoso: “...Se o negro era maleva? Cruz! Era um condenado!... mas, taura, isso era, também!” (LOPES NETO, 2006, p. 53). Sem o tom pessimista dominante de seus contemporâneos, nem o tom otimista de seus predecessores, ou oscilando entre eles, nosso autor construiu um universo ficcional complexo e humano, aliando realismo e imaginação poética, descrições cruas e metáforas elaboradas, incitando o leitor a preencher lacunas, interpretar a obra e carregá-la com suas impressões, como na famosa passagem em que Blau Nunes revela o motivo da tensão entre o Bonifácio e a Tudinha, nos últimos instantes da cena de vingança da mulher:

A Tudinha já não chorava, não; entre o Nadico, morto, e a velha Firmina estrebuchando, a morocha mais linda que tenho visto, saltou em cima do Bonifácio, tirou-lhe da mão sem força o facão e vazou os olhos do negro, retalhou-lhe a cara, de ponta e de corte... e por fim, espumando e rindo-se, desatinada – bonita, sempre! –, ajoelhou-se ao lado do corpo e pegando o facão como quem finca uma estaca, tateou no negro sobre a bexiga, pra baixo um pouco – vancê compreende?... – e uma, duas, dez, vinte, cinquenta vezes cravou o ferro afiado, como quem espicaça uma cruzeira numa toca... como quem quer estraçalhar uma cousa nojenta... como quem quer reduzir a miangos **uma prenda que era querida e na hora é odiada!**... (grifos meus) (LOPES NETO, 2006, p. 59).

Com violência e poesia, ditos e não-ditos, revelações subentendidas, o texto simoniano, na maioria dos contos e nas três lendas desenvolvidas, trata do ruim, do feio e do falso, como do bom, do belo e do verdadeiro. Ele é, assim, suficientemente aberto para ser lido e apropriado de maneiras distintas. Nele habita o mito do gaúcho heroico, mas também seus próprios antídotos: o gaúcho pobre e toda uma série de identidades marginais, como a mulher e o negro. Uma fórmula de sucesso futuro que provavelmente fugia ao alcance dos olhos do autor; com certeza tributária de sua educação literária pelas grandes obras de ficção internacional, conforme vimos no primeiro capítulo. Em “A Salamanca do Jarau”, um Blau Nunes personagem (e não narrador) tem desnudada sua condição marginal: “(...) um gaúcho pobre, Blau, de nome, guasca de bom porte, mas que só tinha de seu um cavalo gordo, o facão afiado e as estradas reais (...)” (LOPES NETO, 2006, p. 195). Era um “vagamundo”, como seus ancestrais, mas por razões diferentes. E não deixa de ser uma fina ironia chamar de Blau, “azul” em alemão, o campeiro deslocado pela imigração germânica no Rio Grande e que sentia no “gringo” uma ameaça a seu mundo quase perdido. Outro atestado da ambiguidade simoniana.

A pampa inventa a cidade

No período, todos os escritores regionalistas rio-grandenses, incluindo Luiz Araújo Filho e João Fontoura, fizeram algum uso das tópicas da gauchesca argentina e uruguaia. Por isso, a tese de Léa Masina conseguiu mapear influxos platinos até na obra de Maya, sem sombra de dúvidas a mais próxima

do poder político e do poder cultural, a mais empenhada em provar o fim do Rio Grande gaúcho e em realizar sua passagem simbólica para a modernidade republicana oficial. O que muda, caso a caso, é a ênfase em alguma figura e a função dessas apropriações. Na gauchesca simoniana, muito mais do que no regionalismo tradicional, há espaço para categorias sociais e distinções vigentes na cultura popular e fronteiriça. Daí a insistência nas alteridades históricas do gaúcho: o gringo e o cajetilha, quer dizer, o estrangeiro e o homem da cidade. Com esses intertextos implícitos, Simões dá vazão aos conceitos e aos preconceitos de Blau.

Apesar do olhar externo da prosa nativista de Echeverría, com seu tom pessimista e denúncia da barbárie de Rosas – ou justamente em razão desse distanciamento –, uma rápida passagem de *El matadero* sintetiza o lugar do outro na mentalidade gauchesca. Quando um moço da oposição unitária cai em mãos de uma turba governista, pesam sobre ele acusações algo heréticas para um campeão:

- Perro unitario.
- Es un **cajetilla**.
- Monta en silla como los **gringos** (grifos meus) (ECHEVERRÍA, 1981, p. 229).

Uma dupla afronta a valores gaúchos, assim, estaria representada no prisioneiro: cidadão, que anda mal a cavalo, como fazem os estrangeiros. Na verdade, é uma dupla ofensa impetrada ao oponente, tendo em vista que ele é tão campeão quanto seus inimigos. No fundo, a acusação é a de desonrar a pátria, a de não ser suficientemente argentino. O Fierro, de Hernández, reproduz essa visão xenofóbica quando se encontra com um imigrante italiano recrutado pelo exército nacional na guerra de fronteira contra os povos indígenas:

- Era un gringo tan bozal,
que nada se le entendía.
!Quién sabe de ánde sería!
Tal vez no juera Cristiano,
pues lo único que decía
es que era *pa-po-litano*”.
- (grifo do autor) (HERNÁNDEZ, 1967, p. 50-51).

Simões Lopes Neto expõe idêntico preconceito na voz de seu narrador. Em “Melancia – Coco Verde”, emprega a expressão “largas como goela de gringo”, para descrever a amplidão das terras de uma família de estancieiros (LOPES NETO, 2006, p. 116). Também usa o termo de maneira comparada para caracterizar personagens secundárias, por algum motivo suspeitas, como um interesseiro dono de bolicho (venda de beira de estrada): “um sujeito alarifaço,²⁹⁹ cá pra mim, desertor, meio espanhol meio **gringo**, mas mui jeitoso para qualquer arreglo que cheirasse à *plata*... (grifo meu – negrito) (grifo do autor - itálico) (LOPES NETO, 2006, p. 141, “Jogo do osso”). A essa visada do gênero gauchesco sobre figuras externas, Simões submete outras alteridades históricas do campeiro rio-grandense, como o *galego* português, principalmente durante o período da independência e da farroupilha, e o *baiano*, termo empregado para designar brasileiros não sulistas em geral. Como vimos no capítulo anterior, encontramos esse tipo de figuração no *Cancioneiro Guasca*, bem como em versos populares recolhidos por outros folcloristas. Nos *Contos Gauchescos*, seus atributos negativos são os mesmos do gringo na poesia platina, indicando uma aversão ao modo de vida no campo, como o gosto pela carne, o trabalho com o gado e a maestria na montaria: “Esse tal era um ilhéu [referência a portugueses dos Açores], mui comedor de verduras, e que para montar a cavalo havia de ser em petiço³⁰⁰ e isso mesmo o petiço havia de ser podre de manso... e até maceta³⁰¹... e nambi³⁰²... e porongudo!³⁰³...” (LOPES NETO, 2006, p. 117, “Melancia – Coco Verde”). Já o estigma do brasileiro não gaúcho aparece no conto “Chasque do Imperador”. Quando Blau Nunes é levado à presença de Dom Pedro II, num acampamento local durante a Guerra do Paraguai, o guasca tem uma rápida conversa com o Duque de Caxias, lembrando de lhe ter servido durante as negociações de paz com os farrapos: “— Como não?!... [nos conhecemos] Desde 45, no Ponche Verde; fui eu que uma madrugada levei a vossa excelência um ofício

²⁹⁹ De “alarife”: espertalhão, velhaco.

³⁰⁰ Petiço: cavalo pequeno ou de baixa estatura.

³⁰¹ Maceta: cavalo que possui as patas doentes ou defeituosas.

³⁰² Nambi: cavalo que não tem uma ou as duas orelhas.

³⁰³ Porongudo: diz-se do cavalo que possui deformações nos ossos, em formato de “porongos”.

reservado, pra sua mão própria... e tive que lanhar uns quantos **baianos** abelhudos que entenderam de me tomar o papel...” (grifo meu) (LOPES NETO, 2006, p. 95).

Nesse sentido, nosso autor não se encontrava sozinho. Principalmente entre os escritores de vivência fronteiriça, há distinções sociais semelhantes. No caso da imigração, aliás, as apropriações gauchescas faziam grande sentido em tempos de crescimento econômico e pretensões de representação política das antigas colônias alemãs e italianas no estado. Na peça de Damasceno Vieira, uma situação cômica expressa o choque cultural potencializado pelo convívio ampliado desses segmentos da população local. Num baile de cidade, um gaúcho demonstra com grosseria sua insatisfação com a presença de um alemão “vermelho como um touro”: “No levantar a perna, o *cartofle*³⁰⁴ aticou-me um coice na canela! Com a dor não pude me conter e soltei-lhe os queixos: ‘Grandessíssimo animal bagual! *Lamão, cartofle!* Esta é que foi a educação que teus pais te deram?’ A moça, primo, ficou tão incomodada com o *lamão*, que não quis dançar mais e sentou-se!” (VIEIRA, 1891, p. 13). É verdade que Simões não chega a esse nível de detalhamento. Mas seu uso genérico da figura do gringo, semelhante às ocorrências platinas, apontam para o mesmo cenário. Assim como o ilhéu, o galego e o baiano, ele representa um perigo externo, típico de cultura fronteiriça, o que potencializava o sentimento de crise da virada do século. De maneira semelhante, o êxodo rural e o crescimento urbano também aumentavam os contrastes entre campo e cidade, assim como a desconfiança do gaúcho frente ao cidadão. O ponto de vista de Blau, que, nesse sentido, é o mesmo dos poucos antecedentes simonianos gaúchos na dramaturgia e no livro de leitura escolar, se confirma pela referência rápida a um “cajetilha da cidade” que declama versos sobre a beleza da Tudinha, no conto “O negro Bonifácio”.

Ainda que atestem identidade com a gauchesca oitocentista, é importante dizer que esses elementos são periféricos

³⁰⁴ De *kartofell*: batata – “alemão-batata” é ainda hoje termo empregado para designar descendentes dos imigrantes germânicos no estado que denotam essa pertença no fenótipo ou na ostentação de traços culturais e linguísticos dos antepassados.

na poética simoniana. Mais preocupado em dar vida ao mundo de Blau, ele não chega a explorar os choques culturais de seu tempo, não lhes dá forma desenvolvida na literatura. Nem mesmo à oposição entre passado e presente, central nos livros de seus contemporâneos. Ainda assim, podemos dizer que ele constrói, pelo avesso, uma visão de cidade tão ambígua quanto a do campo. E, como num jogo de espelhos, a presença do outro lança luz sobre si, sobre o personagem-narrador e a pampa que ele conheceu. Não é senão esse o projeto literário de Simões Lopes Neto: dar a voz aos vencidos; não celebrar a sua derrota, como acontece em Maya e Callage. O estranhamento, assim, é um recurso possível, mais do que o choque, e ganha sua melhor forma no conto “Chasque do Imperador”, quando uma série de personagens gaúchas, além de Blau, se encontra com a elite dirigente letrada brasileira, “aqueles graúdos” (LOPES NETO, 2006, p. 96). A primeira delas, um “topetudo”, ouvindo Dom Pedro II dizer que gostara da região, pergunta: “Então por que não se muda pra cá, com a família?...” (LOPES NETO, 2006, p. 96). Todas as situações são cômicas como essa. Mas uma delas também chega a ser comovente. Quando as tropas reais, numa de suas marchas, sentaram acampamento perto de um pequeno rancho pobre, uma velha senhora apareceu perguntando pelo Imperador. Ao ser apresentada a ele, ofereceu como presente um pouco de fiambre que ela mesma produziu. Com muita ingenuidade, a personagem conta que seus dois filhos já estão combatendo no Paraguai, interpela o Duque de Caxias, lembra o marido farrapo e recomenda:

Vancê dê notícias minhas e bote benção neles [nos filhos]; e diga a eles que não deixem o imperador perder a guerra... ainda que nenhum deles nunca mais me apareça!... Bem! com sua licença... Seu imperador, na volta, venha pousar no rancho da nhã Tuca; é de gente pobre, mas tudo é limpo com a graça de Deus... e sempre há de haver uma terneira gorda pra um costilhar!... (LOPES NETO, 2006, p. 98).

Essa adesão a uma história dos vencidos, como vimos no capítulo anterior, foi construída com o ensaio *Terra Gaúcha*. Os *Contos* e as *Lendas* também dão forma ao patrimônio popular renegado pela historiografia mais tradicional. A tradição indígena-missioneira está presente, de maneira mais contundente, pelo menos, na lenda da Mboitatá, na lenda da Teiniaguá, em

que um sacristão de São Tomé é encantado pela princesa-feiteira moura, e na recolha e no trabalho literário de um poema oral, “O lunar de Sepé”, que homenageia o corregedor de São Miguel, líder da resistência missioneira na Guerra Guaránica. Três inclusões que atestam a filiação do Rio Grande brasileiro ao Rio Grande castelhano, ou melhor, que elaboram ficcionalmente a teoria da mestiçagem étnica e cultural do Simões historiador. Nesse sentido, as *Lendas do Sul* apresentam uma gênese mítica tripartite, que se inicia com “A Mboitatá”, uma narrativa indígena, segue com “A Salamanca do Jarau”, que enfoca a experiência de colonização espanhola no território, e se completa com “O Negrinho do Pastoreio”, que introduz o português e o negro no Rio Grande imaginário, fazendo a denúncia da escravidão. Já sabemos, também, que o folclorismo republicano, mesmo em sua vertente positivista mais próxima do poder, apresentava concessões simbólicas, em suas narrativas fundacionais, aos povos indígenas; razão das relações de sua visão de popular com o mito do bom selvagem. No entanto, o negro e a mulher configuravam alteridades internas à gauchidade conservadora. O *Cancioneiro Guasca* não fica livre dessa tendência. Mas a ficção simoniana consegue ultrapassá-la. Por tudo que tenho apontado neste capítulo, acredito que a produção de prosa de ficção também possibilitou mudanças ideológicas ao autor, ou, pelo menos, permitiu o desenvolvimento de suas ideias mais abertas, aquelas de inclusão das figuras marginais na história e na sociedade regional. Os motivos disso se encontram no maquinário literário, quer dizer, nas técnicas da gauchesca e no ponto de vista narrativo de Blau Nunes.

No Rio Grande de *Contos e Lendas*, fronteiro e gaúcho, a presença negra é marcante. Além do menino escravo que vira santo popular, após padecer nas mãos de um estancieiro cruel, e do peão Bonifácio, há referências a escravos em “No manantial”, que tomam “a alforria por sua mão” após a tragédia familiar, em “O mate do João Cardoso”, na figura de um jovem negro que serve ao protagonista, e negros livres e libertos em “Melancia – Coco Verde”, “Jogo do Osso” e “O ‘Menininho’ do presépio”, quando o narrador chama a atenção para um dos reis magos, “que era negro retinto, que era o mais empacholado” (LOPES NETO, 2006, p. 177), que significava algo como: aquele vestido com maior garbo e luxo. Com certeza, Blau Nunes reproduz certos preconceitos raciais de épo-

ca na cultura popular, mas sempre há espaço para a subversão dos estereótipos tradicionais na obra. O mesmo acontece com a representação do feminino. Também as mulheres têm papel fundamental nas narrativas simonianas. É interessante notar que sua tríade mítica de fundação enfoca, como tipos coletivos e emblemáticos, o índio, o negro e a mulher; esta sintetizada na figura da Teiniaguá. Mas a experiência feminina no mundo de Blau Nunes também é diversa. Entre as personagens mais destacada, há a “rabiosa” Tudinha, em “O Negro Bonifácio”, a firme e valente Maria Altina, de “No manancial”, a idosa simples e franca de “O chasque do Imperador”, a “milongueira” (ou volúvel) Rosa, de “Os cabelos da china”, a apaixonada e fiel Talapa, de “Melancia – Coco Verde”. Todas elas mulheres fortes. Mesmo quando tratadas como objeto, elas encontravam espaço para expressar suas posições. Em “Jogo do Osso”, o Chico Ruivo aposta e perde a amada Lalica para o peão Osoro. Quando ela é notificada da questão, responde: “- Sempre és muito baixo!... guampudo, por gosto!... (LOPES NETO, 2006, p. 144). Esse tipo de figuração apresenta um contrapeso à misoginia da cultura popular fronteiriça, de que já tratamos no cancionero popular, vez por outra presente na voz de Blau: “Isso de chinas e gatos... quem amimar sai arranhado...” (LOPES NETO, 2006, p. 109, “Os cabelos da china”).

Além da linguagem gauchesca, acredito que esse é um dos principais achados técnicos de Simões: contrabalançar personagens, figuras sociais, narrativas e até traços psicológicos de uma mesma personagem. Já vimos que a proposição estética comum entre nosso autor e José Hernandez, no seu gênero temático específico, era a de dar vazão à ambiguidade. Essa característica também ganha forma literária em Simões no uso embrionário da técnica do contraponto, hoje bastante conhecida pela produção de escritores modernistas de língua inglesa, da década de 1920, principalmente, tendo seu ápice na obra de Aldous Huxley, que forneceria o modelo principal da narrativa de Erico Verissimo, segundo a crítica e o próprio escritor.³⁰⁵ Chama a atenção, assim, que o recurso só tenha ganho destaque na prosa contemporânea muito depois da experiência simoniana.

³⁰⁵ Erico foi tradutor de *Contraponto*, de Huxley, pela Editora Globo e assumiu essa influência na redação de *Caminhos Cruzados* (1935).

O único grande antecedente do autor, nesse sentido, e que poderia ter sido lido por ele, é Somerset Maugham, com *O carrossel*, de 1904. No conto “Batendo orelha!...”, Simões Lopes Neto emprega o procedimento conforme sua apropriação da música, onde consistia originalmente em combinar duas ou mais vozes melódicas em relação de contraste: “A transposição da técnica do contraponto para a literatura se faria através da criação de um romance constituído por várias intrigas e personagens paralelas, de modo que a narrativa fosse fragmentada, sem centro, e formasse um todo harmonioso através do contraste polifônico das diversas vozes constituintes” (SANTOS, 2015, p. 28). Num texto quase experimental, diferente dos demais contos, e por isso às vezes considerado não-desenvolvido (junto a “Artigos de fé do gaúcho”), Simões intercala parágrafos com apenas um período, dedicados a narrar duas biografias paralelas, a de um gaúcho pobre e a de um cavalo, destinadas a se cruzar na guerra: “Curtiram fome, juntos, cada um, do seu comer. E sede. E frio. E cansaço, mataduras e manqueiras; cheiro de pólvora e respingos de sangue, barulho de músicas, tronar grosso e pipocar, nas guerrilhas” (LOPES NETO, 2006, p. 171). E, juntos, foram descartados pelo exército; o cavalo, quando ficou velho, o gaúcho, quando ficou incapaz. Separados, tiveram, cada qual, seu triste fim. Percebe-se, nesse conto, a sintonia da forma e do conteúdo na obra de Simões Lopes Neto, empregando um recurso técnico moderno bastante adequado ao projeto de narrar ficcionalmente a história dos subalternos.

O contraste é ainda mais usado pelo autor na construção das personagens. Por isso, ele consegue nos fazer sentir alguma empatia pelos antagonistas ou anti-heróis, como Bonifácio e a Teiniaguá. Por isso, também, ele ultrapassa as convenções de representação do negro e da mulher no folclore e na literatura regionalista tradicional. O primeiro, como vimos no capítulo anterior, é uma alteridade interna invisível, e, dessa forma, não ganha grande atenção na prosa de Maya ou Cal-lage. Em Simões, o negro não apenas protagoniza lendas e contos, mas é retratado com complexidade. É equiparado aos peões brancos porque compartilha com eles o mesmo sistema de valores. Ao contrário do gringo, ele é “ginetaço”, termo que revela a maestria no domínio do cavalo. Ele é “maleva”, mas também é “taura”, quer dizer, forte, destemido, valente. Ele é “pachola”, o que poderia significar atrevido, mas também bona-

chão. Sobretudo, “Era um governo, o negro!” (LOPES NETO, 2006, p. 55). Não se trata, aqui, nem do ocultamento, nem da produção de um Outro. Bonifácio representa uma identidade gauchesca negra, dentre as tantas possíveis na fronteira Sul. Já a mulher, objeto de desconfiança no cancionero popular e de subordinação no folclorismo positivista, obtinha alguma simpatia na literatura de imaginação. Nesse sentido, Alcides Maya foi o autor mais condescendente, revelando situações de exploração e humilhação feminina na vida campeira. Apesar de apontar para a resistência das mulheres gaúchas, de quem se narrariam verdadeiras lendas na memória popular, a denúncia do barbarismo gauchesco e a visão pessimista do escritor acabavam relegando a elas o papel de vítimas da história: “E pertenciam a quem n’as queria, conheciam todos os arreios, passavam fome, sofriam, como os soldados, chuva e frio, embriagavam-se, engalfinhavam-se bêbadas, mordendo-se, ferindo-se, desertavam para outras colunas e, até por vezes, eram raptadas em audazes acometidas” (MAYA, 1911, p. 50, “Guri”). Em Simões, contudo, elas possuíam alguma autonomia. Algo que transparecia em sua caracterização ambivalente. Tudinha era “arisca”, mas “foliona”; “candongueira”, quer dizer, adúladora, sedutora, mas também “rabiosa”, furiosa e dona de si. Utilizando uma das típicas comparações da mulher com o cavalo no cancionero, Blau Nunes subverte a sua lógica negativa original: “não há maneira nem buçal que sujeite: é pior que homem!...” (LOPES NETO, 2006, p. 59). Se o emprego das técnicas de contraponto carrega também certa misoginia do universo representado, ele permite mostrar o outro lado, os espaços de burla, onde a mulher exerce a posição de sujeito. A Teiniaguá, nesse sentido, é o melhor protótipo do feminino simoniano. É “bicho e mulher moura, falsa, sedutora e feiticeira” (LOPES NETO, 2006, p. 208). Mas também é sábia, conhece os mistérios do mundo e os segredos da terra. É princesa moça e fada velha. É fonte de riquezas e de perdição. Encanta os homens com sua beleza e aguça sua ganância. Mas são os pecados e as falhas deles que impedem a conquista da promessa. O próprio Blau Nunes, de “alma forte e coração sereno”, venceu o desafio da fuma, mas perdeu a razão frente à beleza da bruxa, “não soube governar a cabeça e segurar a língua” (LOPES NETO, 2006, p. 220). E se ela desviou um homem santo da fé cristã, também soube ser fiel a ele, salvando o amado da morte. Foi transformada em lagar-

tixa e feita escrava pelo diabo, mas escapou, enganando o pior dos opressores, que “Só não tomou tenência que a Teiniaguá era mulher...” (LOPES NETO, 2006, p. 200).

Com esses jogos de reflexos e oposições, Simões Lopes Neto mimetiza uma pampa pobre, sofrida, mas rica em lições, plena de possibilidades, diversa em experiências; uma pampa que fala por si e de si, mesmo quando fala da cidade; que se elabora contra as ameaças externas, mas também encara seus próprios problemas, numa luta que não é senão a da vida. Seus males são os males de todos. Suas derrotas também. A pampa de Simões fica nas margens... da geografia, da política, do mundo da corte, da cultura letrada. E dela emergem os sujeitos marginais na memória coletiva do extremo Sul. Personagens que não têm voz na história oficial, nem humanidade na literatura mais tradicional.

3.3. Ficção e dissensão: a patrulha do imaginário

Censura e assimilação

Em *Bases do autoritarismo brasileiro*, Simon Schwartzman afirma que a República começou de fato no Rio Grande do Sul, estabelecendo um padrão de divisões regionais relacionado com as tensões entre centralização e autonomia regional e entre governo civil e governo militar que duraria décadas (SCHWARTZMAN, 2015, p. 181). Com isso, o autor retoma as teses de Joseph Love (1975) a respeito do regionalismo gaúcho e sua constituição como força autônoma, equiparada ao Exército, no campo político brasileiro.³⁰⁶ Com forte tradição militar, dada a condição de fronteira imperial, tendência à secessão e histórico republicano radical, a província se encontrava aberta a ideias políticas positivistas, ao mesmo tempo progressistas, no sentido de desenvolvimento e internalização do capitalismo, e conservadoras, mantendo a estrutura social. Assim, o republicanismo castilhistas erigiu um governo estadual autoritário com uma base partidária rigidamente disciplinada. Enquanto a carta constitucional de 1891 encaminhava a concentração do poder

³⁰⁶ A tese que originou o livro de Schwartzman é de 1973, enquanto a de Love é de 1971.

de mando na figura do presidente, que legislava via decreto em questões não financeiras, as articulações entre a classe dirigente civil e a corporação militar levavam a pressões sobre o Governo Federal, barganhas com as elites nacionais e disputas com outros estados.³⁰⁷ Em âmbito local, gestava-se um programa de modernização com a exclusão das parcelas dissidentes das classes dominantes e o quase aniquilamento da oposição política no espaço público.

Para Sandra Pesavento, o projeto do PRR não se manteve hegemônico durante cerca de 40 anos se não houvesse um equilíbrio entre a coerção e o consenso (PESAVENTO, 2002, p. 80). Principalmente a partir do primeiro governo de Borges de Medeiros, as alianças com setores diversos da sociedade deram alguma legitimidade à máquina perrepista. Isso também explica o paulatino afrouxamento da violência no aparato repressor. Nesse sentido, Luiz Alberto Grijó acredita que o Rio Grande do Sul teria experimentado uma espécie de racionalização civilizatória na primeira metade do século XX: “de contextos nos quais os morticínios de inimigos prostrados e saques indiscriminados de seus bens era uma regra, passou-se àqueles nos quais essas práticas e visões de mundo que as lastreavam passaram a ser deslegitimadas” (GRIJÓ, 2010, p. 162). Concomitantemente à ampliação das bases sociais do regime, à cooptação de grupos ascendentes e à sofisticação do trabalho de vigilância interna, também percebo mudanças nos padrões de controle do imaginário, que reverberam no tratamento da questão gauchesca, sempre em consonância com o estado das tensões entre centro e periferia e das relações entre dirigentes civis e militares.

Na fase inicial de conquista do poder e consolidação do castilhismo, a coerção garantida pelas ligações com o Exército e pela criação da Brigada Militar tinham como contrapartida no plano simbólico o cerco aos letrados dissidentes e a censura à sua produção, ao mesmo tempo em que se relegavam as suspeitas de caudilhismo platino da região à oposição federalista,

³⁰⁷ Outras prerrogativas e vantagens do presidente eram nomear o vice-presidente e poder ser reeleito indefinidas vezes, desde que alcançasse $\frac{3}{4}$ dos votos, o que se obtinha com o voto a descoberto, a fraude e o recrutamento dos coronéis locais pelo PRR.

chamada de maragata em função de suas bases territoriais no norte do Uruguai.³⁰⁸ Conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o discurso lusitanista foi gestado como resposta aos ataques ao regime no centro do país, que também enxergavam uma propensão ao separatismo nas demandas por autonomia do governo perrequista. A reativação da questão fronteiriça em 1898 encorpou a patrulha local dos bens simbólicos e ensejou o projeto folclorista de domesticação do gaúcho. Paralelamente a esse processo de assimilação inicial, houve uma fase breve de reação virulenta à intelectualidade oposicionista. Foi assim que, em poucos anos, Apolinário Porto Alegre, por exemplo, se transmutou de líder republicano respeitado e prócer da vida cultural na capital rio-grandense a figura maldita e inimigo público da administração castilhista.

É verdade que a violência era generalizada no *habitus* político regional. Ambas as facções recorriam à força, promovendo devassas nas casas dos opositores e assassinatos com requintes de crueldade, tudo com a conivência das autoridades aliadas. O golpe militar que proclamou a República havia credenciado o então pequeno PRR ao protagonismo no processo rio-grandense de consolidação do novo regime, no que teve ajuda dos antigos conservadores, marginais na vida política da província. Já os antigos liberais, que controlavam a pequena máquina pública imperial, foram defenestrados das posições de mando. Mas a queda do governo de Deodoro da Fonseca complicou esse cenário. Aproveitando a falta de sustentação federal a Júlio de Castilhos, uma junta de oposição depôs o presidente, eleito no processo constituinte, já excludente, de 1891. Momentaneamente, o aparato repressor se voltou contra seus aliados, havendo registro de execuções violentas, com o recurso infame da degola. Vários líderes do PRR tiveram de se exilar nos países platinos para escapar das perseguições. Depois de uma sequência de governos curtos, entre novembro de 1891 e junho de 1892, à qual o próprio Castilhos chamou pejorativamente de “governicho”, o PRR retomou o poder com o apoio de Floriano Peixoto, reforçou a Brigada Militar e reprimiu a oposição. Em 1893, Júlio de

³⁰⁸ Essa região do país vizinho teria sido colonizada originalmente por espanhóis vindos da Maragateria. Os republicanos, então chamados de “pica-paus”, usaram o termo para aferir uma identidade castelhana aos adversários.

Castilhos foi eleito novamente presidente. Em seu retorno, como apontou Luiz Aberto Grijó, os “adversários” se tornaram “inimigos”: “As violências físicas e atrocidades, portanto, se voltaram contra os federalistas, muitos dos quais também foram obrigados a se exilar” (GRIJÓ, 2010, p. 165).

Conforme vimos no Capítulo I, Apolinário Porto Alegre foi o principal líder da Sociedade Partenon Literário e maior expoente do regionalismo alencariano na província. Nasceu na cidade portuária de Rio Grande, próxima a Pelotas, mas transferiu-se para a capital gaúcha aos 15 anos, em 1859. Em 1861, partiu para São Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito. Com a morte do pai, precisou abandonar o curso superior. No seu retorno, trabalhou como professor e fundou o Colégio Rio-Grandense, mais tarde chamado de Instituto Brasileiro (1876), em nova sociedade com Hilário Ribeiro. Segundo Lotar Hessel, começou o proselitismo republicano e abolicionista no período em que dirigiu o educandário. Na década de 1880, entregou-se ao jornalismo político, colaborando com a imprensa republicana porto-alegrense e rio-grandina. Fundou o Clube 20 de Setembro da capital, aos moldes da entidade criada na Faculdade de Direito de São Paulo. Durante a crise do Império, acabou entrando em discordância ideológica com os colegas que se faziam comtistas. Essa cisão é um ponto de virada na sua biografia, iniciando a trajetória de ocaso. Após abandonar o clube, fundou a União Nacional, junto com membros do antigo Partido Liberal. Em 1892, com o retorno de Gaspar Silveira Martins do exterior, ela tomou o nome de Partido Republicano Federalista (PRF).

Após a morte da esposa e de uma filha (em circunstâncias que não consegui identificar), no ano de 1891, Apolinário fechou o Instituto Brasileiro e se manteve recluso na Casa Branca, prédio colonial no morro Santana, velho reduto farrapo que ele havia comprado alguns anos antes. Nela, organizava a sua biblioteca e um acervo pessoal de objetos históricos e folclóricos, que os companheiros e discípulos chamavam de “museu”. Era nessa residência, também, que recebia jovens letrados em ascensão, como Alcides Maya e Clemenciano Barnasque, que se iniciavam nos assuntos do Sul sob sua tutela. O descontentamento com os republicanos positivistas levava o escritor à aproximação com Silveira Martins, chefe histórico do Partido Liberal e principal líder da oposição a

Júlio de Castilhos. Segundo Augusto Meyer, era o velho tribuno quem trazia da corte, como presente ao amigo, “pobre mestre sem recursos”, livros caros e raros (MEYER, s.d., p. 8). Em 1892, Apolinário se tornou o principal propagandista federalista, “tendo quase sido vítima das suas ideias” (HESSEL, 2004, p. 17). Publicou uma série de artigos no jornal *A Reforma* contra o positivismo e os comtistas rio-grandenses. Consta que foi preso, quando escreveu um ataque aos ex-companheiros e alunos republicanos: “Em trajeto para a masmorra ia-me lembrando de Sócrates, que, como eu, educava a mocidade de Atenas no princípio da democracia e na crença de Deus, e fora, como recompensa dos serviços à pátria, atirado em horrível calabouço” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 25). No final daquele ano, com a proximidade da eclosão da Revolução Federalista e com o cerco de Júlio de Castilhos aos inimigos, emigrou para Montevidéu, onde permaneceu até o fim do conflito, em 1895. Foi muito provavelmente neste período que a sua residência acabou sendo depredada pelas hostes castilhistas. Nos saques ao seu acervo, muitos manuscritos foram perdidos. Sua *História da Revolução de 1835*, em que teria gasto anos de trabalho, foi totalmente extraviada. Também sua obra folclorista maior, o *Popularium Sul-rio-grandense*, foi desmembrada e parcialmente destruída. Segundo seu filho Álvaro Porto Alegre, o polígrafo passaria os últimos anos de vida tentando emendar os estragos nos originais desse compêndio de cultura popular: “Nessa valiosa obra, ainda inédita, Apolinário Porto Alegre, após sua vinda do exílio, muito trabalhou, procurando reconstituir o que mãos sacrílegas e republicanos amauróticos destruíram numa fereza de chacais, aos berros ridículos de – Viva a República!” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 29). No retorno à capital, abandonou a militância: “Sua vida declinou, desde então, em desencanto e melancolia” (HESSEL, 2004, p. 17).

São frequentes os relatos sobre o (auto)isolamento do escritor em seus últimos anos. Outra maneira de dizer que foi vítima da censura e da repressão? É bem possível. Perdidas as batalhas políticas, abalada a sua rede de solidariedade intelectual, devastada a sua biblioteca pessoal a muito custo reunida, sobravam poucos motivos para Apolinário celebrar a vida. Mas também é certo que seu ostracismo relativo é produto da nova condição de letrado maldito e do clima tenso de perseguição

daqueles anos. Num ambiente livre de censura, dificilmente um homem que se dedicou ao jornalismo de combate por tanto tempo teria se retirado do debate público. Preso e exilado, o polígrafo também viu boa parte de seus companheiros de causa morrerem nos conflitos com o PRR e com o Exército, como seus amigos próximos Marechal Manuel D'Eça, o Barão de Batovi, e Frederico de Lorena.³⁰⁹ Ainda assim, em 1901 ele participou da fundação da Academia Rio-Grandense de Letras, junto a nomes perrepistas. Esse fato pode denotar que o capital simbólico do escritor não havia sido de todo dissipado. Mas também revela que ele não se encontrava totalmente recluso, como insistem seus biógrafos tradicionais. A retirada da vida política parece ter sido muito mais uma contingência externa, que não se colocava da mesma maneira na cena literária. Talvez tenha sido, inclusive, uma exigência velada para sua aceitação no universo acadêmico em vias de organização.

Apolinário faleceu em 1904, quando essa instituição letrada, ao que tudo indica, já não mantinha suas atividades iniciais. Em 1910, como vimos anteriormente, um novo grupo de intelectuais, reunindo a parcela da formação original ainda viva e nomes recentemente consagrados, como Simões Lopes Neto, refundou a Academia. Como também sabemos, essa nova configuração não deu atenção à memória de Apolinário Porto Alegre. Na sessão solene de aniversário da associação, o conferencista Simões esqueceu de mencionar o grande regionalista romântico em sua genealogia da vida letrada na província. No Capítulo I, levantei a hipótese de que esse fato se devia a uma inclinação pessoal para a tradição poética fronteiriça. Mas não foi apenas isso. Nosso personagem, que chamou de “populário” as suas narrativas folclóricas, numa possível alusão ao sempre postergado livro de Apolinário, conhecia sua intrincada história de oposição ao regime. Também dominava as regras do campo de produção cultural regional e do campo político mais amplo do qual fazia parte. É muito possível que soubesse da resistência oficial ao nome de seu antecessor no folclore e na ficção. No *Cancioneiro Guasca*, aparece a única referência simoniana a Apolinário Porto Alegre que consegui localizar. Como vimos, a transcrição de um de seus poemas foi registrada com o pseudônimo Iriema,

³⁰⁹ Ambos foram presos em Santa Catarina e fuzilados a mando de Floriano Peixoto.

um procedimento que Simões não estendeu aos demais poetas da geração romântica por ele compilados, como Assis Brasil, Bernardo Taveira Júnior e Múcio Teixeira. Mais do que uma adesão ideológica estreita ao PRR, o que sabemos não se confirmar em seus discursos públicos, a situação explica a reserva simoniana em assuntos de política, só abalada na década de 1910, quando os grupos sociais que ele representava já ensaiavam alguma distância do governo.

Negação

No capítulo anterior, vimos que o projeto folclorista de assimilação do gaúcho arrefeceu ao longo dos anos 1900. Após o apoio oficial às iniciativas do Grêmio Gaúcho, a entidade foi perdendo fôlego na capital; ao contrário da sua congênere pelotense, a União Gaúcha, que realizava dramatizações campeiras na cidade e celebrava periodicamente a cultura ganadeira fronteiriça. Esse descompasso geográfico aponta para as bases econômicas diferentes das elites políticas locais sediadas nos dois centros urbanos, já tratadas aqui, além do menor grau de burocratização da sociedade e de controle estatal da vida pública em Pelotas. Um desvio sócio-político que permitia a produção gauchesca de Simões Lopes Neto, ao mesmo tempo em que os escritores republicanos mais comprometidos com o regime faziam o luto do gaúcho e a passagem simbólica do Rio Grande campeiro para a modernidade urbana perrepista. Nesse momento, a estratégia oficial em relação à memória e ao patrimônio cultural gaúchos passa a ser a negação, o que permitia certo relaxamento do cerco às narrativas (e aos escritores) dissidentes.

Portanto, é sintomático que as obras de ficção regionalistas menos marcadas pelo pessimismo e pela denúncia do passado barbaresco tenham sido publicadas fora de Porto Alegre, ou da órbita do poder político dela emanado. Além de Simões, vale nova menção a *Nas Coxilhas* (1912), do também pelotense João Fontoura, coletânea de “contos gaúchos” lançada pela Livraria Gomes Pereira, no Rio de Janeiro. Em “Promessa de Gaúcho”, que abre o livro, por exemplo, temos o mesmo tema tratado em “Melancia – Coco Verde”: um casamento arranjado, indesejado pela noiva, cujo coração desperta para um legítimo filho da terra, “em cujos traços se percebia as tradições do guasca” (FONTOURA, 1912, p. 12). É a peça regionalista

rio-grandense mais próxima do modelo nativista platino: incorpora vocabulário e temas do universo campeiro, mas sem o ponto de vista popular da gauchesca. À diferença das obras de Callage e, principalmente, de Maya, ela evita as construções frasais rebuscadas, com poucas exceções, numa prosa mais clara e próxima da linguagem culta cotidiana. Um fator, que, na época, pesava contra a recepção do livro. Exceto por alguns reclames na imprensa carioca, *Nas Coxilhas* não chamou muita atenção. Não encontrei notícias, críticas ou resenhas aos contos de Fontoura no período. Até mesmo a dificuldade em levantar dados biográficos mais detalhados do autor é uma função de sua condição não canônica. Era preciso ser um Simões Lopes Neto para tratar do mundo gaúcho em perspectiva diversa da oficial e ganhar espaço na cena literária. Ser um escritor prestigiado, ao menos em escala regional.

No mesmo ano do lançamento de *Contos Gauchescos* e de *Nas Coxilhas*, se deu uma grande polêmica entre José Verissimo e os redatores do jornal *A Federação*. Assim como Silvio Romero, ele costumava atacar o regime castilhistas. Também condenava a atividade pecuária local como atrasada e utilizava a geografia e a história da ocupação do estado para denominá-lo de “corpo estranho na Federação Brasileira”. Em 1912, publicou uma série de artigos chamada “Impressões do Sul”, no *Jornal do Comércio*, relatando uma viagem que realizou no ano anterior, do Rio de Janeiro a Montevidéu. Os redatores rio-grandenses não gostaram da ideia por ele defendida de que o Brasil português acabava geograficamente na capital do país. Durante alguns meses, trocaram acusações repetidas e rebateram argumentos a respeito da sociedade, da cultura e da vida política no Sul. Como mote do debate, as descrições que Verissimo fizera de gaúchos que encontrou na área da Campanha. Para *A Federação*, o escritor confundia os peões das estâncias modernas com um tipo social do passado: “Quase extinto já, o homem do campo capaz de merecer o nome de gaúcho, com a sua acepção literal, é raro, raríssimo, em nossos dias, pois a civilização penetrou os nossos pampas transformando os costumes” (IMPRESSÕES, 1912, p. 1). Seu lugar, nessa visão, era restrito ao Folclore: “Do gaúcho existem as lendas, transmitidas de geração a geração com orgulho, ouvidas com admiração e entusiasmo, conservadas com amor e respeito” (IMPRESSÕES, 1912, p. 1). Para combater a negação, Verissimo

recorre, da mesma maneira como fazia Simões Lopes Neto, ao *Vocabulário Sul-rio-grandense*, de Romaguera Correa: “Hoje, segundo a noção que recolhi no Rio Grande e que estes dicionaristas confirmam, gaúcho é todo o homem do campo, que trata de gado ou se emprega nos serviços das estâncias, e que veste da maneira particular que descrevi, e, por via de regra, que monta admiravelmente a cavalo” (VERÍSSIMO, 1912, p. 3). Não houve entendimento entre os debatedores, nem nesse aspecto nem nos demais envolvidos na contenda.

Reforçando a visão do PRR, Arthur Toscano publicou no *Almanack Literário e Estatístico* daquele ano um artigo dedicado ao problema: “Por que cargas d’água chamam ao nosso Estado *terra gaúcha*, aos rio-grandenses – *gaúchos*?” (grifos do autor) (TOSCANO, 1912, p. 204). Rebatendo implicitamente a posição de Verissimo, esse autor afirmava que o tipo, “misto de malandro, bandoleiro e homem de guerra”, se encontrava extinto. Mais do que isso, nunca teria sido representativo do habitante do Sul:

Os rio-grandenses do sul não são, nunca foram gaúchos, não descendem de gaúchos, não têm os hábitos dos antigos gaúchos, salvo se se pode chamar gaúcho um indivíduo só porque enverga poncho, bombachas, botas, chilenas, chapéu de aba larga e lenço ao pescoço. Salvo se se pode chamar gaúcho um homem só porque doma potros, sabe laçar uma res, preparar a sua carne e dedilhar, enquanto espera, a viola, chorando canções amorosas (TOSCANO, 1912, p. 204).

Toscano era pelotense como Simões Lopes Neto e atuava na imprensa local. Muito provavelmente, era conhecido do nosso escritor e, talvez, tenha reagido mal à publicação dos *Contos Gauchescos*. Também era republicano. Mas, diferentemente de Simões, era o que podia se chamar de um correligionário disciplinado, fiel às diretrizes do partido e do governo da capital. Também era bem mais jovem. No ano da contenda, tinha 22 anos e se credenciava a uma vaga de funcionário público em Porto Alegre, onde trabalharia até se aposentar.

Essa alteração na estratégia oficial dos republicanos em relação ao problema gaúcho acabou afetando diretamente a primeira recepção da obra de Simões Lopes Neto. Diferentemente de João Fontoura, nosso autor recebeu atenção do jornal oficial do governo. No dia 12 de setembro de 1912, o serviço telegráfi-

co do *A Federação* noticiava o lançamento, em Pelotas, da “coletânea de 19 bem delineados contos” do “laborioso escritor”, afirmando, ainda, que a imprensa local enalteceu seus méritos (SERVIÇO, 1912, p. 4). No dia 1º de outubro seguinte, o periódico publicou uma resenha crítica ao livro do “operoso patricio” e “escritor experimentado e aplaudido”. Na descrição da temática, o texto retoma o argumento principal da polêmica contra Verissimo: “(...) contos narrados à feição da gente do campo, num Rio Grande já remoto, sobre assuntos característicos dessa mesma gente, hoje quase extinta entre nós” (CONTOS, 1912, p. 1). A seguir, reconhece a sinceridade do apreço simoniano pelo “gênero de literatura muito restrito” (uma referência à *gauchesca*?), mas desautoriza seu trabalho de memória histórica: “(...) embora discordemos da opinião de que a vulgarização de tal literatura tenha qualquer fim de utilidade real, quer quanto ao conhecimento dos costumes da época, quer quanto ao enriquecimento de nosso insignificante patrimônio intelectual” (CONTOS, 1912, p. 1). Essa crítica também tem seu reverso na apreciação da forma, considerada “um achado”, já que “não conhecemos coisa que se lhe assemelhe”, mas cuja originalidade não contornaria o desserviço público prestado pela obra: “(...) só terá a perder pelo cultivo de uma linguagem reverberativa, viciada, cheia de plebeísmos, por vezes malsoantes e até inconvenientes, que, mesmo os pouquíssimos gaúchos autênticos que ainda existem n’algum rincão escondido do Estado só empregam com grandes modificações” (CONTOS, 1912, p. 1). Portanto, as mesmas características textuais que se tornariam o grande trunfo simoniano, naquele momento, impediam a chancela oficial de *Contos Gauchescos*; ainda que bem-recebido pelos leitores.

A negação do gaúcho e da *gauchesca*, com bases sólidas nos conflitos de consolidação do regime, também tinha funções políticas mais recentes. Em 1910, a aliança Minas Gerais-Rio Grande do Sul que apoiou a candidatura presidencial do Marechal Hermes da Fonseca, contra Rui Barbosa, encontrou alguma resistência local na oposição federalista consentida e em alguns republicanos dissidentes, favoráveis a um presidente civil. Mais uma vez, ouvia-se o burburinho de uma revolta da campanha, o que era combatido publicamente pelo PRR: “Na luta que, porventura, travasse conosco, nas coxilhas o *federalismo*, seria ele fatalmente vencido, como na revolução de 1898” (grifo do autor) (PELA ORDEM, 1911, p. 1). Em

1914, a tensão se reeditava. Dessa vez, o PRR se articulava com os partidos de São Paulo e Minas, apoiando Venceslau Brás, em troca da eleição de Hermes da Fonseca ao Senado. Localmente, Borges de Medeiros precisou disciplinar a base republicana e passar por cima das ambições do correligionário Ramiro Barcellos, que também pleiteava a indicação para o legislativo. Mesmo sabendo que a máquina perrepista e a fraude generalizada impediria sua escolha, Barcellos manteve a candidatura. Na ocasião, como vimos, Simões Lopes Neto se colocou abertamente contra Hermes da Fonseca e a ortodoxia republicana, o que revela o quanto a polarização entre os dois líderes históricos cindia o partido. Não foi à toa, portanto, que o principal libelo político anti-Borges de Medeiros, escrito por Barcellos com o pseudônimo de Amaro Juvenal, tenha adotado o estilo gauchesco. O poema *Antonio Chimango* fazia uma caricatura do presidente do estado, composto com as sextilhas hernandianas (uma dupla afronta simbólica), distribuídas em cinco cantos. No primeiro deles, um narrador culto em primeira pessoa apresenta episódios campeiros, centrados na figura do gaúcho Tio Lautério. A partir do segundo, esse personagem assume a narração em primeira pessoa para contar a biografia do anti-herói, sujeito mesquinho e covarde, espécie de anti-gaúcho que ascende ao poder com artimanhas, conchavos, oportunismo e abuso da força policial. Por tudo que temos visto até aqui, a escolha do gênero como arma de combate é bastante significativa. Tudo se passa como se o gaúcho mítico finalmente se vingasse de seu algoz modernizante: “(...) o canto de Lautério manifesta-se como uma luta, através da palavra, pela sobrevivência do gauchismo” (grifo da autora) (MARTINS, 1980, p. 19). Ao longo dos anos, o poemeto campestre continuou sendo editado clandestinamente, reforçando, com sua crítica satírica, o clima de insatisfação com o governo estadual e as sucessivas reeleições de Borges de Medeiros.

Incorporação

Os anos que se seguiram foram de relativa tranquilidade para o governador. A eclosão da I Guerra Mundial aumentou as demandas de produtos primários tradicionais do estado e fomentou o desenvolvimento fabril. Dessa forma, os principais grupos econômicos tinham seus interesses atendidos, o que desautoriza-

va a pequena oposição consentida e as dissidências veladas a atacarem o regime. Na década de 1920, contudo, esse quadro mudou mais uma vez. Além da retração da importação de carne pela Europa afetar diretamente a economia sul-rio-grandense, a concorrência com o charque platino pelo mercado cubano dificultava o escoamento de seu principal produto. Em crise, o latifúndio pecuarista passava a exigir de Medeiros políticas exclusivas em seu benefício. O governador, no entanto, que acabara de encampar o Porto de Rio Grande (1919) e a Viação Férrea (1920), seguia dispendendo recursos em seu programa de transportes e optou por continuar sua política de “desenvolvimento global” (PESAVENTO, 1980, p. 85). Antigos federalistas e republicanos dissidentes, representantes da classe pecuarista, formaram, então, a Aliança Libertadora, sob a chefia do republicano histórico Assis Brasil, que se lançou contra Borges de Medeiros no pleito de 1922. Sob acusações (e fortes indícios) de fraude, o presidente foi reeleito pela quinta vez. Os libertadores, de programa liberal e democrático, pegaram em armas contra o governo dos “chimangos”, como eram chamados os membros ortodoxos do PRR, que defendiam formas centralizadoras e autoritárias. A Revolução de 1923 eclodia ao embalo dos versos clandestinos de Ramiro Barcellos, o eterno libelo de oposição ao borgismo.

De certa maneira, o conflito colocava em cena as anti-gas tensões, que opunham latifundiários fronteiriços ao regime castilhistas. No confronto, hostes de gaúchos, liderados por chefes políticos locais acaudilhados, desestabilizavam a visão oficial, aparentemente vencedora, de que modernização enter-rara o Rio Grande gaúcho. Em contenda com o então crítico literário Moysés Vellinho, o historiador Rubens de Barcellos lembra do episódio, ocorrido fazia dois anos, como uma “ilusão”: “A luta de 1923 veio provar que a tradição de rebeldia guerreira está em declínio. Foi um surto tardio, agônico, duma força em recuo. A guerra política, pejejada à gaúcha, está a passar” (BARCELLOS, 1979 [1925], p. 94). No entanto, era a sua própria voz que representava uma ideologia gasta, um eco da estratégia de negação da década anterior que agora perdia o sentido. Mediada pelo presidente Arthur Bernardes, a saída do conflito levou a um período de conciliação interna no Rio Grande do Sul. Medeiros se comprometeu a não concorrer mais ao governo do estado. Seu sucessor, Getúlio Vargas, seria hábil na incorporação das parcelas dissidentes da elite

pecuarista. Em 1928, federalistas e republicanos se uniam da Frente Única Gaúcha (FUG), que catapultou o projeto getulista de tomada do poder central.

O clima de conciliação recolocou o problema gaúcho sobre novas bases. Primeiro, era preciso levar em consideração a identidade gauchesca das frações fronteiriças da classe dominante. Segundo, no cenário nacional, continuava necessário justificar a brasilidade sulina e enaltecer suas peculiaridades. A figura do gaúcho histórico podia, então, ser recuperada como esteio do país na fronteira sul, defensor dos interesses luso-brasileiros frente aos avanços hispânicos. Uma literatura que cantava a nobreza heroica do gaúcho – termo que pouco a pouco passava a se confundir com o adjetivo gentílico no próprio estado – vinha bastante a calhar. Um balanço da ficção regionalista sul-rio-grandense no período, realizado recentemente por Luciana Murari (2010), revelou nessa produção tarefas ideológicas muito semelhantes àquelas desempenhadas paralelamente pela primeira geração de historiadores “oficiais”, membros do recém-fundado IHGRS (1920), como Othelo Rosa e o já citado Rubens de Barcellos. É verdade que literatos e historiadores contavam, em Porto Alegre, com os mesmos recursos de formação superior, a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Direito e alguns institutos menores, necessitando, para sua socialização profissional, de intenso intercâmbio e, frequentemente, do consumo de produção especializada importada.³¹⁰ Também é importante lembrar que os mesmos intelectuais assumiam frentes discursivas distintas, como ficção, folclore e escrita da história,³¹¹ o que explica o emprego de um número reduzido de tópicos nos

³¹⁰ A afinidade da erudição brasileira com a produção francesa também levava ao amplo consumo de historiografia deste país no Rio Grande do Sul. O historiador da literatura Hippolyte Taine era uma referência constante na crítica local, já que seu determinismo geográfico era apropriado com facilidade por intelectuais que buscavam na pampa gaúcha a matriz da produção cultural. Mas até a produção mais recente, em relação à intelectualidade dos anos 1920, podia ser mobilizada. João Pinto da Silva, por exemplo, citou *La terre et l'évolution humaine*, de Lucien Febvre, e a introdução ao livro de Henri Berr, justamente para criticar o determinismo geográfico estreito em sua visada da literatura local (SILVA, 1924, pp. 7-8).

³¹¹ Othelo Rosa, por exemplo, reconhecido pelos pares como um dos grandes historiadores gaúchos do período, lançou pela Globo, em 1933, romance histórico chamado *Os amores de Canabarro*.

diferentes gêneros a que se dedicavam. Mas o empenho comum da ficção e da história não pode ser creditado somente ao baixo nível de institucionalização e de especialização das práticas letradas no estado, como vimos. Em termos idênticos aos verificados por Ieda Gufreind (1992) na historiografia tradicional do período, os literatos passaram insistentemente a construir heróis, inventariar tradições e peculiaridades locais, mas inserindo, com protagonismo político, a região no seio da nação. *Grosso modo*, a memória compartilhada entre historiografia e ficção se debruçava, mais uma vez, sobre a problemática obrigatória do campo cultural republicano: a gênese da sociedade gaúcha e o sentido da Revolução Farroupilha (1835-1845). Mas uma nova questão, que poderíamos qualificar como “presentista”, também precisava ser enfrentada: a natureza das relações sociais no campo. No primeiro tema, a produção letrada do período buscava associar o passado fronteiriço à defesa da ocupação lusitana, relativizando a influência platina no Rio Grande e a contribuição indígena em sua formação étnica e cultural, tendência dos anos iniciais da República. No segundo, minimizava o separatismo da elite sul-rio-grandense, enfatizando o republicanismo *avant garde* do estado, antecipação do destino nacional, o que já se construía desde o final do Império. Tudo isso levava à afirmação da brasilidade do gaúcho – dissipando as constantes suspeitas do centro do país – e de sua vocação heroica, articulada contemporaneamente à moralização da República que a FUG propagava; uma invenção mais recente, da qual Simões fizera parte ativa, como vimos no capítulo anterior. No terceiro, construía o mito de democracia sulina, em seus aspectos social, irmandade patrão-peão, e racial, dado o suposto estatuto de peão concedido ao escravo negro, na idealização do latifúndio pecuarista que ainda dominava a economia estadual.

À medida que o nome de Vargas ganhava força para encabeçar a chapa de oposição ao Governo Federal, novos esforços de propaganda eram realizados para criar a ideia de salvação gaúcha do Brasil, como a publicação de texto de Assis Chateaubriand celebrando a “presidência nacional” realizada em âmbito local, que despertava o interesse do eleitorado brasileiro: “A obra política do sucessor do sr. Borges de Medeiros atravessou, por muitos sentidos, o âmbito das fronteiras gaúchas para se impor à ação como uma das páginas mais nítidas e mais belas que ilustram os anais do regime”. Em termos

simbólicos, a personalidade de Vargas era valorizada pela sua comunhão com os valores do Sul, mostrando que o trabalho de construção do gaúcho heroico já rendia efeitos políticos no centro do país: “Ele é o símbolo da própria alma cavaleiresca, sonhadora do homem a quem a vida autônoma do pampa esmaltou das virtudes do soldado e do santo”. (CHATEAUBRIAND, 1929, s./p.). Às vésperas da Revolução de 1930, o mito da Revolução Farroupilha seria mobilizado, mais uma vez, para atualizar o discurso de crise característico da barganha entre as elites locais e o poder central, tornando-se mote inspirador e palavra de ordem quando da impossibilidade de acomodação pacífica dos interesses regionais. Em agosto, os versos de Mansueto Bernardi na *Revista do Globo* anunciavam: “O mês farrapo ahí vem com todo o seu fermento/ de renascença e arremetida” (BERNARDI, 1930, s.p.).

Foi nesse contexto que a Livraria do Globo adquiriu os direitos de *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*, lançando a edição dupla de 1926. Se a conciliação não permitia atacar a imagem de Borges de Medeiros, e o *Antonio Chimango* continuava sendo consumido clandestinamente, já não pesava mais nenhum veto sobre a produção gauchesca sul-rio-grandense não panfletária; nem do passado, nem dos novos autores modernistas. Outros dois fatos são interessantes para entender essas mudanças. Em 1927, foi inaugurado, na capital, um busto em bronze de Apolinário Porto Alegre, recolocando o autor (e sua produção) em relevo na cena pública. Três anos depois, Alcides Maya, que cantara a morte do gaúcho em sua literatura, fez parte da Legião Bento Gonçalves, grupo que amarrou seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, tomando posse simbólica do Governo Federal, na Revolução de 1930. Poucos dias depois, ele chocou parcela da elite letrada brasileira ao trajar bombachas em sessão da Academia Brasileira de Letras.³¹²

³¹² Alguns acadêmicos também reagiram negativamente à atitude de Maya: “Houve, infelizmente, uma nota dissonante nessa recepção ao fino estilista, que teve a coragem precisa de apresentar-se, na Academia, com a indumentária característica de um autêntico gaúcho, - aquela que é adotada na ‘Legião Bento Gonçalves’. Este arrojo - pasmem os leitores - escandalizou o sr. Gustavo Barroso e Humberto de Campos, que viram, nessa indumentária de Alcides Maya, um achincalhe aos bríos divinamente palacianos daquele templo da imortalidade” (A RECEPÇÃO, 1930, s.p.).

* * * *

Ao recorrer à ficção em seu projeto folclorista, Simões Lopes neto se tornou o primeiro autor de prosa gauchesca do Rio Grande do Sul. É inegável que seu texto possui peculiaridades em seu próprio contexto de produção e circulação mais restrito. Como vimos, uma série de posições marginais, na geografia, na sociedade, na política e na cultura letrada, levou o autor a uma espécie de *estética do desvio*, contornando os padrões canônicos brasileiros de uso da linguagem literária e do aproveitamento de temas e figuras. Por fim, as alterações na vigilância oficial do imaginário no período republicano, com abordagens distintas do problema gaúcho ao longo de três décadas, permitiram certa oscilação na recepção da obra. Primeiro, ela aparentemente encontrou leitores satisfeitos tanto entre os pares-concorrentes quanto entre os novos consumidores urbanos do pequeno mercado de livros regional, mas não pôde receber a chancela oficial do regime. Quando a solução final das tensões entre as duas principais facções da classe dominante sul-rio-grandense se estabeleceu, com a conciliação pós 1923, os *Contos* e as *Lendas* estavam, pela primeira vez, livres da reprimenda do PRR. Nesse clima, temos a nova edição da Livraria do Globo, que acompanharia os intelectuais modernistas por décadas a fio.

A liberação das amarras políticas, no entanto, não encaminharia necessariamente Simões Lopes Neto à consagração definitiva e à inclusão no cânone literário brasileiro. Tanto que ele aguardaria, pelo menos, até o final dos anos 1940 para que isso acontecesse. Como vimos, as apropriações do gênero gauchesco impregnavam a obra de traços suficientes para seu inventário como precursora das tendências mais modernas de literatura, que valorizaram o aproveitamento da linguagem cotidiana na fatura do texto e o uso da matéria popular no desenvolvimento de temas e entretchos, assim como aconteceu com o *Martín Fierro*, de Hernández, na Argentina. No plano ideológico, ela também poderia constituir uma matriz para a invenção da identidade política gaúcha/gauchesca do Rio Grande do Sul. Nos dois casos, a vitória simoniana só se daria com um esforço coletivo de resgate e de ressignificação. Ao que tudo indica, a história de produção e recepção imediata da obra também lhe legou entraves para o consumo como *literatura* no campo cultural brasileiro constituído

pós-Vargas. Entre eles, o protocolo de leitura folclorista, inscrito na própria materialidade das obras. Para a consagração póstuma definitiva de Simões, os modernistas gaúchos precisarão liberar o texto dessas barreiras de significação originais, antes de recolocá-lo em circulação. No caminho inverso, a reinterpretação crítica permitirá seu consumo em circuitos não eruditos, colado à história da memória histórica e da invenção de tradições gaúchas no Rio Grande do Sul. Mas esse já é assunto para outro texto.

Simões Lopes Neto contra a história

No romance *Satolep* (anagrama de Pelotas), de Vitor Ramil, um misterioso protagonista-narrador que retorna à cidade-título da obra, depois de uma longa estada de vinte anos fora, se encontra com João Simões Lopes Neto num café de esquina, num dia cinzento e frio, como a “alma de cerração” das personagens. Convidado pelo “forasteiro”, o “afetuoso João Simões” aceita jantar e contar um pouco de sua história. À certa altura, ele anuncia: “Não posso me considerar um sortudo. A experiência se encarregou de mostrar-me meus próprios erros, que foram muitos. Mas estou seguro de que cada malogro na vida prática representou um pequeno triunfo em outras instâncias do viver” (RAMIL, 2008, p. 46).³¹³ Assim como Ramil, não consigo enxergar Simões Lopes Neto como uma pessoa amargurada. É certo que sofreu com o empobrecimento, principalmente em seus anos finais, tendo de se desfazer da última casa e passando a morar de favor num quarto de parentes da esposa, o que pode ter agravado seu estado de saúde. Também deve ter se sentido frustrado, em muitas ocasiões, quando as suas sempre altas expectativas entravam em choque com a realidade. Algo que, sim, pode ter passado da vida empresarial à ação intelectual, principalmente em sua segunda fase profissional, quando ensaiou projetos educativos que não encontraram acolhida editorial. Mas acho muito possível que tenha conseguido aproveitar as conquistas simbólicas de sua breve carreira literária. Como não vibrar com as críticas positivas, ainda que poucas, de *Contos Gauchescos* e *Lendas do Sul*? Como não se emocionar com o reconhecimento do *Cancioneiro Guasca* e a demanda pela sua segunda edição ampliada, que ele não deixaria de atender, apesar de não ter vivido para vê-la publicada? Como não se sentir importante trocando correspondência e recebendo afagos de nomes nacionais de grande sucesso como Coelho Neto? Não teria ele considerado uma realização pessoal ter amigos como Alcides Maya e frequentar os círculos letrados mais relevantes

³¹³ O achado de Ramil foi imputar à consciência do escritor uma avaliação de Carlos Reverbel, que o próprio biógrafo não ousou creditar ao biografado, porque provavelmente sabia que correria o risco de ficcionalizá-lo.

do estado? Em ingressar na ARGL e ser escolhido para apresentar a conferência da sessão de primeiro aniversário da casa? Em ver esse fato noticiado em jornais do centro do país, com o relato de ter sido aclamado pela plateia de notáveis? Não poderia ter se sentido um pouco vitorioso ao quebrar o cerco republicano ortodoxo ao gênero gauchesco? Em ver o poderoso jornal *A Federação* obrigado a comentar o lançamento de seus livros? Não estaria ele preparando uma desforra ainda maior, depois da conturbada eleição ao Senado de 1915, com a anunciada segunda série de contos? E não lhe seria agradável receber, na redação do *Correio Mercantil* e de *A Opinião Pública*, tantos patrícios que buscavam seus conselhos e palavras de sabedoria? É mais certo ainda que sentisse prazer na sua rotina de estudos e de leitura, em suas longas sessões de livros, cafés e cigarros da marca Diabo. Como não o imaginar com uma ponta de entusiasmo a cada novo projeto aberto? Ou feliz com aquilo que punha em papel? É difícil pensar que ele não tenha encontrado satisfação na criação literária, em dar forma a Blau Nunes e deixar-se guiar pelo velho tapejara no seu próprio mundo de memórias e fantasias.

Talvez todas essas sondagens sejam apenas produtos da minha hoje inevitável empatia para o com o personagem, ainda que eu tenha buscado, até aqui, dominá-la com métodos e categorias de análise científica objetiva e com investigação exaustiva em documentação diversa. Talvez sejam projeções de minhas próprias sensações ao longo de uma também intensa caminhada conjunta de mais de quatro anos de investigação, que chegou ao fim num misto de satisfação e de lamento. Como não se sentir um pouco próximo de alguém que se conhece tanto quando esse alguém também ousou sonhar tanto? Ainda assim, a minha liberdade de especulação nestas considerações finais parece ancorada em resultados de pesquisa bastante razoáveis. Por tudo que foi desenvolvido até aqui, penso que tivemos ganhos no que se sabe sobre Simões Lopes Neto, sua obra, as condições de produção de literatura, de folclore e de memória histórica no extremo Sul do Brasil. E como Blau Nunes, Simões foi meu guia num mundo de transformações radicais, que almejava o progresso material e tecnológico, mas lutava contra o tempo, tentando fixar seus valores, contornar o esquecimento, inventar tradições.

Nesse percurso, concluí que o autor produziu uma espécie de “estética do desvio”, em relação à norma culta do português brasileiro e aos cânones acadêmicos de fatura literária, mesmo que dissimulasse suas criações sob os rótulos de Folclore ou História. Dissecando seus textos, descobri uma mente literária desenvolvida, forjada pela leitura de poesia e de ficção, mas também nutrida por uma sede enorme de conhecimento nas áreas mais diversas da ciência, da filosofia e das humanidades de seu tempo. Mirando o passado para se fazer historiador, ou buscando respostas para seu presente, também conseguiu desviar do discurso histórico de viés oficial, autorizado pelo poder político e cultural. E soube colocar um maquinário literário sofisticado a serviço de uma memória histórica dissonante, ultrapassando com isso os seus próprios limites de representação, como anteriormente praticados no folclorismo e na historiografia. Assim, pôs em cena sujeitos históricos marginais, ambíguos e complexos, dando profundidade psicológica ao popular, historicamente percebido como ingênuo ou infantil. Tudo isso, graças à sua posição geopolítica e cultural periférica e fronteiriça, que lhe ofereceu um mundo peculiar para observação e as técnicas narrativas mais adequadas à sua apreensão ficcional. Todos esses traços desviantes de sua obra permitiriam uma longa história de apropriações por correntes intelectuais e movimentos identitários. Uma segunda vida de Simões Lopes Neto, tema para outro trabalho.³¹⁴

* * * *

Portanto, Simões me conduziu pela longa duração da memória histórica do Sul do Brasil, retomando suas etapas iniciais: da organização da vida letrada (e da própria província) até a consolidação de determinada gauchidade republicana (conciliatória) para a região, que é a matriz da identidade política vitoriosa no Rio Grande do Sul. Para o bem ou para o mal. Acredito, assim, que uma das contribuições desta investigação possa ser uma nova periodização do processo de invenção de tradições gaúchas no Brasil, ao menos na temporalidade aqui tratada em profundidade. Gostaria de finalizar o trabalho através dessa su-

³¹⁴ Eu me refiro ao livro já citado *Simões Lopes Neto modernista* (ZALLA, 2022).

gestão, o que também me permite retomar alguns dos resultados específicos da pesquisa.

Eric Hobsbawm identificou uma tendência nos projetos nacionalistas europeus do século XIX a observar três etapas: primeiro, um surto de produção letrada especializada, amparado por instituições literárias e científicas; segundo, um nacionalismo/regionalismo militante organizado; terceiro, uma indústria cultural e um programa de massas.³¹⁵ Podemos dizer que o Extremo Sul brasileiro, em sua dinâmica de constituição simbólica regional do atual estado do Rio Grande do Sul, passou por três fases semelhantes. Duas vezes. Essa é a sua peculiaridade. Grosso modo, a primeira inicia com a ocupação do território e vai até década de 1910, ocorre concomitantemente na capital política-administrativa e nas cidades fronteiriças, mas seu epicentro cultural é Pelotas. A segunda se realiza, com maior consistência, nos anos 1920 e se consolida no final do século, centralizada em Porto Alegre. Temos, assim, duas histórias sociais da memória relativamente autônomas e, em algum momento, concorrentes nas práticas letradas de distinção política e cultural. Mas sabe-se que a segunda se apropria seletivamente de algumas das construções da primeira, da mesma forma como a elite dirigente burocratizada da metade Norte do estado republicano precisou acomodar demandas e interesses dos antigos grupos dominantes da metade Sul imperial (ZALLA, 2022). Poderíamos tratá-las, ainda, como dois ciclos interdependentes de invenção de tradições gaúchas no sul do Brasil. A passagem da preponderância do primeiro pelo segundo se verifica no justo momento de alteração das bases sociais do poder regional, nas primeiras décadas do século XX.

As três etapas da história da memória histórica gaúcha “pelotense”, ou “fronteiriça”, podem ser descritas, em relação à dinâmica social da vida letrada, da seguinte maneira:

- a) *Afirmção da vida cultural e construção simbólica da região.* Primeira conjuntura de produção de bens

³¹⁵ Inspirado nas proposições de Miroslav Hroch, Hobsbawm postula a existência de três fases na história dos movimentos nacionais europeus, conforme acima destacado: a) fase cultural, literária e folclórica; b) militância da ideia nacional; c) programas nacionalistas de massa (HOBSBAWM, 2004, p. 21).

simbólicos com características e temáticas localistas: da produção letrada rarefeita, sem mercado consumidor interno desenvolvido, no início do século XIX, ao estabelecimento de sociedades literárias e instâncias próprias de regulação (Partenon Literário, IHGSP), juntamente à criação do parque gráfico/editorial e da ampliação da imprensa, nas décadas de 1850 a 1880. Pode ser caracterizada, inicialmente, pela poesia de transição ao romantismo, pela primeira prosa de ficção de temática rural (publicada por autores sul-rio-grandenses no Rio de Janeiro), mas também podemos citar a sublitteratura oral proto-gaúchesca dos acampamentos militares, consumida em circuitos espontâneos semi-letrados; tendências que se desenvolvem, respectivamente, na linha culta, em: poesia romântica e prosa regionalista alencariana; poesia gaúchesca fronteiriça “platinista”. Essa etapa idealiza a figura do campeiro, sem recorrer diretamente à palavra “gaúcho”, no romantismo porto-alegrense, ou assumindo o termo explicitamente, na literatura de autores da metade Sul da província, que busca desde cedo ressignificá-lo positivamente, através dos valores bélicos da elite militar, como honra, bravura, força. Demora a construir uma narrativa positiva da Farroupilha (somente na crise do Império), em razão do pacto conciliatório que permitiu a saída do conflito.

- b) *Desenvolvimento da vida cultural e politização do regional*. Gauchismo republicano folclorista, ainda pouco padronizado: como vimos, também havia duas versões complementares/concorrentes de militância cívica regionalista, a campeira performatizada da elite latifundiária (Pelotas e cidades do interior) e a letrada/militar dos grupos médios urbanos, profissionais liberais (Porto Alegre), com alguma dramatização mínima de tradições campeiras e salvaguarda folclorista de produção popular de bens simbólicos. Essa última é abandonada ao longo dos anos 1900, enquanto a primeira persiste na década seguinte. Pode ser caracterizada pela fundação dos “grêmios gaúchos” de inspiração crioulista uruguaia. Domes-

tica a figura do gaúcho rebelde e a ideia de cultura popular, construindo uma versão rio-grandense higienizada de gaúcho *folk*, a partir de sua confusão com o peão disciplinado das modernas fazendas de criação de gado e, na Campanha, com a elite latifundiária pecuarista. Celebra a tradição liberal farroupilha como prenúncio republicano.

- c) *Especialização do discurso letrado e afirmação do regional/gauchesco*. Indústria e mercado editorial regional, fomentados pelo aumento da alfabetização e do processo de urbanização, com centro em Pelotas e vínculos com os mercados de livros das capitais platinas (importação de títulos e de técnicas e convenções de representação letrada). Tempo curto (mais ou menos restrito aos anos 1900), em razão da ultrapassagem de Pelotas por Porto Alegre em importância econômica e demografia, além do grande aumento do aparato administrativo na capital. Pode ser caracterizada pela preponderância do nicho educativo (cartilhas e manuais, com os primeiros livros de ensino de história regional), mas com grande espaço no mercado para literatura popular (almanaques de variedades, com seções de folclore e “literatura oral”), chegando-se ao lançamento de novos autores sul-rio-grandenses de temática regional em discurso especializado (História, Folclore, Literatura), oriundos do campo de produção erudita (como Alfredo Varella, Romaguera Correa, Simões Lopes Neto), e à primeira coleção de livros dedicada ao regionalismo gaúcho (Biblioteca Rio-Grandense, da Livraria Universal/Echenique). Divulga a solução folclorista conciliatória, celebrando o gaúcho como homem do campo e o passado do Rio Grande como a história da economia ganadeira, da conquista do espaço e das trocas com o Prata. Divulga o enquadramento republicano da Farroupilha. Encontra-se (e conflita) com o grande surto letrado do ciclo porto-alegrense nos anos 1920, no momento da passagem definitiva do poder político e do poder cultural à capital do estado.

É claro que essas etapas devem ser encaradas como tendências dominantes, sabendo-se que sempre houve algum tipo de disputa, contestação ou resistência. Mas seus traços mais marcantes nos permitem entender a gênese da gauchidade no Sul brasileiro, uma invenção letrada de difícil assimilação, não o desenrolar espontâneo de autodefinições populares, conforme faz acreditar o discurso de propaganda do atual MTG, frequentemente assumido pelo governo estadual e divulgado, sem distanciamento crítico, pela imprensa local. Seus marcos temporais, assim, também não são rígidos e, como apontado, algumas temporalidades chegam a se sobrepor. É o que acontece na segunda metade da Primeira República, quando a elite letrada porto-alegrense encarregada do trabalho de dominação perrepista acabou assumindo o protagonismo nas lutas de classificação que gestaram a vitória de certo Rio Grande gaúcho. E Simões Lopes Neto teve alguma participação, ativa ou passiva, em todos os momentos desse processo.

No Capítulo I, vimos que sua conversão à carreira literária também passou pela adesão ao regionalismo, o que pode ter ajudado a catapultá-lo à condição de figura pública em Pelotas, seu representante autorizado em escalas local (como conferencista “oficial”), regional (no recrutamento republicano da elite letrada, nos casos do folclorismo cívico ou do ingresso na ARGL, pelo menos) e nacional (na interlocução com intelectuais do centro do país, como Coelho Neto, em suas visitas à cidade ou no seu intercâmbio simbólico com a periferia, como em correspondência e na troca de livros). Investigando o mundo social de Simões, percebemos que tanto sua rápida ascensão na cena letrada rio-grandense como a barreira estadual de sua circulação e consagração originais tinham relação com a base de projeção pelotense, num momento liminar de sua história de dominação econômica e cultural, ou melhor, no período de ocaso do velho centro aristocrático imperial da fronteira Sul. Sondando o mundo mental de Simões, também conhecemos seu perfil leitor, incluindo o trabalho de mediação e divulgação de autores, gêneros e disciplinas diversas para o público não erudito local, em textos do jornalista de colaboração e do cronista profissional. Assim, nos deparamos com seu próprio cânone regionalista pessoal, que, sem sombra de dúvidas, ainda possuía uma dimensão coletiva estratégica: representava a longa etapa

oitocentista de *afirmação da vida letrada* na província e enfocava seu trabalho de *construção da região*. O que nos permitiu levantar a problemática obrigatória do campo de produção cultural no Sul do país: a formação social do Rio Grande e o sentido da Farrroupilha, duas questões em que sempre se insinuavam o estigma gaúcho e as suspeitas de separatismo e de pertencimento ao mundo hispânico na América.

No Capítulo II, acompanhamos a gênese da visão de história de Simões, através de seus projetos educativo, historiográfico e folclorista. Vimos como ele aderiu ao discurso lusitânico em seu livro de leitura escolar, em que também formulou a ideia de gaúcho rio-grandense, estabelecendo uma distinção política com o gaúcho platino. Ao aprofundar sua análise do passado, no entanto, acabou apontando para as trocas entre eles, defendendo uma teoria fronteiriça da miscigenação racial, o que provavelmente dificultou a missão de Alcides Maya em encontrar editora porto-alegrense ou carioca para seu segundo *Terra Gaúcha*. Por fim, dissecamos seu folclorismo cívico e o encontro com a literatura oral popular. Novamente, Simões está na passagem da segunda para a terceira etapa do ciclo pelotense. Através do colecionismo folclorista, participa da domesticação republicana da cultura popular e do gaúcho rebelde, ensejada pela *politização do regional*. Mas ele também alcança, pela primeira vez, o incipiente (e promissor) mercado editorial sul-rio-grandense. Caminho que continua perseguindo com os *Contos Gauchescos* e as *Lendas do Sul*, dois marcos na *especialização dos discursos letrados* e, principalmente, na *afirmação do regional/gauchesco*.

Assim, chegamos ao Capítulo III, em que a imersão na forma – nas técnicas narrativas, na linguagem literária e na dinâmica das tópicas e figuras – confirmou a tendência de importação de convenções de representação do popular-gauchesco platino já percebida no Folclore; uma característica que só poderia se realizar, então, na linhagem fronteiriça da memória histórica sul-rio-grandense. Nisso, como sua Pelotas, Simões chegou “atrasado”; no momento em que a patrulha ideológica republicana já encaminhava a negação do imaginário gauchesco. Um atraso, portanto, geopolítico, que também seria seu trunfo na luta póstuma contra o tempo, pois permitia a série de desvios estéticos de sua literatura de imaginação. Inserido numa temporalidade ficcional

rio-platense, Simões transformou em prosa os cânones da poesia oitocentista gauchesca, dialogando principalmente com a tradição argentina e uruguaia, de onde vem seus grandes achados, um personagem-narrador gaúcho e a dicção popular/oral da linguagem literária.

Quando se iniciou o ciclo de invenção de tradições centralizado em Porto Alegre, seus livros ganharam novo público pela casa que lideraria a vida editorial do estado ao longo de grande parte do século XX. Chamando a atenção da nova geração modernista, cujos maiores expoentes se vinculavam à Livraria do Globo, se tornaria também um objeto de disputa e de classificação. Uma história que conheceremos em detalhes na continuação deste trabalho (ZALLA, 2022), mas que vale ser mencionada aqui porque indica que os usos da obra de Simões Lopes Neto serão sempre seletivos e estratégicos, cumprindo funções específicas em cada circuito de consumo da obra. Nos dois principais deles, a crítica acadêmica e a cultura de massa, ainda são poucas as vozes que criticam a despolitização pós-tumba do gaúcho popular de Simões. Seu derradeiro trunfo e, talvez, sua verdadeira derrota.

Mas, como sabemos, nenhuma derrota literária simoniana é definitiva. Talvez, um dia, nossos contínuos reencontros com o autor permitam fazer de sua literatura desviante um contraponto à gauchidade mais retrógrada, que sempre emerge em tempos de crise, com a falsa promessa de segurança das soluções fáceis de isolamento e das certezas equivocadas de superioridade, além de tudo o que perdemos com a negação do outro.

Fontes

Instituições e acervos consultados

ABL – Academia Brasileira de Letras – Acervo Alcides Maya – Rio de Janeiro/RJ

AHPAMV - Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho – Porto Alegre/RS

AJCP – Arquivo de Jornais do Correio do Povo – Porto Alegre/RS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

BCIJO - Biblioteca Central Irmão José Otão – Acervo Júlio Petersen - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

BC-UFRGS - Biblioteca Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS

BnF – Biblioteca Nacional da França – Paris/FR

BPP – Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas/RS

FBN – Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro/RJ

MCHJC - Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre/RS

Acervos e bases virtuais

Anáforas – Publicaciones Periódicas del Uruguay

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil

Museo de Bellas Artes Juan Manuel Blanes (Uruguai)

1. Fontes publicadas por SLN

1.1. Publicações em vida

a) *Teatro*

BEMOL, Serafim, RARA, Mouta. *O boato*. Pelotas: Livraria Universal, 1893.

BEMOL, Serafim, RARA, Mouta. *Os Bacharéis*. Pelotas: Tipografia da Fábrica Guarani, 1914.

BEMOL, Serafim. *Viúva Pitorra*. Pelotas: Livraria Comercial, 1896.

b) *Jornalismo de colaboração*

Vários Pseudônimos. Balas de estalo. *A pátria* (37 números). Pelotas, 02/07/1888 a 20/08/1890.

Vários pseudônimos. Balas de estalo. Segunda série (43 números. Diário Popular. Pelotas, 18/09/1895 a 27/09/1895.

BEMOL, Serafim. A Semana Passada. *Diário Popular*. Pelotas, 18/09 a 18/10/1895.

- BEMOL, Serafim. Semaninha. *Diário Popular*. Pelotas, 18/04 a 02/08/1895.
- BEMOL, Serafim. O Rio Grande à Vol d'Oiseau (série de seis crônicas). *A Pátria*. Pelotas, 16/09 a 07/12/19888.
- LOPES NETO, João Simões. As nossas indústrias. *Diário Popular*. Pelotas, 01/01/1893.
- c) *Jornalismo profissional*
- SUL, João do. Inquéritos em contraste. *A Opinião Pública*. Pelotas, 10/06/1913 a 25/03/1914.
- SUL, João do. Temas gastos. *A Opinião Pública*. Pelotas, 13/01/1916 a 05/05/1916.
- Artes e Letras (coluna não assinada). *Correio Mercantil*. Pelotas, ao longo de 1914.
- d) *Conferências e discursos*
- LOPES NETO, João Simões. Discurso proferido na Academia de Letras do Rio Grande do Sul (sessão aniversária de 11 de junho de 1911). *Revista da Academia de Letras*, Porto Alegre, n. 8, set./nov. 1911, p. 213-232.
- LOPES NETO, João Simões. *Educação Cívica*. Pelotas: União Gaúcha, 1906.
- LOPES NETO, João Simões. Pedras. *Correio Mercantil*. Pelotas, 17 a 21/01/1910.
- e) *Historiografia*
- LOPES NETO, João Simões (org.). *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. Números 1 a 8, out. 1911 a mai. 1912.
- LOPES NETO, João Simões. A força em Pelotas. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria Americana, 1917, p. 165-166.
- f) *Folclore*
- LOPES NETO, João Simões. *Cancioneiro Guasca*. Pelotas: Livraria Universal, 1910.
- LOPES NETO, João Simões. *Cancioneiro Guasca*. 2ª edição (ampliada). Pelotas: Livraria Universal, 1917.
- g) *Ficção*
- LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos*. Pelotas: Livraria Universal, 1912.
- LOPES NETO, João Simões. *Lendas do Sul*. Pelotas: Livraria Universal, 1913.

1.2. Publicações póstumas e reedições

a) *Teatro*

LOPES NETO, João Simões. *Teatro*. Organização de Cláudio Heemann. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.

b) *Jornalismo*

MOREIRA, Angelo Pires (org.). *A outra face de J. Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LOPES NETO, João Simões. *Inquéritos em contraste*. Porto Alegre: Edigal, 2016.

c) *Historiografia*

LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1955 (edição da Coleção Meridional, organizada por Walter Spalding).

d) *Educação*

LOPES NETO, João Simões. *Artinha de Leitura*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2013.

e) *Folclore*

LOPES NETO, João Simões. *Cancioneiro Guasca*. Porto Alegre: Globo, 1954 (edição da Coleção Província).

f) *Ficção*

LOPES NETO, João Simões. *A família Marimbondo*. Pelotas: Fructos do Paiz, 2017.

LOPES NETO, João Simões. *Casos do Romualdo*. Porto Alegre: Globo, 1952.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (organização de Aurélio Buarque de Holanda). Porto Alegre: Globo, 1949 [exemplar comum e exemplar anotado por João Guimarães Rosa, disponível no IEB-USP].

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (organização de Aldyr Garcia Schlee). 2 v. São Leopoldo: Editora da Unisinos, Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2006.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Ed. Anotada por Luís Augusto Fischer. Porto Alegre: L&PM, 2012.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1926.

LOPES NETO, João Simões. *Lendas Missioneiras e do Centro e do Norte do Brasil. Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 83, julho de 1927, s.p.

LOPES NETO, João Simões. *Novos textos simonianos*. Contos urbanos e poemas. Pelotas: Prometheus, 1991.

LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha*: histórias de infância. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2013.

2. Fontes publicadas sobre SLN

a) *Histórias literárias (historiografia, balanços, bibliografias)*

SILVA, João Pinto da. Da História da Literatura do Rio Grande. *A Federação*. Porto Alegre, 07/09/1922, p. 5-6.

SILVA, João Pinto. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1924.

b) *Ensaaios*

FAORO, Raymundo. Antonio Chimango, almoz de Blau Nunes. Porto Alegre, *Quixote*, n. 5, agosto de 1952. Republicado em: TARGA, Luiz Roberto Pecotis (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre, FEE, 1998, p. 39-46.

FAORO, Raymundo. Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. *Revista Quixote*, Porto Alegre, n. 4, 1949. Republicado em: FAORO, Raymundo. Introdução ao estudo de Simões Lopes Neto. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11/02/1956. Republicado em: TARGA, Luiz Roberto Pecotis (org.). *Breve inventário de temas do Sul*. Porto Alegre, FEE, 1998, p. 23-38.

c) *Prefácios*

HOLANDA, Aurélio Buarque de. Linguagem e estilo de Simões Lopes Neto. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Edição crítica. Porto Alegre: Globo, 1961, p. 27-104.

d) *Biografias e notícias bio-bibliográficas*

DINIZ, Carlos Francisco Sica. A frente de seu tempo. In: LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha – Histórias de Infância*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2013, p. 199-204.

DINIZ, Carlos Francisco Sica. *João Simões Lopes Neto: uma biografia*. Porto Alegre: AGE, 2003.

ECHENIQUE, Sylvio da Cunha. Recrutando sinuelo para a tropa das nossas tradições. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/03/1965, p. 5.

HOHLFELDT, Antônio. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Tchê, RBS, 1985.

LOPES, Hilda Simões. Entre sonhos e charqueadas. *Caderno Ponto & Vírgula*, n. 17, Porto Alegre, 1999, pp. 25-27.

MASSOT, Ivete Simões Lopes Barcelos. *Simões Lopes Neto na intimidade*. Porto Alegre: Bels, 1974.

REVERBEL, Carlos. J. Simões Lopes Neto: esboço biográfico em tempo de reportagem. *Província de São Pedro*. Porto Alegre, n. 2, set. 1945, p. 78-102.

REVERBEL, Carlos. “Tu és a minha estrela do sol posto”. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 25/08/1945b, p. 29-31, 54-55, 64-65, 68, 72.

REVERBEL, Carlos. *Um capitão da Guarda Nacional: vida e obra de J. Simões Lopes Neto*. Caxias do Sul: UCS, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1981.

VERGARA, Pedro. João Simões Lopes Neto (evocações à margem de sua vida e obra). *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11/07/1965, p. 14, 24.

3. Intertextos/apropriações/comparações

3.1. Fontes literárias

a) *Prosa*

- ALENCAR, José de. *O gaúcho*. Rio de Janeiro: INL, 1971 [1870].
- ARAÚJO FILHO, Luiz. *Recordações Gaúchas*. Porto Alegre: IEL, 1987 [1905].
- CALLAGE, Roque. *Escombros*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1910.
- FONTOURA, João. *Nas Coxilhas*. Rio de Janeiro: Livraria Gomes Peireira, 1912.
- MAYA, Alcides. *Tapera*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *O vaqueano*. São Paulo: Editora Três, 1973 (1872).
- RAMIL, Vitor. *Satolep*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- VIEIRA, Damasceno. *Os gaúchos: peça em três atos de costumes rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria Mazon, 1891.

b) *Poesia*

- ASCASUBI, Hilario. *Paulino Lucero. Anaceto el Gallo. Santos Vega* (selección). Buenos Aires: Editorial Universitária, 1960.
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *Chispas*. Alegrete: Tipografia do Jornal do Comércio, 1877.
- CAMPO, Estanislau. *Fausto y outros poemas*. Buenos Aires: Editorial Tor, 1930.
- COSTA, Lobo da. *Auras do Sul*. Pelotas: Tipografia do Excelcior, 1888.
- ECHEVERRÍA, Esteban. *Antologia de prosa y verso*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1981.
- HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro*. Madri: Biblioteca EDAF, 1967 [1872, 1879].
- HIDALGO, Bartolomé. *Cielitos y Diálogos Patrióticos*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1979.
- JUVENAL, Amaro. *Antônio Chimango*. Coleção Província. Porto Alegre: Globo, 1952.
- LUSSICH, Antonio. *Los tres gauchos orientales*. Montevidéo: Ministério de Instrucción Pública y Previsión Social, 1964 [1872].
- OBLIGADO, Rafael. *Santos Vega*. Buenos Aires: Editorial del Cardo, Biblioteca Virtual Universal, 2003 [1885]. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/71156.pdf>. Acesso em 13/11/2017.
- TAVEIRA JUNIOR, Bernardo. *Provincianas*. Rio Grande: Livraria Evangélica, 1886.
- TEIXEIRA, Múcio. *Novos ideais*. Pelotas: Tipografia Excelsior, 1880.

3.2. Fontes historiográficas e relatos de viagem

- BAGUET, Alexandre. Rio Grande do Sul tel qu'il était jadis et tel qu'il est actuellement. Souvenirs lointains. *Bulletin de la Société Royale de Géographie d'Anvers*. Vol. XVIII, Anvers, 1893, p. 383-483.
- CUNHA, Euclides. *Os sertões*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SPALDING, Walter. Introdução. In: LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina, 1955, p. 9-12.

3.3. Fontes folcloristas

- Anuário da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gundlach & Cia. Números 1 a 7, 1884-1890.
- Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Carlos Pinto & Cia. Números 1-12, 1889-1900.
- Almanaque Popular Brasileiro*. Pelotas: Livraria Universal. Números 1 a 3, 1894-1897-1904.
- CORRÊA, J. Romaguera. *Vocabulário Sul-Rio-Grandense*. Pelotas: Livraria Universal, 1898.
- JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os Costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gunlach & Cia, 1883.
- JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.
- JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1979.
- MEYER, Augusto. *Cancioneiro Gaúcho*. Porto Alegre: Globo, 1952.
- MEYER, Augusto. *Guia do Folclore Gaúcho*. Coleção Brasileira de Ouro. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-rio-grandense*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

3.4. Educação/ensino de história

- GUIMARÃES, J. Pinto. *O Rio Grande do Sul par as escolas*. Pelotas: Livraria Americana, 1896.
- MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*. 4ª ed. Corrigida. Porto Alegre: Rodolpho Machado, 1904.

4. Outras fontes com autoria

- BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Mestre Simões Lopes Neto. In: BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Crônicas do passado presente*. Porto Alegre: Nova Prova, 2002, p. 124-127.

- BARCELLOS, Rubens de. O regionalismo e o papel da nova geração. In: CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul (1868-1960)*. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979, p. 88-95.
- BERNARDI, Mansueto. Primavera Farrapa. *Revista do Globo*. Porto Alegre, 30/08/1930, s.p.
- CHATEAUBRIAND, Assis. 1929. O gaúcho em marcha. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 02/03/1929, s.p.
- DOMINGUES, Fausto José Leitão. O arquivo de João Simões Lopes Neto. In: LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha: Histórias de infância*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2013, pp. 205-211.
- HESSEL, Lothar. Notícia sobre Apolinário Porto Alegre. In: PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-rio-grandense*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 15-18.
- PORTO ALEGRE, Álvaro. Depoimento de Álvaro Porto Alegre. In: PORTO ALEGRE, Apolinário. *Popularium Sul-rio-grandense*. 2ª edição ampliada. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 29.
- ROMERO, Silvio. *O castilhismo no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1912.
- TORRES, Bolívar. Um Simões Lopes Neto jovem, frustrado e inédito. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26/04/2017. Disponível na internet: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/um-simoes-lobes-neto-jovem-frustrado-inedito-21241556>. Acesso em 22/05/2017.
- TOSCANO, Arthur. Gaúcho, por quê? *Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Livraria Americana, p. 202-207.
- VERISSIMO, José. Impressões do Sul. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21/07/1912, p. 3-4.

5. Outras fontes sem autoria

- A RECEPÇÃO de ontem, a Alcides Maya, na Academia Brasileira de Letras. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 15/11/1930, s.p. Registro 282.B.4b na ABL.
- AS CAVALHADAS. *A Federação*. Porto Alegre, 02/07/1900, p. 2.
- BANQUETE ao escritor Alcides Maya. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 313, 20/06/1914, s.p.
- COMPANHEIRO dedicado. *A Opinião Pública*. Pelotas, 13/07/1916, p. 1.
- CONFERÊNCIA de Roque Callage. *O Brasil*. Caxias do Sul, 28/02/1920, p. 1.
- CONTOS Gauchescos e Lendas do Sul (publicidade). *Revista do Globo*. Porto Alegre, 01/10/1949, p. 63.
- CONTOS Gauchescos. *A Federação*. Porto Alegre, 01/10/1912, p. 1.
- DIÁRIAS. *Correio Mercantil*. Pelotas, 01/07/1914, p. 1.
- IMPRESSÕES do Rio Grande. *A Federação*. Porto Alegre, 12/04/1912, p. 1.
- J. L. SIMÕES. *A Opinião Pública*. Pelotas, 13/07/1916, p.

- LENDAS do Sul. *Careta*. Rio de Janeiro, n. 272, 16/08/1913, s.p.
- LENDAS do Sul. *Correio Paulistano*. São Paulo, 26/01/1914, p. 1.
- LUTO às letras. João Simões Lopes Neto. *Correio do Sul*. Bagé, 16/06/1916, s.p., Álbum Simoniano, p. 14.
- MONUMENTO do Gaúcho Oriental é transferido para a Redenção. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 20/07/2016, s.p. Disponível na internet: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/7/592967/Monumento-do-Gaúcho-Oriental-e-transferido-para-a-Redencao>. Acesso em 15/01/2018.
- PELA ORDEM. *A Federação*. Porto Alegre, 25/04/1911, p. 1.
- PERSONA. Quem são e o que pensam os gaúchos. *Zero Hora*. Disponível na internet: <http://especiais.zh.clicrbs.com.br/especiais/persona>. Acesso em 15/01/2018.
- RIO GRANDE do Sul. *O país*. Rio de Janeiro, 14/06/1911, p. 5.
- SERVIÇO Telegráfico. *A Federação*. Porto Alegre, 12/09/1912, p. 4.

6. Correspondência

- ECHENIQUE & Irmãos. Correspondência, 04 jul. 1895, Pelotas, para POMPEIA, Raul, Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional. Localização: 48,01,002 nº030 - Manuscritos.

7. Documentos oficiais

- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Autos do inventário de João Simões Lopes Filho*, Visconde de Graça, sob o n. 1254, maço n. 69, estante 26, ano de 1893.
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Autos do inventário de Thereza Freitas Lopes*, sob n. 869, maço n. 50. Estante n. 25, ano de 1877.
- APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. *Autos do inventário de Catão Bonifácio Lopes*, sob o n. 201, maço n. 6, estante n. 33, ano de 1896.

8. Imagens

- MICHELON, Francisca Ferreira, SCHWONKE, Raquel Santos (orgs.). *A cidade em imagens: catálogo de fontes impressas 1913/1930*. Pelotas: Editora UFPel, 2005.
- O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Estabelecimento Gráfico Thomas, 1916, p. 187.
- COELHO NETO, Henrique M. *Obra seleta*. V. 1, romances. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1958, Reportagem iconográfica.

9. Obras de referência

LAYTANO, Dante de. *Manual de Fontes Bibliográficas para o Estudo da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1979.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, UFRGS, 1978.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste: e outras artes*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 85, nov. 2009, p. 131-148.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ANTUNES, Cláudia Rejane. *Geografia do mundo simoniano*. Tese (Doutorado em Letras), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005, 2 v., 650 f.

ARMANDO, Maria Luiza de Carvalho. O regionalismo como fenômeno global. *Revista Travessia*, UFSC, Florianópolis, 1986, n. 12, p. 89-112.

ARMANDO, Maria Luiza de Carvalho. *O regionalismo na literatura e o "mito do gaúcho" no Extremo-Sul do Brasil*: Simões Lopes Neto. Tomos I, II, III. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Mestre Simões Lopes Neto. In: BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *Crônicas do passado presente*. Porto Alegre: Nova Prata, 2002.

BASTOS, Maria Helena. Leituras de formação: Coração, de Edmundo de Amicis (1886). *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2004.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira, KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*, mai./ago. 2002, p. 27-153.

BERTUSSI, Lisana. *Poesia gauchesca: as fontes populares e o romantismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, set./dez/2004, p. 475-491.

BLOOM, Harold. *O cânone ocidental: os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001.

BOEIRA, Luciana Santos. Entre História e Literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história no Rio Grande do Sul do século XIX. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, 196 p.

BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In.: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.34-59.

BORGES, Jorge Luis. O escritor gaúcho e a tradição. In.: _____. *Obras completas*. Vários tradutores. Rio de Janeiro: Globo, 1998, p. 290.

BORELLO, Rodolfo A. Introducción a la poesía gauchesca. In: BORELLO, Rodolfo A. et al. *Trayectoria de la poesía gauchesca*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1977, p. 37-80.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina. *Usos & abusos da História Oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005, p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, Claudia. *Em busca da brasilidade: o teatro brasileiro na Primeira República*. Rio de Janeiro: Perspectivas, 2003.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

CARISOMO, A. Berenguer. *Literatura argentina*. Buenos Aires: Editorial Labor, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos & bordados*. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG Editora, 2005, p. 189-201.

CASALI, Luciana Camargo. *Leituras críticas da obra de João Simões Lopes Neto: Província de São Pedro e Caderno de Sábado*. Dissertação. Mestrado em Letras. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2004, 228 f.

CASARES, Adolfo Bioy. *Memoria sobre la pampa y los gauchos*. Buenos Aires: Sur, 1970.

CASAS, Matías Emiliano. Representaciones e publicaciones sobre el gaucho argentino en la década del treinta. Entre la identidad nacional, el campo literario y las estrategias comerciales. *Historia y Memoria*, n. 11, 2015, pp. 151-156.

CASAS, Matías Emiliano. “Gaucho primero, después hombre, después negro”. Identidad y relaciones en la pieza teatral El gaucho negro. En caiana – Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA), n. 5, segundo semestre 2014, pp. 1-15.

CATROGA, Fernando. História e memória. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 43-69.

CESAR, Guilhermino. *O embuçado do Erval: mito e poesia de Pedro Canga*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1968.

CHARLE, Christophe. *Homo historicus: réflexions sur l’histoire, les historiens et les sciences sociales*. Paris: Armand Collin, 2013.

CHAMOSA, Oscar. *The argentine folklore movement: sugar elites, criollos workers, and the politics of cultural nationalism, 1900-1955*. Phoenix: University of Arizona Press, 2010.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do leitor*. São Paulo: Editora UNESP 2014.

CHAVES, Flávio Loureiro. *Erico Verissimo: o escritor e seu tempo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

CHIAPPINI, Ligia. Martín Fierro é brasileiro? In: CHIAPPINI, Ligia, MARTINS, Maria Helena, PESAVENTO, Sandra (orgs.). *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, IEL, p. 51-74.

CHIAPPINI, Ligia. Multiculturalismo e Identidade Nacional. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 43-60.

CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: Literatura e História em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho de citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORADINI, Luiz Odaci. Grandes famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Volume 3, número 3, nov. 1996-fev.1997, p. 425-466.

CORSETTI, Berenice. Fontes para pesquisa da história da educação no Rio Grande do Sul da Primeira República. *História da Educação*, n. 11, abril de 2002, p. 193-222.

CUNHA, Jaqueline Rosa da. *A formação do sistema literário de Pelotas: uma contribuição para a literatura do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, 168 p.

DOSSE, François. *O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DUTRA, Cláudia Pereira. *A prenda no imaginário tradicionalista*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002.

DUTRA, Eliana. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ELIAS, Norbert. *A peregrinação de Watteau à ilha do amor*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FERREIRA, Marieta de M. Demandes Sociales e Histoire du temps présent. In: *Documenter les violences: Usages publique du passé dans la justice transitionnelle*. Camille Gorand et Angelica Muller (Dir.). Paris: Editions de L'HEAL CREDA, 2020.

FISCHER, Luís Augusto. Contexto e natureza de Terra Gaúcha. In: LOPES NETO, João Simões. *Terra Gaúcha: histórias de infância*. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2013, p. 213-255.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura Gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FISCHER, Luís Augusto. Vida e obra de João Simões Lopes Neto; Uma introdução. In: LOPES NETO, João Simões. *Contos gauchescos e Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 2012, p. 9-43; 49-73.

GARCEZ, Pedro de Moraes. Da *Artinha* de leitura de Simões Lopes Neto. In.: LOPES NETO, João Simões. *Artinha de Leitura*. Organização de Luís Augusto Fischer. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2013, p. 159-178.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 143-179.

GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1983.

GOMBRICH, E. H. Abordagens à história da arte: três pontos para discussão. In: WOODFIELD, Richard (org.). *Gombrich essencial: textos selecionados sobre arte e cultura*. Porto Alegre: Bookman, p. 355-368.

GOMES, Angela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda, VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e cultura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 9-27.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 113-132.

GREENBLATT, Stephen. *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GROTH, Otto. *O poder cultural desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais*. Petrópolis: Vozes, 2011.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: GRIJÓ, Luiz Alberto, NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 159-184.

GUZZELLI, César Augusto Barcellos. Matrero, Guerreiro e Peão Campeiro: aspectos da construção literária do gaúcho. In: MARTINS, Maria Helena (org.). *Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai– Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002, p. 107-125.

GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 3ª edição. São Paulo: Editora da USP, 2012.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In.: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 3ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 9-23.

HAMBURGER, Käte. *A lógica da criação literária*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARTMANN, Luciana. *Aqui nessa fronteira onde tu vê beira de linha tu vai ver cuento – tradições orais na fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2004.

HARTOG, François. *Cronos: LOccident aus prises avec les temps*. Paris: Gallimard, 2020.

ISOLABELLA, Matías N. Estructuras de improvisación en la payada rioplatense: definición y análisis. *Revista Argentina de Musicología*, n. 12/13, 2012, pp. 151-182.

JOUTARD, Philippe. Memória e história: ¿Como superar el conflicto? *História, Antropologia y Fuentes Orales*. Barcelona, n. 38, p. 115, 2007. Atravesar el Espejo.

LAITANO, Cláudia. Movimentos da literatura brasileira. *Caderno de Cultura (ZH)*. Porto Alegre, 06/07/2013, p. 3.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira*. São Paulo: Ática, 1999.

- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese (doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, 2004, 363 p.
- LEAL, Ondina Fachel. O Mito da Salamanca do Jarau: A Constituição do Sujeito Masculino na Cultura Gaúcha. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n. 7, 1992, p. 14.
- LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*. De Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LIMA, Patrícia Lima de. *Simões Lopes Neto jornalista: uma leitura da coluna Inquiritos em Contraste, 1913*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016, p. 142.
- LONER, Beatriz Ana. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista* (UFPel), Pelotas, v. 8, n.8, 2002, p. 37-68.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LÖWY, Michel, SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- LUDMER, Josefina. *El género gauchesco: un tratado sobre la patria*. 2ª ed. Buenos Aires: Libros Perfil, 2000.
- MACIEL, Maria Eunice. Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. *Humanas*, v. 22, n. 1/2, 2000, p. 127-144.
- MAGALHÃES, Mário Osório. Americana e Universal. *Diário Popular*. Pelotas, 31/08/2003. Disponível na internet: srvnet.diariopopular.com.br/31_08_03/mario_osorio_magalhaes.html.
- MARCHI, Diana Maria. *A literatura infantil gaúcha*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- MARTÍNEZ, Eneida Sanone de. Prólogo. In: LUSSICH, Antonio. *Los tres gauchos orientales*. Montevideú: Ministério de Instrucción Pública y Previsión Social, 1964, p. VII-XXXII.
- MARTINS, Maria Helena. *Agonia do heroísmo: contexto e trajetória de Antônio Chimango*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MASINA, Léa. *Alcides Maya: um sátiro na terra do currupira*. Porto Alegre: IEL, São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MÜLLER, Dalila. *“Feliz a população que tantas diversões e comodidades goza”*: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840-1870). Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MURARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 159-183, dez. 2010.

NEDEL, Leticia Borges. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999, 335 p.

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul*. Brasília, 2005. Tese (doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2005, 560 p.

NEDEL, Leticia Borges, RODRIGUES, Mara de Matos. *Historiografia, crítica e autocrítica*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005, p. 161-186.

NETTO, Heloisa Sousa Pinto. *Mais que João, Joões: a trajetória de João Simões Lopes Neto (1865-1916) em seu contexto*. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, 184 p.

NORA, Pierre. *Les lieux de memoire*. Paris: Galimard, 1993.

NIETHAMMER, Lutz. *Conjuntura de identidades coletivas*. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 119-145, abr. 1997.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 5 (suplemento), jul. 2008, p. 195-215

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: A Diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

- OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: A Diversidade cultural no Brasil-Nação*. 2a edição. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Olho D'Água, 1992.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores, comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- PENNA-FRANCA, Luciana. *Teatro amador no Rio de Janeiro: associativismo dramático, espetáculos e periodismo (1871-1920)*. Tese. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- PEREIRA, Luís Artur Borges. *João Simões Lopes Neto, o pensador social e a educação: breve estudo sobre a conferência Educação Cívica*. Tese. Doutorado em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2014, 412 f.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PINTO, Júlio Pimentel. *A leitura e seus lugares*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- PINTO, Celi Regina. O Discurso da Crise - Uma presença constante na história gaúcha. In: Donaldo Shuller (org.). *Mito ontem e hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1990, p. 12-28.
- PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um Projeto político Alternativo (RS:1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- PORTO, Aline Carvalho. *As conferências cívicas e o livro de leitura Terra Gaúcha: as aspirações nacionalistas de João Simões Lopes Neto (1865-1916)*. Dissertação. Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2015, 111 f.

PRZYCHODZEN, Janusz. Dom Quixote. In: BERND, Zilá (org.). *Dicionário de Figuras e Mitos Literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial, Editora da UFRGS, 2007, p. 217-223.

RAMA, Angel. *Los gauchipolíticos rio-platenses*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1982.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século 19*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ROCCA, Pablo. Encruzilhadas e fronteiras da gauchesca; do Rio da

RICOEUR, P. *La Mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

Prata ao Rio Grande do Sul. In: MARTINS, Maria Helena. (org.) *Fronteiras Culturais: Brasil – Argentina – Uruguai*. São Paulo: Ateliê editorial, 2002, p. 73-79.

REVEL, Jacques, CERTEAU, Michel de, JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. In.: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 49-75.

ROUSSO, Henry. *La Dernière catastrophe*. Paris: Gallimard, 2013.

ROUSSO, Henry. *Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine*. Paris: Belin, 2016.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Donizeth. A técnica narrativa do contraponto no romance Caminhos Cruzados, de Erico Verissimo. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 11, n. 17, 2015, p. 27-42.

SANTOS JÚNIOR, João Júlio dos. Jacobinismo, antilusitanismo e identidade nacional na República Velha. *Historiae*, v. 2, n. 2, 2011, p. 107-122.

SCHLEE, Aldyr Garcia. Simões Lopes Neto e a literatura dos povos platinos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n. 77, 1989, p. 77-88.

SCHLEE, Alyr Garcia. *O arcabouço crítico*. In: LOPES NETO, João Simões. Contos Gauchescos e Lendas do Sul. Porto Alegre: IEL, São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2006, v. 2.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez, MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, v. 13, n. 26, 2009, p. 32-55.

SCHWARTZMAN. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2015.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000, p. 9-31.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEVERO, Cristine Zirbes. *Do folclore à ficção*: Silvio Romero e Simões Lopes Neto. Dissertação. Mestrado em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2013, 119 f.

SILVA, Alexandra Lima da. *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil, Rio de Janeiro (1870-1924)*. Dissertação. Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008, 159 p.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução, de Alfredo Varella*. Dissertação. Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, 200 p.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. 4ª edição. Porto Alegre: L&PM, 2014.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Curitiba: Prismas, 2016.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 231-262.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLATTA, Richard W. *Gauchos and the vanish frontier*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1992.

SOUZA, Susana Bleil. O pincel e a pena na construção da nação: pintando e narrando um mito político fundacional. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM* [En línea], 15 | 2008, Publicado

el 30 junio 2009, consultado el 25 noviembre 2017. URL : <http://alhim.revues.org/2911>.

STAROBINSKI, Jean. É possível definir o ensaio? *Remate de Males*. Campinas-SP, janeiro/dezembro de 2011, n. 31, v. 1-2, pp. 13-24.

TAVARES, Bráulio. *Contando histórias em versos: poesia e romanceiro popular no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

TORRESINI, Elizabeth. Breve história da circulação de livros, das livrarias e editoras no Rio Grande do Sul (séculos XIX e XX). In: BRAGANÇA, Aníbal, ABREU, Márcia (orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010, p. 235-252.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. A Cartilha Maternal e algumas marcas de sua aculturação. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 7, jan./jun. 2004, p. 109-134.

VARGAS, Jonas. *Os barões do charque e suas fortunas: Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, 150 p.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 138 p.

VENANCIO, Giselle Martins. Da escrita impressa aos impressos de biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana de Freitas, MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 87-108.

VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: FUNARTE, FGV, 1997.

ZALLA, J. Folclorismo, literatura popular e invenção de tradições gaúchas na Primeira República: uma história editorial do *Cancioneiro Guasca* (1910-1917), de Simões Lopes Neto. *Topoi*, v. 23, n. 49, 2022b, p. 240-262.

ZALLA, J. Memória e identidade no sul do Brasil: o ensaio histórico de Simões Lopes Neto. *Tempos Históricos* (EDUNIOESTE), v. 19, 2015, p. 208-227.

ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das tradições gaúchas*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena: Barbosa Lessa e a invenção das tradições gaúchas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

ZALLA, Jocelito. O gaúcho de José de Alencar e a nação como projeto: “romantismo político” à brasileira? *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2010b, p. 1-11.

ZALLA, Jocelito. *Simões Lopes Neto modernista: o campo literário e a invenção do autor*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

ZALLA, Jocelito. Um leitor no sul do mundo: a biblioteca imaginária de Simões Lopes Neto (1888-1916). *ArtCultura*, v. 22, p. 164-185, 2020.

ZALLA, Jocelito, MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, 2011, p. 49-70.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

ZILBERMAN, Regina, FILIPOUSKI, Ana Mariza, MOREIRA, Maria Eunice (orgs.). *João Simões Lopes Neto: a invenção, o mito e a mentira*. Porto Alegre: Movimento, IEL, 1973.



Em sua análise, Jocelito Zalla oferece uma contribuição importante por elencar elementos que permitem compreender o processo de construção de identidade gaúcha e as disputas para a afirmação de um dado modelo de gauchismo, marcado pela domesticação das características do gaúcho rebelde dos primeiros tempos. Com essa perspectiva, sua pesquisa transcende as questões específicas da análise do regionalismo e oferece contribuições para o entendimento da dimensão política da memória, seus conflitos e, em especial, as comemorações que atualizam memórias e identidades. A comemoração dos 150 anos de Simões Lopes Neto é um caso exemplar dessa estratégia das elites políticas de fazer uso do passado para atender a seus interesses do presente, especialmente em momentos de crise. Os festejos em torno do escritor pelotense, da própria revalorização do papel do gaúcho e das lembranças em torno da revolta Farroupilha têm a função de estimular a conciliação interna, e atribuir a origem dos problemas locais à exploração real ou imaginada do poder central.

Em tempo de guerras de memórias que têm marcado as disputas políticas nas sociedades contemporâneas, recomendo a leitura deste livro que não só permite novas análises sobre a história do Rio Grande do Sul, mas também traz contribuições teóricas sobre temas desafiadores para os historiadores no presente.

Marieta de Moraes Ferreira

Professora Emérita do Instituto de História da UFRJ